

# IDÉIAS

Ano 1(1) – Nova Série – Seção Livre

2010

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

## APRESENTAÇÃO

Este número da *Idéias* tem amplo significado para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, e para a própria revista. Compõe com o primeiro número desta nova série a volta desta revista com uma nova organização interna, uma reformulação de propósitos, propostas, e objetivos, já apresentados no número um que discute a tão problemática redemocratização política brasileira.

Este número foi organizado quase que exclusivamente pelos alunos de graduação e pós-graduação deste Instituto, os quais vieram a compor a comissão de redação e a própria edição da revista, e os quais seguem adiante com o trabalho editorial na organização dos números da “nova série” da revista.

A pretensão desta revista é provocar debates pertinentes, num ambiente acadêmico, de forma independente e crítica. Neste sentido, o segundo número da nova série, é contemplado por oito artigos resultados de pesquisas acadêmicas, nas quais o foco volta-se para a discussão da teoria social.

Assim, o texto de Gabriel Sampaio Souza Lima Rezende, intitulado “*Entre a repressão e a sublimação: a experiência da música na modernidade*” revisita de maneira pontual o processo de racionalização da música a partir dos textos de Theodor Adorno e Walter Benjamin, ambos os autores contribuíram para a reflexão sobre as novas técnicas de produção e reprodução da arte no século XX.

Voltando o olhar para a discussão sobre o Humanismo, tão bem explorada por Heidegger, expoente filósofo do século XX, Luciano Campo Santos, em seu texto “*Heidegger e a possibilidade de um humanismo pós-metafísico*” apresenta de maneira categórica a discussão travada pelo autor sobre a essência do homem e seus condicionantes.

Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira, no texto *Considerações biográfico-intelectuais sobre um diálogo vivo: Georg Lukács e Max Weber na Heidelberg do início do século XX*, discorre, pontualmente e brilhantemente, sobre a formação intelectual de Georg Lukács, importante autor marxista, e sobre as correntes teóricas que tangenciaram e influenciaram a obra do mesmo, nesse sentido, o diálogo vivo animou e intensificou a produção intelectual desse autor.

Ainda, priorizando a discussão teórica delineada no século XX, Luis Gustavo da Cunha de Souza, apresenta no texto *“O estado das coisas no debate entre redistribuição e reconhecimento”* a discussão contemporânea sobre os conflitos gerados em torno das relações sociais desenhada pelas noções de cidadania universal e igualdade perante a lei, assim, a partir das reflexões de Nancy Fraser e Axel Honneth, o autor revisita o debate em torno da teoria do reconhecimento e da redistribuição.

Já os textos de Vera Alves Cêpeda, Shignoli Myomoto e Danilo José Dálio, e Rui Tavares Maluf, refletem economia e a política brasileira.

Vera Alves Cêpeda, em *Capital, trabalho e intelligentsia – modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado* discute, a partir da noção de desenvolvimento planejado de Furtado, a conformação da política econômica brasileira nos anos 50 e 60.

Já Shiguenoli Miyamoto e Danilo José Dálio, voltam-se, em *O Governo Vargas e a comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, para a política externa brasileira no período do Segundo Governo de Getúlio Vargas e as relações estabelecidas, especialmente, como os Estados Unidos. As negociações traçadas através da Comissão Mista, Brasil e Estados Unidos, ofereceram possibilidades de cooperação político-militar e econômico-financeiras entre os dois países no governo Vargas.

Rui Tavares Maluf, no texto *Carreiras políticas no Brasil: Amadores e de passagem nas câmaras municipais do SP e RJ*, reflete sobre as carreiras políticas nas câmaras municipais de São Paulo

e Rio de Janeiro, e seus desdobramentos globais para as carreiras políticas nacionais.

Esta edição, ainda conta, com duas resenhas e uma tradução; o objetivo das resenhas é apresentar algumas obras pertinentes lançadas nos últimos três anos que dialogam com os temas tratados nas edições do ano. Assim, a resenha de Camila Gonçalves De Mario apresenta o texto de Estlund, David (2008) e suas reflexões sobre democracia; a de Lidiane Maciel, discorre sobre os artigos organizados por SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário; PAIVA, Odair da Cruz, em *Migrações Pós - Segunda Guerra Mundial* (2009). E a tradução de Estevão Bosco, de *A política na Sociedade de Risco* de Ulrich Beck, situa-se nas preocupações das duas edições dessa revista.

Por fim, gostaríamos de agradecer as inúmeras pessoas que trabalharam para este segundo número da nova série da revista *idéias*, pois não seria possível sem a colaboração das mesmas. Mencionaremos algumas aqui com quem temos uma permanente dívida de gratidão e apreço. Assim, gostaríamos de agradecer à Márcia Cury e ao Vinicius de Rezende da revista *História Social*, pois sem o apoio deles no início não teríamos conseguido realizar tal retomada; também nesse sentido agradecemos aos professores Sidney Chaloub e Marcio Naves os quais nos apoiaram quase que incondicionalmente. Agradecemos também apoio recebido dos professores e professoras da comissão de publicações, assim como de todo Setor de Publicações do IFCH, representados na figura de Maria Cimélia Garcia a qual agradecemos imensamente.

Aos autores e autoras que enviaram seus trabalhos à publicação e aos pareceristas que dispuseram de seu valioso tempo um espaço para apreciação e avaliação dos artigos ora apresentado, nosso muito obrigado.

*Os editores*

## ENTRE A REPRESSÃO E A SUBLIMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA MÚSICA NA MODERNIDADE

*Gabriel Sampaio Souza Lima Rezende<sup>1</sup>*

**Resumo:** A partir de uma breve análise do processo de racionalização da música e de suas consequências sobre as formas de experiência musical, este texto discute alguns aspectos do pensamento musical de Adorno e, em seguida, faz um breve contraponto entre tais idéias e a perspectiva de Benjamin sobre as possibilidades abertas pelas “novas” técnicas de produção e de reprodução no domínio da arte.  
**Palavras-chave:** música, indústria cultural, Adorno, Benjamin.

**Abstract:** Starting from one brief analysis of the process of rationalization of music and its consequences on the forms of musical experience, this text argues some aspects of the musical thought of Adorno and, in following, makes a short counterpoint between such ideas and the perspective of Benjamin on the possibilities opened by the “new” techniques of production and reproduction in the domain of art.

**Keywords:** music, cultural industry, Adorno, Benjamin.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela UNICAMP.

“O próprio conceito de gosto está ultrapassado. A arte responsável orienta-se por critérios que se aproximam muito dos do conhecimento: o lógico e o ilógico, o verdadeiro e o falso. De resto, já não há campo para escolha.”<sup>2</sup>

---

### **Introdução: música e tradição**

O desenvolvimento da música ocidental, entendido como um processo histórico de longa duração, abre-se a distintas interpretações de seus possíveis sentidos enquanto parte do desenvolvimento da sociedade como um todo. Criando elos puramente racionais entre os mais variados elementos constitutivos dessa música, ou seja, postulando um desenvolvimento teleológico e tipicamente ideal de determinados fenômenos e processos históricos fundamentais para a sua formação, Max Weber encontrou na história dessa música um exemplo paradigmático da ação de uma racionalidade “tipicamente” ocidental<sup>3</sup>. Inscrito no seio do processo de “desencantamento do mundo”, ou até mesmo antecipando-o, o movimento progressivo de racionalização da música ocidental libertou-a de suas amarras em outras esferas da vida social, especialmente na religião. Isso significa que, através da objetivação do material musical alcançada, tanto com o planejamento lógico das relações entre os mais diversos âmbitos do fenômeno musical, quanto com a dominação da natureza sonora pela técnica, a música passa (tendencialmente) a obedecer somente às “exigências” intrínsecas de seu material. Se, por um lado, foi justamente essa objetivação o que possibilitou o

---

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor W. “O fetichismo na música e a regressão da audição”. In: *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 165.

<sup>3</sup> Cf. WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

surgimento de todo o patrimônio musical ocidental, a chamada “grande música”, por outro, esse processo também revela a tendência a submeter todos os âmbitos da vida humana à possibilidade de previsão e cálculo através de procedimentos lógicos e técnico-rationais – tendência que, na obra de Weber, é um dos elementos principais que caracterizam a “racionalidade ocidental judaico-cristã”.

Entendido em seu sentido amplo, o processo de “desencantamento do mundo” conduz, entre outras coisas, à cisão da vida em várias esferas. Isso significa que, conforme avança a racionalização das condutas de vida, as diversas modalidades de ação (política, econômica etc.), que se confundem em um mundo “encantado”, começam a se diferenciar em relação ao sentido que as engendra. Esse processo que ao mesmo tempo alimenta e é alimentado de transformações cada vez mais intensas nas estruturas sociais impulsionadas pelo desenvolvimento da técnica e do capitalismo, acompanha o fenômeno que Walter Benjamin identificou como o declínio da tradição. Ou seja, as formas de experiência coletivas, que tinham na memória comum o meio através do qual se garantia a possibilidade de contínua retransmissão e renovação de uma tradição, se constituíam com base em uma organização social fundada na comunidade e no trabalho artesanal<sup>4</sup>. Dentro dessa perspectiva que nos oferece Benjamin, podemos entender que o processo de objetivação do material musical também segue uma dinâmica semelhante. Tomando como paradigma o desenvolvimento da notação musical especificamente ocidental, observamos que, desde o século XI, este desenvolvimento caminha cada vez mais em direção à substituição de uma experiência musical prévia pela precisão e coerência dos signos musicais. Se, em um primeiro momento,

---

<sup>4</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. “O narrador. Consideração sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1.

essa tendência se fortalece pela necessidade da Igreja Católica de preservar e expandir a centralização dos usos e costumes em torno da música, a partir do Renascimento ela ganha o forte impulso da cientificização e tecnicização que se expandem em vários domínios da vida social. Com isso, a música vai, paulatinamente, se descolando de uma ligação concreta com as demais dimensões da vida social. A possibilidade de determinação e representação prévias de todas as dimensões do fenômeno musical em um conjunto de signos que compõem uma partitura, manifesta o refluxo de uma experiência coletiva, que se assentava essencialmente na tradição oral e na efemeridade de cada execução. A contrapartida desse processo é a elevação da figura solitária do compositor; sua obra, que nasce do isolamento, se dirige ao indivíduo isolado<sup>5</sup>.

Se, por um lado, a separação da música das outras esferas da vida social tem como consequência a criação de um cosmos autônomo de valores puramente musicais, por outro, também permite que a música se transforme em objeto da dominação capitalista, através de sua inserção na lógica industrial de produção e reprodução. Essa dominação se efetiva tanto mais quando acompanhada pela separação dos indivíduos entre si, e pela separação do indivíduo dos diversos aspectos de sua própria vida. É nessa fratura que se insere a mediação dos mecanismos de controle social baseados na racionalidade dos instrumentos de dominação. Ou seja: a eliminação de todos os aspectos da música não passíveis de sua apropriação pela razão, que escapavam à previsibilidade e ao cálculo, libertou-a de seu utilitarismo; mas, ao mesmo tempo, a sua “alienação” foi a condição necessária para que, através da racionalidade das técnicas de produção e consumo de música no mundo

---

<sup>5</sup> Cf. LIMA REZENDE, Gabriel S. S. “Música, experiência e memória: algumas considerações sobre o desenvolvimento da partitura a partir das obras de Max Weber e Walter Benjamin”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano VIII, n. 85, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/085/85rezende.htm>.

administrado, ela se transformasse em um poderoso instrumento de dominação.

---

### **A tradição musical em Adorno**

Para Adorno, o processo de racionalização da música, ou seja, a dominação integral de seu material, cristaliza-se neste mesmo material através da história. Assim, “[...] toda música humana traz gravada em si o processo social que a instituiu como música”<sup>6</sup>. Sendo a música polifônica – fruto da coletividade do culto e da dança – um dos principais fundamentos da tonalidade, sua origem histórica ainda está implícita nesta última, “mesmo que a música tenha rompido a tempos com toda execução coletiva”<sup>7</sup>. Nesse sentido, num primeiro momento, a música tonal “estabelecia uma mediação entre uma linguagem musical imediata – falada de maneira mais ou menos espontânea pelos homens, se pode ser dito assim – e algumas normas cristalizadas no interior dessa linguagem”<sup>8</sup>. Em última instância, o significado dessas normas cristalizadas, dessas convenções, radica “nessas experiências coletivas nas quais elas tomaram *forma*”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> WAIZBORT, Leopoldo. *Aufklärung musical. Considerações sobre a sociologia da arte de Th. W. Adorno na Philosophie der neuen Musik*. 1991. Tese (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 29.

<sup>7</sup> ADORNO, Theodor W. *Filosofia da Nova Música*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 24.

<sup>8</sup> ADORNO, Theodor W. “Dificuldades”. In: ADORNO, Theodor W. *Impromptus. Serie de artículos musicales publicados de nuevo*. Barcelona: Editora Laia, 1985, p. 137. O termo “música tonal” se refere à configuração do material sonoro baseada na progressão de acordes ao redor de um acorde fundamental, que se consolidou especialmente no período de transição entre os séculos XVIII e XIX.

<sup>9</sup> WAIZBORT, Leopoldo. Op. cit., p. 179. O grifo é original.

Entretanto, em consonância com o avanço do processo de objetivação do material musical, “[...] a linguagem idiomática, tradicional, dada de antemão, chocou-se com a diferenciação individual da música, na qual se manifesta o processo de diferenciação da sociedade burguesa. O aspecto comunitário inerente à linguagem tonal foi evoluindo cada vez mais em direção a um aspecto de equiparabilidade de tudo com tudo, em direção à nivelção e à convenção [...]. Em todo caso, pouco a pouco o caráter mercantil foi recobrando toda a linguagem da música. Isto acabou se tornando insuportável; o que na música, em outro tempo, fora linguagem, se converteu em um mero e repetitivo barulho de matraca.”<sup>10</sup> Junto com esse caráter “mercantil” da permutabilidade dos elementos musicais, a aspiração pela unidade e totalidade da obra, inerente à linguagem da música tonal, alcança seu ápice na época do liberalismo clássico. “A tonalidade não foi por acaso a linguagem da era burguesa”, afirma Adorno. “A harmonia entre o particular e o geral correspondia ao modelo de sociedade do liberalismo clássico. Assim como nela, a totalidade se impunha, por trás dos bastidores, como *invisible hand*, através das espontaneidades individuais e acima delas. A compensação universal das tensões produzidas pela totalidade deveria fazer com que, no final, a conta fechasse.”<sup>11</sup>

Ainda que esse modelo jamais fosse adequado à realidade, afirma Adorno, mas fosse, ao contrário, em grande medida ideologia, o conteúdo de verdade dessa música declina na mesma medida em que se falsifica a idéia de uma totalidade social composta por individualidades autônomas. Segundo o próprio Adorno, “A idéia da compensação das tensões, ou seja, da harmonia em sentido artístico, se torna mais e mais ideológica na medida em que a realidade proporciona cada vez menos ao individual, mediante o universal, aquilo que a ele está prometido e que ele próprio promete. Em uma conjuntura na qual se tornou

---

<sup>10</sup> ADORNO, Theodor W. “Dificuldades”. Op. cit., p. 138.

<sup>11</sup> Idem, *ibid.*, p. 143.

completamente duvidoso que essa situação possua ainda um sentido, um proceder artístico que, ainda que de modo indireto apresente o todo como cheio de sentido e o glorifique, se converte em um proceder insuportável.”<sup>12</sup> A obra de Beethoven surge no momento ápice da cultura musical inserida no que poderia ser entendido como o momento progressista da burguesia, e o conteúdo de verdade de sua obra resulta de seu esforço em alcançar o equilíbrio entre as diversas dimensões da composição – bem como entre o social (encarnado nas fórmulas musicais cristalizadas na linguagem tonal) e o individual (evidenciado principalmente no procedimento da variação). Entretanto, a música pós-Beethoven trabalha com um material musical desigual, e a totalidade nas obras, ou seja, a forma, é alcançada a partir da mutilação das individualidades musicais em favor dessa totalidade<sup>13</sup>. Essa tendência pode ser exemplificada com a obra de Richard Wagner, quem, com suas grandes formas musicais e a sua idéia de “obra de arte total”, acreditava poder unir o “povo alemão”, passando por cima das diferentes condições sociais que caracterizavam a sociedade alemã do período<sup>14</sup>. Desligada da compreensão real das condições sociais em que é produzida, a música se transforma em pura ideologia. Segundo Adorno, “[...] a consideração da música descolada do ordenamento social e

---

<sup>12</sup> Idem, *ibid.*, p. 144.

<sup>13</sup> A própria obra tardia de Beethoven, na perspectiva de Adorno, manifesta a impossibilidade de reconciliação entre parte e todo, revelando a incapacidade da sociedade burguesa liberal de cumprir a promessa de conciliação entre indivíduo e sociedade.

<sup>14</sup> “As incoerências no procedimento técnico de um compositor de nível formal máximo, como Richard Wagner, testemunham a impossibilidade, inscrita no social, daquilo que ele visava, a impossibilidade da obra artística em que se resume, como num culto, a sociedade burguesa: testemunham assim a inverdade da substância objetiva do empreendimento.” Cf. ADORNO, Theodor W. “Idéias para uma sociologia da música”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 267.

constituído, e de cujos mecanismos de integração ela é a repetição mais ou menos ritualizada, é o que faz parecer essa sua ação como um poder consociador próprio da música em si mesma”<sup>15</sup>. A função da música nessa sociedade, continua o autor, “[...] consistia em sua capacidade real ou aparente de despertar, na sociedade individualista, a consciência da unidade harmônica de dita sociedade, a pesar de todas as oposições de interesse.”<sup>16</sup> Portanto, para Adorno, “[...] os problemas estruturais da música, a relação entre o geral e o particular na música, são manifestações, inconscientes de si mesmas, de processos sociais que acontecem em um nível mais profundo. Não é possível juntar outra vez, de modo arbitrário, o geral e o particular [...]”<sup>17</sup>.

A falsa idéia de totalidade é resultado da ilusão causada pela aparência da obra de arte, esta não mais compreendida nos termos da estética de Hegel como a manifestação sensível da verdade, mas sim nos termos de Benjamin, como “bela aparência”. “Como aparência ambígua que seduz e engana, a *bela* aparência é o elemento mítico herdado pela arte, que confere ao produto humano a aparência de natureza. A bela aparência é assim a ‘totalidade falsa, errônea – a totalidade absoluta’. Na medida em que ela constrói uma realidade aparente, ocultando os mecanismos que a constitui [sic], ela se constitui como falsa totalidade”<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo, na qualidade de índice histórico da promessa não cumprida – a promessa iluminista de reconciliação, de redenção – a “bela aparência” representa o conteúdo mítico da obra de arte necessário à exposição da verdade.

---

<sup>15</sup> ADORNO, Theodor W. “Sociología del arte y de la música”. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *La sociedad: lecciones de Sociología*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1969, p. 11.

<sup>16</sup> Idem, *ibid.*, p. 11.

<sup>17</sup> ADORNO, Theodor W. “Dificultades”. Op. cit., p. 142.

<sup>18</sup> GATTI, Luciano. *O foco da crítica: arte e verdade na correspondência entre Adorno e Benjamin*. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 60.

Esta se revela no processo de conhecimento do mito através do “sem-expressão”, que rompe a bela aparência pelo desvendamento do mecanismo de constituição da obra. “A verdade não é totalidade, mas aquilo que a cinde, pois essa totalidade é sempre falsa na medida em que é aparência de reconciliação e reconciliação verdadeira. Como violência que destrói a totalidade falsa da forma, o sem-expressão indica que o mundo verdadeiro só pode ser alcançado pela dissolução do mundo mítico”<sup>19</sup>. Entretanto, com o declínio desse elemento oculto – que a obra de arte herdou de suas origens nos rituais religiosos – pela sua contínua e crescente exposição, a dialética entre aparência e “sem-expressão” se esvai. Com isso, a bela aparência torna-se uma forma vazia que, apropriada por forças sociais regressivas, se positiviza como uma “segunda natureza”.

Essa breve divagação pelos meandros da filosofia de Benjamin nos proporciona o cenário para a apresentação e discussão das polaridades do pensamento de Adorno sobre a inserção da música no mundo administrado, e, posteriormente, para o contraste entre tais idéias e a perspectiva do próprio Benjamin sobre a “reprodutibilidade técnica” da obra de arte e as suas consequências.

---

### **Entre a repressão e a sublimação**

Na famosa obra sobre a “dialética do esclarecimento”, escrita em conjunto com Horkheimer, Adorno desenvolve a idéia de que o longo processo de “esclarecimento” do homem em relação a sua condição de sujeito da história – processo que está baseado na dominação da natureza externa e interna, cujas origens é rastreada pelos autores no mito de Odisseu – está intimamente relacionado com o movimento oposto de “naturalização” da ordem social. Como afirmam os autores: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido

---

<sup>19</sup> Idem, *ibid.*, p. 67.

sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.”<sup>20</sup> Em consonância com o processo de regressão do esclarecimento no mito, a tonalidade (musical), enquanto produto histórico das ações do homem, se converte em “segunda natureza”. Ou seja, em sua aparência, a linguagem tonal se transforma em linguagem “natural” da música. Quando o sistema tonal é naturalizado, esclarece Waizbort, “[...] pouco importa saber do longo processo em que o material musical constituiu-se de um determinado modo, e não de outro, nem de como o procedimento composicional estrutura-se na sua relação com esse material. O processo de dominação da natureza através do qual o sistema tonal originou-se é escamoteado. Nesse sentido a crítica à segunda natureza é uma crítica à ideologia.”<sup>21</sup>

O espaço em que essa mistificação alcança a sua máxima expressão é dentro da indústria cultural. Ao invés de revelar a impossibilidade da rearticulação do todo dentro da obra, refletindo a inverdade da reconciliação entre indivíduo e sociedade<sup>22</sup>, a produção musical no bojo da indústria se volta para a recriação da imagem de totalidade da composição através de fórmulas estereotipadas, ao mesmo tempo em que reveste essa música com uma aura de espontaneidade e imediaticidade que mascara seu caráter altamente mediatizado de mercadoria.

---

<sup>20</sup> ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. “Conceito de Esclarecimento”. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 17.

<sup>21</sup> WAIZBORT, Leopoldo. Op. cit., p. 34.

<sup>22</sup> Pois, segundo Adorno, o todo social não está composto por individualidades autônomas como almejava o projeto iluminista; no século XX, tanto nos regimes totalitários quanto no paradigma de sociedade “democrática” gestado nos Estados Unidos, o todo social se impõe sobre as individualidades através de mecanismos de controle social, como por exemplo, o rádio.

Seu correlato é aquele indivíduo a quem foi extirpada a consciência crítica. Incapaz de construir por si mesmo uma relação verdadeira com a obra, incapaz de ouvir com seus próprios ouvidos, diria Adorno, este indivíduo obedece ao tipo de reação pré-configurada que esta obra lhe impõe. Nela, ele busca a satisfação das falsas necessidades que lhe são apresentadas. Como afirma Adorno, “[...] o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida [...]. A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para por-se de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre sua felicidade [...] que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.”<sup>23</sup> Ou seja, enquanto promessa de liberdade, a indústria volta a oferecer como paraíso o mesmo cotidiano: “A diversão favorece a resignação, que nela se quer esquecer [...]”<sup>24</sup>. Essa naturalização da violência social que opera através dos produtos da indústria cultural equivale à destruição do pensamento como negação da ordem vigente. O caráter *repressor* desses produtos se manifesta, portanto, nessa capacidade de reconduzir todo e qualquer impulso de libertação de volta à realidade da qual se tenta escapar.

Porém, não é só na esfera da produção e consumo em massa de produtos culturais que o elemento de repressão se manifesta. Diante da visão aterradora da destruição causada pelo avanço do capitalismo e da técnica, afirma Adorno, as mais variadas correntes musicais das primeiras décadas do século XX

---

<sup>23</sup> ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Op. cit., p. 128.

<sup>24</sup> Idem, *ibid.*, p. 133. “Onde não há verdadeira necessidade, não há verdadeiro prazer”, diria Adorno parafraseando Voltaire.

empreenderam uma “regressão ao tradicional”. “A busca do tempo perdido”, afirma este estudioso, “não somente faz com que se perca o caminho que conduz a casa, como também faz perder toda a consciência [...]”<sup>25</sup>. Desde o ponto de vista do emprego dos meios compositivos, a “arte leve”, ao utilizar a tonalidade como princípio estruturador da obra, estaria reproduzindo os elementos regressivos e mistificadores contidos nessa linguagem. Mais claramente, “A impossibilidade de continuar agindo musicalmente dentro da tradição é uma impossibilidade que está prefixada de maneira objetiva [...]”. Os meios tradicionais, sobretudo as formas de conexão geradas por eles, são afetados, modificados, pelos meios e formas de configuração musical desenvolvidos mais tarde. Todo acorde perfeito, toda tríade utilizada por um compositor já soa como a negação das dissonâncias que, no entanto, ficaram emancipadas. Essa tríade não possui mais a imediaticidade que possuía em outros tempos e que é afirmada por seu uso atual, mas é algo mediado pela história. Dentro dela está escondido o seu contrário. Na medida em que isto – essa negação – é silenciado, todas essas tríades, todos os giros tradicionalistas, se transformam numa mentira afirmativa e convulsiva, similar ao discurso que fala de um mundo sadio e que está de moda em outros âmbitos culturais.” Por fim, Adorno entende que, ao aceitar passivamente o desenvolvimento musical imposto pelo compositor, comportando-se reativamente, o ouvinte dessa “arte leve” se iguala ao ouvinte dos sucessos radiofônicos: ambos são ouvintes heterônomos.

Em contraposição a essa situação, a “arte séria” é aquela capaz de revelar a violência do social sobre o indivíduo, desvelando a mentira oculta na promessa de satisfação colocada na aparência dos produtos musicais; ou seja, mostrando que a satisfação é, na verdade, repressão travestida. “Eis aí o segredo da sublimação estética: apresentar a satisfação como uma

---

<sup>25</sup> Cf. ADORNO, Theodor W. *Filosofia da Nova Música*. Op. cit., p. 16.

promessa rompida”<sup>26</sup>. A estranheza que essa música causa no ouvinte está intimamente relacionada com a sua própria vida, ou seja, a experiência dessa música fala ao indivíduo sobre sua própria situação de isolamento em um mundo em que a solidão se tornou universal. “Por outro lado, o conteúdo daquela outra música familiar a todos está tão distante do que hoje pesa no destino humano que a experiência pessoal do público já não tem quase nenhuma comunicação com a experiência testemunhada pela música tradicional. Quando o público acredita compreender, não faz senão perceber o molde morto do que protege como patrimônio indiscutível [...]”<sup>27</sup> Rompendo com o consenso mítico que a tonalidade estabeleceu entre o indivíduo e a música, “[...] a arte séria recusou-se àqueles para quem as necessidades e a pressão da vida fizeram da seriedade um escárnio e que têm todos os motivos para ficarem contentes quando podem usar como simples passatempo o tempo que não passam junto às máquinas.”<sup>28</sup> Nesse movimento de negação, a arte séria mostra que a situação de alienação da música dentro da sociedade não pode ser superada por alguma falsa pretensão de reestabelecer a imediatividade destruída pelo capitalismo.

---

<sup>26</sup> ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. Op. cit., p. 131.

<sup>27</sup> ADORNO, Theodor W. *Filosofia da Nova Música*. Op. cit., p. 17.

<sup>28</sup> ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. Ob. cit., p. 127. Se por um lado a arte séria fala diretamente ao indivíduo a respeito de sua situação de isolamento, ao mesmo tempo em que oferece a imagem de uma esperança utópica de “redenção” que extrapola a naturalização “realista” da violência, a completa alienação desse indivíduo significa a impossibilidade de uma experiência verdadeira com essa arte. “O que estaria perto, a ‘consciência das necessidades’, torna-se insuportavelmente estranho”, afirma Adorno. “E o mais alheio, entretanto, que não contém mais nada dos homens, é metido neles a força da repetição pela maquinária, achegando-se ao seu corpo e ao seu espírito: é o que está indiscutivelmente mais próximo.” ADORNO, Theodor W. “Idéias para uma sociologia da música”. Op. cit., p. 268.

### Conteúdo de verdade

A oposição ao mundo administrado surge da necessidade de que a música se mantenha fiel a seu conteúdo de verdade. Como vimos, em seu processo de racionalização, a música se transforma em um cosmos de valor autônomo cultivado de forma consciente pelos homens. Sendo assim, ela compartilha com as demais artes a necessidade de lutar contra a regressão à heteronomia, ou seja, contra a sua sujeição aos mecanismos de dominação social desenvolvidos na sociedade capitalista do século XX. Ao mesmo tempo, como esclarece Silke Kaap, o afastamento da arte do real não é simplesmente um fato consumado, algo definitivo; pelo contrário, afirma este autor, “[...] no impulso sempre renovado de transcender sua dependência ao mundo empírico, elas [as obras de arte] contém negativamente os ditames dos quais querem se desvencilhar, e que assim nunca deixam de ditá-las de alguma maneira.”<sup>29</sup> Isso significa que existe um caráter duplo de realidade e irreabilidade do “esclarecimento estético”, cuja dialética entre esses dois polos constitui sua resistência ao mundo administrado. O predomínio de qualquer um desses polos significa a sua domesticação. Por um lado, a redução à “empíria”, ao imediatamente dado, submete a arte aos parâmetros da racionalidade instrumental de produção e consumo massivos; por outro lado, o seu alheamento em relação à realidade, a aprisiona na esfera da arte absolutizada, o ideal burguês da arte pela arte. “A pseudo-estetização do que é destinado ao consumo de massa e *l’art pour l’art* são, nessa perspectiva, os dois lados do mesmo fenômeno: uma cumpre o papel da ornamentação imediata do contexto distorcido, a outra o da ornamentação mediata, idolatria da transcendência [...]”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> KAAP, Silke. “Arquitetura moderna: paradoxos de uma utopia instrumental”. In: *Kriterion*. Revista de Filosofia. Belo Horizonte: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, v. 1, n. 85 – Número espacial sobre Theodor W. Adorno, p. 95, jan/jul de 1992.

<sup>30</sup> Idem, *ibid.*, p. 97.

A relação dialética com a realidade se estende a outros aspectos constitutivos daquela música que nega submeter-se à racionalidade do sistema de dominação: a música “radical”. Se a independência do material musical foi lograda a partir de um intenso processo de racionalização, que afina com o desenvolvimento da sociedade burguesa<sup>31</sup>, é somente através da disciplina e do total controle da composição que a música afirma sua tendência intra-estética de destruição de seus elementos “míticos”. Entretanto, se o processo de racionalização da música também significa dominação cega da natureza, as futuras conquistas sobre o material sonoro devem ser fruto de uma relação dialética com o objeto de que não esteja fundamentada na violência de suas potencialidades, pois “quanto mais a música domina a natureza musical, mais ela fica presa a essa natureza dominada”<sup>32</sup>. Se esse rigoroso controle da composição requer a inclusão de parâmetros técnico-científicos na constituição dos novos procedimentos compositivos, essa inclusão não deve ser

---

<sup>31</sup> “A evolução musical autônoma representa o todo pela simples força de sua coerência [...]. Assim, as exigências da pura coerência compositória, através das quais se desdobra a idéia da composição integral, exprimem por seu curso as tendências integradoras da sociedade burguesa, e isto porque as suas categorias latentes são idênticas às do espírito burguês, sem que seja necessário postular influências sociais externas.”. Cf. ADORNO, Theodor W. “Idéias para uma sociologia da música”. Op. cit., p. 266.

<sup>32</sup> Idem, *ibid.*, p. 39. Esse é um dos pontos principais que unem a análise feita na *Dialética do Esclarecimento* com a *Filosofia da Nova Música* de Adorno. Comentando a sua percepção sobre a técnica dodecafônica, Waizbort esclarece que “O processo, na música, é o mesmo que na sociedade: a razão transforma-se em não razão, em mito. O que seria o sujeito autônomo enredou-se em uma relação de dominação frente à natureza, e com isso acabou por impedir sua autonomia. No momento em que o sujeito subjuga completamente o material, ele se torna escravo do material. Ele se salva mas se perde. Assim como Ulisses. Esta é a *Aufklärung* musical. O próprio sujeito é seu algoz: não há regra mais coativa do

uma mera reprodução da situação histórica em que surge, mas sim colocá-la em função da necessidade de “desartificação” interna à própria música, através da qual ela rompe com o seu elemento mítico. Ou seja, deve-se lutar também contra a tendência da técnica de se tornar um fim em si mesma.

Se a separação radical entre os que fazem e os que escutam música é outra consequência marcante da racionalização musical, representando um dos principais sintomas da destruição daquelas formas de experiência coletiva às quais se referia Benjamin, Adorno entenderá que é através da figura do compositor que a tradição e a história revelarão seu potencial crítico e manterão viva a possibilidade de um mundo livre da dominação. Como produto histórico das ações humanas, o material musical traz dentro de si essa história sedimentada; e, enquanto história sedimentada, esse material traz também os problemas que não foram resolvidos pelos homens do passado. Portanto, ao se defrontar com essa objetividade do material, o compositor se defronta também com a tradição que ele representa. Adorno desenvolve essa problemática mediante o conceito de “dialética do material”, “[...] através do qual fica explicitada a relação que a expressão subjetiva do artista possui com a história daquele

---

que a auto-imposta. Quanto mais o sujeito domina o material, mais ele enreda-se na dominação e acaba dominado por ela. Essa revolta do material é a vingança da natureza.” Cf. WAIZBORT, Leopoldo. Op. cit., pp. 92-93. Refletindo sobre a dissolução do sistema temperado pelas correntes vanguardistas posteriores à Segunda Escola de Viena, este mesmo autor complementa: “O sistema temperado é, por excelência, o Selbst, fundado historicamente, do material musical, sua identidade mais profunda – o que permite a interessante analogia: se hoje, com o rompimento do sistema temperado, a música necessita repensar por inteiro a categoria do material musical, uma nova relação com a natureza se estabelece, pois aquela identidade inicial não se valida mais; trata-se de fundar uma nova identidade, e esse seria um momento privilegiado de uma nova relação com a natureza, que não fosse, novamente, dominação.” Idem, *ibid.*, p. 75.

'métier', anterior a ele, a qual direciona a produção da obra de um modo que a supremacia de qualquer um dos pólos – o subjetivo e o objetivo – sobre o outro determina um fracasso do resultado final como arte.”<sup>33</sup> Waizbort afirma que o compositor, em sua relação com esse material, “Respeita-o, afirma-o e conserva-o na justa medida em que compreende sua historicidade e, assim, dialoga com a tradição: vê como o material foi constituído e utilizado na história e *julga* sua constituição e utilização. Ao mesmo passo, desrespeita, nega e suprime o material, porque a compreensão do seu caráter social-histórico impede-o de reproduzi-lo tal como é: exige-lhe a *novidade*, exige-lhe novas respostas aos problemas composicionais, exige-lhe o novo.”<sup>34</sup> Entretanto, dado o grau de desenvolvimento do material musical, não era mais possível aos homens que atravessaram o umbral do século XX manter-se dentro da tradição da música tonal sem deparar-se com as portas da regressão. Os problemas colocados pelo estado da técnica musical, em correlação com as transformações vividas no seio da sociedade, exigiam um rompimento radical da aparência de totalidade proporcionada pela tradição da música tonal. Enquanto compositores como Stravinsky, que, frente à visão dos horrores do novo mundo que se abria nas primeiras décadas do século XX, voltaram-se para o conforto da imagem de uma coletividade idealizada proporcionada pela tonalidade, Schoenberg enfrentou a tarefa

---

<sup>33</sup> DUARTE, Rodrigo A. P. “Da filosofia da música à música da filosofia. Uma interpretação do itinerário filosófico de T. W. Adorno. In: *Kriterion*. Revista de Filosofia. Op. cit., p. 14.

<sup>34</sup> WAIZBORT, Leopoldo. Op. cit., p. 77. Marco Heleno Barreto acrescenta que “O que enlaça o Novo e o Antigo é o fato de ambos serem respostas a uma interpelação que provém do material; o que os separa é o fato de serem respostas singulares: aquilo que ficou insolúvel no passado é o que o presente deve resolver, negando a reificação pela Tradição.” BARRETO, Marco Heleno. “Subjetividade e o Novo na arte: reflexões a partir de Adorno”. In: *Kriterion*. Revista de Filosofia. Op. cit., pp. 56-57.

de levar a tradição às últimas consequências e trazer as imagens desse novo mundo à tona.

Finalmente, a música também fica sujeita a um dos elementos fundadores da modernidade: a noção de progresso. Como vimos anteriormente, o desenvolvimento do material musical deve estar, segundo Adorno, orientado de acordo com uma racionalidade *substantiva*, uma racionalidade atenta para as características históricas desse material e consciente da situação social na qual se encontra a música. Nesse sentido, Adorno entende que o estado mais racional, e, portanto, mais avançado da técnica e do material musical, coloca-se como modelo para os futuros desenvolvimentos da música. E, na medida em que esse desenvolvimento rompe as convenções sedimentadas no material musical em nome da liberdade de criação do sujeito, ele autoriza Adorno a falar em um aspecto de verdade inerente ao progresso. A subjetividade autônoma se afirma com a liberdade em relação aos padrões e fórmulas alcançada através do controle racional dos mais diversos elementos da composição, ou seja, com a rejeição de qualquer elemento pré-estabelecido como norma. Essa idéia de uma subjetividade autônoma não remete àquela imagem tipicamente burguesa do compositor romântico, senhor pleno de sua obra. Pelo contrário, ela representa a possibilidade quase utópica do sujeito expressar-se de forma espontânea através de um material musical livre de coerção. Segundo Adorno, isso ocorre porque, de forma semelhante à incapacidade do homem de utilizar, controlar e aplicar o desenvolvimento técnico das forças produtivas para a sua própria emancipação, existe uma desproporção profunda entre o “nível objetivo da música”, ou seja, a evolução objetiva do material musical, e a “musicalidade subjetiva”, ou melhor, o modo de reagir próprio do compositor. Como esclarece Barreto, “[...] o sujeito, deixando de ser visto como um ‘genial e diletante criador ex-nihilo’ ganha o estatuto menos romântico de força produtiva, e como tal aparece enredado inelutavelmente numa teia de complexas determinações, acossado pelas tensões que regem a dialética do material e obrigado a expressá-la através de si próprio. Não está em seu poder

o 'ultrapassar a separação a ele inaugurada': o artista autêntico é um condenado à penosa tarefa de exprimir a objetividade que pesa sobre ele como sofrimento. A sua verdade depende do êxito em emprestar uma voz a esse sofrimento. Nesse impulso de auto-expressão confluem a sua liberdade e a possibilidade da arte."<sup>35</sup>

Por outro lado, destaca Adorno, os desenvolvimentos da "música séria" a partir de mais ou menos 1920, "[...] são quase exclusivamente esforços para elaborar, a partir da figura da objetividade musical [...] procedimentos para aliviar seu peso sobre o sujeito, para *exonerar* a um sujeito que já não tem, a partir de si, confiança em si mesmo, pois se encontra submetido e esmagado por todas aquelas dificuldades."<sup>36</sup> Dada a debilidade do sujeito frente à objetividade do material musical, o momento de verdade se contrapõe dialeticamente a um momento negativo do progresso. Enquanto resposta historicamente válida, em seu momento, para os problemas da composição, a técnica dodecafônica, especialmente em seu desenvolvimento norteador pelo princípio do serialismo integral, acabou por enclausurar a liberdade alcançada com o atonalismo livre em um sistema completamente totalizador<sup>37</sup>. Frente a tais desenvolvimentos técnicos, esse sujeito não fica somente exonerado, fica "virtualmente extirpado". "Mas com ele também ficam extirpados aqueles controles que o sujeito exerce e que participam na constituição da objetividade musical. Se apenas se trata, realmente, de desenvolver na composição o que está encerrado em semelhante série [a série dodecafônica], então –

---

<sup>35</sup> Idem, *ibid.*, p. 55. O caráter fragmentário da obra de arte radical corresponde assim à expressão da multiplicidade do sujeito, resistindo à homogeneização totalitária operada através do ideal do sujeito romântico – "unidade idêntica a si mesma e ao todo" – instrumentalizado pela indústria cultural. Idem, *ibid.*, p. 55.

<sup>36</sup> ADORNO, Theodor W. "Dificuldades". Op. cit., pp. 123-124.

<sup>37</sup> O dodecafonismo, sistema composicional proposto e desenvolvido por Schoenberg ao longo da década de 1920, estava baseado em seqüências

a piada é tão ruim como a realidade – compor-se-ia melhor com a ajuda de uma máquina computadora eletrônica, que incomodando um compositor.”<sup>38</sup> Em seu impulso de libertação de um mundo em que o princípio totalitário dos meios reduz tudo o que existe a sua mera funcionalidade, o “sujeito musical” se transforma em simples engrenagem de uma máquina autômata.

---

### **Coda: o problema da técnica**

A partir das considerações realizadas até este momento, podemos problematizar alguns aspectos do pensamento adorniano através de um contraponto com a perspectiva de Benjamin sobre a situação da arte no século XX. As distintas posições assumidas por Adorno e por Benjamin perante os problemas colocados à produção artística pelo avanço das forças regressivas da sociedade, partem de um diagnóstico comum: a perda da aura da obra de arte. Entretanto, esses autores diferem quanto aos significados desse fenômeno.

Para Adorno, a perda da aura coincide com o processo de “desencantamento” da arte, resultado da dialética da aparência da obra autônoma, “[...] a qual nega a si mesma num processo de desenvolvimento, conscientização e explicitação da técnica

---

de doze sons diferentes cuja organização deveria evitar, ao máximopossível, assemelhar-se aos padrões da música tonal. O serialismo integral está baseado na técnica dodecafônica mas, uma vez escolhida a série de doze sons os demais âmbitos da composição – dinâmica, tempo instrumentação etc. – são definidos a partir de operações matemáticas com base em matrizes. Entre os principais expoentes dessa técnica de composição, desenvolvida especialmente a partir da década de 1950, estão Pierre Boulez, Karlheinz Stockhausen e Luigi Nono.

<sup>38</sup> Idem, *ibid.*, p. 128. Enquanto resposta radical ao princípio do serialismo integral, o princípio do “acaso”, marca da música aleatória de John Cage, se iguala a seu rival em suas consequências sobre o indivíduo. Como,

artística”<sup>39</sup>. Nesse movimento de negação dos elementos que a conformaram enquanto arte tipicamente burguesa, a música seria capaz de cristalizar em si a intenção objetiva de superação da dominação, ao mesmo tempo em que seria consciente de sua incapacidade de realizar tal intenção por si mesma. Na sua forma particular de expor os problemas gerais da vida na sociedade capitalista, a “música séria” revela possuir um potencial utópico: ela aponta sempre para a possibilidade de uma verdadeira individualidade, livre da dominação, oferecendo uma imagem negativa de um mundo positivizado em que a aparência coincide com a realidade.

Desde a perspectiva benjaminiana, a perda da aura não equivale simplesmente à dissolução da bela aparência, mas se relaciona com um processo mais amplo de ruptura das antigas formas de percepção das obras de arte, calcadas na tradição. Segundo o próprio autor, a aura “[...] é uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”<sup>40</sup>. Esse modo de ser aurático da obra de arte, continua Benjamin, nunca se descola completamente de sua função ritualística. Entretanto, “A exponibilidade de uma obra de arte cresceu em tal escala [...] que a mudança de ênfase de um polo para o outro [do valor de culto para o valor de exposição] corresponde a uma mudança qualitativa comparável à que ocorreu na pré-história.”<sup>41</sup>. Tanto pelo desenvolvimento das “novas” técnicas de produção e reprodução, quanto pela irresistível necessidade das massas de

---

afirma Adorno “[...] também o princípio do acaso, propugnado com sucesso por Cage, continuava sendo tão ‘alheio ao eu’ como o seu aparente contrário, o princípio serial; o princípio do azar também pode ser visto como exoneração do eu debilitado.”. Idem, *ibid.* p. 129.

<sup>39</sup> GATTI, Luciano. *Op. cit.*, p. 199.

<sup>40</sup> BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. *Op. cit.*, pp. 170-171.

<sup>41</sup> Idem, *ibid.*, p. 173.

“possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia”<sup>42</sup>, a regressão desse elemento distante, oculto, constitutivo da obra de arte, acompanha aquele outro processo que Benjamin descreveu como o “esquecimento da tradição”<sup>43</sup>. Em seus estudos sobre Kafka, este autor já apontava para o esvaziamento de uma concepção de verdade fundada na tradição. E, devido ao fato de que o fenômeno da dissolução imanente da aparência nas obras de arte modernas mantenha intacto determinados elementos de origem ritualístico que deram fundamento à experiência da obra de arte autônoma, a própria possibilidade de articulação entre arte e verdade se torna problemática. Por esse motivo, Benjamin apostava na rearticulação das relações entre arte e verdade através de um emprego progressista das “novas” técnicas de produção e reprodução – com destaque especial para o cinema –, não mais baseado nas possibilidades de conhecimento da verdade oferecidas pela tradição, mas sim nas possibilidades abertas pelas transformações nas formas de percepção humana. Enquanto Adorno vê o declínio da aura como consequência do desenvolvimento dialético imanente da obra de arte autônoma, “[...] Benjamin o apresenta como *corte* qualitativo em relação à arte do passado, também produzido pelo desenvolvimento das técnicas artísticas, mas cuja evolução resulta em saltos capazes de gerar um novo conceito de arte e uma reorganização dos elementos do passado em função dessa ruptura [...]. Se a reprodutibilidade técnica representa um corte com a tradição,

---

<sup>42</sup> Idem, *ibid.*, p. 170.

<sup>43</sup> “Na percepção do objeto próximo, a aura se apresenta na referência ao elemento distante, seja ele a tradição, na forma do testemunho recolhido pelo objeto ao longo de sua história, seja o elemento sagrado, ao mesmo tempo representado pelo objeto e inacessível em sua materialidade àquele que lhe presta devoção. A distância encerra assim um mistério que não é desvendado, mas permanece como condição da integração do objeto à experiência do sujeito.” Cf. GATTI, Luciano. *Op. cit.*, pp. 195-196.

a aproximação violenta das coisas coloca à disposição dos espectadores as condições de uma outra forma de aprendizado do mundo [...]”<sup>44</sup>.

Em sua crença no poder da obra de arte autônoma e na capacidade crítica do indivíduo como formas de resistência à dominação, Adorno manteve inabalados determinados pressupostos do “período aurático” da obra de arte: de um lado, a unicidade e autenticidade da obra, e de outro, uma forma de experiência artística baseada em uma postura contemplativa, que exige, como contrapartida, um sujeito “kantiano”<sup>45</sup>. Por isso, ele criticava o “otimismo” benjaminiano de apostar na distração – uma disposição característica do comportamento das massas – como uma força capaz de ser mobilizada para a luta contra a dominação. Por outro lado, desde a perspectiva de Benjamin, seria Adorno quem, ao não compreender completamente o significado e as consequências do esvaziamento da tradição, estaria superestimando a capacidade de resistência oferecida pela obra de arte autônoma. “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós”?, pergunta Benjamin. A nova forma de barbárie que essa pobreza de experiência inaugura abriu a possibilidade de que o homem, “deitado como um recém nascido nas fraldas sujas de nossa época”, construísse, a partir do zero, uma nova forma de experiência. Assim, estaria preparado, “se necessário”, para sobreviver à liquidação da cultura<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Idem, *ibid.*, p. 241.

<sup>45</sup> Um dos principais pontos da crítica de Adorno à indústria cultural é que ela, através de seus produtos massificados, desconstrói o momento de subjetivação rompendo a unidade sintética da percepção e tomando para si a tarefa de “produzir” as relações entre a diversidade do sensível e os conceitos fundamentais.

<sup>46</sup> BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Op. cit., pp. 116-119.

## Bibliografia

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Filosofia da Nova Música*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Impromptus. Serie de artículos musicales publicados de nuevo*. Barcelona: Editora Laia, 1985.
- \_\_\_\_\_. "Idéias para uma sociologia da música". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Música, lenguaje y su relación en la composición actual". In: ADORNO, Theodor W. *Sobre la música*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2000.
- \_\_\_\_\_. "O fetichismo na música e a regressão da audição". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_. "Sobre música popular". In: COHN, Gabriel (org.). *Sociología*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Sociología del arte y de la música". In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *La sociedad: lecciones de sociología*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1969.
- BENJAMIN, Walter. *Dos ensayos sobre Goethe*. Barcelona: Gedisa, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Experiência e pobreza". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994.
- \_\_\_\_\_. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994.

- GAGNEBIN, Jean Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- GATTI, Luciano. *O foco da crítica: arte e verdade na correspondência entre Adorno e Benjamin*. 2008. 298f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- Kriterion*. Revista de Filosofia. Belo Horizonte: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, v. 1, n. 85 – Número espacial sobre Theodor W. Adorno, p. 95, jan/jul de 1992.
- LIMA REZENDE, Gabriel S. S. *La música como dimensión constitutiva del racionalismo occidental: Max Weber y Los fundamentos racionales y sociológicos de la música*. 2007. 228 f. Tese (Diploma de Estudios Avanzados em Musicologia) – Departamento de Historia del Arte de la Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Granada, Granada, Espanha, 2007.
- LIMA REZENDE, Gabriel S. S. “Música, experiência e memória: algumas considerações sobre o desenvolvimento da partitura a partir das obras de Max Weber e Walter Benjamin”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano VIII, n. 85, 2008. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/085/85rezende.htm>.
- WAIZBORT, Leopoldo. *Auklarüng musical: considerações sobre a sociologia da arte de Th. W. Adorno na Philosophie der neuen Musik*. 1991. 354 f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

## HEIDEGGER E A POSSIBILIDADE DE UM HUMANISMO PÓS-METAFÍSICO

*Luciano Campos dos Santos*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva expor algumas idéias da carta de Heidegger Sobre o Humanismo e apresentar a sua proposta de um humanismo pós-metafísico, no qual a essência do homem – concebida como ec-stática e relacional – deve ser levada à sua plenitude pela “simplicidade” da ação de pensar. A abordagem – aqui visada – da idéia heideggeriana de realização da essência do homem a partir de uma relação originária com o ser pretende, outrossim, questionar o alcance da proposta humanista heideggeriana, em seus desdobramentos éticos.

**Palavras-Chave:** Heidegger, Humanismo, Ética.

**Abstract:** This paper aims to expose some ideas present in Heidegger’s letter *On Humanism*, and to present its proposal of a post-metaphysical humanism, in which man’s essence – conceived as ek-static and relational – must be brought to plenitude through the “simplicity” of the action of thinking. This paper intends also to approach the Heidegger’s idea of a realization of man’s essence from an originary relation with *being*, opening a path to the questioning of the ethical implications of Heidegger’s humanist proposal.

**Keywords:** Heidegger, Humanism, Ethics.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNICAMP.

## 1. A carta Sobre o Humanismo

A carta *Sobre o Humanismo*<sup>2</sup> insere-se no contexto da *virada* (*kehre*) heideggeriana, ocorrida em 1930, período a partir do qual costuma-se falar de um Segundo Heidegger, devido à mudança do questionamento sobre o *sentido do ser* – que tomou como ponto de partida a fenomenologia do ser-no-mundo, desenvolvida em *Ser e Tempo* – para o questionamento sobre a *verdade do ser*, que tem no texto *Sobre a essência da verdade* o seu “marco inicial”<sup>3</sup>. Dirigida a Jean Beaufret, em 1946, essa carta é a primeira reflexão explícita de Heidegger sobre a virada de seu pensamento (cf. HEIDEGGER, 1984, p. 5), se constituindo, assim, como uma auto-interpretação.

Em *Ser e Tempo*, o questionamento do sentido do ser seguiu, de forma enviesada, a trilha da Analítica Existencial, visando à liberação fenomenológica do horizonte da temporalidade do *Dasein*, a partir do qual Heidegger pensou conseguir encontrar a conexão entre “o fenômeno originário do tempo” e “o sentido do ser em geral” (cf. HEIDEGGER, 2001b, p. 250). Tendo fracassado nessa tentativa, nos escritos pós-1930, Heidegger irá dispensar as análises da temporalidade do *Dasein* para pensar o caráter temporal do sentido do ser e, desde então, passou a debruçar-se

---

<sup>2</sup> As referências ao texto *Sobre o humanismo* serão feitas pelas iniciais SH – para as citações da versão em português, do prof. Ernildo Stein – e UH – para as citações do texto original alemão – seguidas dos números das páginas das respectivas edições.

<sup>3</sup> Cf. Nota de tradução do texto *Sobre a essência da verdade* in HEIDEGGER, 1996, p. 151. O próprio Heidegger faz alusão a esse fato, ao dizer que “A conferência *Sobre a Essência da Verdade*, pensada e levada a público em 1930, mas apenas impressa em 1943, oferece uma certa perspectiva sobre o pensamento da viravolta de *Ser e Tempo* para *Tempo e Ser*” (SH, p. 156).

sobre a questão da *verdade*<sup>4</sup> do *ser*<sup>5</sup> (*Wahrheit des Seins*) e, por conseguinte, da essência dessa verdade (Cf. PÖGGELER, 2001, p. 89; LOPARIC, 2005, *passim*).

---

<sup>4</sup> De antemão, convém lembrar que, desde as Interpretações fenomenológicas sobre Aristóteles (Informe Natorp), texto de 1922, Heidegger concebe a verdade (*Wahrheit*) como “desocultação” e “desvelamento”. Essa concepção é forjada a partir de uma idiossincrática interpretação – anunciada no Informe Natorp – da idéia de verdade (*alétheia*), presente no livro VI, da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles. Em grego, *alétheia* é um substantivo correspondente ao verbo *lanthano* que significa “esquecer”, “estar escondido/oculto. Heidegger interpreta o alfa inicial de “*alétheia*” como um alfa privativo e, desse modo, *alétheia* é pensada como “não-ocultação” (des-ocultação), “não-velamento” (des-velamento). “Verdade do ser” significa, portanto, “desvelamento do ser”, o seu “dar-se”, no sentido que será comentado mais adiante, neste texto. A Conferência “*Sobre a Essência da Verdade*” oferece os primeiros traços da tentativa heideggeriana de pensar o desvelamento do ser como um acontecimento historial.

<sup>5</sup> Como é sabido, a idéia de *ser*, em Heidegger, tem um sentido completamente diverso daqueles da Ontologia tradicional. Heidegger sempre se inquietou por saber o significado fundamental de *ser*, subjacente aos seus múltiplos sentidos, dos quais falava Aristóteles, na *Metafísica* (cf. HEIDDEGER, *Meu caminho para a fenomenologia*, 1979). Desde *Ser e Tempo*, Heidegger se preocupou em desfazer os “preconceitos” consolidados pela filosofia tradicional, que impediam a re-colocação da questão do ser (*Seinsfrage*) e, partindo do pressuposto de que o ser não se explica pelo ente – mas o contrário – procurou pensar a chamada “diferença ontológica” (a saber: a diferença entre *ser* e *ente* – algo que, por exemplo, na Ontologia aristotélica, não faz muito sentido). Obviamente, uma compreensão adequada da idéia heideggeriana de *ser* (principalmente a do II Heidegger) exige um mergulho em seus textos. Grosso modo, podemos dizer que a indisponibilidade da configuração do sentido do mundo ao domínio da subjetividade humana traduz – evidentemente de forma empobrecida – a idéia de um “desvelamento do ser”. Para Heidegger, o ser dos entes, a linguagem, o mundo humano, a história não são, em nenhum sentido, produtos de um sujeito pensante, mas antes, determinados por um “poder” que escapa ao homem

É importante ressaltar que a virada não constituiu um abandono do projeto inicial de Heidegger, mas tão-somente uma mudança no modo de enfrentamento da questão sobre o ser (a *Seinsfrage*), que permanecerá a questão fundamental do início ao fim de sua obra. Sobre isto, diz Heidegger, na carta *Sobre o Humanismo*:

esta viravolta [*kehre*] não é uma mudança do ponto de vista de *Ser e Tempo*; mas nesta viravolta, o pensar alcança o lugar do âmbito a partir do qual *Ser e Tempo* foi compreendido e, na verdade, compreendido a partir da experiência fundamental do esquecimento do ser [*Seinsvergessenheit*] (SH, p. 156; UH, p. 17).

A carta *Sobre o Humanismo*, buscando dar conta de responder algumas questões levantadas por Beaufret, enreda-se numa espécie, toda particular, de “filosofia da ação”<sup>6</sup>. Se, em *Ser e Tempo*,

---

– “O homem não tem em seu poder o desencobrimento em que o real cada vez se mostra ou se retrai e se esconde” (HEIDEGGER, 2006, p. 21). O poder, enquanto capacidade de “deixar que algo [os entes, o mundo etc.] desdobre o seu ser em sua pro-veniência [Her-kunft]” (SH, p. 150), é poder do ser. É no movimento originário de desvelamento do ser que “irrompem as raras, simples e capitais decisões da história” (HEIDEGGER, *Sobre a Essência da Verdade*, 1996, p. 163). Por isso, Habermas (2000, p. 218) dirá (naturalmente, num tom de crítica) que esse ser é uma “instância meta-histórica de um poder originário fluidificado no tempo”. Haar acena para o fato de que uma leitura não dogmática de Heidegger deve levar em conta a questão: “a idéia de ser não será uma hipótese da contingência do mundo?” (HAAR, 1990, p. 158).

<sup>6</sup> Obviamente, a expressão “filosofia da ação” longe de indicar algo como uma “*doctrine d'action*” – como Sartre concebe o seu existencialismo – deve ser tomada, nesse contexto, com algumas restrições, quais sejam: 1) que se pense o conceito de “ação” no sentido preciso explicitado por Heidegger; 2) que se tome o conceito de filosofia num sentido amplo, de forma a abranger o que Heidegger chama simplesmente de “pensar” ou “meditar” (*Nachdenken*,

Heidegger se mostrava avesso à utilização da palavra ação (*Handeln*), no contexto da Analítica Existencial – preocupado em evitar a falsa idéia da existência de um limite ontológico entre teoria e prática (cf. HEIDEGGER, 2001b, p. 91) –, na carta *Sobre o Humanismo*, ele visa, explicitamente, a uma tematização da “essência da ação” (*Wesen des Handelns*)<sup>7</sup>.

As considerações que Heidegger faz sobre o agir, já nos primeiros parágrafos da sua Carta, de algum modo, remetem à diferenciação, exposta por Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, entre ação (*práxis*) e produção/fazer (*poíesis*). Assim, na carta *Sobre o*

---

cf. UH, p. 34). Heidegger, certamente, rejeitaria a expressão “filosofia da ação”, aqui utilizada, pois, o discurso da carta *Sobre o Humanismo* não pretende ser filosofia, mas, simplesmente, pensamento. Na carta *Sobre o Humanismo*, o pensar filosófico, *stricto sensu*, é tomado como um pensar técnico, teórico, que busca “explicações e fundamentações” (SH, p. 152). O pensar essencial, meditativo, não seria, em absoluto, daquela espécie de pensar que é próprio à filosofia. Esta distinção entre filosofia e pensamento é melhor explicitada, por Heidegger, no texto que se intitula, precisamente, *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*, de 1964.

<sup>7</sup> Note-se que a carta inicia-se, justamente, com a asserção: “estamos ainda longe de pensar, com suficiente radicalidade, a essência do agir” (SH, p. 149 – No original: “*Wir bedenken das Wesen des Handelns noch lange nicht entschieden genug*” – UH, p. 5). É difícil não entrever nessa frase e nas seguintes que compõem os primeiros parágrafos da carta *Sobre o Humanismo* (e em outras tantas ao longo do texto) uma crítica e, ao mesmo tempo, uma tomada de distanciamento das idéias de Sartre, expostas em *L’existencialisme est un Humanisme*. Tudo se passa como se, já de saída, Heidegger quisesse marcar bem os limites entre o seu pensamento e a “*doctrine d’action*” e do “*engagement*”, de Sartre. Principalmente, depois deste ter incluído Heidegger entre os “existencialistas ateus”, cujo traço comum é “partir da subjetividade” (SARTRE, 1946, p. 17). Não à toa, Heidegger dirá, mais adiante, que “a frase capital do ‘Existencialismo’ [*l’essence précède l’existence*] não tem o mínimo em comum com aquela frase em *Ser e Tempo* [*Das ‘Wesen’ des Daseins liegt in seiner Existenz*]” (SH, p. 157).

*Humanismo*, como na *Ética a Nicômaco* (1140 a 5-6), fazer e agir são coisas diferentes. Para Aristóteles, essa diferença reside, grosso modo, no fato de que o fazer (*poiesis*) tem por finalidade a obra (o produto), enquanto a ação (*praxis*) é um fim em si mesma. Já a preocupação de Heidegger será distinguir o fazer (*Tun, Machen*) enquanto “causar um efeito” (*Bewirken einer Wirkung*) e a ação enquanto consumação (*Vollbringen*) de algo, no sentido de levá-lo à “plenitude de sua essência” (*Fülle seines Wesens*)<sup>8</sup>. Contudo, para Heidegger, o pensar será, ao mesmo tempo, *praxis* e *poiesis*. De que modo? Sabe-se que a *poiesis*, segundo Aristóteles, está estreitamente vinculada à *tékhnē* (cf. *Ética a Nicômaco* 1140 a 7-10), que é condição de possibilidade do fazer / produzir. Ora, boa parte do esforço de Heidegger, na carta *Sobre o Humanismo*, consiste, justamente, em superar a concepção “técnica” do pensar. Como então é possível que Heidegger conceba o pensar como um ato *poiético*, mas não técnico?

É difícil precisar o significado de *poiesis*, na carta *Sobre o Humanismo*. Heidegger simplesmente se limita a dizer que o pensar é *praxis* e *poiesis*, sem fazer maiores considerações sobre este último aspecto. Conforme observa Taminiaux, a idéia de *poiesis* ligada, em *Ser e Tempo*, ao existencial da *Ocupação* (*Besorgen*) com os entes intramundanos – e, portanto, vinculada à inautenticidade (*Uneigentlichkeit*) e à queda (*Verfallen*), próprias ao modo de ser cotidiano do *Dasein* – é, no desenvolvimento do pensamento de

---

<sup>8</sup> Taminiaux observa como a apropriação que Heidegger faz do conceito aristotélico de *praxis*, desde *Ser e Tempo*, desvincula completamente esse conceito das suas conotações políticas, e isto de tal modo que os aspectos que Aristóteles associa à *praxis*, tais como “a doxa, a relação com o outro, o debate plural são excluídos [da *Resolução, Entschlossenheit*, modo autêntico de ser do *Dasein*] e relegados para a órbita da preocupação [*Fürsorge*], i. é., do comportamento inautêntico do *Dasein*” (TAMINIAUX, 1995, p. 149). Segundo Taminiaux, a proposição de Heidegger, na carta *Sobre o Humanismo*, de que o pensar é a consumação da ação (consumação de uma relação com o ser), tem, na verdade, ressonâncias platônicas (cf. TAMINIAUX, 1995, p. 156).

Heidegger, levada “a uma verdadeira reabilitação ontológica” (TAMINIAUX, 1995, p. 148), de tal modo que, na carta *Sobre o Humanismo*, “o próprio pensador é uma espécie de artesão” (TAMINIAUX, 1995, p. 149). Mas, também Taminiaux não expõe o que isso pretende significar.

Na conferência *A questão da técnica (Die Frage nach der Technik)* – pronunciada em 1953 –, Heidegger interpreta a *poiesis* como um modo de desvelar os entes, como um “produzir” (*Her-von-bringen, Veranlassung*<sup>9</sup>) que “conduz do encobrimento [*Verborgenheit*] para o desencobrimento [*Unverborgenheit*]” (2006, p. 16). Nesse sentido, são produtos de uma *poiesis* tanto o objeto artesanal, quanto a própria *phýsis*. Assim, dando-nos a liberdade de transpor a interpretação da *poiesis* exposta em *A questão da técnica* para a carta *Sobre o Humanismo* (mesmo correndo o risco de anacronismo), podemos conjecturar que o pensar essencial é *poiético* porque: 1) conduz a um “desencobrimento” da “verdade do ser”, enquanto *tal*, ou seja, enquanto “clareira” (*Lichtung*) (cf. SH, p. 141, 158) e “destino” (*Geschick*) (cf. SH, pp. 160, 162)<sup>10</sup>; 2) é produtor<sup>11</sup>, na medida em que *prepara* o advento de uma possível virada do ser na época da técnica<sup>12</sup>, bem como o advento da mais essencial *humanitas* do homem<sup>13</sup>.

Enquanto *práxis* e *poiesis* (originárias), o pensar é, portanto, ação autotélica (*práxis*) e produtiva (*poiesis*), mas não técnica. Resulta, assim, que a “filosofia da ação” heideggeriana, é,

<sup>9</sup>Na versão em português, “*Veranlassung*” é traduzido como “deixar-viger” e “*Her-von-bringen*” como “pro-dução” (cf. HEIDEGGER, 2006, p. 16).

<sup>10</sup>Sobre o destino (*Geschick*) como o “por a caminho de um desencobrimento”, ver: HEIDEGGER, 2006, p. 27.

<sup>11</sup>No sentido de “levar algo a” (*Veranlassung*).

<sup>12</sup>O pensamento do ser é “cuidado da virada do esquecimento do ser” (HEIDEGGER, 2006, p. 163).

<sup>13</sup>“Pensar a verdade do ser significa, ao mesmo tempo: pensar a *humanitas* do *homo humanus*” (SH, p. 169). Lembremos que é Heidegger mesmo quem diz que o pensar, enquanto consumação da essência do homem, no sentido de “levá-la à plenitude”, é um *producere* (cf. SH, p. 149).

sobretudo, uma “filosofia do pensar”, pois, o pensar é, em sua essência, *ação*. O pensar essencial, enquanto *ação*, é sempre “pensar do ser” – o que significa dizer que é sempre requisitado pelo ser e voltado para o ser – não é um pensar sobre os entes, que seria já teoria. O pensar teórico, cuja forma, regras e métodos são dados pela Lógica e Gramática tradicionais, e que tem como “objetos” os entes, visualizados de um modo particular, é um pensar que não é ação, mas técnica. Nesse sentido, Heidegger observará que:

Para primeiro aprendermos [*lernen*] a experimentar [*erfahren*], em sua pureza, a citada essência do pensar, o que significa, ao mesmo tempo, realizá-la, devemos libertar-nos da interpretação técnica do pensar, cujos primórdios recuam até Platão e Aristóteles. O próprio pensar é tido, ali, como uma *tékhnē*, o processo da reflexão a serviço do fazer e do operar [*Tun und Machens*]. A reflexão [*Überlegen*], já aqui, é vista desde o ponto de vista da *práxis* e *poiesis*. A caracterização do pensar como *theoria* e a determinação do conhecer como postura “teórica” já ocorrem no seio da interpretação “técnica” do pensar” (SH, p. 150; UH, p. 6).

Podemos, agora, resumir as idéias apresentadas por Heidegger – logo nos primeiros parágrafos da carta *Sobre o Humanismo* – nos seguintes pontos basilares, que permeiam as suas considerações ao longo de todo o texto: 1) Pensar não é um comportamento teórico-contemplativo *que se opõe à ação*, mas é *ação*, no sentido mais eminente; 2) A ação de pensar – livre da tutela da Gramática e da Lógica Tradicionais – consome a relação (*Verhältnis, Bezug*) do ser com a essência do homem e *engaja* o homem “em favor [für] da verdade do ser” (SH, p. 149), portanto, é necessário *aprender* (*lernen*) a experiência do pensar (cf. SH, p. 158); 3) Essa relação, que é ao mesmo tempo uma ação de engajamento, é mediada pela Linguagem; 4) Os pensadores

essenciais e poetas têm acesso privilegiado à verdade do ser – são “guardas” (*Wächter*) dela; 5) O humanismo, porquanto vinculado ao pensar metafísico, jamais foi (ou será) capaz de pensar radicalmente a essência do homem.

---

## 2. O humanismo metafísico e o pós-metafísico

Para Heidegger, o humanismo é uma manifestação do pensar que perdeu o seu elemento – é o produto de uma linguagem desvinculada do ser e decaída em falatório e publicidade<sup>14</sup> (Cf. SH, p. 151). O humanismo – enquanto movimento histórico-cultural fundado num discurso sobre o homem que se articula no interior desse modo de ser da linguagem (que é, sobretudo, recusa de sua essência) – nada mais é que o corolário antropológico da metafísica da subjetividade<sup>15</sup>. A linguagem, encerrada nos limites da subjetividade, torna o homem senhor do ente à medida que “abandona-se a nosso puro querer e à nossa atividade, como instrumento de dominação do

---

<sup>14</sup> O conceito de “falatório” (*Gerede*), aqui aludido, é – como o conceito de “publicidade” (*Öffentlichkeit*) – originário de *Ser e Tempo*, e, embora não explicitamente mencionado na carta *Sobre o Humanismo*, está contido no que Heidegger aí define como “ditadura da opinião pública” (*Diktatur der Öffentlichkeit*) (Cf. SH, p. 151).

<sup>15</sup> Para Heidegger, é precisamente quando o homem, na época moderna, se torna *sujeito* de representações, e o ente *objeto* de um representar, que são postas as condições para um efetivo antropocentrismo e a conseqüente dominação do ente. Segundo Heidegger, através do representar “lo ente llega a la estabilidad como objeto y sólo así recibe el sello del ser. Que el mundo se convierta en imagen es exactamente el mismo proceso por que el hombre se convierte en *subjectum* dentro de lo ente (...) El entretejimiento de ambos procesos, decisivo para la esencia de la Edad Moderna, que hace que el mundo se convierta en imagen y el hombre en *subjectum*, arroja también una luz sobre el proceso fundamental de la historia moderna (...) Así las cosas, no es de extrañar que solo surja el humanismo allí donde el mundo se convierte en imagen” (HEIDEGGER, 1997, p. 90s).

ente” (SH, p. 152). Essa dominação dá-se quando “encontramos o ente como o efetivamente real tanto quando calculamos e agimos como quando procedemos cientificamente e filosofamos com explicações e fundamentações” (SH, p. 152).

Heidegger vê no humanismo e em suas pretensões antropocêntricas o latente “domínio da subjetividade” (*Herrschaft der Subjektivität*), do qual resulta sempre a “incondicional objetificação de tudo” (*unbedingte Vergegenständlichung von allem*) (SH, p. 151). O tom com que Heidegger fala do humanismo – identificando-o com outros *ismos*, sempre requisitados pela “ditadura da opinião pública” (*Diktatur der Öffentlichkeit*), e cujos efeitos catastróficos já se manifestaram sobejamente (Cf. SH, p. 150) – é bem interpretado por Sloterdijk, ao dizer:

Heidegger interpreta o mundo histórico da Europa como o teatro dos humanismos militantes; ele é o campo no qual a subjetividade humana leva a cabo, com fatídica conseqüência, sua tomada de poder sobre todos os seres. Sob essa perspectiva, o humanismo se oferece como cúmplice natural de todos os possíveis horrores que podem ser cometidos em nome do bem humano (SLOTERDIJK, 2000, p. 30s).

Com o domínio crescente da subjetividade e, por conseqüência, da objetificação dos entes; com o “esvaziamento da linguagem” (*Verödung der Sprache*) (SH, p. 151) e sua decaída em mero instrumento de informação e de cálculo – que possibilitam ao homem um agir correspondente à essência da técnica (Cf. SH, p. 169), isto é, um agir que visa a *causação de efeitos* – o que, efetivamente, se encontra em “perigo” (*Gefahr*) e “ameaça” (*Gefährdung*) é a própria essência do homem (cf. SH, p. 151). O humanismo, em sua origem essencialmente metafísica, consolida o esquecimento da verdade do ser e, desse modo, está sempre de mãos dadas com esse perigo e com essa ameaça. A saída dessa situação *decadente*<sup>16</sup> exige, afirma Heidegger, um retornar – “caso

<sup>16</sup> Referente à decaída (*Verfallen*), termo que, tanto em *Ser e Tempo*, quanto na carta *Sobre o Humanismo* (Cf. p. 159) não tem nenhuma conotação

encontre” – ao “caminho para a proximidade do ser” (SH, p. 152). É no habitar a “proximidade do ser” (*Nähe des Seins*) que Heidegger julga consistir a essência do homem, e o verdadeiro humanismo nada mais é que o “meditar” (*Besinnen; Nachdenken*) que conduz o homem a essa proximidade:

Para onde se dirige o “cuidado” [*Sorge*], senão no sentido de reconduzir o homem novamente para a sua essência? Que outra coisa significa isto, a não ser que o homem (*homo*) se torne humano (*humanus*)? Deste modo então, contudo, a *humanitas* permanece a preocupação de um tal pensar; pois o humanismo é isto: meditar e cuidar [*Sinnen und Sorgen*] para que o homem seja humano e não des-humano, inumano, isto é, situado fora de sua essência. Entretanto, em que consiste a humanidade do homem? Ela repousa em sua essência. (SH, p. 152).

“Humanismo” significa, agora, caso nos decidamos a manter a palavra: a essência do homem é essencial para a verdade do ser, mas de tal modo que, em consequência disto, precisamente não importa o homem simplesmente como tal. Desta maneira, pensamos um “humanismo” de natureza singular (SH, p. 165).

Com essas palavras, Heidegger, a um só tempo: 1) propõe a superação do humanismo metafísico; 2) apresenta o projeto de um humanismo que é pós-metafísico porque pensa a essência do homem a partir da questão da verdade do ser<sup>17</sup>, e, por consequência, pensa a “solicitude pelo homem” (*Bemühung um*

---

moral, apenas ontológica. Heidegger afirma que “o esquecimento da verdade do ser, em favor da agressão do ente impensado em sua essência, é o sentido da ‘decaída’ nomeada em *Ser e Tempo*” (SH, p. 159)

<sup>17</sup> É sabido que já em *Ser e Tempo*, com o projeto de “destruição” da história da ontologia, seguindo o fio condutor da questão do ser (*Seinsfrage*),

*den Menschen*) na perspectiva da recondução deste à sua habitação essencial, à “casa do ser” (*Haus des Seins*), a qual também é “morada do homem” (*Behausung des Menschen*) – em suma, pensa o homem a partir de sua *humanitas* mais originária (Cf. SH, p. 154). Esse humanismo não pretende formar a *humanitas* do homem por meio de uma cultura literária, mas busca reconduzi-lo à sua essência mediante o pensar meditativo, silencioso, dócil ao apelo (*Anspruch*) do ser; 3) propõe um humanismo que desloca o homem de sua posição central em meio aos entes (Cf. SH, p. 159), desferindo, desse modo, um duro golpe contra as pretensões antropocêntricas da modernidade, pois, neste humanismo, “não importa o homem simplesmente como tal” (SH, p. 165), mas a realização de sua essência ec-stática, isto é, a sua transcendência em direção à verdade do ser. É dessa forma que o homem pode deixar de ser “o senhor dos entes” (*Herr des Seienden*) para tornar-se “o pastor do ser” (*Hirt des Seins*) (SH, p. 163). Tornar-se “pastor do ser” – isto é, cuidar, zelar (pensando) pela “verdade do ser” –

---

Heidegger esforça-se por abrir um horizonte de pensamento não-metafísico. É, no entanto, a partir da virada (1930) que Heidegger leva a termo, em sucessivas etapas, a tarefa de uma “desconstrução” da metafísica, com base no questionamento da “verdade do ser”. Não obstante as nuances da caracterização da metafísica ao longo da sua obra, pode-se dizer, em linhas gerais, que o pensar metafísico, segundo Heidegger, situa-se, historicamente, no âmbito do questionamento da “entidade do ente” e se constitui como o contínuo encobrimento – que perpassa toda a história da filosofia – da verdade do ser enquanto desdobramento epocal do sentido do ente em sua totalidade. A questão da verdade do ser põe em marcha “o pensar no próprio ser” (HEIDEGGER, 1996, p. 79), e nada mais é que uma correspondência “ao ser como ser”, por isso, “no pensamento da verdade do ser, a metafísica está superada” (HEIDEGGER, 1996, p. 78). É nesse sentido que se pode dizer que o pensar heideggeriano – em se movendo no interior do questionamento da verdade do ser – é pós-metafísico. E, uma vez que “toda determinação da essência do homem que já pressupõe a interpretação do ente, sem a questão da verdade do ser (...) é Metafísica” (SH, p. 153), o pensar a essência do homem em sua relação com a verdade do ser implica, portanto, num “humanismo” pós-metafísico.

seria, para Heidegger, o *dever* ou o *ter-que-ser* mais essencial e mais urgente que qualquer imperativo ético, porque implica a realização da essência do homem.

---

### 3. A essência relacional do homem

Em *Ser e Tempo*, o *Dasein* foi pensado como um ser de relações, a partir de sua determinação ontológica fundamental: o Cuidado (*Sorge*). Como *Sorge*, o *Dasein* relaciona-se com os entes intramundanos (Ocupação – *Besorgen*), com outros entes que têm o mesmo caráter do *Dasein* (Preocupação – *Fürsorge*) e consigo mesmo, na medida em que, existindo, “está em jogo o seu próprio ser” (*um sein Sein selbst geht*). Essas relações sempre se dão sobre a base de uma determinada compreensão de *ser*<sup>18</sup> e isto significa que, em última análise, o *Dasein se relaciona com “algo” como o ser*<sup>19</sup>.

Na carta *Sobre o Humanismo*, a compreensão do homem como *existência* e como um ser relacional é retomada: o homem, assume, enquanto ec-sistente<sup>20</sup>, desde sempre, uma relação com os entes e, dessa forma, com o ser. Assim dirá Heidegger: “Para toda percepção do ente em seu ser, ser mesmo já se iluminou e acontece historialmente em sua verdade” (SH, p. 154)<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. ST, p. 306, nota 87; GA 2, p. 204, nota “a”.

<sup>19</sup> Na carta *Sobre o Humanismo*, Heidegger dirá que o “cuidado”, já em *Ser e Tempo*, fora pensado como “cuidado” pela clareira do ser, como “proteção” da verdade (desvelamento) do ser: “O homem é pastor do ser. É somente nesta direção que pensa *Ser e Tempo*, quando é experimentada a existência ec-stática como o ‘cuidado’” (SH, p. 158).

<sup>20</sup> Com o termo “ek-sistenz”, Heidegger quer enfatizar a transcendência essencial do homem em direção ao ser. O homem, enquanto existência, é um *ser (esse) fora (ex)*, é a abertura (o “aí”) onde o ser se manifesta: é “a clareira do ser” (SH, p. 155). Já em *Ser e Tempo*, o *Dasein* compreendido como existência, era caracterizado como um ser desde sempre “já fora”, como transcendência em direção ao mundo: um *ser-no-mundo*.

<sup>21</sup> “für jedes Vernehmen des Seienden in seinem Sein das Sein selbst schon gelichtet ist und in seiner Wahrheit sich ereignet” (UH, p. 13).

A relação do homem com o ser dá-se sempre por meio da linguagem. O “por meio”, aqui, não significa que a linguagem seja um mero instrumento utilizado pelo homem para referir-se aos entes em seu ser, mas o meio, enquanto espaço, dimensão, âmbito, que *possibilita* ao homem pensar e dizer o ser (dos entes). Essa possibilidade de pensar e dizer o ser, não é originariamente do homem, ela é, antes de tudo, querida pelo ser e oferecida ao homem, por ele. É o ser que possibilita o pensar e o dizer, na medida em que se desvela. O homem, enquanto ec-sistência, é simplesmente *ex-posto*<sup>22</sup> ao ente desvelado em seu ser, e *convocado* a *acolher* e *recolher*, no pensamento e na linguagem (*logos*)<sup>23</sup>, o que se desvela. É nesse sentido que Heidegger diz: “o homem é ‘jogado’ [*geworfen*] pelo ser mesmo na verdade do ser, para que, ec-sistindo, desta maneira, guarde [*hüte*] a verdade do ser, [e] na luz do ser [*im Lichte des Seins*], o ente se manifeste [*erscheine*] como o ente que efetivamente é” (SH, p. 158). O ser é, assim, a clareira (*Lichtung*) do ente<sup>24</sup> (Cf. SH, p. 161), no sentido de que é a “abertura que garante a possibilidade de um aparecer e de um mostrar-se [dos entes]” (HEIDEGGER, *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*, 1996, p. 102). O meio de manifestação/compreensão do ente, nessa clareira, é a linguagem. É na linguagem que se faz visível o acontecer (*ereignen*) historial do desvelamento do ser, acontecer esse que possibilita a manifestação dos entes<sup>25</sup> e a sua compreensão pelo homem. O desvelamento do ser advém à linguagem na medida em que o homem *diz* o que *são* os entes e, desse modo, “traz [o ser] à linguagem” (Cf. SH, p. 174). A linguagem é, portanto,

---

<sup>22</sup> “Ec-sistência significa (...) estar exposto na verdade do ser” (SH, p. 156).

<sup>23</sup> Ver a interessante exploração do significado de *logos* como *recolhimento* (*Sammlung*), no ensaio *Logos*, um comentário ao fragmento 50, de Heráclito (HEIDEGGER, 2006, p. 184s).

<sup>24</sup> Para um detalhamento do que Heidegger compreende por “clareira” (*Lichtung*) e suas relações com as idéias de “espaço aberto” (em uma floresta), de “luz” e de “claro” (*licht*), ver: *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*.

<sup>25</sup> “O advento do ente repousa no destino do ser” (SH, p. 158).

a interseção entre *o dar-se* do ser e *o acolhimento* do que é dado, por parte do homem. Por isso, ela é, a um só tempo, “a casa do ser” e a morada do homem (SH, p. 159).

O ser “dá-se” (*es gibt sich*) significa: ele se mostra (desvela) como uma configuração de sentido dos entes em sua totalidade (como *physis, eidos, representação, gestell* etc.). O ser recusa-se (*versagt sich*) significa: ele não se mostra enquanto agente (*destino*<sup>26</sup>) configurador do sentido do ente em sua totalidade<sup>27</sup>. A linguagem manifesta o sentido do ente em sua totalidade (diz o ser) e ao mesmo tempo – no momento mesmo em que põe o ente em evidência – esconde a origem desse sentido (o próprio ser, em seu desdobramento historial)<sup>28</sup>,

---

<sup>26</sup> “O ser enquanto destino que destina verdade permanece oculto” (SH, p. 162). “*Das Sein als das Geschick, das Wahrheit schickt, bleibt verborgen*” (UH, p. 26)

<sup>27</sup> “Ao destino chega o ser, na medida em que ele, o ser, se dá. Mas isto significa, quando pensando com docilidade ao destino: ele dá-se e recusa-se simultaneamente” (SH, p. 160). “*Zum Geschick kommt das Sein, indem Es, das Sein, sich gibt. Das aber sagt, geschickhaft gedacht: Es gibt sich und versagt sich zumal*” (UH, p. 23).

<sup>28</sup> Tenha-se presente que a linguagem possui, simultaneamente, uma dupla referência (*aufbeziehen* – cf. SH, p. 158; UH, p. 20): uma *manifesta* – a referência ao ente – e outra *latente* – a referência ao ser. Tudo se passa como se a própria linguagem sustentasse em si a diferença ontológica, conforme bem observa Oliveira. Isto que aqui chamamos de dupla referência é lapidarmente descrito por Oliveira como uma “tensão estrutural”. Assim diz ele: “em nível proposicional falamos dos entes, mas enquanto falamos dos entes, apontamos para o ser que é condição de possibilidade do nosso falar sobre os entes. Por isso, a dimensão radical da linguagem é o dizer do ser. A linguagem, contudo, não produz o ser nem o domina, seu papel é mediar sua manifestação. O ser-homem é, assim, inseparável da linguagem, pois, na medida em que vela pela revelação do ser, ele abre um espaço para emergência de uma vida marcada pelo sentido. Assim, fica aberto para a verdade de tudo: falar é desvelar o mundo, tornar possível a emergência do sentido essencial e constitutivo de tudo. É só a partir da linguagem que o homem tem propriamente o mundo, onde todas as coisas podem encontrar seu lugar”. (OLIVEIRA, 2001, p. 222).

por isso, ela é “advento iluminador-velador do próprio ser” (SH, p. 156)<sup>29</sup>. E, assim como é por meio da linguagem, estreitamente vinculada à subjetividade, que o homem pode se tornar “senhor do ente”, é também pela linguagem, quando esta articula, sobretudo, o discurso da silenciosidade, que o homem pode tornar-se o “pastor do ser”:

Caso o homem encontre, ainda uma vez, o caminho para a proximidade do ser [*Nähe des Seins*], então deve aprender a existir no inefável [*Namenlosen*] (...) Antes de falar, o homem deve novamente escutar, primeiro, o apelo do ser [*vom Sein ... ansprechen*], sob o risco de, dócil a este apelo [*unter diesem Anspruch*], pouco ou raramente algo lhe restar a dizer. Somente assim será devolvido à palavra o valor de sua essência e o homem será gratificado com a devolução da habitação [*Behausung*] para o residir [*Wohnen*] na verdade do ser. (SH, p. 152; UH, p. 9s).

O homem, por meio da linguagem, simplesmente corresponde ao ser na medida em que este se dá (*es gibt*), por essa razão, “não é o homem o essencial, mas o ser enquanto a dimensão do elemento ec-stático da ec-sistência” (SH, p. 159). Em síntese: a essência do homem, pensada como ec-sistência, abrange uma relação originária do ser com o homem (apelo – *Anspruch; Ansprechen*) e do homem com o ser (correspondência – *entsprechung*) e o espaço onde essa relação se dá é a linguagem (*Sprache*). “O homem é propriamente esta relação de correspondência e somente isto”<sup>30</sup> (HEIDEGGER, 1996, p. 177, grifo do autor).

A esta altura podemos nos perguntar: não acontece aqui, como observa Haar (1990, p. 92ss), um processo de alienação das

<sup>29</sup> “*Sprache ist lichtend-verbergende Ankunft des Seins selbst*” (ÜH, p. 16).

<sup>30</sup> “*Der Mensch ist eigentlich dieser Bezug der Entsprechung, und er ist nur dies*” (HEIDEGGER, 1990, p. 74, grifo do autor).

capacidades do homem – de empobrecimento do homem – e de inflação das capacidades do ser, originando uma dissimetria nessa relação? Essa *inversão* – como tantas outras, próprias do filosofar heideggeriano (Cf. STEIN, 2002, p. 451s) – não consistiria em uma tentativa desesperada de – opondo-se obstinadamente ao domínio da subjetividade<sup>31</sup> – esvaziar completamente o homem

---

<sup>31</sup> Atente-se para o caráter negativo que o conceito de *subjetividade* possui na filosofia de Heidegger – e isto desde *Ser e Tempo*, onde o *sujeito* é tomado como um modo de ser *deficiente* do *Dasein* (Cf. ST, p. 100; GA 2, p. 82). O pensamento de Heidegger (principalmente o da segunda fase) visa explicita e programaticamente abandonar a subjetividade (cf. SH, p. 156; UH, P. 17), de modo que Sartre se equivoca duplamente ao incluir Heidegger no rol dos filósofos existencialistas e, por conseguinte, entre os que tomam a subjetividade como ponto de partida e fundamento inconcusso da filosofia (cf. SARTRE, 1946 p. 64). Para Heidegger, “O ser se manifesta ao homem no projeto ec-stático. Mas este projeto não instaura o ser (...) o projeto é essencialmente um projeto jogado. Aquele que joga no projetar não é o homem, mas o próprio ser que destina o homem para a ec-sistência do ser-á como sua essência. Este destino acontece como a clareira do ser, forma sob a qual o destino é” (SH, p. 141). Essa idéia de Heidegger pode ser assim traduzida: “não podemos escolher arbitrariamente o sentido histórico de nosso mundo e de nós mesmos, mas antes, esse sentido se nos dá, nos interpela, nos desafia, nos chama. Nossa escolha consiste em acolher ou rejeitar o chamado (...) Ser, então, enquanto evento, se revela como o *dar-se ao homem de um sentido*, que ele mesmo não produziu (...) esse sentido não é previamente determinável, ele provém da escuridão do inconceituável previamente. É um dar-se histórico, marcado pela imprevisibilidade, improgramabilidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 220s). Assim, resulta óbvio que as idéias de Heidegger se situam como antípodas do decisionismo de Sartre – para quem “*le destin de l’homme est en lui-même*”. Poder-se-ia mesmo dizer que, em boa medida, a carta *Sobre o Humanismo* é uma resposta, não somente às questões de Beaufret, mas também à má interpretação que Sartre faz das idéias de Heidegger. Isso pode se verificar também quando Heidegger diz que a classificação do seu pensamento como “ateu” (coisa que Sartre faz) é “arbitraria” e resultante de uma “falta de cuidado na leitura” (SH, p. 168), pois, ao pensar o homem como ec-sistência, “ainda nada está decidido sobre a ‘existência de Deus’ ou seu ‘não-ser’” (SH, p. 168).

daquilo que o humanismo e a metafísica tradicionais exaltava como os seus mais altos poderes – pensamento autônomo e liberdade<sup>32</sup>? Com respeito a isso, Haar levanta as seguintes questões:

Para que então a maravilha de existir se é para “incarnar” [sic] o cúmulo da passividade? Pois que o homem ‘realiza’ a sua essência abrindo-se, apagando-se, abolindo-se para deixar aparecer, falar, agir o ser. Ele não é tanto portador da diferença ontológica como sustentado por ela [...] Ele só pode ser transparência ou obstáculo à transparência, mais ou menos dócil à luz, iluminado e não iluminante (HAAR, 1990, p. 97)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> A liberdade é um mote comum aos humanismos mais díspares, tais como o de Pico della Mirandola (ícone do humanismo cristão renascentista) – para quem a liberdade, entendida como autodeterminação (“condição de sermos o que quisermos” – p. 61), é o que constitui eminentemente a “dignidade do homem” (cf. *Discurso sobre a dignidade do homem*) – e o do próprio Sartre, para quem “*l’homme est liberté*”. No texto *Sobre a essência da verdade*, Heidegger desapropria a liberdade do homem ao dizer que “o homem não possui a liberdade como uma propriedade, mas antes, pelo contrário: a liberdade, o ser-aí, ec-sistente e desvelador, possui o homem” (HEIDEGGER, 1996, p. 163). Claro está, no entanto, que a liberdade aqui não é entendida como “arbitrio da vontade”, mas antes como o “reino do destino que põe o descobrimento em seu próprio caminho” (HEIDEGGER, 2006, p. 28).

<sup>33</sup> Também Habermas nos chama à atenção para divergência de papéis atribuídos ao *Dasein* no Segundo Heidegger, em comparação com aqueles que lhe eram atribuídos na Analítica Existencial, evidenciando, como faz Haar, o processo de esvaziamento da subjetividade humana: “O ser-aí não é mais considerado como o autor dos projetos do mundo, à luz dos quais o ente se mostra e se retira de uma só vez; ao contrário, a *produtividade* da criação de sentido que abre o mundo passa para o Ser mesmo. O ser-aí submete-se à autoridade do sentido incontrolável do Ser e despoja-se da vontade de auto-afirmação, suspeita de subjetividade” (HABERMAS, 2000, p. 215). Sloterdijk, mais recentemente, reeditou essas críticas a Heidegger, em seu livro *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Para Sloterdijk,

O pensamento do ser é, sem sombra de dúvidas, um convite a um despojamento e pauperização do homem e, desse modo, se situa num âmbito diametralmente oposto a qualquer forma de exaltação das capacidades humanas, tal como a que ocorre nos humanismos. O pensar que pretende superar a metafísica da subjetividade e os seus produtos, certamente, “conduz à pobreza [Armut] da ec-sistência do *homo humanus*” (SH, p. 169). A metáfora do pastoreio, como tarefa essencial do homem, manifesta, na “essencial pobreza [Armut] do pastor” (SH, p. 163), a mais alta “dignidade” (*Würde*) do homem que “reside no fato de ter sido chamado pelo próprio ser para guardar a sua verdade” (SH, p. 163).

Se, por um lado, a guarda do ser, assumida pelo homem, indica uma resposta ou uma correspondência, que é, sobretudo, uma receptividade, um acolhimento ao “apelo” do ser, convém lembrar que, de outra parte, tal guarda é realizada pela ação de pensar, que não é uma simples passividade, mas uma atividade (*práxis* e *poíesis* originárias) que *recusa* o ativismo da dominação do ente e a absoluta objetificação de tudo. Portanto, se se pode falar aqui de passividade, não se trata de uma passividade inerte, mas de uma passividade que resiste à tendência à “agressão do ente” (SH, p. 159), inerente aos humanismos, ou seja, trata-se de uma “passividade do que opõe resistência” e que é, por conseguinte, ação (cf. HEIDEGGER, 2002B, p. 91). Sobre isso,

---

embora Heidegger tenha tido “mérito” de, com sua carta, ter inaugurado “um campo de pensamento trans-humanista ou pós-humanista” (p. 22), a proposta heideggeriana de um humanismo pós-metafísico, baseado no pensamento meditativo do ser, é “estranha, escandalosa e completamente anacrônica (...) de caráter desagradável e de canhestra excentricidade” (p. 32). Segundo ele, a correspondência ao ser *impõe* ao homem “uma restrição radical (...) uma imobilidade e uma servidão resignada maiores que as jamais conseguidas pela mais ampla formação (...) Heidegger quer um homem mais servil do que o seria um mero bom leitor” (p. 28). Exageros à parte, a idéia de uma correspondência ao ser é, como veremos mais adiante, deveras problemática.

Heidegger é explícito em *A questão da Técnica*: “o destino do desencobrimento sempre rege o homem em todo o seu ser, mas nunca é a fatalidade de uma coação. Pois o homem só se torna livre num envio, *fazendo-se ouvinte e não escravo do destino*” (HEIDEGGER, 2006, p. 27s, grifo nosso)<sup>34</sup>.

Se isto corrige, sutilmente, a acusação de *mera* “passividade” do homem na sua relação com o ser, não anula a força dos questionamentos provocativos de Haar, nem nos impede de considerar as possíveis implicações éticas de uma tal relação, bem como as potencialidades da proposta humanista heideggeriana, no que diz respeito ao enfrentamento da barbárie instalada ubiquamente no mundo contemporâneo.

---

#### 4. A ética na carta *Sobre o Humanismo*

Uma das inquietações intelectuais de Jean Beaufret, que Heidegger se propôs a comentar em sua carta, dizia respeito, justamente, às possíveis relações entre a Ontologia e a Ética (cf. SH, p. 169).

Heidegger, de pronto, se opõe a uma fragmentação disciplinar do pensar – em Ética, Lógica, Ontologia etc. – , porque o pensar a verdade do ser é a realização da própria essência do pensar, e como tal, a sua plenitude, de modo que não há razão para uma reflexão Ética à parte. Tal pensar, dirá ele, “não é Ética nem Ontologia” (SH, p. 171) e “não é teórico, nem prático” (SH, p. 172). Heidegger irá mostrar a Beaufret que somente quando o pensar perde o seu elemento (o ser) – e degenera em Filosofia – surge, como que por compensação, a necessidade de uma reflexão Ética particularizada.

---

<sup>34</sup> “Immer durchwaltet den Menschen das Geschick der Entbergung. Aber es ist nie das Verhängnis eines Zwanges. Denn der Mensch wird gerade erst frei, insofern er in den Bereich des Geschickes gehört und soe in Hörender wird, nicht aber ein Höriger” (UH, p. 24).

Pensar a verdade do ser é, para Heidegger, antes de tudo, um imperativo intelectual e ético<sup>35</sup>, ao mesmo tempo. O problema é que, estranhamente, a “simplicidade” (*Einfache*) desse pensar, segundo Heidegger, “nos mantém dele afastados” de modo que ele “se faz para nós irreconhecível” (SH, p. 174). Amiúde, na carta *Sobre o Humanismo* – como em vários de seus escritos – Heidegger diz que pensar o ser é tarefa para o futuro (Cf. SH, p. 158, 160, 174, 175). Ademais, manter-se afastado da verdade do ser não é uma atitude que se origina pura e simplesmente de uma decisão da humanidade, de uma pura insistência em permanecer na “errância” (*Irre*), na “apatridade” (*Heimatlosigkeit*)<sup>36</sup>. Se, por um lado, o homem *se mantém* no afastamento devido a uma “agitação inquieta” (*Wende des Hin und Her*) que lhe é característica (Cf. HEIDEGGER, 1996, p. 166; 1967d, p. 24), e, portanto, em tese, *ser-lhe-ia possível* desviar-se da errância e aquietar-se no “mistério” (*Geheimnis*)<sup>37</sup> do ser, por outro, ele é como que destinado à errância e abandonado a ela pela retração do próprio ser. Assim diz Heidegger, em *Sobre a essência da verdade*:

---

<sup>35</sup> Quanto ao pensar como imperativo intelectual, Heidegger não deixa dúvidas ao dizer que “a boa disposição do dizer do ser enquanto o destino da verdade é *a primeira lei do pensar*, e não as regras da Lógica que apenas se tornaram regras a partir da lei do ser” (SH, p. 175, grifo nosso). Quanto ao aspecto ético, ele adverte: “mais importante que qualquer fixação de regras é o homem encontrar o caminho para morar na verdade do ser” (SH, p. 173).

<sup>36</sup> “A pátria desse morar historial é a proximidade do ser” (SH, p. 162). “A apatridade torna-se um destino do mundo. É por isso que se torna necessário pensar este destino sob o ponto de vista ontológico-historial” (SH, p. 162).

<sup>37</sup> No texto *Sobre a essência da verdade*, a idéia de “revelação do ente em sua totalidade” (*Offenbarkeit des Seienden im Ganzen*) (1996, p. 164; 1967d, p. 20), corresponde ao que Heidegger denominará, posteriormente, de “verdade do ser” (*Wahrheit des Seins*). Já naquele texto, Heidegger pensa a manifestação (do ser) do ente em sua totalidade como um

Enquanto o mistério se subtrai retraindo-se no esquecimento e para o esquecimento [*Indem das Geheimnis sich in der Vergessenheit und für sie versagt*], leva o homem historial a permanecer na vida corrente e distraído com suas criações. Assim abandonada [*stehengelassen*], a humanidade completa 'seu mundo' a partir de suas necessidades e de suas intenções mais recentes e o enche de seus projetos e cálculos. Deles o homem retira então suas medidas, esquecido do ente em sua totalidade (HEIDEGGER, 1996, p. 166; 1967d, p. 23).

A mesma idéia é apresentada no texto *O que quer dizer pensar*:

O que cabe pensar desvia-se [*abwendet*] do homem. O que cabe pensar retrai-se [*entzieht*] para o homem à medida que dele se retira [*vorenthält*]. O que se retira [*Das Vorenthaltene*], porém, sempre já se nos mostrou. O que se retrai [*entzicht*] no modo de um retirar-se [*Vorenthaltens*] não desaparece (...) O que se retrai [*entzicht*] e recusa [*versagt*] o encontro. Retrair-se [*Sichentziehen*] não é, porém, um nada. Retração [*Entzug*] é aqui retirada [*Vorenthalt*] e enquanto tal – acontecimento [*Ereignis*] (2006, p. 116).

Se isto é assim, é legítimo perguntar: o que cabe ao homem e o que cabe ao ser, no estabelecimento de “uma estabilidade segura” (*einer verlässlichen Beständigkeit*) (SH, p. 169) diante da presente “indigência” (*Notlage*) do mundo (Cf. SH, p. 169), “quando o terror se está dando e o horror já está acontecendo”

---

jogo de desvelamento-velamento (cf. HEIDEGGER, 1996, p. 164; 1967d, p. 20). O mistério (*Geheimnis*) nada mais é que o velamento (*Verborgenheit*) e a ocultação (*Verbergung*) do ente em sua totalidade – o recusar-se do ser. (cf. HEIDEGGER, 1996, p. 165; 1967d, p. 21).

(HEIDEGGER, 2006, p. 144)<sup>38</sup>? Ou ainda: como é possível refrear a barbárie em curso no mundo técnico contemporâneo, depois que o humanismo literário e antropocêntrico fracassou em suas tentativas? O próprio Heidegger reconhece a legitimidade e a urgência dessas questões, ao afirmar:

Lá onde a essência do homem é pensada tão essencialmente, a saber, unicamente a partir da questão da verdade do ser, mas onde, contudo, o homem não foi levado para o centro do ente, deve realmente despertar a aspiração por uma orientação segura [*verbindlichen Anweisung*] e por regras [*Regeln*] que dizem como o homem, experimentado a partir da ec-sistência para o ser, deve viver convenientemente ou de acordo com o destino. *A aspiração por uma Ética urge [drängt] com tanto mais pressa por uma realização, quanto mais a perplexidade manifesta [offenkundige Ratlosigkeit] do homem e, não menos, a oculta [verhehlte], se exacerba para além de toda medida [sich ins Unmebbare steigert]* (SH, p. 169; UH, p. 38, grifo nosso).

A resposta de Heidegger, às questões acima levantadas, é simples e previsível: cabe ao homem somente estabelecer sua morada na verdade do ser, e aí se recolher, meditando, pois, “o homem da técnica entregue aos meios de comunicação de massa somente pode ser levado a uma estabilidade segura através de um recolhimento e ordenamento [*Sammlung und Ordnung*] de seu planejar e agir como um todo, correspondente à técnica” (SH, p. 169). O filósofo aposta, portanto, na ação de pensar e na renúncia a qualquer tipo de ativismo, pois o pensar “é um agir que, ao mesmo tempo, supera toda práxis” (SH, p. 173).

Recolhendo-se, então, na verdade do ser, é do ser mesmo que o homem recebe as regras essenciais, pois “o pensar traz

---

<sup>38</sup> No original: “*Wenn das Entsetzliche schon ist*” (HEIDEGGER, 1967b, p. 38)

à linguagem, em seu dizer, apenas a palavra pronunciada do ser” (SH, p. 173). Por isso:

Somente na medida em que o homem, ec-sistindo na verdade do ser, a este pertence, *pode vir do próprio ser a adjudicação daquelas ordens [zuweisung derjenigen Weisungen] que se devem tornar a lei e a regra [Gesetz und Regel] para o homem. Adjudicar [Zuweisen] significa em grego némein. O nómos não é apenas lei, mas, mais originariamente a adjudicação [Zuweisung] oculta na destinação do ser [Schickung des Seins]. Só este é capaz de dispor o homem no seio do ente. Só tal disposição é capaz de sustentar e vincular [tragen und binden]. De outra maneira, toda lei permanece apenas artifício da razão humana. (SH, p. 173; UH, p. 44s, grifo nosso).*

Ora, se só é possível uma “estabilidade segura” por meio do pensar sobre o ser e se, ao mesmo tempo, é o ser mesmo que se recusa ao pensamento em suas destinações históricas, e é justamente por causa dessa recusa que “ainda não pensamos” (Cf. HEIDEGGER, 2006, p. 114), devemos nos resignar diante do que está posto, visto que qualquer pretensão ativista de mudança está fadada ao fracasso? Parece claro que, para um pensamento que tenciona destruir qualquer resquício de subjetividade do pensar ou do agir, que explicita e programaticamente “abandona a subjetividade” (SH, p. 156), como o de Heidegger, isso resultaria como consequência necessária<sup>39</sup>. Devemos, então, permanecer inertes e indiferentes à barbárie ubiquamente instalada no seio

---

<sup>39</sup> Heidegger é explícito quanto a esse aspecto: o fato de ainda não pensarmos “de modo algum se dá porque o homem não se avia [zuwendet] suficientemente para isso que, desde si mesmo, gostaria de ser pensado (...) isto se deve muito mais ao fato de que o próprio a-se-pensar se desvia [abwendent] do homem” (HEIDEGGER, 2006, p. 114).

da sociedade contemporânea, conformando-se em tomá-la como um destino do ser? O que resta, então, ao homem?

Sem rodeios, Heidegger dirá (*O que quer dizer pensar*):

Então, só nos resta uma coisa. *Só nos resta esperar [warten] – esperar até que o ‘a-se-pensar’ [zu-Denkende] se anuncie [zuspricht]. Mas esperar aqui não significa, de modo algum, adiar o pensamento. Esperar quer dizer aqui: manter-se alerta e, na verdade, no interior do já pensado em direção ao impensado, que ainda se guarda e se encobre no já pensado (2006, p. 120, grifo nosso).*

Não há como negar que a alternativa humanista de Heidegger e o “*attentism*” que lhe é inerente, em certa medida, *inspiram* conformismo. Como é sabido, Heidegger mesmo admite a incerteza quanto à possibilidade de cessação do domínio da Técnica sobre o homem<sup>40</sup>. E, embora a sua insistência em tomar a ação de pensar como panacéia para a situação de indignância (*Notlage*) do mundo resguarde ao homem uma parcela de responsabilidade<sup>41</sup>, essa proposta pode também facilmente

<sup>40</sup> Em entrevista, dada em 1963, Heidegger assim se pronuncia quanto a este aspecto: “Eu vejo na técnica, isto é, na sua essência, que o homem está submetido a um poder que o desafia e em relação ao qual ele não é livre – que aqui se anuncia algo, a saber, uma relação do ser com o homem – e que essa relação, que se esconde na essência da técnica, um dia talvez chegará a se iluminar no seu desocultamento (...) Eu não sei se isso vai acontecer” (HEIDEGGER apud LOPARIC, 2005, p. 402). A famosa frase “só um deus pode ainda nos salvar”, dita na entrevista ao *Der Spiegel*, em 1967, resume bem a incerteza de Heidegger quanto ao nosso futuro num mundo onde “nós já só temos relações puramente técnicas”. Heidegger é explícito: “Eu não conheço nenhuma via de alteração imediata da situação mundial actual, se é que tal modificação é humanamente possível. Mas parece-me que este ensaio de pensar poderia despertar, esclarecer e assegurar o já mencionado ‘estar-disposto’ [para uma virada do próprio ser]” (DER SPIEGEL, p. 21).

<sup>41</sup> Heidegger pensa o pastorear como “cuidar” (da clareira do ser – SH, p. 156), “vigiar e proteger” (SH, 158), como “zelo pelo destino do ser” (2006,

resvalar em uma ética heterônoma e desresponsabilizante, na medida em que a normatividade fundamental, que permeia as relações humanas que se desdobram no curso da história, é concebida como o *destino de um desvelamento*: é o ser que adjudica (*Zuweisung*) as instruções (*Weisungen*)<sup>42</sup> que “devem se tornar a lei e a regra para o homem” (SH, p. 173) e é “a história do ser que determina cada *condition e situation humaine*” (SH, p. 150). Assim sendo, não seria difícil responsabilizar o ser pelas mazelas do mundo<sup>43</sup>.

---

p. 162). O pensar, atento aos acenos do ser (Cf. 2006, p. 162), é, sobretudo, um “passo atrás”, que “cuida da virada do esquecimento do ser [*Kehre der Vergessenheit des Sein achtet*]” (2006, p. 163). Portanto, o pensar meditativo, embora não possa, por si só, produzir efeitos e influir sobre o curso das coisas, pode, por outro lado, contribuir, a seu modo próprio, com o advento de uma nova destinação do ser (Cf. HEIDEGGER, 2006, p. 163). A parcela de responsabilidade do homem é resguardada justamente pelo fato de que, conforme acena o próprio Heidegger (DER SPIEGEL, p. 17), “o ‘ser’ precisa do homem para a sua manifestação, custódia e configuração”, de modo que atitude da espera pensante mantém o homem aberto e disposto para corresponder a novas destinações do ser e, por conseguinte, a novas possibilidades de configuração do mundo. A atitude da espera pensante é já, ela mesma, um “fomentar o crescimento do que salva” (HEIDEGGER, 2006, p. 36).

<sup>42</sup> A esse respeito, podemos acrescentar um outro problema apresentado por Sloterdijk, talvez contornável se inserido no movimento interno das idéias de Heidegger, mas que, como crítica externa, tem sua relevância, a saber: a dificuldade de se pensar em um “cânion público dos acenos do ser – a menos que deixássemos a *opera omnia* de Heidegger valer, até segunda ordem, como padrão e voz do super-autor anônimo” (SLOTERDIJK, 2000, p. 29).

<sup>43</sup> Haar chama a atenção para esse fato: “O empobrecimento do homem não comporta um *perigo* e sem dúvida mais do que um? Não poderão todas as aberrações da história não apenas ocorrer na insubstancialidade

Heidegger vai ainda mais longe e diz:

a essência do mal [*Böse*] não consiste na simples maldade [*Schlechtigkeit*] do agir humano, mas reside na ruindade da grima [*Bösartigen des Grimmes*]. Ambos, o bom [*Heile*] e a grima [*Grimmige*], somente podem desdobrar seu ser no seio do ser na medida em que o próprio ser está em conflito [*Strittige*] (SH, p. 172) [e] é somente o ser que garante ao salutar [*Heilen*] o nascimento com honra [*Aufgang in Huld*], e impulso para a desgraça [*Unheil*], à grima [*Grimm*] (SH, p. 173).

Diante disso, talvez mais importante do que perguntar “como se poderia erigir uma sociedade de vizinhos do ser” – como faz Sloterdijk (2000, p. 29) – seria perguntar como, diante das mazelas do mundo atual que causam perplexidade que “se exacerba para além de toda medida”, é possível conformar-se em esperar que a história ganhe (do ser) uma outra (melhor) destinação? Será que numa sociedade de massas e tecnológica como a nossa, na qual as tendências desagregadoras manifestaram e ainda manifestam uma força destrutiva sem precedentes, é realmente ingênua, quimérica e talvez até perigosa a idéia de que é possível uma mobilização de forças que visem a um mundo mais calmo e apaziguado?

Para Heidegger, parece não ser possível extirpar essas tendências a partir “do poder constituinte da subjetividade” (SH,

---

e impotência do homem, mas não devem necessariamente ser aceitas por ele como aquilo que o ser lhe envia, lhe destina?” (HAAR, 1990, p. 98). Habermas igualmente atenta para isso: “já que o Ser escapa ao acesso assertórico de enunciados descritivos, já que só pode ser circunscrito e ‘silenciado’ em um discurso indireto, os destinos do Ser permanecem incompreensíveis. O discurso do Ser, desprovido de conteúdo do ponto de vista proposicional, tem, no entanto, o sentido ilocucionário de exigir a capitulação ao destino. Seu lado prático-político consiste no efeito perlocucionário da disposição à obediência, diante de uma autoridade aurática, porém indeterminada” (HABERMAS, 2002, p. 199).

p. 172), ou seja, com ações planejadas, calculadas e “racionais”, pois isso criaria o paradoxo de tentar vencer a lógica da técnica com a própria lógica da técnica, o que, em resultado, teria apenas um reforço desta lógica. Como, então, diante da urgência de refrear tendências bestiais e de fomentar tendências vinculadoras (*Verbindlichen*) – posto que no momento histórico atual no qual se espalha a “comoção de todos os entes” [*Erschütterung alles Seienden*] (cf. SH, p. 169), talvez não haja tempo para esperar uma outra destinação do ser ou uma constituição futura de uma “sociedade de vizinhos do ser” – o que poderia ser feito *de imediato*, sem, contudo, negligenciar a necessidade de habitar na verdade do ser (que, segundo Heidegger, seria unicamente aquilo que tornaria possível a virada da história ser)?

Heidegger dá, em poucas linhas de sua carta – *que, freqüentemente, passam despercebidas* –, uma pista importante para enfrentar essa questão. Ele, retoricamente, pergunta: “quem poderia deixar de perceber a indigência desta situação? Não seria conveniente poupar e garantir os laços estabelecidos, ainda que somente consigam manter a unidade do ser humano precariamente e apenas na situação de hoje?”<sup>44</sup>. A resposta, que se segue imediatamente, é categórica: “Sem dúvida” (*Gewiss*) (SH, p. 169).

Portanto, não se pode dizer que Heidegger, na sua “*fascination de l'Être*”<sup>45</sup>, tenha se esquecido da urgência de se lidar com as reais mazelas do mundo. Não sem razão, Loparic – ao concordar com Giacóia, para quem a ética originária do Segundo

---

<sup>44</sup> “*Wer dürfte diese Notlage übersehen? Sollen wir nicht die bestehenden Bindungen, auch wenn sie das Menschwesen noch so notdürftig und im blob Heutigen zusammenhalten, schonen und sicher?*” (UH, p. 38).

<sup>45</sup> Segundo Zarka, foi precisamente porque a fenomenologia francesa não seguiu Heidegger em sua “*fascination de l'Être*” – mas antes, resistiu-lhe neste aspecto – que foi possível aos fenomenólogos franceses (Sartre, Levinas) desviar-se do “anti-humanismo” de Heidegger (Cf. ZARKA, 2005, p. 3).

Heidegger *não pode* “se apresentar como alternativa consistente face às dores do mundo” (LOPARIC, 2000, p. 70) – irá observar que:

Heidegger insiste na necessidade de convivência entre a sua ética e as éticas infinitistas. Ao dizer isso, ele deseja indicar que a ética do morar *não* deve ser entendida como *rival* das éticas que cuidam das dores do mundo, em particular, da ‘miséria material e espiritual’, lembrada por Giacoia. Heidegger reconhece – não há nenhuma dúvida sobre isso – a realidade objetiva das privações pelas quais passa a maioria dos homens na época da técnica. (LOPARIC, 2000, p. 70).

Isto posto, parece-nos, então, que Heidegger – depois de ter buscado voltar a nossa atenção para o perigo de não pensar a essência do homem e a essência da técnica a partir da verdade do ser, que é o perigo da dominação total da essência da técnica (a *Ge-stell*)<sup>46</sup>, da agressão crescente ao ente e da perda da essência do homem<sup>47</sup>, na qual se enraízam a barbárie e os horrores que nos causam “perplexidade além de toda medida” – exime-se da

---

<sup>46</sup> Ver *A questão da técnica* in *Ensaios e Conferências*.

<sup>47</sup> Trata-se, obviamente, da constituição essencial do homem como abertura ec-stática à verdade do ser. A dominação da *Ge-stell* como se fosse o “único modo de descobrimento” (HEIDEGGER, 2006, p. 30) põe em risco a possibilidade de outras configurações históricas e, por conseguinte, de outras formas de relacionamento do homem com os entes e consigo mesmo, pois “onde esta [a *Ge-stell*] domina, afasta-se qualquer outra possibilidade de descobrimento” (HEIDEGGER, 2006, p. 30). A questão crucial para a qual Heidegger nos chama a atenção é: ou homem se mantém livre como pura abertura (e isto significa: situar-se em sua essência) ou se fecha em “uma possibilidade: a possibilidade de seguir e favorecer apenas o que se descobre na dis-posição e de tirar daí todos os seus parâmetros e todas as suas medidas” (HEIDEGGER, 2006, p. 28).

discussão (por não considerá-la essencial<sup>48</sup>) sobre *como* “garantir os laços estabelecidos, ainda que somente consigam manter a unidade do ser humano precariamente e apenas na situação de hoje” (SH, p. 169).

Assim sendo, permanece aberta a questão que, segundo Sloterdijk, fora articulada, por Heidegger, como uma questão da época da falência dos humanismos (cf. SLOTERDIJK, 2000, p. 31)<sup>49</sup>, e que urge ser respondida “*atualmente*” (mesmo que se tome essa expressão no sentido dado por Heidegger, ou seja, objetivando apenas um paliativo): “*o que ainda pode domesticar o homem? [was zähmt noch den Menschen]*”.

### **Bibliografia:**

- ARISTOTELE. *Ética nicomachea*. Introdução, tradução e comentário de Marcello Zanatta. Texto grego a frente. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1999. Vols I e II.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

---

<sup>48</sup> Para Heidegger, “com o dizer desta forma a verdade do ser, o pensar se entregou àquilo que é *mais essencial* que todos os valores e que qualquer ente” (SH, p. 169).

<sup>49</sup> Segundo Sloterdijk, o humanismo pode ser definido, *essencialmente*, como um projeto de formação do *homo humanus* mediante a cultura literária: “o tema latente do humanismo é, portanto, o desembrutecimento do ser humano, e sua tese latente é: as boas leituras conduzem à domesticação [i.é, ao refreamento de tendências bestializadoras]” (SLOTERDIJK, 2000, p. 17). O surgimento de mídias contemporâneas – o rádio, a televisão e a Internet, como novos poderes de formação – marca o advento de uma sociedade “pós-literária” e, por conseguinte, “pós-humanista”. As tendências embrutecedoras visíveis nas guerras mundiais e nos horrores dos totalitarismos europeus são também, por seu turno, reflexos da falência dos humanismos enquanto escolas de “domesticação” (cf. SLOTERDIJK, 2000, p. 15ss).

- HAAR, Michel. *Heidegger e a essência do homem*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- HEIDEGGER, Martin. Sobre o humanismo. Tradução de Ernildo Stein. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. *Über den Humanismus*. Frankfurt A. M.: Vittorio Klosterman, 1968.
- \_\_\_\_\_. Meu caminho para a fenomenologia. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- \_\_\_\_\_. Sobre a essência da verdade. Tradução de Ernildo Stein. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. Sobre a essência da verdade. Tradução de Ernildo Stein. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. O retorno ao fundamento da metafísica. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. Identidade e diferença. In: \_\_\_\_\_. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. *Identidad y diferencia*. Edición bilingüe. Edición de Arturo Leyte e Traducción de Helena Cortés y Arturo Leyte. Barcelona: Antropos, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Ser e Tempo*. Parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 10 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Ser e Tempo*. Parte II. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 10 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Gesamtaugabe*: Band 2: Sein und Zeit. Frankfurt/M: Vittorio Klostermann, 1976. Max Niemeyer, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Vortrage und Aufsätze*. Teil I. Tübingen: Neske, 1967a.

- \_\_\_\_\_. *Vorträge und Aufsätze*. Teil II. Tübingen: Neske, 1967b.
- \_\_\_\_\_. *Vorträge und Aufsätze*. Teil III. Tübingen: Neske, 1967c.
- \_\_\_\_\_. *Vom wesen der Wahrheit*. Frankfurt A. M.: Vittorio Klosterman, 1967d.
- \_\_\_\_\_. *Carta-prólogo a "Heidegger Through Phenomenology to thought", de William Richardson, S.J.* Traducción de Pablo Oyarzun Robles (1984). Edição eletrônica disponível em: <http://www.philosophia.cl>
- \_\_\_\_\_. La época de la imagen del mundo. In: \_\_\_\_\_. *Caminos de bosque*. Versión española de Helena Cortés y Arturo Leyte. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Interpretaciones fenomenológicas sobre Aristóteles*: indicación de la situación hermenéutica [Informe Natorp]. Edición y traducción de Jesús Adrián Escudero. Madrid: Editorial Trotta, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Já só um deus nos pode ainda salvar*: entrevista concedida por Martin Heidegger a revista alemã Der Spiegel em 23 de Setembro de 1966 e publicada no no. 23/1976. Tradução e notas de Irene Borges-Duarte. Disponível em: <http://www.martin-heidegger.net/textos/SPIEGELcomnotas.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- LOPARIC, Zeljko. Ética da finitude. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. A fabricação dos humanos. *Manuscrito*: revista internacional de filosofia. Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 391-415, jul-dez. 2005.
- OLIVEIRA, Manfredo A. Martin Heidegger: pragmática existencial. In: \_\_\_\_\_. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2001.
- PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Edição Bilíngüe. Lisboa: Edições 70, 2006.
- PÖGgeler, Otto. *A via do pensamento de Martin Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1946.

- STEIN, Ernildo. Tarefas da desconstrução – anamorfose e profundidade: ilusões da interpretação na obra de Heidegger. In: SOUZA, Ricardo Timm de; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. *Fenomenologia hoje II: significado e linguagem*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 451-463.
- TAMINIAUX, Jacques. *Leituras da ontologia fundamental: ensaios sobre Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- ZARKA, Yves Charles. Éditorial. La question de l'humanisme, Paris, *Cites* 2005/2, no. 22, p. 3-7.

-

## CAPITAL, TRABALHO E INTELLIGENTSIA – MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Vera Alves Cêpeda<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos presentes no projeto furtadiano de desenvolvimento planejado que implicam numa contribuição única da obra desse autor para o pensamento social e político brasileiro. Pretendo destacar: 1) a implicação de sua teoria do subdesenvolvimento em direção ao status de uma teoria da modernização (teoria do desenvolvimento); e 2) diferenciar a proposta de desenvolvimento furtadiana do conjunto histórico do modelo *desenvolvimentista* das décadas de 50 e 60, destacando seu caráter inovador. Neste último ponto os elementos fundamentais são o peso da mudança institucional (papel da democracia) enquanto motor do desenvolvimento e a subversão dos lugares ocupados pela ação do capital e do trabalho na construção efetiva de um desenvolvimento global e consistente.

**Palavras-chave:** pensamento político brasileiro, desenvolvimento, democracia, modernização, *intelligentsia*.

**Abstract** - The objective of this study is to analyze some aspects in the design of development planned by furtado involving a single contribution of the work of this author to the Brazilian political and social thought. I want to stress: 1) the implications of his theory of underdevelopment toward the status of a theory of modernisation (theory of development), and 2) the proposal to differentiate proposed by furtado development of the whole history of the developmental model of the decades of 50 and 60, highlighting its innovative character. At this point the key elements are the weight of institutional change (paper democracy) as a driving force for development and subversion of seats occupied by the action of capital and labour in the construction of an effective global development and consistent.

**Keywords:** Brazilian political, thought, development, democracy, modernization, *intelligentsia*.

---

<sup>1</sup> Professora do departamento de Ciência Sociais da UFSCar.

### **Introdução**

É impossível analisar o processo de constituição e transformação da sociedade brasileira sem discutirmos tanto o problema econômico quanto o fenômeno histórico do desenvolvimentismo e neste a contribuição lapidar da obra de Celso Furtado. No primeiro aspecto o indiscutível fato de nosso surgimento no horizonte das nações na moderna forma mercantil de colônia – termos nascido ‘capitalistas’ como afirma Caio Prado Jr – fez com que problemas referentes ao mundo da produção, da circulação e da acumulação orientassem e balizassem grande parte da arquitetura social, política e cultural do país. O próprio tempo histórico de nossa ‘descoberta’ como braço avançado das metrópoles européias na fase de expansão do mercantilismo já era expressão do espírito da modernidade e do movimento de racionalização que se cristalizaria depois no modelo de sociedade (divisão mecânica da solidariedade), da economia de mercado, na cultura racional (razão, trabalho e riqueza – tríade que compõe o *ethos* da modernidade como cálculo racional), na noção de indivíduo (e individualismo) e das diversas formas de contratualismo que ganhou melhor formato no modelo de Estado/ Nação. Este cenário é importante para destacar que no estudo da história nacional moderno e economia são duas faces de um mesmo problema. Até mesmo a definição de arcaico que se possa aplicar as características do Brasil Colônia ou Império, por exemplo, distanciam-se radicalmente do *Ancien Régime* presente no passado de outras nações. O paradigma da ‘herança colonial – ‘escravista, latifundiária, monocultora e mercantil-exportadora – origina-se, como afirmam Simonsen, Caio Prado Jr e Furtado, de uma adequação de nossa economia aos padrões internacionais gerando como corolário formas particulares de instituições e sociabilidade.

Hoje há praticamente um consenso sobre essa leitura, mas é resultado de um processo social razoavelmente recente e se consolida quando a dimensão econômica tornou-se o epicentro da vida nacional transformando-se também no *leitmotif* da vida intelectual. Esse encontro se deu com a questão do planejamento

que emerge no debate brasileiro no início dos anos 40 e aparece sintetizado na teoria do subdesenvolvimento – talvez a mais vigorosa peça de artilharia intelectual sobre a formação histórica brasileira (pensando especificamente a elaboração proposta por Celso Furtado). Nela, cronologia, problemas institucionais, fases, estruturas sociais, conflitos e representações são articulados numa teoria totalizante capaz de explicar os momentos históricos como elos de uma cadeia dinâmica de eventos. A teoria do subdesenvolvimento é capaz, também, de estabelecer uma ponte entre a história mundial e o percurso da história nacional, anelando interno e externo e simultaneamente colocando a *singularidade* nacional como parte integrante no modelo orbital de uma modernidade heterogênea. No campo político, a teoria do subdesenvolvimento tornou-se uma proposta atraente e eficiente para se pensar o dilema da nação, substituindo temas anteriores como o “cadinho das raças”, a debilidade institucional ou o atraso meramente político por uma teoria mais sofisticada e mais atualizada com os parâmetros em voga mundialmente<sup>2</sup>. A condição periférica associa-se com o paradigma da Revolução Burguesa: para sermos modernos é necessária a forma capitalista, urbano-industrial; para sermos modernos é necessário mudar a economia para alcançarmos uma estrutura social e política também moderna. Conceitos como etapismo ou dependência permitem enxergar racionalmente nosso atraso e também, procurar forma idênticas racionais de superação: ao invés de *fardo*, fase; ao invés de determinismo histórico, esforço da vontade política de transformação.

Dessa maneira a economia alcançou o privilegiado status analítico anteriormente exclusivo do ensaísmo político ou cultural e subverte a ordem dos fatores – a construção da nação *passa* por mudanças na estrutura econômica.

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que a fase posterior aos anos 20 corresponde, no âmbito mundial, ao esfacelamento da hegemonia do pensamento liberal (no campo econômico e político) e a emergência de novas matrizes ou modelos societários como o comunismo, os fascismos, a social

A proposta de reflexão deste trabalho começa com o a emergência histórica da dobradinha conceitual subdesenvolvimento/ desenvolvimentismo, procurando ressaltar seu vínculo com a dimensão política. Uma ressalva importante sobre o *desenvolvimentismo* é que ele tem sido tratado na literatura nacional (quer nas abordagens produzidas pelas Ciências Sociais, pela Economia ou pela História) como um *fenômeno* histórico, como um conceito-síntese para uma época e sob essa homogeneidade conceitual deixando de lado a riqueza do processo histórico que o gerou. O problema é que sob a rubrica do subdesenvolvimento três pontos ficam obscurecidos: sua imbricação original na tese do subdesenvolvimento (produto cognitivo e teórico); sua conversão em estratégia ou técnica para promoção do desenvolvimento (campo da ação política) e a qualidade da finalidade que se propõe alcançar (projeto político-social, campo das ideologias, definição de que tipo de desenvolvimento deve ser alcançado).

Assim, adoto como ponto de partida investigativo a existência da heterogeneidade de temas, tratamentos, filiações e representação de interesses que se abrigaram no período sob o projeto histórico do desenvolvimento planejado e conduzido pelo Estado. Sabendo que este momento corresponde à um ponto de inflexão no rápido processo de modernização econômica que já vinha ocorrendo no país, fica fácil assimilar a implicação de que é nesse momento que se forma um novo *compromisso social* que se baseia na transformação da industrialização em questão nacional. Ao observamos o tema do desenvolvimentismo de uma maneira combinada é que fica mais nítida a compreensão do papel desempenhado pelas teses furtadianas nesse processo (e sua fácil conversão em pólo hegemônico no pensamento social brasileiro no período). A situação exponencial da obra de Furtado ampara-se na combinação feliz de três aspectos: o *método*,

---

democracia como respostas alternativas ao modelo excludente da Revolução Burguesa.

o *problema* e a *proposição*. Descrito em vários estudos sobre o conjunto da obra desse autor o método se caracterizaria pela heterodoxia ou ecletismo intelectual: abordagem combinada de distintas dimensões sociais (economia, cultura, sociologia, história) e utilização de conceitos deslocados de várias correntes intelectuais (o estruturalismo marxista, a economia do lado da demanda e o regulacionismo keynesiano, a economia nacional de List, o papel das reformas institucionais, o historicismo). Olhado nesse ângulo as concepções furtadianas ficam fragilizadas porque aparentemente em nome de uma necessidade de compreender um objeto singular historicamente o autor recorresse a “estratagemas” que resultassem, ao final, numa perspectiva caleidoscópica da realidade. O centro dessa questão poderia ser o do improviso ou da excessiva criatividade teórica. Proponho ao contrário de uma leitura do método furtadiano como heteróclito na fina adesão de Furtado ao método da Sociologia do Conhecimento proposto por Karl Mannheim<sup>3</sup>.

A Sociologia do Conhecimento mannheineana sustenta-se tanto na leitura combinada e totalizante do social (autodenominada de método da Sociologia Sistemática) quanto na recepção de múltiplos focos de interpretação e explicações teóricas, aglutinadas no conceito de *síntese* intelectual. As tarefas da *intelligentsia* são de dois tipos para Mannheim. A primeira, de caráter epistemológico procura alcançar uma interpretação objetiva do mundo social, que só pode se dar pela concepção de que há pontos de interconexão de toda a vida societária no eixo histórico, revelados no *pensamento social* produzidos pelos distintos grupos em choque na sociedade. A segunda é o desafio da *síntese* uma vez que a multiplicidade dos enfoques (flexionados entre a Ideologia e a Utopia) é sempre parte

---

<sup>3</sup> Mesmo que Furtado não tenha explicitamente feito essa afirmação, há nos seus trabalhos recorrentes citações de Mannheim (especialmente nas obras autobiográficas); mais do que isso, se observarmos o processo de análise desenvolvidos nos textos de Furtado podemos detectar claramente o uso da Sociologia Sistemática e uma clara filiação à responsabilidade moral da *intelligentsia* – marca da tese mannheineana.

expressiva da realidade social (nem ilusão, nem mentira ou erro), devendo, então, serem condensados numa explicação unitária (Ideologia total).

Quanto ao *problema* e a *proposição*, estes aspectos podem explicar a enorme influência e importância do pensamento furtadiano, particularmente entre o final da década de 50 até o final dos anos 70<sup>4</sup>. O *problema* é o do atraso, base da interpretação de Furtado sobre a formação do Brasil e que configurou sua primeira grande contribuição intelectual na forma da *teoria do subdesenvolvimento*. Como uma interpretação do Brasil, a teoria do subdesenvolvimento foi capaz de estabelecer um sólido diálogo com a anterior tradição intelectual que tinha como objeto privilegiado de reflexão o problema da identidade nacional. Se 'para trás' a natureza da recepção da teoria do subdesenvolvimento foi promover uma história nacional, em seu momento coetâneo esta teoria teria força para avaliar o presente e possibilitar uma alternativa de futuro, ambas legitimadas por uma rigorosa análise de cunho teórico-econômico e por uma sofisticada interpretação sócio-histórica. É nesse desdobramento pragmático que a teoria do subdesenvolvimento *vira* projeto de desenvolvimento. Mas nessa metamorfose o problema é com o futuro e, portanto, não se trata mais do *ser* e sim do *dever ser*, abrindo a reflexão para o campo dos valores e o universo das proposições políticas. Este é o eixo da *proposição* e tendo essencialmente um caráter político torna-se uma exigência dos estudos voltados ao pensamento social qualificar o projeto de desenvolvimento furtadiano, ou seja, desvendar que tipo *nação* e de modernidade estavam em disputa quando Furtado produziu sua proposta. Por extensão,

---

<sup>4</sup> Os textos que servem de base para este artigo são os produzidos no período mais pujante das discussões desenvolvimentistas (perfazem aquele grupo de obras que em outro trabalho denominei de 'fase otimista' da produção furtadiana) *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Perspectiva da Economia Brasileira* (DASP, 1958), *A pré-revolução brasileira* (Fundo de Cultura, 1962), *Dialética do Desenvolvimento* (Fundo de Cultura, 1964) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (Fundo de Cultura, 1967).

clareando a proposição furtadiana também ficam visível quais os outros projetos (e o que representavam) na disputa do período.

---

### **Entre o subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista**

Anteriormente foi salientado que o subdesenvolvimento é parte processual na *intelligentsia* brasileira, produto de nossa evolução histórica, e, portanto, é datado e se corresponde a mudanças reais na estrutura social também possui uma paternidade cognitiva. A emergência do tema (e da teoria) do subdesenvolvimento tem dois momentos distintos no debate intelectual brasileiro: a abordagem inicial do problema pode ser encontrada na seminal obra de Roberto Simonsen já na década de 1930 e sua lapidação teórica mais madura encontrada na tese furtadiana dos anos 50. O problema do atraso ou da inferioridade da nação brasileira frente a outros exemplos mundiais mais bem resolvidos é traço constante que move a *intelligentsia* brasileira desde a segunda metade do século XIX. Porém, em discurso proferido nos debates da Constituinte de 1934, Simonsen firmaria de maneira inédita que “o Brasil é um país pobre, com uma população pobre” e que esta pobreza tem base material, originada no fato de que na economia nacional “o divisor é sempre maior que o quociente”. Se a população *era* pobre (diferente da compreensão de que *estar* circunstancialmente depauperada) era porque o país era pobre, incapaz de elevar a renda per capita e nacional. O baixo poder aquisitivo, ao contrário do propalado, tinha origem na insuficiência geral da capacidade produtiva do país: era estrutural e derivada da fragilidade da economia primário-exportadora.

O problema do salário está indissolúvelmente ligado ao da produção. Todos ansiamos – patrões e empregados do Brasil – que aqui se estabeleça uma justa remuneração do trabalho, que todos possam viver a vida digna (...) mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção;

se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente? O nosso grande mal, atingindo todas as classes, principalmente a dos trabalhadores, é a insuficiência de ganho<sup>5</sup>.

O atraso qualifica-se agora como debilidade da estrutura econômica, incapaz de produzir o mínimo para suprir as necessidades da comunidade nacional. E por mais que a agricultura seja pujante (o que não correspondia mais à verdade, principalmente depois das sucessivas quedas do preço do café) a carestia, o mal estar social são expressões cabais de que “*se o café vai bem, tudo o mais vai mal*”. Em Simonsen encontramos uma primeira versão da lógica do subdesenvolvimento sob a denominação de *sub-capitalismo*, no qual os problemas de pobreza e pauperização da vida social surgem condicionados pela desigual divisão do trabalho internacional (nosso modelo mercantil – exportador) e, por extensão, pela incapacidade de transitarmos – enquanto economia atrasada a situação plena da modernidade apenas alcançada no modelo de uma “civilização *machinica*” (modelo industrial)<sup>6</sup>. A afirmação de que a condição de economia primário-exportadora era a origem de nossa baixa capacidade produtiva permitiu questionar a legitimidade da tese das vantagens comparativas e a ordem aparentemente natural das trocas no comércio mundial. Se de maneira espontânea a economia “tendia” à vocação agrícola, sua incapacidade de gerar a “riqueza

---

<sup>5</sup> Simonsen, 1940:14.

<sup>6</sup> Estes argumentos são desenvolvidos em *As crises no Brasil* (1930), *As finanças e a indústria* (1931), *A indústria em face da economia nacional* (1937), *Evolução industrial do Brasil* (1939), *Níveis de vida e a economia nacional* (1940), trabalhos onde Simonsen elabora as bases originais do tema subdesenvolvimento: a perspectiva da pobreza estrutural; a recusa da teoria das ‘vantagens comparativas’ e das virtudes do comércio internacional; a crítica ao modelo agrário-exportador; a defesa da racionalização da economia; e a necessidade de construção de um projeto

da nação” talvez apontasse para uma falácia ou equívoco dessa proposição<sup>7</sup>:

O ritmo e a intensidade da crítica simonseana à economia natural, de molde liberal, acentua-se entre 1934 e 1948, sofisticando-se até a defesa inédita do planejamento econômico, mas ainda peca pelo caráter descritivo e denunciativo, sem uma leitura rigorosamente teórica que a sustente.

Ao contrário, Furtado foi responsável pela blindagem teórica do conceito de subdesenvolvimento. Sua análise (encontrada ao longo das inúmeras obras produzidas) incide sobre três aspectos importantes do fenômeno subdesenvolvimento: seu caráter histórico derivado de uma posição das nações na divisão internacional do trabalho (economias centrais e 3 tipos de economias satélites); o desvendamento de sua dinâmica de funcionamento com base numa lógica econômica da acumulação e concentração crescente de riqueza nas economias centrais; e, por último, numa análise tendencial dessa dinâmica em direção ao aumento das assimetrias inicialmente apontadas. Furtado avançou em sua tese no aprofundamento da ruptura com as categorias do liberalismo amparada numa consistente crítica teórica, e essa nova perspectiva econômica permitiu a conversão da *teoria do subdesenvolvimento em projeto desenvolvimentista*.

Examinemos o argumento. Como ruptura inicial com o paradigma liberal encontramos uma análise negativa da combinação do *laissez-faire* com a teoria das vantagens comparativas, capaz de engendrar novas formas de organização das economias nacionais, distintas do modelo final ou padrão

---

de desenvolvimento nacional (economia e sociedade) rumo ao desenvolvimento pleno da nação – todos ancorados na análise do pauperismo nacional.

<sup>7</sup> “O café sobre o qual tem repousado todo o progresso do país já está em superprodução (...). É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas as condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção de bens sociais” (Simonsen, 1931:247).

das economias desenvolvidas. Furtado assinala em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* que a expansão do capitalismo central em contato com as estruturas autóctones das sociedades coloniais produziu pelo menos dois grupos distintos e subtipos de economias: as desenvolvidas, as subdesenvolvidas (divididas em grau superior e inferior) e as pobres. Cada uma delas, emergindo do processo de transição pré-moderno e moderno (com exceção da última, o círculo de ferro da pobreza) geraria dinâmicas e configurações diferentes. A diferença das estruturas econômicas nacionais havia sido *prevista* no argumento liberal como etapa ou na expansão virtuosa da divisão do trabalho – tecnologia – aumento do mercado (na tese smithiana) ou como especialização otimizada dos recursos produtivos (vantagens competitivas ricardianas). O que a teoria furtadiana do subdesenvolvimento coloca em xeque é essa interpretação: a inserção na economia mundial geraria estruturas sociais e políticas locais anacrônicas, que somadas a lógica de transferência e não de repartição dos frutos do progresso técnico estabeleceria um *outro* tipo de economia e de sociedade (diferente na forma e no conteúdo das economias centrais, mas necessária enquanto mecanismo de realização e drenagem da riqueza). O desenvolvimento capitalista aparece assim como desigual e combinado, e não pode mais oferecer uma única visão de progresso para todas as posições no amplo espectro das trocas mundiais.

Um segundo ponto, é que a intensificação das assimetrias e o aumento de drenagem de riqueza das economias reflexas em direção às economias centrais também desqualificaria o princípio axiomático das virtudes da competição e do equilíbrio final promovido pela mão invisível do mercado. Ao contrário a condição de subdesenvolvimento é a de “filho bastardo” da mão invisível e a permanência dessa lógica impediria o sonho de constituição da independência econômica e da autonomia nacional. Como alternativa Furtado (como os demais cepalinos), apontava a necessidade de planejamento artificial do desenvolvimento econômico. Longe da economia natural e espontaneamente

ordenada surgem as estratégias da planificação e da regulação econômica ancoradas na concepção da queima de etapas (substituição da mão invisível pela racionalidade planificadora) e pela internalização da dinâmica econômica (via protecionismo e aumento do mercado interno). As duas estratégias afastam-se radicalmente dos postulados da economia clássica, fazendo emergir no cenário econômico a figura demonizada que anteriormente havia entronizado e legitimado o pensamento liberal – o absentéismo do Estado.

Podemos fazer neste ponto um pequeno balanço do que apontei como um percurso entre subdesenvolvimento – desenvolvimentismo e sua filiação essencial à recusa dos postulados liberais em especial na obra de Furtado sobre a formação brasileira e sua possibilidade de futuro: a história nacional é resultante da estrutura e da superestrutura institucional gerada pelo lugar de nossa economia na divisão internacional do trabalho; a *herança colonial* não é apenas um traço do passado, mas um peso no presente do período, e constitui um obstáculo para a finalização positiva da modernização nacional – inclusive para a própria consolidação do que havia de mais moderno no paradigma da Revolução Burguesa: os Estado/Nação; o subdesenvolvimento é um processo e como tal tem uma dinâmica, apenas atacando e destruindo sua lógica estruturante é que o processo pode mudar de rumo. Chega-se dessa forma ao problema da correta interpretação e diagnóstico do fenômeno – tarefa da *intelligentsia* na construção de um paradigma explicativo coerente e lúcido (no caso a teoria do subdesenvolvimento); e, na seqüência, a elaboração de instrumentos capazes de corrigir essa situação. Não foram apenas os paradigmas econômicos que Furtado colocou na berlinda; foi a própria concepção civilizatória que apostava na ação individual, nos valores da competição e do egoísmo privado como motor de construção do progresso social. Há aqui uma sutil, porém feroz metamorfose – no paradigma liberal é na esfera privada que encontramos as energias capazes de realizar o progresso comum; na teoria do subdesenvolvimento

o planejamento é ferramenta lógica que *desconfia* dessa virtude mágica do individualismo<sup>8</sup>. Em seu lugar, promove como ponto de partida o *sistema* (como em List) e como ponto de chegada o conjunto dos interesses sociais (no jargão contemporâneo chamado de *nação*, conceito fácil de estabelecer correspondência semântica com o velho conceito de *res publica*).

A naturalidade da História, movida pela soma das transformações geradas nas ações individuais de caráter racional-contábil encontra um adversário. Na teoria do subdesenvolvimento é ainda o homem e sua racionalidade que podem transformar a dinâmica histórica, mas o eixo dessa ação não está no indivíduo (sede de razão e julgamento no argumento liberal) e sim na *res publica* representada pelo único ator capaz de espelhar o interesse comum – o Estado. Se é a vontade política aquela capaz de quebrar a inércia sistêmica da “vocação do subdesenvolvimento” (o círculo vicioso de Nurkse), se foi rompido o espontaneismo providencial do Mercado, substituído um projeto de desenvolvimento *pensado*, qual será a natureza desse projeto de futuro que se racionaliza na teoria e na ação do período? Ou seja, de *qual* desenvolvimento Furtado estava falando, uma vez que a exigência histórica do período impôs aos atores que somavam a *intelligentsia* da comunidade nacional um salto de consciência para analisar e ponderar sobre esse produto intelectual chamado desenvolvimento?

---

<sup>8</sup> No mesmo sentido das críticas formuladas por Keynes em *O fim do laissez faire*, publicado em 1926, a racionalidade propugnada pelo liberalismo (econômica e política) não era capaz de encontrar o ‘progresso das nações’ entregue a força guia da *mão invisível*, nem as virtudes públicas a partir dos *vícios privados*. A liberdade individual por mais racionalizada que seja sob o primado da maximização de interesses não pode produzir a liberdade social; ao contrário, o máximo de autonomia de escolhas no mundo econômico é sinal certo de *caos* social. A crença nas virtudes do individualismo esboroava-se na Europa em direção ao regulacionismo keynesiano e as alternativas da social-democracia do *Welfare State*.

### **As tarefas da modernização – mudança social e a tensão capital versus trabalho**

O afastamento do ideário liberal assume na tese desenvolvimentista de Furtado uma faceta curiosa e em alguns momentos aparentemente contraditória. Em termos econômicos seu projeto desenvolvimentista recusa as premissas liberais e valoriza a regulação econômica sob dois pressupostos: 1) da irracionalidade dos agentes econômicos, em especial os empresários (equivalente do termo *burguesia*), que tomam decisões racionais e positivas em termos privados, mas desastrosas em termos do sistema econômico nacional por conta do aumento dos pontos de estrangulamento estrutural; e 2) na afirmação de que o ponto de mutação de uma economia subdesenvolvida incide no problema do tamanho do mercado consumidor *interno* e na mudança do processo e condições da produção – mutação que só pode ocorrer pelo processo de distribuição de riqueza via elevação dos salários (a proximidade com os postulados keynesianos é inequívoca). Por este ângulo, privilegiando a regulação pública da economia enquanto técnica de incentivo ao aumento e qualificação da produção (portanto na defesa dos interesses do *capital*) e a proteção dos salários como mola da renovação tecnológica e na sustentabilidade do desenvolvimento nacional, Furtado afasta-se dos princípios axiomáticos da autodeterminação eficiente da economia. No entanto, por outro lado, valoriza o conflito como condição indispensável para a implantação do projeto desenvolvimentista – em especial no problema da organização dos trabalhadores e a defesa da democracia, tomados não como corolário do desenvolvimento ou objeto de desejo último do processo de desenvolvimento, e sim motor ou força motriz *necessária* ao projeto desenvolvimentista.

São esses os aspectos que passo agora a examinar e que numa primeira abordagem trabalham com a hipótese de que a concepção *sistemática* da teoria furtadiana forja não apenas uma teoria econômica e/ou histórica, mas uma teoria da modernização. No desdobramento, proponho analisar a singular desconfiança de Furtado sobre as virtudes da burguesia nacional e no enfoque

contrário, valorizando o trabalho como ator fundamental para constituição de uma dinâmica de desenvolvimento autóctone e auto-sustentada.

---

### **Democracia e participação – neutralizando os setores anacrônicos**

A tipologia furtadiana do subdesenvolvimento de grau-superior, formulada de maneira completa por Furtado no texto *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967), é o aperfeiçoamento da tese que orienta já a construção dos trabalhos anteriores (vê-se a sombra na análise feita em *Formação Econômica do Brasil*) e permite ajustar ao cenário brasileiro a perspectiva intelectual que vinha se fortalecendo mundialmente sobre o problema do planejamento do desenvolvimento a partir da existência das “condições de arranque” (Myrdal, 1956; Nurkse, 1957; Rostow, 1964). Da análise das condições originárias na etapa café-industrialização (modelo de substituição de importações), da brecha histórica aberta pelas crises mundiais e pela internalização momentânea do fluxo econômico (chave da interpretação em *Formação*), Furtado passa nos textos subsequentes a analisar não mais as condições do subdesenvolvimento, mas os obstáculos que impediriam o salto definitivo para a autonomia da economia nacional. Este desdobramento vai apresentar as restrições econômicas que perpetuam o subdesenvolvimento como amparadas pelas condições sociais e pelas instituições políticas numa relação de mútua determinação. Este é o sentido do termo *dialética* utilizado pelo autor e que tomado como uso inadequado do jargão marxista sofreu severas críticas, já no período de publicação dos textos, sob a rubrica de uma concepção meramente economicista, nunca de um processo dialético<sup>9</sup>. No entanto, independente do deslocamento do termo, a pecha de economicista não calha bem ao raciocínio apresentado. Ao contrário, embora

---

<sup>9</sup> A crítica economicista ao uso incorreto do conceito dialética por Furtado é feita por José A. GIANNOTTI em “A propósito de uma incursão na

a dimensão econômica tenha centralidade, a mudança social inclui outras facetas e *depende* da modificação das instituições políticas e de várias estruturas societárias. Não bastaria, para Furtado, mudar a situação das relações econômicas internas. Sem a destruição das estruturas anacrônicas como o poder latifundiário e senhorial, a apropriação do Estado como ferramenta de interesses particularistas, a manutenção das diferenças regionais a economia e a sociedade não poderão passar a condição de modernidade. Por outro lado, sem regulacionismo econômico, sem participação e democracia as instituições e valores da modernidade também não podem desabrochar. Como resultado, a luta pelo desenvolvimento holístico e auto-sustentado requer como condição *sine qua non* a mudança social, destruindo o velho e implantando o novo.

No caso da superação do subdesenvolvimento as forças anacrônicas aparecem associadas ao modelo mercantil-exportador, ao regionalismo econômico e político, condensando toda a corte de horrores do atraso. O problema da grande propriedade rural é apresentado como distorção, apresentando duas seqüelas de difícil superação: no setor mais dinâmico (setor exportação) esta estrutura é *dependente* do mercado internacional e tende tanto pela deterioração dos termos de troca quanto pela inevitável propensão à queda dos preços (pela condição da demanda inelástica); no setor menos dinâmico (setor voltado para o abastecimento do mercado interno) a produção agrícola apresenta baixa produtividade e pequena diversificação produtiva – características que somadas são responsáveis pela escassez e pelos altos preços dos alimentos (implicando, diretamente, no alto custo dos bens que formam a cesta básica do trabalhador e nas pressões oriundas da carestia e no efeito corrosivo da inflação).

---

dialética" in *Revista Civilização Brasileira*, ano I, nº 3: julho de 1965. Em outro contexto, Cardoso e Falleto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* recusam o determinismo econômico das interpretações cepalinas e, é claro, por extensão, as teses de Celso Furtado.

Por outro lado, a permanência sem mudanças estruturais nesse setor manteria intacta a dependência dos centros externos de decisão econômica, o baixo dinamismo econômico, a incapacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, a hegemonia e controle sobre o aparato estatal e controle da opinião pública através dos “currais eleitorais”. Por sua inserção histórica e pela função de resposta às necessidades do mercado internacional, o setor exportador possui uma grande capacidade de resistência e de manter intactos seus privilégios. Compreendendo sua natureza limitada, determinada pela situação de dependência e de incapacidade de superação das relações assimétricas, legitima-se a tarefa do planejamento econômico no enfraquecimento desse setor – quer pelo fortalecimento do segmento industrial, quer pelo estímulo ao surgimento da agricultura da pequena propriedade voltada para o mercado interno. Neste raciocínio fica claro que a economia mercantil-exportadora é capaz de produzir riqueza reduzida e concentrada, mas é incapaz de originar uma dinâmica real que transforme o conjunto da economia e que responda à necessidade geral de mudança.

Mas se o segmento mercantil-exportador enfraqueceu economicamente isso não significa ma correlata fraqueza política. De onde, então, viria a força para enfrentá-lo? Da mudança estrutural da economia e da estratégia de confronto pela participação ativa da sociedade, no marco democrático. Tal processo entende-se como consequência do surto de industrialização que se surge no país pelas brechas abertas pelo interregno das duas guerras mundiais e pela crise de 29 - a partir de então a situação passou de dual para híbrida. De maneira inédita na história nacional passam a se confrontar duas forças, ancoradas em setores econômicos distintos: uma ligada ao universo da produção agrícola e outra ou universo da produção industrial; uma rural e outra urbana; uma economia interna outra economia externa. Com a redemocratização pós-45 a força das cidades e dos trabalhadores urbanos passou a se expressar nas urnas, contrabalançando pelo voto cidadão a hegemonia das oligarquias

regionais ligadas ao modelo exportador. Também no plano ideológico, a industrialização tornava-se dia a dia mais reconhecida como passaporte para solucionar os graves problemas sociais em expansão desde os anos 20. A pressão dos setores urbanos por mudanças e a existência do canal democrático permitiriam a diminuição do peso político do setor agrário-exportador, facilitando o processo de modernização.

O específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer ou conservar o seu poder desde que os disputem dentro espaço dentro da arena democrática (e na mesma direção adotada por Mannheim, ao terem que debater seus projetos – utópicos ou ideológicos – os grupos realizam uma síntese política, mediada pela escolha e aceitação geral dos interesses que apareçam como mais gerais ao conjunto social). Outro dado curioso é que o projeto de desenvolvimento furtadiano inova várias percepções sobre quais, na realidade, são os problemas e a “questão social” nacional. No grande grupo dos desenvolvimentistas dos anos 50/60 o mote da industrialização era *consenso*<sup>10</sup>, mas as relações entre capital e trabalho, interno e externo, limites da ação do Estado (principalmente na definição de direitos sociais ou repartição da riqueza) provocam divergências extremas. Furtado vai se tornando um intelectual único nesse debate pelas proposições e valores que sustentam seu projeto de desenvolvimento. Se, como apontado anteriormente, era inédita a defesa da democracia (como finalidade e *meio*), ainda mais singular será a subversão sobre o Sujeito propulsor do desenvolvimento (o *trabalho* e não o capital), baseada na desconfiança incomum e original quanto ao papel das elites industriais (burguesia nacional) e mesmo a *intelligentsia* que ronda o Estado (intelectuais, políticos e *policy makers*).

---

<sup>10</sup> Exemplo dessa heterogeneidade é descrita e analisada por Bielschowsky em *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (1988).

### **Conflito e desconfiança: defesa do trabalho e controle do capital**

Como parte de um projeto de modernização que toma como base de sua constituição a superação de subdesenvolvimento, a dimensão econômica e os atores que dela emergem são aspectos fundamentais a serem tomados em conta. O desenvolvimentismo aceitava como fato que a economia nacional guiada pelos automatismos do mercado não poderia superar os entraves à passagem de um capitalismo industrial e mais refinado em termos tecnológicos. Embora rompido com o liberalismo, a interpretação sobre a dinâmica do capitalismo repousava ainda, em vários dos projetos de planejamento lapidados nos anos 50, vários conceitos permaneciam intactos na base desse raciocínio: o papel transformador e civilizador do progresso econômico, o lugar privilegiado para a ação criadora ou inovadora dos empresários (estes argumentos estão presentes, por exemplo, na formulação pioneira do planejamento defendida por Roberto Simonsen no início dos anos 40). O mesmo ocorre para a heterogênea corrente de “desenvolvimentistas” da década de 50, que podem ser tipificados e alocados em diversas categorias como desenvolvimentistas: setor privado, setor público, nacionalistas, ortodoxos, heterodoxos, esquerda, independentes, keynesianos, entre outros critérios possíveis<sup>11</sup>. O que procuro ilustrar é que sob uma mesma e genérica rubrica inúmeros projetos, filiações e interesses se abrigaram. Como resultado, para entendermos qualquer um deles um método possível é estabelecer qual a relação adotada quanto ao posicionamento frente a uma questão central na teoria econômica – o desenvolvimento econômico origina-se no lado da oferta ou no lado da demanda? Digo isto porque o simples enunciado da aceitação da regulação do estado naquele período parece-me critério insuficiente de estratificação ideológica ou teórica: para os cepalinos a filiação é keynesiana (preponderância do fator trabalho e defesa da intervenção do

---

<sup>11</sup> Bielschowsky, op. cit.

poderia ser aceita em função de uma intervenção cirúrgica justificada por uma inovação a *la* Schumpeter. Talvez a pergunta central a ser feita é: quais os interesses prioritários que cabe ao planejamento estatal defender? Com esta inquirição o projeto furtadiano destaca-se nitidamente dos demais: a força capaz de re-orientar as relações econômicas em direção ao desenvolvimento nascem do *trabalho*. É através de sua força vital de cobrança que pode ser gerada a dinâmica capaz de criar um mercado interno e estimular o capitalista à inovação tecnológica constante (deslocando a estratégia de obtenção do lucro através do baixo valor dos salários ou pela fraca competição no mercado interno). De um outro ângulo, a aceitação do papel fundamental do consumo como base do crescimento da economia nacional é acompanhada de um outro aspecto inédito – a regulação e a limitação da ação do capital.

É esta lógica é combinada. O capitalista precisa ser regulado na sua ação, pois em situação de subdesenvolvimento sua irracionalidade atinge dimensões mais dramáticas do que aquelas apontadas por Keynes. A existência de um segmento industrial nacional, originado na etapa de substituição de importações, e a necessidade de atração do capital externo, exercida pelo aumento das necessidades de consumo interno e das demandas de investimento (proporcionado pela expansão das atividades industriais e comerciais locais) provocavam uma disfunção grave no ritmo e rumo do desenvolvimento da cadeia industrial. No afã de realizarem lucro no menor prazo e custo possíveis, a indústria nacional e a estrangeira selecionavam entre as alternativas de alocação de seus recursos aquelas atividades que apresentassem a maior e mais imediata taxa de retorno. Os desvios aqui originados eram inúmeros. A opção acabava por inflacionar alguns setores e esvaziar outros, criando uma instabilidade constante na estrutura econômica. O aumento da atividade industrial, em qualquer ramo, fazia pressão sobre o setor de bens de produção, área que não sendo atendida internamente aumentava a demanda por importações (as importações

gravosas), descontrolando a balança comercial e remetendo para o exterior considerável parte do capital aqui produzido.

A alternativa de produzir nacionalmente esses bens não se realizava em função da envergadura e do longo prazo de retorno dos investimentos necessários, o que minava o interesse do capital privado. Como decorrência dessas duas conjunções o leque de alternativas que se mostravam atrativas era reduzido e acentuava a concorrência nos setores que capitalizavam a maioria dos investimentos. Ora, como a lei fundamental que rege a economia de mercado é o preço, o aumento da concorrência tende a diminuir o preço dos produtos no mercado final, reduzindo a margem de lucro. Para manterem constante sua taxa de retorno, os empresários repassam a redução para o preço dos salários, reduzindo o ganho dos trabalhadores, que, na última volta do círculo, perdem poder de compra reduzindo a demanda geral do sistema – encolhendo o tamanho do mercado e iniciando uma espiral recessiva ou de estagnação econômica.

Esta percepção, de nítida filiação keynesiana, levaria Furtado (1962, 1964) a defender a organização dos trabalhadores como elemento fundamental para dinamizar (retroalimentar) a economia nacional, tanto pela capacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, quanto pelo ‘empurrão’ à incorporação de inovações tecnológicas (em substituição à tática de redução dos salários). Desta maneira, a lógica virtuosa que deflagrara a ascensão econômica crescente nas economias avançadas poderia ser aqui implementada.

Estes dois aspectos são os que mais distinguem a contribuição de Furtado das outras correntes que defendem a industrialização brasileira como plataforma para o progresso. Para Furtado a participação dos trabalhadores *forçaria* o capital a se renovar constantemente, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários (aumento do consumo) seria o motor das atividades industriais – a pressão e o conflito operário seria, portanto, benéficas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Para Simonsen, ao contrário, embora os salários tivessem importância como determinante do tamanho do mercado e da demanda por bens industriais, a

Resumidamente, a questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (o princípio contraditório, definido pelo autor como *dialético*); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperram o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, cabe ao Estado através das políticas econômicas disciplinar o consumo pessoal do capitalista e a lógica decisória do investimento – corrigida e orientada através de instrumentos como tributação, políticas cambiais e creditícias, por intervenção econômica direta com a criação das estatais nos setores estratégicos e de infra-estrutura, com a política de subsídios e investimentos alocados aos setores privados mais necessários e, por último, através de mecanismos políticos de proteção do trabalho para que neste movimento se redistribua efetivamente os ganhos do progresso técnico capaz de alavancar e expandir o mercado consumidor interno.

Como outra face desse processo Furtado indica a necessidade de fiscalização também da ação do Estado. Afinal os problemas de deturpação do projeto de desenvolvimento nascem de inúmeras fontes. Da história pregressa, pela capacidade de apropriação por parte dos setores anacrônicos do controle do Estado e dos recursos públicos. Da pressão internacional que após o fim da Segunda Guerra restabelece a ordem internacional que procura manter através do comércio internacional uma divisão do trabalho que preserve os interesses das economias centrais. Da moderna economia nacional pela sua inclinação imediatista do lucro fácil e que nesse processo coloca em risco

---

origem do ciclo virtuoso estava na implementação da produção (“crescer primeiro, distribuir depois”); além da visão catastrófica de Simonsen sobre o papel destrutivo do antagonismo entre as classes – *leitmotif* de sua análise sobre a necessidade de distribuição dos frutos do progresso entre todos os agentes da produção (Cepêda, 2004).

seu próprio processo de acumulação cria um estrangulamento da potência latente do mercado interno e aumenta a pressão inflacionária dos gargalos estruturais. Do lado dos planejadores sua incapacidade de serem os *portadores da síntese*, os operadores da metamorfose capaz de defender e implementar o interesse público – por erro ou dolo, tanto faz. O problema da mentalidade ou estilo de pensamento que rege o hibridismo das formações subdesenvolvidas só pode ser superado pela mudança orientada, pelo planejamento que incide em duas vertentes: instituições econômicas e políticas, e mudança de valores pela vitalização da opinião pública e pela reforma educacional - itens lapidares da teoria desenvolvida por Mannheim (1962 A, 1962 B, 1972) – e que implica na convergência não somente de método, mas também de visão de mundo compartilhada entre o sociólogo alemão e o intelectual brasileiro.

Como a elaboração teórica tem também como função organizar o campo político, nesta batalha mista de objetividade científica (diagnóstico) e escolhas políticas (poderosos projetos já que filhos da racionalização) o peso e o papel da *intelligentsia* são enormes. Uma mesma questão passa a ser de capital importância: como impedir que este conhecimento, munido da ferramenta do planejamento não se transforme em instrumento de opressão e de desvio? Vinculando-o de um lado ao paradigma republicano e do outro levando a capacidade de controle por parte da sociedade pela via democrática (na verdade os dois aspectos pertencem a uma lógica única: o projeto republicano da polis moderna é o da combinação entre sociedade e Estado, entre indivíduo e cidadão, entre razão e política<sup>13</sup>). Desse cenário, de novo a dimensão política é resgatada como central no projeto furtadiano através da defesa da democracia. Apenas o controle social pode mudar a lógica do

---

<sup>13</sup> Perspectiva na qual o procedimento político por pertencer ao domínio do que é de todos deveria balizar-se pela ação racional – análise dos dados, reflexão, ponderação e escolhas efetuadas por critérios que aliem o particular ao geral (como no dilema dissecado pela filosofia política kantiana). Por ser o ‘espaço da deliberação e do futuro’ (contingência) isso não significa que a política seja a dimensão do caos.

subdesenvolvimento cobrando do Estado um destino público para o crescimento econômico.

Das teorias que emergiram nos anos 50/60, a proposta de Furtado é a única na qual o cruzamento entre política e economia não assume um caráter meramente instrumental. Ao contrário, a democracia e a organização dos diversos atores sociais é parte estrutural do desenvolvimento econômico e do sonho do desenvolvimento nacional. Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, *de fato*, a modernização econômica com a modernização social e implicam numa aposta de projeto de futuro mais humano e com justiça social.

### **Bibliografia**

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e Crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Contraponto, 2001.
- CAMARGO, Aspásia Camargo; LOYOLA, Maria A.. *Pensamento Contemporâneo: Celso Furtado*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado – desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. São Paulo: FFLCH/ USP. Dissertação de mestrado, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil: limites e impasses*. 346 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

- \_\_\_\_\_. *Perspectiva da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: DASP, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- \_\_\_\_\_. *A Pré Revolução Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Um Projeto para o Brasil*. Rio e Janeiro: Saga, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A Fantasia Organizada*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. 23ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Obra Autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LIPSET, Seymour Martin. *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Contraponto, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Rés, (s/d).
- \_\_\_\_\_. *Sociologia Sistemática*. São Paulo: Pioneira, 1962. (A)
- \_\_\_\_\_. *Homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. (B)
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- NURKSE, Ragnar. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

- OLIVEIRA, Francisco de. *Celso Furtado*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo; Ed. Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

## CONSIDERAÇÕES BIOGRÁFICO-INTELECTUAIS SOBRE UM DIÁLOGO VIVO: GEORG LUKÁCS E MAX WEBER NA HEIDELBERG DO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira<sup>1</sup>*

**Resumo:** Apesar de G. Lukács ser conhecido como um dos mais importantes representantes da teoria marxista, sua formação intelectual não se restringiu à obra de Marx, mas abrangeu um amplo leque de correntes teóricas (muitas das quais com sentido diverso das análises marxianas). Um momento decisivo nessa formação foi sua participação no círculo intelectual em torno de M. Weber, na cidade de Heidelberg, na década de 10 do século passado. Por meio da análise de alguns aspectos do debate intelectual entre Lukács e Weber, das aproximações e dos distanciamentos entre eles, buscamos explicitar o fato de que a influência que um pensador exerceu sobre o outro assumiu uma forma viva e dialógica.

**Palavras-chave:** Weber, Max; Lukács, Georg; Círculo Max Weber de Heidelberg.

**Abstract:** Although G. Lukacs is known as one of the most important representatives of Marxist theory, his intellectual development was not confined to the work of Marx, but covered a wide range of theoretical perspectives (many of which have a different standpoint from the Marxian analysis). A turning point in this development was his participation in the intellectual circle around M. Weber, in the city of Heidelberg, at the beginning of the last century. Through the analysis of some aspects of the intellectual debate between Lukacs and Weber, of the approaches and distances between them, we intended to draw attention to the fact that the influence that one thinker had on the other took the active character of a vivid dialogue.

**Keywords:** Weber, Max; Lukács, Georg; Max Weber Circle in Heidelberg.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNICAMP  
mariana.on.teixeira@gmail.com.

Por mais de cinco décadas a partir de sua adesão ao marxismo (no final de 1918), o filósofo húngaro Georg Lukács refletiu e escreveu sobre temas como estética, teoria política e teoria do conhecimento, procurando pautar-se, sempre, nos escritos de Karl Marx. A extensa obra desse pensador o colocou entre os mais importantes filósofos marxistas do século XX e inclui livros como *História e Consciência de Classe* (considerado o marco fundador do chamado “marxismo ocidental”<sup>2</sup> e que teve uma enorme influência em diversos meios intelectuais marxistas) e *A ontologia do ser social* (obra incompleta, mas que vem ganhando crescente atenção dos estudiosos, inclusive de maneira especial no Brasil), entre muitos outros.<sup>3</sup>

O foco deste artigo, no entanto, não incide sobre nenhum escrito desse período. Apesar de o próprio autor ter renegado suas obras pré-marxistas (e também do seu “período de transição para o marxismo”), todas as leituras, os debates e a intensa produção teórica lukácsianas anteriores à sua adesão ao marxismo e ao Partido Comunista Húngaro em 1918 exerceram uma duradoura influência sobre o seu modo de pensar a sociedade. O período que muitos estudiosos consideram como decisivo para a formação intelectual de Lukács é aquele compreendido entre 1912 e 1917, em que Lukács frequentou e participou ativamente dos encontros semanais de um grupo de intelectuais que se reunia em torno de Max Weber, em Heidelberg.

A importância da obra do sociólogo alemão para os escritos de Lukács já foi ressaltada inúmeras vezes. Muitos comentadores afirmam, por exemplo, que, em *História e Consciência de Classe*, Lukács realiza uma síntese original de conceitos de Marx e de

---

<sup>2</sup> Há uma extensa literatura em torno dessa polêmica denominação. Na impossibilidade dar conta aqui dessa discussão, remetemos somente ao livro que primeiramente conferiu notoriedade ao termo, qual seja, o livro *As aventuras da dialética*, de Maurice Merleau-Ponty.

<sup>3</sup> É claro que a produção intelectual de Lukács nesses cinquenta anos não constitui um conjunto coeso, pelo contrário: o período é recheado de reviravoltas e auto-críticas – tanto que Mészáros (1996: 222) divide o seu período marxista em nada menos que cinco fases distintas.

Weber<sup>4</sup> – e o próprio autor reconhece essa importância em mais de uma ocasião.<sup>5</sup>

É sobre as implicações teóricas da convivência e do debate entre os dois pensadores que procuramos lançar luz neste trabalho, a partir da bibliografia existente sobre o tema.<sup>6</sup> Assim, esperamos deixar claro a partir de nossa argumentação que o caráter da influência de Weber sobre Lukács (e vice-versa) é diferente de quando se trata um pensador lendo o que outro escreveu como um trabalho pronto e acabado. No caso que ora analisamos, trata-se antes de um diálogo que interfere na própria dinâmica da formação intelectual de cada um.

---

### Heidelberg no início do século e o círculo em torno de Max Weber

De acordo com Éva Karádi, a cidade de Heidelberg se constituiu no início do século passado como a capital intelectual não-oficial da Alemanha. A diversidade de tipos de pensamento é ressaltada por diferentes teóricos, como Emil Lask (com quem, aliás, Lukács travou uma estreita amizade) e o jurista Gustav Radbruch, que compara a cidade a uma Arca de Noé, pois se podia encontrar ali um exemplar de cada nova variedade de pensamento (KARÁDI, 1987: 499). Muitos estrangeiros procuravam

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo: ARATO; BREINES, 1986: 89; 182 ss.; FEENBERG, 1986: 61-63; HABERMAS, 1984; LÖWY, 1990: 70-71, 73, 75-80; LÖWY, s/d; NOBRE, 2001: 51-57, entre muitos outros.

<sup>5</sup> Ver LUKÁCS, 2003: 5; LUKÁCS (entrevista) *apud* LÖWY, 1990: 80, etc.

<sup>6</sup> Para uma descrição desse período da vida de Lukács, ver CONGDON, 1983; ARATO; BREINES, 1986; LÖWY, 1976 e 1990. A descrição presente neste artigo é baseada especialmente nesses três livros e nos trabalhos de Éva Karádi (1987) e Paul Honigsheim (1968). Os testemunhos de Honigsheim, aliás, são considerados uma fonte valiosa para uma descrição desse grupo de intelectuais, visto que o sociólogo participou durante muitos anos de seus encontros semanais e nos deixou extensa documentação sobre o período.

a cidade às margens do rio Neckar, cujas universidades apresentavam regras em geral mais flexíveis que as encontradas no resto da Alemanha para a admissão de estudantes e intelectuais de outros países. Paul Honigsheim, em suas memórias, afirma que:

A sua universidade [de Heidelberg] era então não somente a mais liberal, mas também a mais internacional da Alemanha. Pessoas que teriam sido excluídas em outros lugares por causa da raça, nacionalidade, política ou religião eram aceitáveis na cidade do Neckar. E então eles estavam todos lá, os representantes de minorias nacionais da Áustria, Hungria e dos países balcânicos, e, por fim mas não menos importante, os russos (HONIGSHEIM, 1968: 1).<sup>7</sup>

Uma espécie de microcosmo desse ambiente existente na cidade podia ser encontrado no Círculo Max Weber de Heidelberg, como ficaram conhecidos os encontros semanais na casa do sociólogo alemão – encontros que foram a maneira que Weber encontrou para conseguir atender a uma parte das inúmeras pessoas que o procuravam para discutir ideias, trabalhos etc. Encontravam-se na casa do sociólogo aos domingos as mais diferentes correntes teóricas e ideológicas: referindo-se ao pensamento de Lukács e Bloch, Honigsheim afirma que “Como quase todo movimento daqueles dias, este reverberou na casa da *Ziegelhäuser Landstraße* [rua em que morava Weber]” (HONIGSHEIM [“Der Max-Weber-Kreis in Heidelberg”] *apud* KARÁDI, 1987: 500). Karádi defende que a atitude positiva de Weber frente a essa diversidade de pensamentos reflete o seu interesse por ideias novas e estimulantes – mesmo que bastante diferentes das suas próprias: “Weber estava interessado nos movimentos intelectuais influentes

---

<sup>7</sup> Sempre que, como nesse caso, um texto estrangeiro língua for citado em português, a tradução é nossa.

da atualidade, em ideias e seus efeitos, sem se importar se ele se identificava ou não com elas” (KARÁDI, 1987: 500).

Alguns dos intelectuais que participavam com maior ou menor frequência desses encontros, entre 1906 e 1918, são: Paul Honigsheim, Ernst Troeltsch, Karl Jaspers, Friedrich Gundolf (que também frequentava o círculo em torno do poeta Stefan George), Alfred Weber (sociólogo da cultura e irmão de Max Weber), os políticos Friedrich Naumann e Theodor Heuss (que se tornaria mais tarde o primeiro presidente da República Federal da Alemanha), os teólogos Hans Ehrenberg e Franz Rosenzweig, o jurista George Jellinek, Nikolai von Bubnov (especialista em Dostoiévski), o escritor Feodor Stepan e diversos “místicos e niilistas russos” (ARATO; BREINES, 1986: 89), além de profissionais de outras áreas do conhecimento (como botânica, psiquiatria e medicina). Esporadicamente, participaram também os filósofos neokantianos Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Emil Lask, e os sociólogos Ferdinand Tönnies, Werner Sombart, Georg Simmel e Robert Michels. Entre os pensadores que buscaram em Heidelberg uma atmosfera intelectual estimulante e que se tornaram presenças constantes na casa de Weber nas tardes de domingo estão também, é claro, Lukács e Ernst Bloch, que haviam se conhecido quando foram alunos de Simmel em Berlim e que eram considerados, na época, dois jovens e promissores (porém ainda desconhecidos) filósofos.

É evidente a impossibilidade de reduzir esse conjunto de pensadores a um denominador comum, a uma ideia unificadora. Um aspecto, não obstante, que tinha forte presença nas discussões semanais, era a crítica à sociedade burguesa contemporânea. Diz Honigsheim: “Mesmo antes da guerra, [...] havia uma tendência que rejeitava o modo de vida burguês, a cultura da cidade, a racionalidade instrumental, a quantificação, a especialização científica, e tudo o mais que era considerado então como fenômenos abomináveis” (HONIGSHEIM, 1968: 79). O autor afirma que Lukács e Bloch, além de Ehrenberg e Rosenzweig faziam parte dessa tendência, que ele chama de “neo-romântica”. Honigsheim continua: “Como era o caso com todos os outros

movimentos alemães acima do nível do puramente ordinário, o neo-romantismo em suas várias formas estava também representado em Heidelberg; e seus adeptos, como aqueles em vários grupos russos, sabiam na porta de quem deviam bater: na porta de Max Weber” (*idem, ibidem*). Michel Löwy, em diversos de seus escritos, faz questão de ressaltar esse caráter “romântico anticapitalista” do ambiente intelectual de Heidelberg e, mais precisamente, do Círculo Max Weber.<sup>8</sup> Cabe ressaltar também – e nisso todos os comentadores concordam – que a literatura e a filosofia religiosa ou mística russas (com destaque para Tolstói e Dostoievski) exerciam um importante papel nos debates dominicais, apresentando-se como uma alternativa ao individualismo, à quantificação e a tudo o mais que era criticado na sociedade burguesa da Europa ocidental.

---

### Lukács e Weber em Heidelberg

Lukács foi convencido por Bloch a ir para Heidelberg, uma vez que, na Hungria, dificilmente havia espaço para um debate intelectual e filosófico tão fértil quanto o que eles encontrariam na Alemanha, e especialmente em Heidelberg. Ele estabeleceu-se na cidade em 1912 e lá permaneceu até 1917 (com uma pausa entre outubro de 1915 e julho de 1916, quando teve que prestar o serviço militar na Hungria). Lukács tinha a intenção de, em Heidelberg, realizar seu pós-doutorado sob a orientação de Windelband ou Rickert,<sup>9</sup> mas acabou aproximando-se realmente de Max Weber, que ficou bastante impressionado com o jovem

---

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, os ensaios “Romantismo revolucionário e messianismo místico no jovem Lukács (1910-1919)”, p. 55; “A sociedade reificada e a possibilidade do objetiva do seu conhecimento na obra de Lukács”, p. 71 (ambos presentes em Löwy, 1990); e Löwy, 1976: 45.

<sup>9</sup> Éva Karádi (1987: 503-504) afirma que, apesar dos esforços de Weber de Emil Lask, Lukács não conseguiu suscitar suficientemente o interesse desses importantes pensadores. Não se pode esquecer, também, de

filósofo húngaro e o acolheu em seu círculo intelectual e de amizades.<sup>10</sup> Lukács reconhece a importância do apoio que recebeu de Weber: “Com alguns, eu encontrei mais compreensão do que nunca em minha vida. Naturalmente eu logo percebi que Max Weber e Lask eram fenômenos extraordinários na vida intelectual da Alemanha naquela época” (LUKÁCS [testemunho] *apud* KARÁDI, 1987: 503). Andrew Arato e Paul Breines reforçam a importância do Círculo Max Weber para a obra de Lukács do período: “Mas a figura dominante era Weber e a obra de Lukács, de 1912 até os primeiros anos da primeira Guerra Mundial, deve ser vista desde a perspectiva de sua relação com este círculo” (ARATO; BREINES, 1986: 90).

Lukács encontrou, assim, um ambiente intelectualmente instigante e propício para debater suas ideias. Löwy também cita o próprio Lukács a esse respeito: “Foi Bloch quem convenceu Lukács a acompanhá-lo a Heidelberg, onde ele encontrará no Círculo Max Weber o que ele chama de ‘uma compreensão excepcional de minhas ideias singulares’” (LUKÁCS [*Magyar Irodalom, Magyar Kultura*] *apud* LÖWY, 1976: 111). Ora, quais são essas “ideias singulares” de Lukács? Löwy as caracteriza, apoiando-se nos testemunhos de Honigsheim, como marcadas por um pensamento “[...] totalmente avesso à burguesia, ao liberalismo, o Estado constitucional, o parlamentarismo, o socialismo revisionista, o Esclarecimento/Iluminismo, o relativismo e o individualismo” (HONIGSHEIM [*On Max Weber*] *apud* LÖWY, 1976: 112).

Já de início, Lukács causou um grande impacto em Weber, e vice-versa. Em sua biografia do jovem Lukács, Lee Congdon

---

que o anti-semitismo existente na sociedade e na academia alemãs decerto contribuiu, ao menos em parte, para a dificuldade que intelectuais de origem judia, como Lukács, encontraram para serem aceitos na universidade (sobre a relação entre a rejeição de Lukács na universidade em Budapeste e suas origens judias, ver CONGDON, 1983: 82-84).

<sup>10</sup> Lukács foi ajudado pela recomendação de Simmel, que aliás, tinha a Lukács e Bloch como dois de seus alunos favoritos (KARÁDI, 1987: 500).

afirma que “Lukács causou uma enorme primeira impressão em Weber, com quem ele iniciou intensa conversação”.<sup>11</sup> Já Honigsheim, partindo de um comentário elogioso de Lukács com relação a Weber, aponta que:

Esse último comentário de Lukács, mencionado acima, mostra não apenas seus mais internos sentimentos mas também a impressão profunda que Max Weber causou nele. O sentimento era mútuo. Os dois homens discutiam muitas coisas, articularmente problemas estéticos. [...] Além das discussões teóricas sobre arte, Lukács e Weber debatiam questões marxistas e epistemológicas (HONIGSHEIM, 1968: 27).

Isso não significa, é claro, que havia uma identidade de pensamento entre eles, mas, antes, significa que, mesmo com as diferenças, os dois intelectuais encontravam um no outro uma fonte de inspiração. De acordo com Honigsheim, Lukács tinha várias ideias bastante distintas e até antagônicas às de Weber, mas lembra-se de Weber dizer, apesar disso, que: “Sempre que eu falo com Lukács, eu tenho que pensar sobre isso durante dias” (WEBER [testemunho] *apud* HONIGSHEIM, 1968: 28). Apresentamos, a seguir, alguns pontos de aproximação entre o pensamento de Weber e o de Lukács, especialmente a crítica da racionalidade ocidental como pano de fundo para uma crítica da sociedade burguesa e o interesse pela cultura russa como alternativa a essa sociedade. Por fim, teceremos alguns comentários sobre a influência que Lukács parece ter tido sobre o importante sociólogo alemão.

---

<sup>11</sup> O mesmo autor afirma que também Marianne Weber apreciava bastante a companhia e as discussões com Lukács, que cativava a atenção da maioria dos alemães, por causa da força da sua personalidade e o alto padrão do seu trabalho (CONGDON, 1983: 85).

### Aproximações

Michel Löwy, em um artigo presente em *Romantismo e Messianismo*, enfatiza o caráter “religioso” e místico do jovem Lukács que chega em Heidelberg, ressaltando a sua preocupação com o isolamento entre as pessoas e a decadência cultural causados pela sociedade moderna e pelo capitalismo. O seu interesse pela religiosidade (ou, antes, pelo espírito religioso, e não uma determinada religião), e também pelo socialismo, se dá na medida em que ele os vê como movimentos que procuram resgatar os valores coletivistas (da *Gemeinschaft*, da *Kultur*) destruídos pelo individualismo burguês (Löwy, 1990: 57). O que Lukács procura nas diferentes correntes místicas é “[...] sua rejeição radical do mundo e a tentativa de transcendê-lo através de um milagre” (Löwy, 1990: 58). Essa posição difere, é claro, daquela de Max Weber, mas elas convergem no que tange a uma visão negativa (não obstante a defesa weberiana de uma ciência livre de valores) das consequências do processo de racionalização que se passa no Ocidente.

De fato, o potencial crítico da obra de Weber, e especificamente sua crítica *sui generis* do capitalismo e da sociedade burguesa, diz Löwy em *Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires*, é o que pode explicar a afirmação esperançosa de Lukács de que “Max Weber é o homem que poderia arrancar o socialismo do relativismo miserável produzido pela ação de Franck [um dirigente social-democrata revisionista e direitista, M. L.] e seus semelhantes” (Löwy, 1976: 50). Apesar do filósofo húngaro estar completamente enganado com relação a esse papel atribuído a Max Weber, a sua afirmação nos mostra o reconhecimento da possibilidade da crítica a partir da teoria weberiana.

Lukács compartilhava a crítica weberiana da sociedade capitalista moderna como uma sociedade dominada pela racionalidade, e a saída que ele encontrou, à época, tinha a ver com o misticismo, especialmente o misticismo russo – seu pensamento formava assim, diz Löwy, uma combinação “*sui generis* da crítica cultural neo-romântica do capitalismo, de uma espiritualidade semi-religiosa e de uma aspiração revolucionária

pela mudança social” (LÖWY, 1990: 64). Apesar de não ser um místico, “[...] Weber compartilhava o entusiasmo de Lukács pelo misticismo, e em boa parte pelo mesmo motivo: o misticismo, também, estava além da racionalidade” (CONGDON, 1983: 87). Além de Löwy e Congdon, Honigsheim também aponta o interesse que Weber tinha pelo misticismo, ouvindo com atenção os especialistas no assunto que frequentavam as reuniões semanais na sua casa (HONIGSHEIM, 1968: 109).

Isso nos leva a mais um ponto de aproximação entre os pensadores: a atração não só pelo misticismo russo, mas pela cultura, a filosofia e especialmente a literatura russas como algo que poderia apresentar alternativas ao “mundo individualista e *seelenlos* [sem alma] da sociedade industrial da Europa ocidental” (LÖWY, 1990: 59). Arato e Breines afirmam que “Lukács, junto a Bloch e alguns russos, defendia a ideia de que a cultura eslava e o pensamento místico eram uma alternativa ao ‘ascetismo mundano’ e à ‘ação interessada em um fim’ do Ocidente burguês” (ARATO; BREINES, 1986: 90). Esse interesse, na verdade, pode ser estendido para o Círculo Max Weber em geral:

Na realidade, a referência decisiva para o pensamento religioso de Lukács não é o misticismo católico, judeu ou hindu, mas muito mais (como para todo o Círculo Max Weber) a espiritualidade russa e, principalmente, Dostoievski (LÖWY, 1990: 59).

Ao tratar do assunto, muitos dos comentadores fazem referência à afirmação de Paul Honigsheim de que não havia um domingo em que Dostoievski não fosse mencionado ou que não se discutisse sobre Tolstoi (HONIGSHEIM, 1968: 81). Os dois escritores não são nem de longe revolucionários, nas palavras de Löwy, mas se opõem à civilização burguesa e ocidental, servindo assim como inspiração para a crítica dessa civilização (LÖWY, 1976: 133-134). Para Lukács, a tentativa de Dostoievski e Tolstoi de superar o individualismo “europeu” e a anarquia, a desesperança e a ausência de Deus que o seguem (LUKÁCS

[Solovieff, *Arquív für Sozialwissenschaft*] *apud* LÖWY, 1976: 134) permite vislumbrar a conquista de um homem novo e, assim, de um mundo novo, os quais, por sua vez, não estão desconectados da nostalgia de uma humanidade harmoniosa e autêntica (LÖWY, 1976: 137).

A importância de Dostoiévski para Lukács pode ser atestada pelo seu projeto de escrever uma grande obra sobre o escritor russo. Esse projeto não foi concluído, mas o início do que seria essa obra foi publicado sob o título de *A Teoria do Romance*, uma das principais obras de sua fase pré-marxista. Ao final desse livro, Dostoiévski aparece como o anunciador de uma nova época da história mundial, revelando mais uma vez a leitura “messiânica” que Lukács fazia dele e da própria Rússia, que é, para o filósofo, a expressão mais coerente da ética coletivista religiosa em oposição ao individualismo moral burguês (LÖWY, 1990: 63).<sup>12</sup>

Os interesses que Lukács e Weber tinham pelos temas vindos da Rússia acabaram se reforçando reciprocamente. Se, por um lado, Weber já havia estudado e escrito sobre os problemas políticos russos desde 1905,<sup>13</sup> é possível que tenha sido Lukács quem chamou a sua atenção para o “misticismo russo” como contraponto à cultura ocidental. É isso o que afirmam, por exemplo, Arato e Breines:

[...] sua proposta [de Lukács], como muitos já apontaram, contribuiu para que Weber se interessasse pelo ‘espírito russo’ como uma forma de rechaço coerente e significativo do ‘espírito do capitalismo’ ante o qual desde 1910 Weber havia

---

<sup>12</sup> Um outro eixo do interesse de Lukács, Weber e dos demais membros do círculo weberiano de Heidelberg por Dostoiévski consiste no problema da ética, especialmente no dilema que envolve a contraposição entre uma ética de responsabilidade e uma ética de fins últimos. Voltaremos à questão do interesse de Lukács por problemas éticos mais adiante.

<sup>13</sup> Agradeço à leitura atenta de um parecerista anônimo por chamar a atenção para esse fato.

começado a se sentir cada vez mais incômodo. O ensaio de Weber, 'Rechaços religiosos do mundo e suas direções' (1915), foi claramente inspirado nos comentários de Lukács (ARATO; BREINES, 1986: 90).

A importância de Lukács para certos aspectos do pensamento de Weber é, aliás, ressaltada e apresentada por vários comentadores, e pode ser atestada também pelo fato de o próprio Weber fazer referência ao filósofo húngaro. E Weber o fez não somente em cartas ou memórias, mas também em um de seus importantes ensaios, "Ciência como vocação", em que Weber se refere aos escritos de Lukács sobre estética (WEBER, 1970: 49). Lukács "realmente exerceu um papel no pensamento de Weber", diz Honigsheim (1968: 25). Arthur Mitzman, em seu livro sobre Max Weber intitulado *The Iron Cage*, identifica essa presença lukácsiana nos seguintes aspectos da obra de Weber:

Lukács parece ter influenciado em três aspectos da evolução tardia de Weber: seu interesse pela estética formal, seu interesse pela cultura eslava como desafio anti-modernista a seus valores anteriores, e sua curiosidade – pessoal e sociológica – pelo fenômeno erótico" (MITZMAN, 1976: 239).

Além da já mencionada importância de Lukács no que tange ao interesse crescente de Weber pela cultura russa, que ele começava a ver como uma alternativa ao ascetismo mundano, e do terceiro aspecto (o "fenômeno erótico"), que não nos interessa aqui, Mitzman chama a atenção para os problemas relacionados à arte e à estética introduzidos por Lukács no campo de temas que eram objetos de reflexão para Weber. Para o sociólogo, a forma como Lukács põe o problema da obra de arte – isto é, não como uma questão sobre o seu autor ou sobre o público que a recebe, mas sobre a obra de arte em si mesma – é digna de elogios, e mais que isso, trata-se de um enfoque negligenciado pelos estudos que Weber lera até então e que consiste, na realidade, na "colocação definitivamente correta do problema" (MITZMAN, 1976: 239).

O declínio do interesse de Lukács pela estética formal e sua maior preocupação com a relação entre ética e política, no entanto, foi justamente um dos fatores que propiciou o distanciamento entre os dois pensadores. Apresentamos no próximo item esse e outros pontos de distanciamento, tais como o caráter radical da crítica que Lukács faz ao capitalismo, a tendência ensaística da sua produção intelectual, o seu posicionamento contrário à guerra e a aproximação crescente com relação ao marxismo e ao comunismo, a partir da Revolução Russa de 1917.

---

### **Distanciamentos**

Como ponto de distanciamento de Lukács com relação a Weber podemos citar, inicialmente, a radicalidade da crítica que Lukács faz à sociedade capitalista – o que o separa não somente de Weber, mas do próprio círculo de intelectuais de que fazia parte. Nas palavras de Michel Löwy:

Lukács encontra então um eco favorável à sua *Weltanschauung* [visão de mundo] no círculo Max Weber, mas ele permanece, no entanto, pela sua orientação ético-revolucionária, relativamente marginal no grupo (LÖWY, 1976: 113).

O próprio Lukács afirma se considerar um “outsider” entre seus amigos alemães (LUKÁCS [*Magyar Irodalom, Magyar Kultura*] *apud* LÖWY, 1976: 113, nota 4), pois sua recusa do capitalismo é bem mais extrema que na maior parte dos intelectuais alemães de Heidelberg; ele compartilha com esses intelectuais uma visão de mundo trágica, mas recusa a *reconciliação* com a sociedade ou a *resignação* que caracteriza alguns desses intelectuais (LÖWY, 1976: 113-114). Isso significa que, se por um lado o componente trágico de seu modo de ver é mais profundo do que o presente em teorias que aceitam uma reconciliação com a sociedade, por outro lado, sua visão é também marcada por uma orientação à superação

dessa situação trágica, não aceitando nenhum tipo de resignação. Lee Congdon ressalta esse como um ponto que difere Weber de Lukács. Após apresentar resumidamente os principais aspectos da teoria weberiana sobre o processo de racionalização, o autor afirma que:

Uma tal análise dos tempos não podia senão impressionar Lukács, mas o que ele não podia aceitar era a resignação de Weber. Para o alemão, a racionalização era inescapável, o destino do homem ocidental (CONGDON, 1983: 86).

A recusa de Lukács em se resignar perante a decadência da cultura e dos valores, perante o que ele chamou, citando Fichte, de a “época do pecado total” ou “da perfeita culpabilidade” (*das Zeitalter der vollendeten Sündhaftigkeit*), levou o filósofo a procurar obstinadamente pelas condições e pelo sujeito que seriam capazes de implementar uma transformação radical do existente. Como se sabe, Lukács defende em *História e Consciência de Classe* e em suas obras daí em diante que somente a classe proletária tem tal capacidade. O caminho que leva do jovem esteta que chega em Heidelberg em 1912 até o líder revolucionário da República Soviética Húngara de 1919 e até o intelectual comunista que publica em 1923 um dos livros de filosofia mais importantes para o marxismo, é um caminho que afasta-se cada vez mais, em diversos aspectos, do ponto de vista de Max Weber.

Antes de passar esses acontecimentos, cabe ressaltar um outro motivo de tensão entre os dois pensadores e amigos. Weber insistia para que Lukács completasse seu trabalho sobre estética, uma obra sistemática que poderia servir para tentar conseguir um posto na universidade.<sup>14</sup> É verdade que Lukács tinha a

---

<sup>14</sup> Mas esse não era o único motivo: Weber se interessava realmente pelos resultados apresentados por Lukács até então sobre o tema. De acordo com Congdon, “Como Lukács, ele [Weber] acreditava que, sobas condições impostas pela racionalização da vida, a arte possuía um caráter redentor” (CONGDON, 1983: 87).

intenção de superar o “impressionismo filosófico” que caracterizava a obra de Simmel e construir um sistema filosófico completo e coerente; são muito fortes, contudo, as suas tendências ensaísticas e ele tentou por duas vezes, ambas sem sucesso, completar o seu sistema – tentativas que deram origem, respectivamente, à *Filosofia da Arte* e à *Estética de Heidelberg*. Nesses trabalhos, Lukács tenta dar expressão sistemática às suas ideias sobre a arte como criadora de um mundo utópico. Em ambos, apesar das diferenças, ele se apoia na distinção kantiana entre fato e valor para fundamentar a distinção radical entre o mundo alienado – o mundo existente, criado por Deus –, e o mundo utópico – o mundo “luciferiano”, expresso na arte (CONGDON, 1983: 94;114).

Enquanto trabalhava na *Filosofia da Arte* – obra tida em muita consideração por Weber (MARIANNE WEBER [Max Weber] *apud* CONGDON, 1983: 92) –, entretanto, Lukács já pensava em abandonar esse projeto, uma vez que estava mais interessado em escrever um livro sobre Dostoievski. Além disso, com o início da guerra em 1914, suas preocupações teóricas começam a sofrer uma gradativa transformação (voltaremos a esse tema adiante). Ele abandona o trabalho sobre a filosofia da arte e escreve *A Teoria do Romance*, que é a parte que Lukács conseguiu terminar do livro sobre Dostoievski. Essa obra agradou a vários intelectuais (como Alfred Weber, Ernst Troeltsch, Béla Balázs e especialmente Bloch), mas não a Weber, que achava que o trabalho divergia muito da sua obra sobre estética (CONGDON, 1983: 112).

Para Emil Lask, importante pensador (hoje quase desconhecido) e amigo de Lukács, ele é essencialmente um ensaísta que nunca se manteria num trabalho profissional sistemático, opinião à qual Weber se opunha diametralmente (CONGDON, 1983: 112). Lukács decide, porém, como desejava o sociólogo alemão, retomar os trabalhos sobre filosofia da arte, mas começando praticamente do início e escrevendo uma outra obra (conhecida como *Estética de Heidelberg*) que, tendo em vista os acontecimentos de 1917, ficou também incompleta.

Éva Karádi chega a caracterizar essa fase da produção intelectual de Lukács como uma oscilação entre tendências sistemáticas e tendências ensaísticas, polarizadas nas figuras de Weber e Bloch, e nas obras sobre estética e *A teoria do romance*, respectivamente. Congdon também aponta essa tensão:

Lukács não completou a *Filosofia da Arte*, e é de se imaginar se ele poderia tê-lo feito, porque a contradição entre a prosa formal e acadêmica e o espírito utópico que a informava não podiam ser facilmente reconciliados (CONGDON, 1983: 95).

Para este autor, mesmo as obras de Lukács sobre estética formal consistem num “romantismo utópico com uma roupagem acadêmica” (CONGDON, 1983: 93).

Como mencionamos anteriormente, um fator que contribuiu para a mudança de interesses de Lukács e seu gradativo afastamento com relação a Weber e os intelectuais do círculo de Heidelberg foi a guerra: “É sem dúvida a grande crise de 1914, a guerra com seu cortejo de misérias que provocaram essa ‘politização’ em Lukács” (LÖWY, 1976: 131). Essa politização de Lukács implica, entre outras coisas, no recrudescimento de sua posição antimilitarista, totalmente oposta à maioria dos seus colegas alemães. Diversos membros do Círculo Max Weber ficaram entusiasmados com o início da guerra,<sup>15</sup> que parecia para eles como a abertura de uma possibilidade de ou um catalisador para se recriar uma nova comunidade entre os homens, que são obrigados a se tornarem camaradas face ao perigo (CONGDON, 1983: 96). Diz Löwy: “Por outro lado, por causa da guerra ele [Lukács] começa a se afastar politicamente do círculo de

---

<sup>15</sup> Por exemplo o próprio Weber e sua mulher, Marianne, bem como Lask – que se alistou, foi mandado para o front e morreu em batalha, abalando profundamente Lukács (que já tinha perdido, também na guerra, o amigo Béla Zalai).

Heidelberg, cujas principais cabeças (Max Weber etc.) apoiam o imperialismo alemão” (LÖWY, 1976: 131).

O mesmo autor defende que o antimilitarismo de Lukács é a consequência lógica do seu anticapitalismo, pois para o filósofo “[...] a Grande Guerra era uma manifestação típica da reificação e mecanizações capitalistas da vida social” (LÖWY, 1976: 131). É certo que Lukács achava que, como consequência da guerra, haveria a queda do czarismo na Rússia e dos Hohenzollern e Habsburgos na Alemanha, isto é, haveria uma predominância da civilização ocidental sobre as formas tradicionais de dominação. Lukács está preocupado, contudo, com um outro aspecto desses acontecimentos: “Mas a questão é de saber quem irá nos salvar da civilização ocidental” (LUKÁCS [“Avant-propos [1962]”, *La théorie du roman*] *apud* LÖWY, 1976: 132). O posicionamento de Lukács nos remete mais uma vez ao caráter radical de sua crítica da sociedade burguesa ocidental, crítica que Löwy considera estar apoiada sobre uma “ética de esquerda utópico-idealista” (LÖWY, 1976: 131).

Arato e Breines também conferem à guerra um importante papel no desenvolvimento intelectual de Lukács. Segundo os autores (ARATO; BREINES, 1986: 99), ela é responsável pela linha divisória entre os escritos de Lukács sobre a filosofia da arte e *A teoria do romance*, e marca especialmente o processo no qual a atenção de Lukács fica cada vez mais distante da *estética*, da estetização da vida como utopia artística e como “solução” para as antinomias do presente, e aproxima-se cada vez mais de questões *éticas* (ARATO; BREINES, 1986: 102-103). Ele trata também de questões *políticas*, mas as subordina completamente a um idealismo ético: a ética deve dominar a política e as instituições políticas devem ser somente meios ou instrumentos para a realização de um fim ético (ARATO; BREINES, 1986: 122; LÖWY, 1976, p. 148). Tais instituições devem ser abandonadas assim que se tornarem estáveis, porque se tornam assim fins em si mesmas e, portanto, assumem uma posição conservadora (ARATO; BREINES, 1986: 124; LÖWY, 1976, pp. 148-149). É possível perceber aqui, nos lembra Löwy, o eco da ética kantiana, segundo a qual o

homem não pode ser tratado nunca apenas como meio, mas sempre como um fim em si mesmo (LÖWY, 1976: 150).

Essa supremacia da ética ainda marca a reação inicial de Lukács à Revolução Russa de 1917. Esse acontecimento apareceu para o filósofo como a realização de uma esperança messiânica, como o começo do fim da “época da perfeita culpabilidade”. Desse modo, a revolução tinha, para Lukács, ainda uma forte “carga ético-religiosa, milenarista, dostoievskiana”, e não era essencialmente política ou social (LÖWY, 1990: 65). A politização propriamente dita de Lukács se dá entre os anos 1917 e 1918, período em que sofre a influência do sindicalismo revolucionário de Ervin Szabó e começa a ler anarco-sindicalistas, a extrema-esquerda holandesa, Rosa Luxemburgo e Georges Sorel (LÖWY, 1976: 145). No início desse movimento, contudo, Lukács ainda tem reservas quanto ao socialismo e o bolchevismo: para o filósofo, apesar de o proletariado aparecer como a classe social portadora da “redenção social da humanidade” (LUKÁCS [“Le bolchevisme comme problème moral”] *apud* LÖWY, 1990: 65), a ideologia do proletariado não é capaz de criar uma ética que abarque a todos os aspectos da vida (LÖWY, 1976: 145-146). Além disso, por um lado, é verdade que ele já mantinha uma esperança no proletariado como agente social concreto da renovação da cultura e da vida, que levaria a um “[...] ‘novo predomínio do geral sobre o pessoal, da comunidade sobre a liberdade isolada [...] a uma nova universalidade’ que superasse o racionalismo e o individualismo fragmentado do mundo burguês” (ARATO; BREINES, 1986: 92); mas, por outro lado, essa universalidade não tinha ainda um conteúdo positivo, e permanecia assim apenas como uma esperança – e inclusive uma esperança um tanto distante, tendo em vista a tendência ao individualismo e o “aburguesamento” do proletariado que Lukács observa na Alemanha (ARATO; BREINES, 1986: 92-93).

Essas e outras dificuldades que separavam Lukács do bolchevismo foram superadas ao fim do ano de 1918, quando ele adere ao Partido Comunista Húngaro. Assim, há cada vez menos espaço no pensamento de Lukács para o que Löwy chama de

uma “visão messiânica e romântica”, de forma que o sonho místico de redenção que o filósofo húngaro via na revolução russa se converte em fascinação política pela revolução bolchevique (LÖWY, 1976: 145).

Surgiu assim também a possibilidade de uma nova relação com a teoria marxista, de vê-la como uma teoria dialética, diferentemente do interesse meramente “sociológico” por Marx que havia antes no pensamento de Lukács – pensamento que é caracterizado por Arato e Breines como “A combinação de uma resignada sociologia marxista da decadência cultural com uma postura ética baseada na difícil conjugação de Kant, Fichte, Kierkegaard e Dostoiévski” (ARATO; BREINES, 1986: 124). Nessa época, então, Lukács tem uma compreensão parcial e fragmentária do marxismo, marcada por sua visão utópica, radical e trágica. Os mesmos autores sublinham que, em diversas obras entre 1910 e 1919,

[...] se repete o argumento de que o materialismo histórico enquanto sociologia da cultura é um método capital para o estudo das condições *sociológicas* da possibilidade de criar obras de arte (‘espírito absoluto’); mas que degenera em uma filosofia metafísica da história totalmente inaceitável no momento em que se trata de usá-la para deduzir, reduzir ou funcionalizar as grandes formas da arte ou o processo criador mesmo (ARATO; BREINES, 1986: 98).

Lukács, portanto, na sua fase pré-marxista, aceita a distinção revisionista entre ciência e revolução na obra de Marx, interessando-se primordialmente pelo lado da ciência – sua leitura de Marx não é uma leitura “revolucionária”.<sup>16</sup> Na realidade, a relação de Lukács com Marx antes do período de transição

---

<sup>16</sup> “[...] ainda que, vista no contexto do pensamento marxista da época, [sua leitura de Marx] resulte mais complexa do que parece” (ARATO; BREINES, 1986: 96-97).

compreendido entre 1918-1921 não é algo simples. Curiosamente, notam Arato e Breines, nesse período anterior, Lukács apresenta análises mais passivas da realidade justamente quando se aproxima de Marx (numa leitura “sociológica”), e mostra traços mais revolucionários quando se afasta dele (ARATO; BREINES, 1986: 95-96). Além disso, Karádi afirma que: “Talvez nós pudéssemos ir ao ponto de sugerir que, na época, Weber estava mais próximo do marxismo que Lukács” (KARÁDI, 1987: 508).

Não cabe aqui, entretanto, investigar todos os fatores que levaram Lukács a uma nova compreensão do marxismo. O que importa aqui é destacar que, agora, o filósofo húngaro lê Marx não mais como homem de ciência, economista ou sociólogo, mas como “pensador universal”, como “o grande dialético” (LUKÁCS [“Mein Weg zu Marx”] *apud* LÖWY, 1976: 144). Já durante a guerra, Lukács se ocupa pela segunda vez de Marx,<sup>17</sup> mas dessa vez sob uma lente hegeliana (conferindo assim um papel central à categoria da *totalidade*) e não mais simmeliana e weberiana (isto é, com um interesse fundamentalmente *sociológico*) como antes.

O próprio Lukács, pondera, em seu prefácio de 1967 a *História e Consciência de Classe*, sobre a sua trajetória intelectual; referindo-se às diferentes tendências que estavam presentes na sua juventude, ele afirma:

A ética, por exemplo, impele à prática, ao ato e, assim, à política. Esta, por sua vez, impele à economia, o que leva a um aprofundamento teórico e, por fim, à filosofia do marxismo. Trata-se, naturalmente de tendências que se desdobram apenas de maneira lenta e irregular (LUKÁCS, 2003: 5, “Prefácio [1967]”).

---

<sup>17</sup> Ele havia lido Marx pela primeira vez ao terminar os estudos secundários e quando era estudante universitário (LUKÁCS, 1988: 85).

Como se pode imaginar, todo esse movimento político e intelectual de Lukács o afastou cada vez mais de Weber. Éva Karádi nos traz um rico material sobre esse afastamento: a autora aponta que Lukács escreveu uma carta a Marianne Weber em que diz que seu contato com Max Weber poderia se dar somente nos termos de “antigos amigos que, apesar de gostarem um do outro mutuamente, estavam condenados a destruir um ao outro” (LUKÁCS [carta] *apud* KARÁDI, 1987: 509). Quanto a Weber, Karádi afirma que, em cartas ao pai de Lukács, ele se mostrava bastante descontente com o caminho que filósofo estava tomando, ao envolver-se com política (e da forma como ele o estava fazendo) – mas respeitava a decisão de Lukács. Em uma outra carta a Marianne Weber, datada de 1920, entretanto, Lukács afirma que “Tudo o que nos divide [...] poderia ser demolido, destruído por algumas palavras entre seres humanos” (*idem, ibidem*). Weber morreu pouco tempo depois e essas palavras, diz Karádi, nunca puderam ser ditas, e o diálogo entre os dois pensadores se transformou num monólogo.

De fato, nas décadas após a morte de Weber (em 1920), Lukács reflete em diversos escritos sobre o sociólogo de Heidelberg e sua obra. O comentador Zoltan Tarr chega a afirmar que, assim como na famosa metáfora de Albert Salomon, segundo a qual Weber escreveu toda a sua obra debatendo com o fantasma de Marx, pode-se considerar que a obra de Lukács é marcada pela “discussão” com o fantasma das ideias de Max Weber (TARR, 1989: 131). Com o passar do tempo, a visão lukácsiana da obra de Weber vai ficando cada vez mais crítica, sendo que em 1953, em *A destruição da razão*, ele o coloca entre os intelectuais irracionistas que, mesmo que involuntariamente, foram precursores do fascismo.

Por outro lado, já em 1966, em entrevista a Abendroth, Kofler e Holz, Lukács afirma que foi bom começar a aprender “os primeiros elementos da ciência social com Simmel e Max Weber, e não com Kautsky” (Lukács [entrevista] *apud* LÖWY, 1990: 80). No mesmo sentido, no novo prefácio a *História e Consciência de Classe* e outros escritos de juventude (escrito em 1967), ele

reconhece a medida em que as posições presentes tanto nessa obra de transição quanto em obras anteriores à sua adesão ao marxismo foram importantes para a sua formação – inclusive para a sua formação *como marxista*.

### Bibliografia

- ARATO, Andrew; Breines, Paul. *El joven Lukács y los orígenes de lo marxismo occidental*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.1986.
- CONGDON, Lee *The Young Lukács*. The University of North Carolina Press.
- FEENBERG, Andrew [1986]. *Lukács, Marx, and the sources of critical theory*. New York/Oxford: Oxford University Press.1983
- HABERMAS, Jürgen. “From Lukács to Adorno: Rationalization as Reification” in *Theory of communicative action*, vol. 1. Boston: Beacon Press.1984.
- Honigsheim, Paul. “Memories of Max Weber”, in: *On Max Weber*. Tradução de Joan Rytina. New York: Free.1968.
- KARÁDI, Éva [1987]. “Ernst Bloch and Georg Lukács in Max Weber’s Heidelberg”, in: Mommsen, W., Osterhammel, J. (eds.). *Max Weber and his contemporaries*. London: Unwin Hyman, pp. 499-514.
- LÖWY, Michel . *Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires*. Paris: PUF.1976.
- \_\_\_\_\_. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva/Edusp.1990.
- \_\_\_\_\_. [s/d]. “Figuras do marxismo weberiano”. Disponível em [http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/lowy\\_01.html](http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/lowy_01.html), acessado em 22/11/2009.
- LUKÁCS, Georg . “Meu caminho para Marx”, in: Chasin, J. (org.), *Marx Hoje*, v.1. São Paulo: Ensaio, pp. 119-135.1988
- \_\_\_\_\_. *História e Consciência de Classe*. Tradução de R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

- MÉSZÁROS, István. "Lukács, György [Georg]" in: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996.
- MITZMAN, Arthur. *La jaula de hierro – una interpretación histórica de Max Weber*. Tradução de A. S. Pascual e M. D. C. Lobera. Madrid: Alianza Editorial. 1976.
- NOBRE, Marcos. *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: Ed. 34. 2001.
- TARR, Zoltan. "A note on Weber and Lukács" in: *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 3, n. 1, pp. 131-139. 1989.
- WEBER, Max. "Ciência como vocação", in: *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de L. Hegenberg e O. S. Mota. São Paulo: Cultrix. 1970.

## CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL: AMADORES E DE PASSAGEM NAS CAMARAS MUNICIPAIS DE SP E RJ

*Rui Tavares Maluf<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo é o resultado de uma pesquisa que desenvolvi sobre a carreira política no Brasil, tendo como campo de estudo duas câmaras municipais, a saber, as de São Paulo e Rio de Janeiro, que são as duas maiores do País em número de vagas. A partir dos dados coletados, o texto problematiza a visão tradicional da carreira política, que tem como objeto de análise a Câmara de Deputados. Tal interpretação, por sua vez, tende a concluir que a carreira tem início no município. Minha conclusão é que se faz forçoso admitir carreiras políticas no plural, pois a diversidade é a marca da vida das pessoas que se ocupam da política.

**Palavras-Chave:** Carreira Política; Vereador; Câmara Municipal de São Paulo; Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

**Abstract:** The present article is the result of my research on political career in Brazil, having as a field of study two city councils; São Paulo and Rio de Janeiro, the country largest ones. From the collected data, this writing put in doubt the traditional conception of political career, the one that takes as its analyses object, specially the Chamber of Deputies. Such interpretation, on its turn, is willing to consider that career starts in the local government (municipalities). My conclusion takes in account political careers in plural, once diversity is the trace of life of people who make politics.

**keywords:** Political career; Councillor; City Council of São Paulo; City Council of Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela USP.

### **Introdução**

No presente artigo me proponho a descrever e analisar as carreiras políticas no sistema político brasileiro, procurando responder se há outros aspectos importantes a serem observados quando as estudamos pelo ângulo das câmaras municipais de São Paulo (CMSP) e Rio de Janeiro (CMRJ), as duas maiores do País, nas quase três décadas de regime democrático, e enfoco um período de sete eleições (1982 a 2008) de forma a oferecer uma visão de longo prazo (26 anos). Assim, espero reduzir o risco de que conjunturas específicas distorçam as interpretações desenvolvidas, e aproveito para problematizar questões metodológicas inerentes a tal assunto. O tema vem sendo mais estudado ultimamente, mas em meu entendimento ainda carece de pesquisas mais aprofundadas, pois as existentes utilizam suas linhas explicativas e conceituais tendo como recorte institucional e cronológico os membros de determinadas legislaturas do Congresso Nacional e/ou partidos políticos (LEONI & PEREIRA & RENNÓ:2003; SAMUELS:2003), chefes de executivos municipais (ALMEIDA & CARNEIRO:2003) e partem quase invariavelmente de autores estrangeiros clássicos (SCHLESINGER:1966). Ademais, quando as carreiras são abordadas tendo como unidade de análise as câmaras municipais (como a do Rio de Janeiro), o são na condição de variável dependente de fenômenos políticos mais amplos, tais como o Chaguismo e Brizolismo, combinados à produção legislativa (ALVIM: 2006). Por conseguinte, penso que há espaço suficiente para admitir a idéia de que as carreiras se fazem tanto de forma especializada, pela obtenção regular dos mesmos cargos populares e iguais formas de atuação, quanto de forma multifacetada, isto é, apresentando razoável diversidade nos cargos alcançados e/ou disputados quando se altera o objeto da investigação. Ainda assim, seja qual for a característica do político, a busca da reeleição parlamentar é um ponto possivelmente em comum, incluindo a eleição para o cargo que for viável ao político que foi incapaz de renovar o que detinha a

fim de que possa mais à frente ter êxito ao pleiteá-lo novamente<sup>2</sup>. Na interpretação do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o revés eleitoral não é derrota definitiva: “Assim é o eleitorado, que pratica uma espécie de ‘justiça compensatória’: quem perde hoje, se não se desmoralizar, tem boa chance de ganhar amanhã. Não é sem razão que os políticos profissionais são sempre candidatos a alguma coisa. Ganhar é melhor, mas perder não chega a ser uma tragédia” (CARDOSO:2006).

O sistema político brasileiro conta com dez cargos de natureza popular e remunerados, nestes incluídos três funções de expectativas para os quais, contraditoriamente, seus candidatos não recebem votos diretamente (vice-prefeito, vice-governador e vice-presidente), embora só possam alcançá-los mediante a participação em chapa a ser submetida a votos. Três dos 10 cargos são de caráter executivo (presidente da República, governador, e prefeito) e de difícil obtenção pelos homens e mulheres que se dispõem a fazer carreira política, conquanto apresentando graus de dificuldade bem diferente. Os três cargos de vice também são difíceis, embora menos do que os titulares. Dos dez cargos, sete são disputados em eleições simultâneas (federais e estaduais/distritais) e separadas dos outros três cargos (municipais), os quais também se realizam na mesma data, com intervalo de dois anos. Afirmo que os cargos mencionados são de difícil obtenção em consequência da rarefeita oferta dos mesmos e da sua maior importância social e política<sup>3</sup>, tratando-se este de um fator a elevar o número de interessados e, a isso relacionado os custos econômicos e financeiros envolvidos, e, ainda, o capital político necessário para tal postulação.

---

<sup>2</sup> O presente artigo e parte dos dados aqui reproduzidos são o resultado da minha tese de doutorado. Por razões de espaço, desconsiderarei as questões teóricas e conceituais que alimentam o presente artigo, recomendando a leitura da tese aos que por estas questões se interessam (MALUF:2006).

<sup>3</sup> Talvez a importância seja discutível para os cargos de vice-prefeito e vice-governador de estados de menor relevância demográfica, econômica, e política.

O quadro 1 a seguir mostra os cargos públicos abertos à classe política no Brasil.

**Quadro 1**  
*Principais cargos das carreiras políticas no Brasil*

EXECUTIVO Cargos de confiança nas administrações direta e indireta	MANDATO POPULAR ( 1 )	JUDICIÁRIO / TRIBUNAIS DE CONTAS
FEDERAL		
Ministro de Estado Dirigentes de Autarquias de Economia Mista	Presidente da República Vice-presidente da República Senador da República Deputado Federal	Tribunais de contas da União
ESTADO		
Secretário Estadual Dirigente de Autarquia e Empresa de Economia Mista	Governador Vice-governador Deputado Estadual	Tribunais de contas do Estados
MUNICÍPIO		
Secretário Municipal Dirigente de Autarquia e Empresa de Economia Mista	Prefeito Vice-prefeito Vereador	Tribunais de contas do Município

(1) os mandatos populares permitem a eleição para órgãos internos, tais como mesa diretora (direção da instituição), presidente das comissões permanentes e extraordinárias.

Na perspectiva de uma carreira linear ascendente, a descrição do que se passa para os políticos (ao menos para os vitoriosos), apresentaria a seguinte trajetória: da câmara

municipal para a prefeitura e/ou para a Assembléia Legislativa e/ou governo do Estado; daí para a Câmara dos Deputados, e/ou governo do Estado; e/ou senado federal; daí para a Presidência da República, passando pelos cargos de vice e suplentes de senador, e por cargos parlamentares de direção (mesa diretora e comissões), executivos da administração direta, dirigentes de fundações e empresas de economia mista (presidências e diretorias), nomeações para conselheiro dos tribunais de contas do município (São Paulo) (presidente e vice-presidente), Estado, União, e, ainda, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em meu entendimento, tal realidade não existe mais, ou nunca efetivamente existiu ao menos enquanto único padrão, a não ser dentro dos limites mínimos impostos pela realidade de um país no qual em termos agregados a maioria dos cargos de natureza popular se encontra no município e, particularmente, na câmara municipal. O número de cargos se reduz em nível estadual e mais ainda no federal, sendo o afunilamento muito grande. Não obstante, considerando-se o ator político individual, a carreira política se desenvolve em larga medida em termos de especialização, ainda que não evolua, majoritariamente, por intermédio da conquista de cargos populares ou destes dependentes, nos quais os atores políticos apresentam maior vocação e ambição.

No âmbito parlamentar, a obtenção de cargos de direção na mesa diretora, de comissões permanentes, de inquérito e obtenção de relatorias é, também, uma forma de movimentação lateral na carreira muito importante que pode estimular a especialização do representante popular tornando-o, também, de caráter permanente<sup>4</sup>. A obtenção de cargos nos órgãos internos, especialmente nos de direção, pode atender tanto

---

<sup>4</sup> Permanente não existe ninguém rigorosamente no regime democrático, pois todo político depende da legitimação pelo voto popular. Mas o termo se aplica para os membros da classe política que são reeleitos

ao político com o perfil voltado para as benesses estritamente materiais da função exercida quanto ao que orienta sua ação baseando-se em compromissos públicos estribado em temas e propostas, e tende a assegurar exposição pública, ao menos por intermédio do trabalho de cobertura feita pela imprensa. Por exemplo, a presidência da instituição legislativa, bem como a de uma comissão, pode atender melhor ao segundo perfil, enquanto o cargo de secretário da mesa ao do representante que visa preferencialmente a obtenção de vantagens materiais. É certo, também, que se a exposição pública resultar da intermediação da imprensa esta tende a ser bem crítica para os parlamentares, especialmente vereadores. Não obstante, a exposição é resultado, igualmente, da relevância do próprio cargo que a depender da forma de atuação gera o contato direto com a base que lhe deu apoio, ou pode lhe vir a dar no futuro.

Concentro-me nas carreiras políticas pelas possibilidades de aperfeiçoamento do regime democrático representativo, o qual se depara com dois grandes desafios: de um lado a ocorrência de renovação expressiva dos parlamentos (embora com tendência declinante), conforme demonstrei em minha dissertação de mestrado sobre a câmara paulistana (1993). E de outro lado (ocorrendo simultaneamente), a manutenção de representantes que atuam basicamente para se manter no poder, independente de qualquer compromisso de interesse público (MALUF:1993; MALUF:2006).

Boa parte do embate acima se deu a partir de pesquisas feitas para o sistema político norte-americano ou de certos países europeus nos quais as eleições parlamentares se processam em termos de distritos com voto majoritário, diferente do que se verifica no Brasil. Quero dizer que o fato de as eleições proporcionais serem de *lista aberta* (sem que os partidos

---

indefinidamente para um mesmo cargo popular. No período aqui analisado considero como tal os que se elegeram titulares no mínimo quatro vezes.

estabeleçam a ordem dos candidatos, com os eleitores podendo votar nas pessoas), combinando-se ao voto proporcional para quase todos os cargos parlamentares brasileiros (à exceção de senador da República), condiciona o cálculo político e, conseqüentemente, pode influenciar em sua trajetória.

Quando mencionei o afunilamento dos cargos de nível municipal para estadual e federal, quis comparar a oferta total de cargos municipais na eleição de 2008 com as nacionais de 2006. Em 2008, a oferta para vereador foi superior a 52 mil cadeiras, para prefeito e vice 5.580 cada, o que é um indicador da maior facilidade para se disputar tal cargo, sobretudo pela facilidade de alteração de domicílio eleitoral, o que permite a algum interessado percebendo a dificuldade de ser eleito em um município maior concorrer a uma vaga em outro menor. Assim, a oferta total municipal chegou a 63.160 no referido ano. Ora, nas eleições nacionais/estaduais de 2006, para a qual se disputou um cargo de presidente, um de vice-presidente da República, um terço de senadores (27), o conjunto da Câmara dos Deputados (513), 27 de governadores, 27 de vice-governadores, as Assembléias Legislativas estaduais e distrital (1055), a oferta total de cargos públicos foi de somente 1.651. Ou seja, as eleições municipais ofereceram 38,2 vezes mais cargos.

A respeito da dificuldade mencionada é necessário sublinhar que se trata de algo mais complexo. Em municípios muito pequenos em termos demográficos, de pouco eleitorado e de rarefeita expressão econômica, alcançar a indicação para disputar o cargo de prefeito é provavelmente menos difícil que para a de senador da República (e de conquistá-lo), mesmo em diminutas unidades federativas, o que não significa ausência de competição. Apesar disso, são os três mandatos populares por eleição proporcional (vereador, deputados estadual e federal), os que se colocam mais ao alcance dos interessados, ainda que em ordem crescente (supostamente) de dificuldade para a obtenção da legenda para disputá-los.

A partir desta constatação ressalvo alguns aspectos econômicos, sociais e institucionais a serem levados em conta

na reflexão sobre as carreiras políticas de natureza popular e dos cargos destas decorrentes, os quais são válidos para os três níveis de governo e de poder (municipal, estadual e federal) em maior ou menor medida, e se constituem em incentivos a incidir de forma variada nos agentes individuais ao fazerem suas escolhas. São esses, entre muitos outros, o acesso do político à imprensa, possibilidade de convidar ou convocar autoridade para prestar esclarecimento e depoimento, direito a reeleição ilimitada do parlamentar, de uma reeleição subsequente e depois reeleição após o intervalo de um mandato para cargos de chefia do Poder Executivo, período de oito anos para senador da República, cargos de assessoria à disposição, recursos materiais, remuneração para todos os cargos públicos, etc.

---

#### **Questões de método e uma nota metodológica**

Considerando existir mais de uma possibilidade eficiente para estudar as carreiras políticas, a opção a ser escolhida passa pela questão geral que se deseja responder. Assim, escolho as duas câmaras porque se destacam das demais na medida em que a magnitude delas é bem superior as outras (55 vagas na paulistana e 51 na carioca)<sup>5</sup>, bem como seus integrantes são escolhidos para representar os eleitores de metrópoles que dispensam maiores comentários quanto à complexidade dos fenômenos culturais, econômicos, políticos, urbanos e sociais que as cercam. Fazer uma carreira integral ou majoritariamente nessas câmaras, poderia ser entendido como um forte incentivo para alguém, dispensando-o de concorrer a outros cargos de natureza popular (à exceção do de prefeito) porque a ação do vereador destes lugares reuniria aspectos puramente locais como em quaisquer outros municípios e combinados a outros

---

<sup>5</sup>Para constatar esta grandeza, basta registrar que as câmaras de duas outras capitais, Belo Horizonte e Salvador, que vem em segundo lugar, oferecem 41 vagas cada.

propriamente de metrópoles com projeção internacional. Ademais, focar em duas câmaras significa utilizar um método comparativo, o qual, tal como a escolha de várias eleições e legislaturas reduz os perigos embutidos em conclusões que se imaginam tratando de características muito específicas, quando são mais gerais, e, também, o inverso.

---

### **Questões a serem respondidas**

Quero responder três questões, sendo uma de caráter geral e duas específicas. A primeira questão, que está implícita no argumento atrás exposto, é a seguinte: o estudo dessas câmaras municipais permite observar outros aspectos sobre as carreiras políticas no Brasil, diferente de quando são estudadas tendo como alvo a Câmara dos Deputados? A segunda questão, de caráter específico, é: tais câmaras se constituem em incentivos suficientes para alguém seguir apenas uma carreira política (vereador), ou no limite nos poderes executivos municipais de suas cidades (prefeito, secretário, presidente de autarquia)?

Para responder a essas duas perguntas relatarei 12 aspectos bem pontuais, a saber:

1. O número de mandatos obtidos pelos vereadores titulares nas duas câmaras;
2. Número de vereadores eleitos para outro(s) cargo(s) popular(es);
3. Número de mandatos na câmara dos eleitos para outros cargos populares;
4. A identificação dos outros cargos dos vereadores que foram eleitos;
5. Número de vereadores designados para cargos executivos de primeiro escalão;
6. Vereadores nomeados conselheiros de Tribunais de Contas ou órgãos similares em outros níveis;
7. Número de partidos políticos que elegeram vereadores em cada eleição entre 1982 e 2008 e a magnitude (número de vagas) de cada câmara;
8. Número de partidos políticos dos vereadores com dois ou mais mandatos eleitos entre 1982 e 2008;
9. Futuro eleitoral dos vereadores eleitos na eleição base (1982);

10. Vereadores que tem cargos públicos e políticos no 1º trimestre de 2009, dentre os eleitos de 1982 a 2008;

11. Identificação dos cargos públicos ocupados pelos vereadores e ex-vereadores;

12. Número de vereadores eleitos para cargos na mesa diretora das câmaras municipais entre 1982 e 2008.

A terceira questão, de caráter ainda mais específico, se propõe a explicar quais são as principais diferenças entre as duas câmaras em questão, e se estas são grandes o suficiente para que sejam consideradas relevantes para as carreiras políticas de quem para essas se elegem.

De certa maneira, enquadrar as duas câmaras é tanto um trabalho sobre as carreiras políticas nos dois maiores legislativos brasileiros, mas igualmente um monitoramento em sentido mais amplo. Dizendo a mesma coisa com maior formalidade; na proposta presente as câmaras municipais e as carreiras políticas se constituem tanto em variáveis dependentes quanto independentes.

Desta exposição metodológica inicial, aproveito para desenvolver uma apreciação crítica sobre os estudos em geral sobre carreiras políticas por estes apresentarem uma limitação de método que me parece recorrente. Mesmo que se queira estudar as carreiras políticas a partir de uma rigorosa delimitação, como, por exemplo, os vereadores em um dado município de determinada legislatura, considero que se incorre em um problema metodológico limitador para conclusões a respeito das opções dos parlamentares caso se ignore todas as candidaturas a cargos públicos disputadas pelos membros da legislatura ao longo de sua vida (especialmente as sem êxito). Dou um exemplo a seguir: se o vereador está no quinto mandato consecutivo na câmara municipal, tal constatação não é suficiente para deduzir que sua escolha de carreira tenha sido pelo legislativo local. Ele pode ter concorrido igual número de vezes para os cargos de prefeito e deputado estadual sem ter conseguido ser eleito. Tal preocupação revela um impacto

importante quando o estudo da carreira é de caráter agregado porque privilegia o coletivo sobre o individual. Mas, levar isso em conta é uma operação complexa haja vista a dificuldade de obtenção de listas rigorosamente iguais fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (sobretudo para o período anterior a 1996) e por seus órgãos regionais, quanto aos nomes completos e a grafia dos mesmos, entre outros fatores os quais menciono em minha tese de doutorado (MALUF:2006). Uma possibilidade para se contornar o problema está, obviamente, na delimitação temporal e espacial da pesquisa. Todavia, mesmo adotando tal procedimento, haverá perda significativa de informação.

---

### **Amadores e de Passagem**

Concentrando-me nos vereadores titulares (diplomados e empossados no início da legislatura) das câmaras municipais de São Paulo (CMSP) e Rio de Janeiro (CMRJ) em sete eleições no decorrer de 26 anos (de 1982 a 2008) fica evidente na tabela 1 a seguir que as características predominantes em termos agregados são as de um e dois mandatos, permitindo classificá-los como *amadores* (somente um mandato, e sem eleição para outros cargos de natureza popular), e/ou de *passagem* e/ou *curta duração* (um e no máximo dois mandatos, e depois eleitos para outros cargos). Assim, na câmara de São Paulo, os vereadores de um mandato representaram 46,9% e, na do Rio, 55,6%<sup>6</sup>. Somando-os aos de até dois mandatos, expressam 79,2% na primeira e 78,7% na segunda. Contudo, como já adverti na parte metodológica, a classificação de vereadores como *amadores* e/ou de *passagem* não deve ser confundida como equivalente a desistência, tal como colocado por outros autores que examinam tal característica (FLORENTINO:2008). Frente a esses dados é

---

<sup>6</sup> Neste recorte, deixo de lado suplentes que exerceram a vereança ou se efetivaram durante a legislatura, o que só tenderia a aumentar tal realidade. Assim, se o vereador se elegeu em uma legislatura e foi suplente em outra, conto como ele tendo somente um mandato.

seguro afirmar que as duas câmaras pouco retêm representantes populares, o que é alvissareiro para os defensores da alta rotatividade como sendo indicador do vigor do regime democrático.

**Tabela 1**  
*Número de Mandatos de Vereadores da CMSP  
e da CMRJ em 7 legislaturas  
(eleitos titulares de 1982 a 2008)*

Mandatos	CMSP	CMSP %	CMRJ	CMRJ %
1	90	46,9	94	55,6
2	62	32,3	39	23,1
3	22	11,5	22	13,0
4	12	6,6	9	5,3
5	3	1,6	4	2,4
6	2	1,0	1	0,6
7	1	0,5	0	0
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>	<b>169</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Resultados oficiais das eleições de 1982, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008. TSE, TRE-SP e TRE-RJ. Dados elaborados pelo autor.

Contudo, a prevalência de vereadores de um e dois (apesar da diferença de 8,7 pontos a mais na do Rio sobre a de São Paulo) não permite por si só responder se tão elevada rotatividade se dá por que o eleitorado a promove e/ou por iniciativa dos próprios parlamentares (isto é, se os próprios titulares é que buscam outros caminhos), ou, em outras palavras, se os parlamentares podem ser classificados como *amadores* ou de *passagem* nas duas câmaras. Para uma afirmação consistente seria preciso saber se os edis concorreram ou não a outros cargos

(mesmo antes de ser vereador nas duas edilidades) e, se o fizeram se foi com ou sem êxito.

Ou seja, a leitura da tabela apresentada isoladamente impede diferenciar quais membros das legislaturas são *amadores* e quais integram uma classe política em forte competição estando de *passagem*, classe essa na qual são poucos os sobreviventes, devido, em parte, às regras partidárias e eleitorais.

A depender da grandeza dos números dos eleitos seria possível aceitar a tese de que os vereadores com apenas um mandato se encontram de *passagem*, mas observando primeiramente o conjunto dos vereadores, constato que os eleitos para outros cargos são minoria nas duas câmaras, embora expressiva (*vide tabela 2 a seguir*).

**Tabela 2**  
*Vereadores que foram eleitos para outros cargos entre 1982 e 2008*

Legislativo	Eleitos	%	Não Eleitos	%	N
CMRJ	35	20,7	134	79,3	169
CMSP	44	22,9	148	77,1	192

**Fonte:** Resultados oficiais das eleições municipais e gerais desde 1982. Dados elaborados pelo autor.

Ao desmembrar do conjunto de eleitos para outros cargos os vereadores com apenas um mandato nas duas câmaras<sup>7</sup>, deparei-me com a seguinte realidade: 18 cariocas (51,4%) e 19 paulistanos (43,2%) foram eleitos. A diferença observada entre

<sup>7</sup>Na realidade isto significa metade de um mandato, porque os vereadores as eleições gerais (nacionais e estaduais) ocorrem pouco menos de dois anos depois de iniciada a legislatura.

as duas edilidades em termos percentuais na distribuição do número de mandatos é ainda mais realçada nesta variável. Mesmo com superioridade de 8,2 pontos da carioca sobre a paulistana, a minoria da paulistana também é relevante, o que significa que parte dos vereadores com somente um mandato se deve ao fato de terem obtido outro cargo popular. Nota-se, em conseqüência, que uma parcela de políticos se vale da eleição para a câmara municipal para reunir capital político para outros cargos, ou no caso de derrota em outros que detinha usá-la para se recuperar e voltar aos cargos perdidos (*ver tabela 3 seguinte*).

**Tabela 3**  
*Total de Vereadores titulares eleitos  
para outros cargos populares*

Legislativo	Total de eleitos	Total de eleitos com 1 mandato (B)	% de eleitos com 1 mandato (B/A)
CMRJ	35	18	51,4
CMSP	44	19	43,2

**Fonte:** Resultados oficiais das eleições municipais e gerais desde 1982. Dados organizados pelo autor.

Apesar do avanço interpretativo que se obtém com o cruzamento das informações, ainda é prematuro uma afirmação conclusiva. Para tanto é necessário confrontar as já obtidas com ao menos outras duas, uma das quais descarto recorrer neste espaço<sup>8</sup>. Cruzo-as com a dos partidos políticos que elegeram representantes ao longo dos anos.

<sup>8</sup> Seria extremamente trabalhoso correlacioná-las com o total de eleições disputadas, o que inclui as candidaturas fracassadas e para todos os cargos possíveis, bem como a possibilidade de terem ocorrido em outros domicílios eleitorais.

### **Os Partidos Políticos**

Por se constituírem no veículo legal obrigatório para a postulação dos políticos a qualquer cargo de natureza popular, há várias possibilidades para empregar os partidos em uma análise sobre carreiras políticas. Lanço mão aqui de dois dos recursos mais simples, a saber, o número de partidos que elegeram representantes ao longo das eleições<sup>9</sup> e as migrações partidárias, isto é, vereadores que mudaram de partido.

Sobre o número de partidos, vale lembrar duas coisas sobre o período em tela que poderiam afetar a possibilidade de êxito das agremiações; em primeiro lugar os partidos comunistas só foram legalizados e puderam competir a partir das eleições de 1985. Portanto, nas eleições de vereadores só poderiam eleger alguém em 1988 porque o mandato daquelas legislaturas foi de seis anos (1983-1988). Em segundo, a magnitude das câmaras, ou seja, a quantidade de vagas aumentou por dois fatores; 1) mudança na legislação elaborada sob o regime autoritário que limitava o número máximo de vereadores nos legislativos das capitais para impedir o crescimento das forças de oposição; e, 2) previsão da própria legislação para o aumento de vagas na medida em que se dá o incremento do eleitorado.

É indisfarçável a forte evolução verificada no número de legendas que obtém sucesso para eleger ao menos um vereador. A câmara carioca, que só na legislatura eleita em 1982 teve a mesma magnitude que a paulistana (33 edis) e a partir de então contou menor número de vagas, foi quase sempre superior na quantidade de partidos. Somente no pleito de 2000 é que o número de partidos em São Paulo (13) foi superior ao do Rio (12). Na legislatura eleita em 2008 o Rio de Janeiro assistiu a nada menos do que 21 agremiações elegendo ao menos um representante (seu maior número nas sete – 7 – eleições) para 51

---

<sup>9</sup>Os mais em voga para o âmbito parlamentar são os que levam em conta o Número de Partidos Efetivos (NPE) e o Índice de Fragmentação, os quais se calculam a partir da proporção das bancadas (NICOLAU:1991).

vagas existentes contra 14 em São Paulo (também o maior número) para 55 cadeiras.

A despeito da diferença entre as duas instituições, é muito grande o número de legendas nos dois legislativos, o que explica em certa medida a existência de *amadores* e de *passagem*. A elevada quantidade de partidos na disputa incrementa a de candidatos e gera um forte elemento de incerteza no processo eleitoral ao tornar difícil para o eleitor calcular a viabilidade eleitoral de um candidato de sua preferência. Esta dificuldade acarreta dispersão de votos em maior ou menor grau, reduzindo a competitividade de candidatos politicamente representativos.

**Tabela 4**  
*Número de partidos políticos nas duas câmaras, a partir da eleição e posse (1982-2008)*

Ano da eleição	CMRJ	Magnitude	CMSP	Magnitude
1982	05	33	04	33
1988	15	42	10	53
1992	17	42	09	55
1996	11	42	10	55
2000	12	42	13	55
2004	15	50	12	55
2008	21	51	14	55

**Fonte:** TSE e TREs. Magnitude é o número de vagas (cadeiras) de determinado poder legislativo.

### Migração Partidária

Ao levar em conta o partido como relevante fator explicativo para as carreiras políticas, o fenômeno da migração partidária precisa ser igualmente considerado, pois as características desse tipo de organização e da legislação eleitoral facilitam sua ocorrência. Como a migração partidária passou a ser prática generalizada na política brasileira, entendo necessário conhecer sua grandeza na eleição dos vereadores com ao menos dois mandatos nas duas câmaras.

Os resultados da migração nas duas câmaras parecem contrariar a expectativa daqueles que supõem que essa prática se revele altamente eficaz para a reeleição, ao menos no legislativo paulistano. Tal questionamento já havia ocorrido no âmbito da Câmara dos Deputados para a qual SCHIMITT (1999) demonstrou que a troca de agremiação afeta marginalmente. Na edilidade carioca verifica-se que 50,8% dos titulares com dois ou mais mandatos nas sete eleições foram eleitos por somente

**Tabela 4.1.**  
*Número de partidos pelos quais vereadores com 2 ou mais mandatos foram eleitos para as câmaras do Rio de Janeiro e São Paulo (1982-2008),*

Mandatos	CMRJ				CMSP			
	1	2	3	4	1	2	3	4
2	34,7	17,3	-	-	48,0	12,7	-	-
3	10,7	12,0	6,5		13,7	6,9	1,0	-
4	2,7	4,0	5,3		6,9	2,0	2,0	-
5	2,7	2,7	-		2,0	2,0	-	-
6	-	-	-	1,3	1,0	-	1,0	-
7	-	-	-	-	1,0	-	-	-
PARCIAIS	50,8	36,0	11,8	1,3	72,6	30,5	4,0	-

**Fonte:** resultados oficiais das eleições municipais de 1982 a 2008. Dados elaborados pelo autor.

um partido, enquanto em São Paulo este número alcança importantíssimos 72,6%.

Ou seja, no tema migração partidária, a despeito das semelhanças existentes entre as CMRJ e CMSP é possível apontar as seguintes diferenças: o único vereador a ter sido eleito nas sete disputas, Jooji Hato (SP), o foi por apenas uma organização (o PMDB)<sup>10</sup> e um das mais relevantes em todo o País. Na câmara carioca o vereador mais antigo, Jorge Pereira Souza, com seis mandatos, elegeu-se e reelegeu-se em quatro processos de filiação, ainda que por três diferentes partidos e, apenas um destes de importância nacional (PFL/DEM).

Os grandes partidos nacionais são efetivamente mais importantes para a eleição em São Paulo do que no Rio, pois é bem menor o número de partidos que elegeram ao menos um vereador, bem como a migração partidária é minoritária dentre os eleitos. Desmembrando a tabela anterior de forma a identificar a ordem das associações entre número de mandatos e de partidos pelos quais os vereadores se consagraram nas urnas, a primeira posição para as duas Edilidades é de vereadores com um partido e dois mandatos. Entretanto, a grandeza na câmara do Rio é de somente 34,7% de todos os vereadores, enquanto na de São Paulo é de 48,0%, perfazendo diferença de quase 14 pontos. Constatei, ainda, que na segunda posição, as duas câmaras apresentam posições diferentes. Na carioca, é de dois partidos e dois mandatos (17,3%) e na paulistana continua sendo de um partido, porém com três mandatos (13,7%), dado este que reforça a importância na diferença de um ou mais partidos na trajetória dos vereadores dos dois legislativos.

---

<sup>10</sup> No critério que empreguei para contar a migração de partidos, considero tendo sido eleito por três agremiações alguém que se elegeu por dois partidos, mas de forma intercalada. Exemplo: na primeira eleição foi eleito pelo PMDB, na segunda pelo PSDB, e na terceira voltou a se eleger pelo PMDB. Por outro lado contei como apenas um aos partidos que se fundiram a outros e/ou mudaram de nome, tais como PDS/PPB/PP, PFL/DEM e PL/PR.

**Onde estavam no primeiro trimestre de 2009 os eleitos de 1982?**<sup>11</sup>

Para responder a pergunta deste tópico faço esclarecimento preliminar: as possibilidades de percurso são diferentes para os que disputam e se elegem pela primeira vez em cada uma destas legislaturas (sem desconsiderar a idade), o que me faz excluir os parlamentares titulares estreantes da legislatura eleita em 2008, a fim de minimizar distorções.

Observando primeiramente os eleitos em 1982 em face às legislaturas seguintes em termos agregados, constata-se que estes foram escasseando nas duas câmaras. Na do Rio de Janeiro já não havia mais nenhum titular dentre os eleitos em 2000 e empossados no ano seguinte, enquanto na de São Paulo, apenas um vereador continuou sendo eleito ininterruptamente (o já mencionado Jooji Hato).

---

<sup>11</sup> Das sete legislaturas eleitas, a de 1982 foi a única a contar com mandato de seis anos de duração. Daí para frente, as demais passaram a quatro anos.

**Tabela 5**  
*Futuro nas câmaras municipais dos  
vereadores cariocas e paulistanos  
Eleitos em 1982 (Ano base)*

Legislaturas	CMRJ	% (1)	% (2)	CMSP	% (1)	% (2)
1988-1992	11	33,3	26,2	20	60,6	36,4
1993-1996	5	15,2	11,9	9	27,3	17,0
1997-2000	3	9,1	7,1	2	6,1	3,6
2001-2004	0	-		1	3,0	1,8
2005-2008	0	-		1	3,0	1,8
2009-2012	0	-		1	3,0	1,8

Fontes TSE, TRE-SP, TRE-RJ. Dados elaborados pelo autor.

(1) – Percentual sobre a magnitude da legislatura (1983-1988), a saber: 33 vagas nas 2 câmaras.

(2) – Percentual sobre a magnitude de cada legislatura seguinte.

Procurando visualizar as trajetórias individuais dos vereadores eleitos em 1982 observa-se o seguinte quadro no primeiro trimestre de 2009: em São Paulo, pelo menos cinco deles faleceram entre os anos de 1989 e 2007 (15,2% dos 33), os quais pertenciam a gerações que se encontravam da média de idade para cima dentre os titulares da legislatura empossada em 1983<sup>12</sup>. Sete exerciam cargos públicos de natureza popular ou dela derivados, sendo seis legisladores. Dos seis, cinco eram

---

<sup>12</sup> Haveria, portanto, a chance de 28 continuarem na carreira política no primeiro trimestre de 2009.

deputados federais (estando um deles licenciado e ocupando o cargo de secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação na capital), e um continuava vereador (Hato). O outro (derivado de cargo popular) era conselheiro do Tribunal de Contas do Município (TCM) desde o final de 1988<sup>13</sup>.

No Rio de Janeiro, dois vereadores de 33 (6%) eleitos em 1982 já faleceram, sendo que um deles ainda voltou à câmara duas legislaturas mais tarde (1993-1996). Assim sendo, 31 vereadores daquela legislatura poderiam estar fazendo alguma carreira política no início de 2009. Mas, apenas dois vereadores de um total de cinco dentre os que deram prosseguimento à carreira ainda se encontravam em cargos políticos (nenhum na câmara municipal), embora a idade da maioria permitisse uma carreira longa. Um dos dois vereadores daquela legislatura, Nestor Guimarães Martins da Rocha (PDT), se tornou e ainda era conselheiro do Tribunal de Contas do Município, cargo que é praticamente de nomeação exclusiva daqueles que detêm ou detiveram mandato popular, especialmente de vereador. Antes dele, outro colega de legislatura, Sérgio Cabral Santos (PMDB), pai do governador do Rio de Janeiro (2007-2010), também foi nomeado conselheiro do Tribunal, mas já estava compulsoriamente aposentado no final de 2007 por ter completado a idade limite de 70 anos. Além de Nestor Rocha, há o caso de maior destaque em âmbito nacional que é o de Benedita Souza da Silva Sampaio (Benedita da Silva). A partir daquela legislatura, ela foi eleita senadora da República, mais tarde vice-governadora do Rio de Janeiro e se tornou governadora após o titular do cargo, Antony Garotinho, renunciar, além de ministra de Estado do Bem Estar Social, e no primeiro trimestre de 2009 era secretária estadual de Assistência Social. Houve dois outros vereadores que obtiveram cargos públicos de natureza popular, conquanto nenhum deles mais os exercesse.

---

<sup>13</sup> Há também um ex-vereador daquela legislatura que era diretor do instituto da Assembléia Legislativa de São Paulo, mas não considero tal cargo diretamente ligado aos membros da classe política.

**E onde estavam no primeiro trimestre de 2009 os eleitos de 1982 a 2008?**

Somando as legislaturas de 1982 às outras cinco que foram eleitas de 1988 a 2008 (excluindo-se apenas os vereadores já mencionados), obtém-se um total de 177 em São Paulo e 151 no Rio de Janeiro. Destas turmas, 60 (33,9%) da câmara paulistana e 54 da câmara carioca (33,5%) continuavam na vida pública ocupando mandatos e/ou cargos executivos, ou ainda como conselheiros. Como se verifica em termos percentuais, as participações em São Paulo e Rio de Janeiro são praticamente iguais, fatos estes que sugerem características comuns na distribuição das carreiras políticas no sistema político brasileiro (*ver tabela 8 a seguir*). Contudo, ao tomar como referência os totais das câmaras isoladamente, manifestam-se diferenças importantes dentre os eleitos e/ou nomeados para outros cargos públicos, a saber: somente 3,3% dos paulistanos ocuparam cargos de secretário municipal contra 13% dos cariocas; não mais do que 6,7% dos paulistanos elegeram-se deputado estadual contra 13% dos cariocas; e 16,7% dos paulistanos tornaram-se deputado federal em algum momento versus 11,1% dos cariocas.

Não é demais lembrar que os prefeitos Eduardo Paes (PMDB) (2009-2012) e Gilberto Kassab (DEM) (2009-2012 e 2006-2008) do Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, saíram das câmaras municipais das duas capitais, mas não em eleições subsequentes. Antes disso, foram eleitos para deputado estadual (Kassab) e federal (Paes e Kassab) e vice-prefeito (Kassab) e podem ser classificados como vereadores de *passagem* por terem exercido somente um mandato em suas edilidades.

**Tabela 6**  
*Mandatos e/ou cargos executivos exercidos no início de 2009, Dentre os vereadores eleitos de 1982 para frente*

INSTITUIÇÃO	CM RJ		CM SP	
	N	Em %	N	Em %
Vereador*	39	65,0	30	55,6
Prefeito	1	1,7	1	1,9
Secretário Municipal	2	3,3	7	13,0
Secretário Estadual	0	-	1	1,9
Conselheiro do TCM	3	5,0	1	1,9
Deputado Estadual	4	6,7	7	13,0
Deputado Federal	10	16,7	6	11,1
Ministro do governo Federal	0	-	1	1,9
Senador	1	1,7	0	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
Titulares eleitos 1982-2008*	177		151	
% sobre o total de eleitos	33,9		33,5	

\*excluídos os que estão em primeiro mandato a partir de 2008 e sem qualquer outro cargo eletivo anterior.

### **Acesso aos cargos de direção**

Os cargos da mesa diretora dos legislativos são atrativos para se fazer a carreira política no próprio município (incluindo as presidências de comissões permanentes, de estudos, ou de inquérito, não abordadas nesse artigo), mas serão sempre ocupados por minorias devido a sua escassez. Tais minorias poderão ser mais ou menos estreitas a depender de ao menos três fatores, a saber: 1) a rotatividade geral a cada eleição ser grande o suficiente para novos representantes populares; 2) rotatividade interna entre os vereadores, evitando que ocorra concentração por parte de alguns; e 3) regimento interno que propicie tal rotatividade, reduzindo o tempo do mandato e/ou limitando direito à reeleição dos integrantes da mesa diretora.

A participação dos vereadores das duas câmaras nas mesas diretoras pode ser considerada alta nas duas edilidades, embora tal grandeza seja tecnicamente uma minoria (*veja a tabela seguinte*). Na câmara paulistana, 37,3% do total dos membros de sete legislaturas incompletas tiveram algum cargo na mesa, enquanto 25,4% o tiveram na carioca. Dividindo a participação nos cargos da mesa diretora pelo número de mandatos em cada legislativo observo que o percentual é bem superior para os edis que tiveram até três mandatos nas câmaras do que para os que tiveram de quatro a mais mandatos (27,1% na paulistana e 19,5% na carioca, contra 7,3% e 5,9% respectivamente).

Ora, se vereadores com até três mandatos são classificados como *amadores*, de *passagem* e/ou *quase permanentes*, deve-se reconhecer que tal condição não os tem impedido de assumir os postos de comando. Talvez, para os vereadores cujas carreiras políticas sejam feitas de passagem pela câmara possa-se dizer que a obtenção dos cargos de direção seja importante para aumentar seu capital político eleitoral, uma vez que a infraestrutura dos cargos da mesa pode otimizar o tempo de atuação política junto aos eleitores. E, assim sendo, se esforçariam mais para obtê-los do que seus colegas classificados como *quase permanentes* ou *permanentes*.

**Tabela 7**  
*Vereadores que foram eleitos para a Mesa Diretora (1983-2009),  
Segundo o número de mandatos na câmara municipal*

Cargo na mesa diretora	CMSP			CMRJ		
	1 a 3	4 ou mais	TOTAL	1 a 3	4 ou mais	TOTAL
Presidente	13	3	16	7	2	9
1º Vice Presidente	6	6	12	9	3	12
2º Vice Presidente	13	5	18	10	3	13
3º Vice Presidente*	-	1	1	-	-	-
1º Secretário	14	5	19	9	2	11
2º Secretário	13	3	16	7	4	11
3º Secretário*	1	0	1	-	-	-
Corregedor**	-	1	1	-	-	-
Frequência	60	24	84	42	14	56
Total de Vereadores	52	14	66	33	10	43
Titulares eleitos 1982-2008 (1)	177	177	177	151	151	151
% sobre (1)	29,4	7,9	37,3	21,9	6,6	28,5
Total de eleitos 1982-2008	192	192	192	169	169	169
% sobre total de eleitos	27,1	7,3	34,2	19,5	5,9	25,4

**Fonte:** Diário Oficial do Município. Seção da CMSP.

Observação: exclui os vogais/suplentes da mesa, pois não tem participação efetiva na mesa.

\*Cargos existiram por somente parte de uma legislatura na CMSP \*\*Só a CMSP possui o cargo no âmbito da MD.

(1) Excluídos os que estão em primeiro mandato a partir da eleição de 2008 e sem qualquer outro cargo eletivo anterior.

Mas, independentemente do número de mandatos como vereador, o cargo mais importante da mesa diretora, a presidência, esteve na câmara do Rio sempre ocupado por membros da base de sustentação do prefeito e de seu próprio partido na maioria das vezes. Na de São Paulo isso se deu com elevada frequência, mas em 1986, 1991, 1992 o cargo foi ocupado por vereadores de partidos de oposição.

---

### **Considerações finais**

Quanto à primeira questão a que me propus responder com base nos dados até aqui analisados entendo que estes são suficientes para reforçar minha interpretação de que as carreiras políticas no Brasil quando são vistas pelas maiores câmaras de vereadores do País oferecem outro ângulo de compreensão, pois se fazem em trajetórias multifacetadas, mas apresentando ligeira tendência à especialização. Ou seja, não se faz um percurso rigorosamente ascendente; as carreiras podem ser significativamente acidentadas para alguns como também especializadas para outros. O município, em particular a câmara municipal (ao menos das duas maiores metrópoles brasileiras), pode ser tanto ponto de partida para uma carreira vertical, quanto de permanência, de rearticulação, ou mesmo de chegada (neste último caso residualmente). A especialização talvez não seja propriamente a expressão de um maior envolvimento com a atuação em um nível de governo e/ou de um tema ou conjunto por parte dos que assim são classificados, mas sim a necessidade de reduzir a incerteza sobre o processo eleitoral, ou seja, sobre a reeleição parlamentar haja vista que o sistema eleitoral é proporcional com listas abertas, tornando difícil para o candidato (e mais ainda para o eleitor) identificar com clareza os candidatos e, especialmente, calcular a oportunidade de êxito. Em relação à segunda questão, que considero relacionada a anterior, observo que as duas maiores câmaras municipais não se constituíram em

incentivos suficientemente fortes para reter representantes populares no período histórico (1982-2008) em tela.

No tocante a terceira questão, comparando as câmaras do Rio de Janeiro e de São Paulo, as diferenças que ambas evidenciam parecem estar propriamente no tamanho de cada uma e não na essência. Essas diferenças se revelam no crescimento da pulverização partidária como meio de acesso as vagas na câmara, na maior migração partidária, bem como na menor retenção de vereadores na edilidade carioca. Dos edis profissionais, isto é, dos que vivem *para* e *da* política no sentido formulado pelo sociólogo alemão Max Weber (2005)<sup>14</sup>, os cariocas tendem em maior número a passar pela câmara, enquanto os paulistanos a nesta permanecer mais tempo, ou somente nela atuar. Se as dessemelhanças estão na grandeza é importante ressaltar que há um núcleo comum no qual se verifica que a expressiva maioria dos vereadores tem somente um mandato na câmara (ainda que o peso relativo aponte para uma redução significativa no decorrer das legislaturas) como se houvesse uma barreira legal para que eles se candidatassem a reeleição.

Penso que o interesse a respeito dessas considerações é grande para analistas e para os que desejam uma vida pública municipal de maior qualidade (sobretudo em municípios metrópoles) e o aperfeiçoamento do sistema democrático. A realização desse desejo demandaria um conjunto de representantes populares mais qualificados no lidar com os temas tantos pontuais quanto gerais da cidade e estes em suas interfaces com os referentes aos da esfera nacional e mesmo internacional. Com poucas pessoas fazendo carreira política na câmara municipal, especialmente na do Rio de Janeiro, tal expectativa fica frustrada.

---

<sup>14</sup> É necessário recordar como já havia feito em minha tese (MALUF:2006) que Weber “afasta a idéia de exclusão” na dualidade entre as pessoas que vivem *para* a política das que vivem *da* política, “admitindo-a apenas em sentido econômico”.

## **Bibliografia:**

### *Livros*

- CARDOSO, Fernando Henrique – *A Arte da Política*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006
- DOWNS, Antony – *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo. Edusp.1999
- MICHELS, Robert – *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília. UNB. 1982
- MOSCA, Gaetano – *The Ruling Class*. New York McGraw-Hill.1939
- NICOLAU, Jairo – *Multipartidarismo e Democracia*. FGV. 1996
- SAMUELS, David – *Ambitions, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge New York. Cambridge University Press. 2003.
- SCHLESINGER, Joseph – *Ambition and Politics: Political career in the United States*. Chicago. R. MC. Nally.1996
- WEBER, Max – *A Política como Vocação*. São Paulo. Martin Claret. São Paulo. 2005

### *Artigos em Periódico*

- ALMEIDA, Maria Hermínia e Leandro Piquet Carneiro. Liderança Local, Democracia e Políticas Públicas no Brasil. *Opinião Pública*. Campinas. Vol IX. No 1. Página 124-147. 2003
- FLORENTINO, Renata (2008) – Saindo de Cena: Parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 6. N. 30. Curitiba.
- LEONI, Eduardo, Carlos Pereira e Lucio Rennó – Estratégias para Sobreviver Politicamente. Escolhas nas Câmaras de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*. Volume IX, número 01.2003.
- SCHMITT, Rogério. Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados. *Revista Novos estudos*. Cebrap. São Paulo. 1999.

*Dissertações e teses*

- ALVIM, Anna Rita SantAna (1993) – A Volta da Gaiola de Ouro: uma análise do campo político da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1976-1996). Dissertação de Mestrado. História Social. Universidade Severino Sombra (USS). Vassouras (RJ).
- MALUF, Rui Tavares (1993) – A Câmara Municipal de São Paulo na IX Legislatura (1983-1988) e o Processo Decisório do IPTU. Dissertação de Mestrado. Ciência Política. UNICAMP.
- MALUF, Rui Tavares (2006) – A Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo. Tese de Doutorado. Ciência Política. USP.

*Outras fontes*

- Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Poder Legislativo.
- Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Poder Executivo.
- Diário Oficial do Município de São Paulo.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Poderes Executivo e Legislativo.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poderes Executivo e Legislativo.
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).
- Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

## O GOVERNO VARGAS E A COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

*Danilo José Dalio<sup>1</sup>*  
*Shiguenoli Miyamoto<sup>2</sup>*

**Resumo:** O texto analisa as relações Brasil – Estados Unidos durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, tomando como foco as negociações acerca da Comissão Mista criada pelos dois países. O Brasil adotou uma estratégia de barganha que acreditava factível naquele momento, qual seja: cooperação político-militar em troca de ajuda econômico-financeira e técnica. O resultado, embora frustrante para o governo Vargas, não obscurece a contribuição mais ampla dessa experiência de cooperação bilateral para o desenvolvimento econômico brasileiro. O fim da Comissão Mista evidenciou a assimetria de poder nas negociações entre os dois países, e as concepções divergentes sobre o desenvolvimento econômico para a América Latina.

**Pavras-chave:** Comissão Mista Brasil , Estados Unidos, política externa brasileira, governo Vargas, desenvolvimento econômico.

**Abstract:** The paper analyses the relations between Brazil – United States during the second term of Getúlio Vargas, focusing on the negotiations about Joint Committee established by the two countries. Brazil adopted a bargaining strategy that he believed feasible at that time, namely, political-military cooperation in exchange for economic aid and financial and technical. The result, while frustrating for the Vargas government, does not obscure the broader contribution of this experience of bilateral cooperation for the Brazilian economy. The end of the Committee highlighted the asymmetry of power in negotiations between the two countries, and different ideas about economic development in Latin America.

**Keywords:** Joint Committee Brazil, United States, Brazilian foreign policy, Vargas government, economic development.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pela UNICAMP.

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Ciência Política do IFCH/UNICAMP.

### **Introdução**

O fim da Grande Guerra trouxe expectativas auspiciosas para a América Latina. Tratava-se de certo interesse demonstrado pelos Estados Unidos da América (EUA) para auxiliar a região. Obviamente havia contrapartidas. Enquanto o governo norte-americano empenhava-se na vertente estratégico-militar, os latino-americanos queriam resolver seus problemas sócio-econômicos e estimular seu desenvolvimento. Foi neste contexto de definição de prioridades que se realizaram as negociações entre Brasil e EUA, visando ao incremento da cooperação econômica e militar. Iniciado no final do governo de Eurico Gaspar Dutra (31.01.46 a 31.01.1951), o diálogo assumiu caráter de urgência no começo de 1951, motivado pela Guerra da Coréia (25.06.50 a 27.07.1953), pelas demandas militares norte-americanas e pelas insistentes reivindicações brasileiras.

Entre a vitória eleitoral e a posse de Getúlio Vargas as negociações entre os dois países se intensificaram. Demandas de parte a parte foram apresentadas e discutidas. A promessa das autoridades norte-americanas, em julho de 1950, de conceder ao Brasil crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) no valor de US\$ 250 milhões, com a esperança de mais US\$ 100 milhões do Export & Import Bank (EXIMBANK), tomaria no início do segundo governo Vargas contornos mais precisos (Hilton, 1981: 606-08), exigindo em contrapartida uma definição mais aguerrida do governo brasileiro sobre sua participação no esforço político-militar norte-americano na Guerra Fria. Em fevereiro de 1951, o Secretário Adjunto para Assuntos Latino-Americanos, Edward Miller, veio ao Rio de Janeiro referendar às autoridades brasileiras a promessa de concessão de créditos e as expectativas de formação de uma

---

<sup>3</sup> Tratava-se de pôr em execução o famoso *Ponto IV*, anunciado no discurso de posse de Harry S. Truman em janeiro de 1949. Esse pronunciamento previa mais assistência técnica para o mundo inteiro, já que os EUA não dispunham de recursos para atender a demanda de cada país. Por isso,

comissão técnica mista, feita ainda sob o governo Dutra<sup>3</sup>. Ao Brasil caberia, em retribuição, facilitar a remessa de minerais estratégicos para os Estados Unidos, ainda que desejasse a instalação no país das indústrias ligadas ao processamento de tais recursos (GV 51.02.19/1).

Os preparativos e a realização da IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Conferência de Washington em março/abril de 1951) favoreceram uma segunda rodada de negociações entre ambos. Falando em nome das nações do continente, a delegação diplomática brasileira argumentou a favor do caráter político do desenvolvimento da América Latina. Defendeu a necessidade de se desvincular os recursos para fins econômicos dos militares, a fim de que os primeiros não fossem preteridos em nome destes últimos (GV 51.03.16/1). Paralelamente ao enclave multilateral, a diplomacia brasileira privilegiaria as negociações bilaterais, solicitando junto aos EUA a ampliação da ajuda na área econômico-financeira, em troca do apoio dado para o arranjo da segurança continental, incluindo o fornecimento de matérias-primas estratégicas e a preparação militar doméstica. No balanço dos resultados angariados pelo Brasil, destacam-se a ampliação do crédito inicial para US\$ 300 milhões de dólares e a constituição de uma Comissão Mista integrada por técnicos brasileiros e americanos, conforme já previsto, para estudar planos básicos ao desenvolvimento brasileiro (GV 51.01.04/2 e GV 51.04.05/2).

A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (doravante CMBEU), uma das promessas de Harry S. Truman para as economias periféricas,

---

apostaram no envio de especialistas que fornecessem um diagnóstico para investimentos privados. Todavia, o *Ponto IV* não alterou nem ampliou a ajuda americana para as economias menos desenvolvidas. Ainda assim, essa notícia sobre um programa de auxílio técnico provocou expectativas otimistas nos países possivelmente contemplados. Também conhecido como Lei do Desenvolvimento Internacional, o Ponto IV permitiu que oito países incluindo o Brasil adotassem a idéia (CAMPOS, 1994: 155).

criada em 19 de julho de 1951 no segundo governo de Getúlio Vargas (31.01.51 a 24.08.54) resultou desse esforço diplomático anterior.

A seção brasileira da CMBEU foi presidida pelo engenheiro gaúcho Ary Frederico Torres – conforme nomeação do Ministro da Fazenda Horácio Lafer –, assessorado por quatro conselheiros técnicos e um econômico. Dentre os técnicos estavam o geólogo Glycon de Paiva Teixeira, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (criado em 1934); Lucas Lopes, um dos fundadores da Companhia Energética de Minas Gerais S/A (CEMIG); o conselheiro financeiro era Victor Bouças, presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças; o secretário-executivo era Vitor da Silva Alves, ex-funcionário das Nações Unidas e que viria a ser diretor do BIRD; e como conselheiro econômico atuou o diplomata e economista Roberto de Oliveira Campos (Campos, 1994:159).

A seção norte-americana, por sua vez, ficou sob o comando do embaixador americano Merwin Bohan, substituto de Francis Trulow, corretor da Bolsa de Nova York, falecido em viagem ao Rio de Janeiro quando assumiria o cargo. Em outubro de 1951, Bohan fora substituído pelo economista do Banco Mundial, J. Burke Knapp, que permaneceria no cargo até agosto de 1952.

Desde o início o governo brasileiro definiu as prioridades que orientariam os rumos da CMBEU. A base para nortear os trabalhos conjuntos foi o relatório ABBINK divulgado em junho de 1949, produzido para identificar os “nós” que emperravam o desenvolvimento<sup>4</sup>. De acordo com Octávio Gouveia de Bulhões e Eugênio Gudín, que coordenaram tal relatório, os setores com probabilidades maiores de efeito multiplicador do crescimento sustentado eram: transportes (ferrovias), energia elétrica, modernização dos portos e agricultura (construção de armazéns).

---

<sup>4</sup> O Relatório Abbink foi uma das etapas de cooperação econômica entre Brasil e EUA. Ver: [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/1790\\_17.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1790_17.asp). Acesso em 20 de março de 2009.

O objetivo da CMBEU era “[...] promover o desenvolvimento econômico, tendo em vista, particularmente, a formulação de planos de investimento destinados a vencer as deficiências em transporte e energia [...]” (CMBEU, Relatório Geral, Tomo I, 1954: 11), vale dizer, criar condições favoráveis e eliminar obstáculos para estimular os investimentos privados nacionais e estrangeiros. Não havia interesse na elaboração de um plano amplo de desenvolvimento nem uma política de industrialização, mas sim fomentar oportunidades para o empresariado (Viana, 1980:109)<sup>5</sup>. Cumpria-se, portanto, uma visão de planejamento seccional, apoiada pelos membros da seção técnica brasileira (dentre eles Roberto de Oliveira Campos), que consistia em estabelecer políticas para setores específicos, por isso de mais fácil execução, considerados “pontos de estrangulamento” na economia brasileira, a exigir o mínimo de intervenção estatal (Bielschowsky, 1996:112).

---

### **O acirramento das negociações**

Aos dois momentos anteriores à CMBEU veio se somar uma terceira rodada ocorrida em Washington em setembro de 1951. Nesta oportunidade, o Ministro da Fazenda Horácio Lafer e Eugênio Gudim se encontraram com o general Aurélio Góes Monteiro, que fora negociar o lado militar da cooperação, embora não dispusesse de instruções específicas sobre a CMBEU<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A Comissão Mista propunha apenas a reaparelhar a infra-estrutura econômica do país, ou seja, eliminar os pontos de estrangulamento em transporte e energia. No Relatório Geral dizia: “A Comissão Mista não foi concebida como um órgão geral de planejamento, nem se propôs a assim agir. Além disso, não procurou de forma alguma substituir por um programa governamental os planos de investimento porventura feitos pelo setor privado da economia. Muito ao contrário, esforçou-se por planejar e estimular medidas que criassem condições prévias favoráveis a um maior surto de iniciativa privada”. (Apud Viana, 1980: 109).

<sup>6</sup> Nos dois primeiros momentos definiram-se os aspectos mais gerais das negociações, como os termos-base de cooperação entre os dois países

Com o objetivo de assistir às reuniões do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), respectivamente, a viagem de Lafer e Gudin foi cercada de expectativas. Ambos eram vistos com simpatia pelo governo norte-americano, por representarem uma continuidade promissora em torno dos debates sobre as questões financeiras. O general Góes Monteiro limitou-se a enfatizar a importância que o Brasil atribuía à CMBEU (GV 51.09.04/3). Conforme relatou Valentim Bouças a Vargas, a boa acolhida recebida pela Missão Lafer, era um sinal de “como os nossos amigos americanos estão a favor de sua administração” (GV 51.09.12/1).

Nesse ambiente favorável à política econômica brasileira (cortes de despesas e busca de equilíbrio orçamentário), o Ministro da Fazenda esperava contar com a ajuda de membros da administração Truman, dentre eles a do Secretário do Tesouro John W. Snyder “considerado em Washington como o maior opositor a empréstimos para outros países”, do presidente do Federal Reserve Bank William McChesney Martin Jr., e do Secretário Adjunto para Assuntos Latino-americanos Edward Miller (GV 51.09.12/1). O otimismo brasileiro tinha suas razões: em uma das assembleias do BIRD e do FMI, Lafer fora escolhido presidente do Conselho de Governadores da primeira instituição, e Gudin presidente do Conselho da segunda. Nesse encontro, considerado o mais importante entre todos, o Secretário do Tesouro, os presidentes do BIRD Eugene Black, do EXIMBANK Herbert Gaston, e o Secretário Adjunto Edward Miller assinaram com Lafer, um memorando realçando a importância do programa e dispendo-se a fornecer os recursos necessários para os projetos estudados e recomendados pela CMBEU. (Weiss, 1986/2: 65)

Este documento foi um grande avanço se comparado aos acordos de março/abril de 1951, porque não previa restrições frente de pagamentos” (CMBEU, 1954), já que parte

---

(GV 51.01.04/2) e os valores absolutos de financiamento externo (GV 51.03.16/1).

do financiamento dos projetos elaborados pela Comissão viria da captação de a possíveis “mudanças imprevisíveis na posição da balança recursos internos. Animado pelos resultados de tal acordo, pela receptividade, e com o apoio do Secretário do Tesouro, Lafer pretendia expandir o limite de crédito obtido de US\$ 300 para US\$ 500 milhões, reservando US\$ 100 milhões para obras urgentes de portos e estradas de ferro. (GV 51.09.12/1), o que de fato não ocorreu senão apenas como possibilidade a analisar. Os acordos firmados pelo ministro Lafer com o BIRD converteram-se em motivo de regozijo para si mesmo, porque ele havia assumido a responsabilidade pelas medidas fiscais consideradas necessárias, porém impopulares, para financiar a porção do programa em cruzeiros. Por isso, era importante o compromisso formal de que o capital estrangeiro realmente viria.<sup>7</sup>

Os resultados obtidos por Lafer e Gudin aparentemente sinalizavam de forma positiva para uma aproximação maior nas áreas de segurança e cooperação militar entre Brasil e EUA, até então relegadas a segundo plano. Atendidos os objetivos financeiros pareceu “oportuno afrouxar um pouco, fazendo concessões”, pois a continuação dos trabalhos seguiria em “magnífico ambiente”, acreditava o Ministro Fontoura (GV 51.09.12/1).<sup>8</sup>

Para oficializar o apoio e a contrapartida no financiamento dos projetos sugeridos pela CMBEU, o Ministro da Fazenda

---

<sup>7</sup> Em novembro de 1951, Lafer comunicou a Vargas a aprovação do Senado autorizando o Executivo a dar garantia de até US\$ 750 milhões dos créditos que fossem obtidos no exterior. GV 51.11.00, Carta de Horácio Lafer a Getúlio Vargas (nov./51). (Cruz, 1983: 89).

<sup>8</sup> Apesar disso, as negociações acerca dos compromissos militar-estratégicos (Acordo Militar e venda de manganês, urânio e areias monazíticas) não caminharam a contento; as decisões tiveram de esperar o ano seguinte e ser discutidas no Rio de Janeiro, pelo chanceler e pelo Embaixador Herschel V. Johnson (GV 51.10.03/5).

anunciou em setembro de 1951 um plano quinquenal centrando os investimentos em indústrias de base, energia e transportes. O Plano Nacional de Reparcelhamento Econômico (Plano Lafer) criava o Fundo de Reparcelhamento Econômico, uma fonte especial para alocar o aumento de 15% no imposto de renda. Em 5 de dezembro de 1951, o Congresso Nacional aprovou o aumento do imposto e o plano, que racionalizava os investimentos em projetos de desenvolvimento econômico. Com essa iniciativa o governo Vargas implementou uma linha de investimento à base de capitais nacionais e estrangeiros, sob coordenação do Estado (D'Araújo, 1992: 165).<sup>9</sup>

O ano de 1951 encerrou-se com um balanço promissor em termos de cooperação, com a CMBEU funcionando integralmente e preparando projetos e estudos técnicos. Apesar da resistência em atender ao pedido norte-americano para participar ativamente da Guerra da Coréia, o saldo também foi positivo para os EUA, uma vez que o arrefecimento do conflito asiático garantiu um contentamento mútuo com a colaboração indireta do Brasil por meio do fornecimento de minerais estratégicos e do avanço nas negociações acerca do Acordo Militar.

---

### **Demandas, expectativas e desconfianças**

Se as relações bilaterais passaram por momento favorável em 1951, o mesmo não se verificou no ano seguinte, quando um clima de desconfiança pairou entre os dois países. Uma sucessão de acontecimentos neutralizaria as conquistas anteriores.

Ainda em dezembro de 1951, Vargas enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a criação da Petrobrás, como

---

<sup>9</sup> Para Ianni, o Plano Nacional de Reparcelhamento Econômico, além de oficializar os projetos da Comissão Mista, significou a conciliação entre a decisão dos governantes impulsionarem o desenvolvimento econômico brasileiro, a escassez de recursos (capital e tecnologia) nacionais e a nova fase de expansionismo econômico dos Estados Unidos (Ianni, 1971: 117).

empresa mista (público-privada) e com o controle majoritário nas mãos do governo. (Vargas, 1969: 75-97) No Departamento de Estado a reação não foi de total repulsa. Embora fossem contrários a empresas estatais e à exclusão do capital estrangeiro (não considerada inicialmente), os EUA acreditavam que o Congresso brasileiro poderia introduzir alterações no projeto original (Weiss, 1986/2: 66). À medida que o projeto da Petrobrás tramitava no Congresso e ganhava contornos cada vez mais monopolistas e nacionalistas, arregimentando apoio popular, a oposição americana recrudescia, resgatando a intensa controvérsia dos anos 40 (GV 51.09.02/1). Durante os dois anos seguintes, até a aprovação da Petrobrás, os debates sobre a política petrolífera abrangeram não apenas as relações bilaterais, mas também o próprio caráter do desenvolvimento brasileiro (Cohn, 1968).

Outro fator que contribuiu para desestabilizar as relações bilaterais foi o pronunciamento de Vargas, em rede nacional de rádio em 31 de dezembro de 1951. Na oportunidade, criticou duramente as empresas estrangeiras por “sangrarem” o Brasil com vultosas remessas de lucros e juros para o exterior, que passaram de US\$ 83 milhões em 1950 para US\$ 137 milhões em 1951 (Vargas, 1954: 65-77).

Isto descumpria o estabelecido pelo artigo 6º do Decreto-Lei 9.025 de 27 de fevereiro de 1946, quando se estipulou um teto para operações dessa natureza: “as remessas de juros, lucros e dividendos não ultrapassarão 8% do valor do capital registrado, considerando-se transferência de capital o que exceder a essa percentagem”. O desrespeito a essa norma levou Vargas a baixar o Decreto-Lei 30.363 em 3 janeiro de 1952, determinando que o capital estrangeiro com direito a retorno era apenas 8% do valor original efetivamente ingressado no país, e que constasse no registro da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. O decreto garantia à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o poder de aplicar esses limites em épocas de pressão sobre a balança de pagamentos. Essa medida teve duplo impacto: de um lado acirrou o descontentamento por parte dos EUA, mas em

contrapartida o prestígio de Vargas ficou fortalecido junto aos setores nacionalistas e de esquerda no Brasil (GV 52.01.18).

A iniciativa de Vargas mobilizou as instâncias comprometidas com as negociações americano-brasileiras, particularmente com os trabalhos da CMBEU.

Dias depois do decreto, João Neves da Fontoura encontrou-se com o embaixador Herschel Johnson e tentou minimizar o impacto do conteúdo xenófobo que o novo regulamento deixava visível. Artífice das boas relações com o governo americano, Neves da Fontoura (“antes do Plano Lafer existia o Plano Neves”, ele dizia) julgava ameaçadora a repercussão do decreto sobre os compromissos assumidos com a CMBEU, e sugeriu uma interpretação jurídica do DL 9.025, afirmando que o DL 30.363 representava apenas uma adequação da norma já existente.

Arriscando-se a perder os recursos prometidos pelo BIRD até o final de julho de 1952, o Brasil poderia implodir seu plano financeiro, necessitando recorrer à emissão e à inflação, medida cujas conseqüências seriam imprevisíveis “no plano interno e internacional em face do comunismo”. Segundo o Ministro das Relações Exteriores, era necessário também impedir a divulgação da entrevista do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. Para manter o bom relacionamento com o capital estrangeiro, ademais, outras arestas deveriam ser aparadas com a instituição do mercado livre de câmbio. Não se tratava de uma retratação, mas de esclarecer os inconvenientes e as desconfianças para quem quisesse investir no Brasil (GV 52.01.31/4).<sup>10</sup>

Apesar do desconforto, as relações bilaterais e o futuro da CMBEU continuaram a ser objeto de negociações. Vargas fez notar

---

<sup>10</sup> Na entrevista citada, Jafet diz: “E, evidentemente, o Brasil não poderia constituir-se em protetor incondicional de uma situação monopolística de antigas inversões estrangeiras diante da barreira que se erguia impedindo a entrada de novos capitais”. A prevenção de Neves devia-se ao fato de Jafet procurar justificar o Decreto-Lei 30.393 de 3/01/52 com o mesmo tom de Vargas em 31/01/51, isto é, atacando.

a Herschel Johnson e a Merwin Bohan sua insatisfação com o lento desdobramento da CMBEU, quando se encontraram em maio de 1952.

Naquela altura, a CMBEU já tinha enviado ao Departamento de Estado 15 projetos que aguardavam financiamento. Ao mesmo tempo o governo brasileiro criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que administraria os recursos obtidos junto ao BIRD e ao EXIMBANK, bem como os fundos do Plano Lafer (Vargas, 1969: 98-121). O BNDE surgia como órgão mediador entre o Estado, o setor privado nacional e as agências internacionais, o tripé do projeto de desenvolvimento varguista (Hirst, 1990: 17). Em junho de 1953 o Banco iniciou suas atividades, incorporando aos seus quadros vários membros da CMBEU.

Contudo, mostras de boa vontade não foram suficientes para neutralizar a animosidade do Departamento de Estado e das instituições comprometidas com a CMBEU. João Neves da Fontoura e Horácio Lafer inclusive apoiaram um projeto de lei do deputado Adolpho Gentil (PSD-Ceará) que propunha dividir o mercado de câmbio em uma taxa oficial para transações de capital, e uma cotação livre para o comércio normal.

Dificuldades técnicas para viabilizar o DL 30.363, e apreensões do mercado internacional, fizeram com que as limitações existentes fossem abolidas um ano depois. Criou-se em janeiro de 1953 o mercado livre de câmbio, que vigorou até outubro de 1953, substituído pela Instrução 70 da SUMOC. Além da proposta do mercado livre de câmbio, o embaixador Maurício Nabuco foi substituído por Walter Moreira Salles, amigo de Fontoura e banqueiro de confiança do Departamento de Estado (GV 52.04.04/1).

A demora na liberação dos financiamentos aos projetos “pendentes” gerava impaciência entre os ministros brasileiros. Edward Miller e Merwin Bohan, aparentes aliados do governo brasileiro, procuraram convencer o BIRD e o EXIMBANK a elaborar um pacote de empréstimos no valor de US\$ 120 milhões,

inclusive porque havia uma viagem programada do Secretário de Estado Dean Acheson ao Brasil, no início de julho.

Ciente dessas conversações, Getúlio Vargas enviou Valentim Bouças aos EUA para negociar com as duas instituições. Daí resultou a aprovação pelo EXIMBANK de US\$ 60 milhões para três projetos: Companhia de Estradas de Ferro; Estrada de Ferro Santos – Jundiaí; e *Brazilian Electric Power Company*, subsidiária da *American Foreign Power Co.* Por sua vez, o BIRD condicionara seus financiamentos à aprovação pelo Congresso brasileiro da lei do mercado livre. Menos de seis meses depois de garantir seu apoio a Lafer, Eugene Black disponibilizou apenas US\$ 40 milhões, muito aquém do esperado. Irritou-se também Valentim Bouças ao ouvir de Black a exigência de que deveria ser consultado previamente, caso o governo brasileiro entrasse em negociações com bancos privados para quitar dívidas atrasadas. Em carta a Vargas, aconselhava-o a apoiar publicamente a lei do mercado livre de câmbio a fim de não prejudicar o andamento da CMBEU e outros projetos como o da Petrobrás. (GV 52.05.26)

De férias, o Secretário de Estado Dean Acheson visitou o Brasil em dois de julho, quando aproveitou para diminuir os atritos em assuntos que dificultavam as relações entre os dois países. Dentre esses, recursos para os projetos da CMBEU, ampliação da assistência técnica, compra e arrendamento de navios mercantes (GV 52.06.16/2). Os métodos de Acheson já eram conhecidos: ênfase na reciprocidade da CMBEU e nos resultados práticos do planejamento, julgando os êxitos não apenas pelo conjunto dos recursos mas pelo legado deixado ao desenvolvimento brasileiro. Até aquele momento, o EXIMBANK e o BIRD haviam anunciado seis acordos no valor de US\$ 100 milhões, quantia inferior à que o governo esperava contar.

A reunião entre o Secretário de Estado, o presidente Vargas e os ministros Fontoura e Lafer foi marcada por demandas distintas. Para os EUA, o foco estava na falta de apoio brasileiro à Guerra da Coréia e no decreto sobre a remessa de lucros; ao Brasil interessava o preço do café e o atraso na liberação dos recursos aos projetos já aprovados. No discurso de abertura do

encontro, o Ministro Fontoura enfatizou a amizade histórica entre Brasil e EUA, porém reivindicou maior aprofundamento da cooperação no campo econômico e financeiro em conformidade com o Ponto IV e a CMBEU. (GV 52.06.16/2)

Apesar do tom cordial, a administração Truman evitava comprometer o próximo governo, já que havia indícios de que nas eleições de novembro a vitória caberia ao Partido Republicano. Não obstante a generalidade da agenda, a viagem de Acheson se constituiu no “ponto alto do êxito da CMBEU e das relações Brasil-EUA”, sob o governo Vargas (Weiss, 1986/2: 68). No dia seguinte àquele encontro, o Brasil comemorou o empréstimo de US\$ 94,5 milhões dos quais US\$ 57 milhões pelo EXIMBANK e US\$ 37,5 milhões pelo BIRD, sendo 30% reservados à reabilitação da malha ferroviária e o restante para a expansão de instalações geradoras de energia elétrica. (GV 52.07.03)

Para o governo norte-americano e as instituições financeiras, todavia, o problema com o Brasil estava na falta de uma lei favorável ao livre comércio e nas restrições do balanço de pagamentos brasileiro. A viabilidade técnica dos projetos da CMBEU deveria ser, portanto, uma preocupação secundária. Essa orientação era agravada pela proximidade das eleições presidenciais de novembro de 1952.

Nos últimos três meses que antecederam o pleito, o EXIMBANK autorizou somente três novos empréstimos ao Brasil: um de US\$ 67,5 milhões para uma empresa mista brasileiro-americana explorar manganês no Amapá; outro de US\$ 18 milhões ao BNDE para a compra de equipamentos agrícolas para revenda; e um de US\$ 1,86 milhões à Companhia Metalúrgica Bárbara para a expansão de sua indústria de ferro fundido. Esses recursos só foram obtidos por causa da firme intervenção do Departamento de Estado e do presidente do EXIMBANK junto ao BIRD e a Comissão de Valores & Câmbio dos EUA, para os quais a solução do balanço de pagamentos e o mercado livre de câmbio eram condições fundamentais para a liberação dos créditos. (Weiss, 1986/2: 69)

Para o Brasil colocava-se a urgência na aprovação dos projetos da CMBEU e a liberação dos empréstimos antes do fim da administração democrata. Como previsto, a vitória dos republicanos representou o início de um governo pouco afeito às demandas das economias periféricas. (GV 51.05.24 e GV 51.09.04/3)

Em setembro de 1952, Horácio Lafer participou da 7ª Reunião dos Governadores do BIRD e do FMI realizada em Washington. Na ocasião, o ministro estabeleceu contatos com países europeus, para discutir empréstimos, e mostrou-se mais uma vez otimista com a visão que as “autoridades técnicas e políticas das finanças” possuíam do problema dos atrasados comerciais e do desequilíbrio da balança de pagamentos. (GV 52.09.15/3)

No mês seguinte as arremetidas sobre os EUA e setores financeiros se intensificaram. O discurso proferido pelo embaixador Moreira Salles no dia 7 de outubro em Nova York, no almoço da “American Brazilian Association”, mostrou o tom realista da “linha de nossa política econômica em relação à América”. Enfatizando a solidariedade e a colaboração nacional para com os EUA, o embaixador questionou: “como seria possível deixar de reconhecer que o desenvolvimento econômico do Brasil é a chave da defesa do continente latino-americano?”. (GV 52.10.10/1)

A vitória de Dwight D. Eisenhower sobre Adlai Stevenson, em novembro, acelerou o curso de ação da diplomacia econômica brasileira (GV 52.09.23). Em viagem para participar da Assembléia Anual das Nações Unidas, João Neves da Fontoura ouviu de Acheson a garantia “de que nenhuma mudança substancial haverá na política externa dos EUA, sobretudo no tocante ao Brasil”. Apesar de também receber de Rockefeller e Eisenhower a promessa de continuidade da cooperação com o Brasil, Fontoura denunciava as dificuldades que o presidente norte-americano enfrentaria no setor externo, em face do “fundo isolacionista” de seu partido. E advertia a Vargas: “Nosso papel, sobretudo

o seu, tem de ser muito vivo para arrancarmos tudo quanto seja indispensável ao nosso país". (GV 52.11.10/1)

Oswaldo Aranha, ex-ministro de Vargas e homem de confiança nos círculos financeiros internacionais, também foi aos EUA (OA 52.12.08). Para ele as conversações mantidas por Neves da Fontoura tinham sido puramente formais e julgava prioritária a liquidação dos atrasados comerciais brasileiros (OA 53.02.05). Em sua avaliação, seria um equívoco arrastar velhos problemas para a nova administração republicana, "justamente quando o interesse do Brasil assenta em contas novas, novos créditos e possibilidades novas para novas compras e empreendimentos".

Para tanto, a sugestão de Aranha era de que o EXIMBANK pagasse imediatamente os exportadores americanos, em dinheiro os pequenos e em títulos os demais, ou da maneira que quisessem, e recebessem do Banco do Brasil, títulos ou obrigações a vencerem num prazo de seis meses. Com os outros países, a situação dos atrasados comerciais seria liquidada através da compra das moedas necessárias junto ao FMI em condições de prazo e taxas favoráveis. (GV 52.12.02/4 e GV 52.12.04/3)

Até aquele momento, o diálogo sobre os atrasados comerciais brasileiros com os EUA, conforme instruções de Horácio Lafer, e sob responsabilidade do embaixador Moreira Salles, tinha levado às seguintes conclusões acertadas com o EXIMBANK e o BIRD: 1) o Brasil poderia dispor de US\$ 70 milhões do FMI para atender as exigências financeiras do comércio exterior; 2) negociou-se com o Fundo, uma operação de compra e venda de US\$ 18 milhões, pagáveis até 1954; com o EXIMBANK, um empréstimo de US\$ 250 milhões ao Banco do Brasil para quitar atrasados comerciais, amortizáveis em quatro anos a partir de 1955, com juros de 3% e 5%. A maior dificuldade encontrada pelo Brasil era fazer com que se aprovassem essas transações antes do início do governo Eisenhower. (GV 52.12.02/4)

Enquanto o debate no Congresso Nacional sobre a nova lei do mercado livre de câmbio claudicava, o governo procurou se adiantar nas negociações com as agências financeiras e com FMI. Para estes, empréstimos para saldar os atrasados comerciais

passavam necessariamente pela reforma na política cambial e financeira do Brasil. (GV 52.12.04/3; GV 52.12.19/3 e OA 52.12.00)

Contrariado com as instruções de Lafer que previam um empréstimo puro e simples de US\$ 200 a 250 milhões para liquidação dos atrasados, Oswaldo Aranha defendia sua própria proposta junto a Vargas. A preocupação de Aranha era fixar bases sólidas com a Casa Branca, deixando explícito em memorando as intenções de colaboração e reciprocidade do governo brasileiro (GV 52.12.04/3). No final de dezembro Eisenhower recebeu Aranha, propondo-lhe que se avistasse com o futuro Secretário de Estado, John Foster Dulles, e mostrou-se animado com a idéia de receber Alzira do Amaral Peixoto, filha do presidente, para uma conversa mais formal sobre o Brasil, conforme lhe sugerira o ministro.

Apesar da insistência brasileira na liberação dos créditos para os projetos da CMBEU, a lei de remessa de lucros de janeiro de 1952 e a demora na aprovação da lei do mercado livre de câmbio constituíram-se em obstáculos para agilizar as negociações com as agências financeiras, exasperando a desconfiança do Departamento de Estado, ainda sob a administração Truman.

O último empréstimo deste governo a projetos da CMBEU foi feito pelo EXIMBANK à Companhia Vale do Rio Doce S/A, no valor de US\$ 7,5 milhões, negociado entre o presidente da CVRD Juracy Magalhães, e o do Banco, Herbert Gaston. Durante todo o ano de 1952, os recursos da CMBEU limitaram-se a US\$ 81,6 milhões. Já o BIRD concedeu ao Brasil US\$ 37,5 milhões, todo direcionado aos projetos conjuntos da CMBEU. (Weiss, 1986/2: 70)

---

### **A difícil conciliação: rumo ao fim**

As relações econômico-financeiras entre Brasil e EUA em 1953 enfrentaram múltiplas dificuldades. De um lado, o esmorecimento do apoio de Washington; de outro, a falta de definição das atribuições de cada instância financeira e de suas relações com o Departamento de Estado.

Apesar de sinais favoráveis à continuidade da cooperação bilateral, eram patentes as diferenças entre os governos democrata e republicano. Enquanto a gestão de Truman era considerada flexível, o novo governo adotou uma estratégia de segurança a longo prazo sob a qual a ajuda externa estaria subordinada, ou seja, “high flexibility and modern genius vs. monolithic mass” (OA 53.02.03/1). Os mais otimistas acreditavam na possibilidade de compatibilizar a política externa brasileira e os objetivos econômicos pretendidos à dinâmica da administração Eisenhower, buscando atrair os capitais privados como base para financiar o projeto desenvolvimentista. (GV 53.01.21/2)

Os obstáculos imediatos residiam, sobretudo, na dificuldade para convencer as agências financeiras. Em meados de janeiro de 1953, Mervin Bohan encontrou-se com representantes do BIRD (Black, Garner, Knapp) para discutir a liberação dos empréstimos aos projetos ferroviários. Lembrou-lhes que os EUA e o BIRD tinham um compromisso implícito de financiar o programa, e que a promessa de colaborar com a CMBEU induzira Vargas a cooperar em outras questões. Eugene Black, por sua vez, afirmou que a instituição não tinha deveres para com o Brasil e que os membros europeus do Banco se opunham a novos empréstimos até que se resolvessem as dívidas atrasadas. Ainda deixou claro que o BIRD não comprometeria seus princípios para adequar-se à política dos EUA.

Vargas tomou algumas iniciativas: pressionou o chefe norte-americano da CMBEU e a aprovação de empréstimos adicionais. Em 31 de janeiro elogiou o trabalho da CMBEU por ter aprovado 23 projetos no valor de US\$ 264 milhões e Cr\$ 7,4 bilhões, quantia esta que poderia ser ampliada para US\$ 500 milhões e Cr\$ 15 bilhões.

Outra iniciativa do presidente brasileiro, aceitando conselho de Oswaldo Aranha, foi construir um relacionamento pessoal com Eisenhower. Assim, propôs enviar sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto e o genro Ernani do Amaral Peixoto a Washington, em seu lugar. Ao responder, Eisenhower afirmou ser “a fine gesture of friendship between our two countries (...)

serve to emphasize once more the firm and historic ties which have always existed between Brazil and the United States of America". (GV 53.02.02/1)

Informando o pai sobre o clima acolhedor encontrado na visita realizada ao final de abril, Alzira falou do receio do governo americano pela continuação indefinida dos estudos da CMBEU que em sua maioria não seriam financiados porque eram "inviáveis para nós e para eles, mantendo uma comissão que lhes custa muito caro". O governo republicano pretendia efetuar cortes orçamentários, e negava ter assumido o compromisso de financiar os projetos feitos pela CMBEU até certo limite. Vargas foi informado, ainda, que se desejasse, seria possível adiar por mais algum tempo o fim da CMBEU. (GV 53.02.02/1)

Enquanto Vargas tentava a diplomacia pessoal, dois problemas atuavam contra o futuro da CMBEU em Washington: o reaparecimento da crise do balanço de pagamentos brasileiro e a decisão de excluir o EXIMBANK das negociações.

Em fevereiro de 1953 a dívida do Brasil atingiu a cifra de US\$ 450 milhões e tanto os exportadores americanos quanto Oswaldo Aranha pressionavam o EXIMBANK a liberar um empréstimo de US\$ 300 milhões. Em setembro de 1952 as autoridades norte-americanas haviam imposto a Lafer, como condição para o Brasil receber empréstimo do EXIMBANK, a necessidade de se aprovar a lei do mercado livre de câmbio. Em janeiro de 1953, quando se suprimiram as exigências impostas pelo DL 30.363 e instituiu-se, em fevereiro seguinte, o mercado livre de câmbio, a exigência do BIRD passou a ser a quitação dos atrasados comerciais, alegando que o descumprimento dessa exigência colocaria em risco os projetos da CMBEU.

Durante as negociações para saldar os atrasados comerciais o governo Eisenhower decidiu excluir o EXIMBANK como fonte de empréstimo para o desenvolvimento, embora fosse essa sua função para facilitar o comércio. O Secretário do Tesouro George Humphrey entendia que as finanças americanas estavam sobrecarregadas para se permitir aplicações desnecessárias. O BIRD, agora opção única, impunha à sua lista de requisitos

para futuros empréstimos a execução de uma política petrolífera liberal.

Apesar do esforço brasileiro para salvar o que restava da CMBEU, o contexto inaugurado pela administração Eisenhower conspirava contra as pretensões do governo Vargas. A fidelidade ao conservadorismo fiscal e a obcecada inclinação pela segurança internacional chocavam-se com os desígnios da CMBEU e à esperança de ajuda financeira complementar. Ao Secretário de Estado John Foster Dulles e seu adjunto para Assuntos Interamericanos John Moors Cabot, pouco interessavam as conseqüências do fim da CMBEU para a estabilidade do governo Vargas. Nem havia pretensões de investir na cooperação.

Assim, em abril de 1953, o embaixador Herschel Johnson sugeriu ao Ministro da Fazenda a extinção da CMBEU, cujos projetos seriam concluídos em 30 de junho do mesmo ano. Deixava, porém, a critério do Brasil a definição da data de encerramento. (GV 53.04.00/5) Por sua vez, as autoridades brasileiras solicitaram a Johnson que retardasse a entrega da nota sobre o fim da CMBEU, aguardando os resultados das conversações mantidas por Ary Torres nos EUA e a visita de Milton Eisenhower, irmão do presidente, em julho ao Brasil. (GV 53.04.16/2)<sup>11</sup>

Naquela altura, o Ministro João Neves da Fontoura julgou conveniente retardar o encerramento da CMBEU, devido às repercussões negativas internas à promessa de Eisenhower de manter os compromissos passados, e ao fato de a Missão Lafer,

---

<sup>11</sup> Ver também EAP 53.04.27, Exame da situação econômica, realizada pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, em 27/04/53. Assinatura ilegível. Balanço da cooperação financeira americana: Empréstimo US\$ 300 milhões pagáveis em três anos. Concessão de empréstimos através dos estudos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos pelo EXIMBANK e International Bank. Empréstimos concedidos: US\$ 120,350 milhões; empréstimos em fase final de negociação: US\$ 51,59 milhões; empréstimos em estudos nos bancos: US\$ 106,817 milhões; projetos ainda em elaboração no Brasil: US\$ 136,786 milhões; totalizando: US\$ 415,543 milhões. (Cruz, 1983: 100-2).

de setembro de 1951, ter acertado como limite para financiamentos o valor de US\$ 500 milhões. O ministro Fontoura ia além: considerava necessário colocar a questão em termos políticos, uma vez que o Brasil era o único país na região a manter-se fiel aos EUA, e a interrupção brusca da CMBEU poderia contribuir para aumentar a campanha antinorte-americana no continente (Cruz, 1983: 105-8).

O caminho sem volta para o desmantelamento da CMBEU e, principalmente, para um fluxo de financiamentos para os projetos, no que dependia do secretário Foster Dulles, contrastava com as expectativas otimistas em torno da visita do irmão do presidente Eisenhower. Acreditava-se que com essa viagem o governo norte-americano procuraria conciliar suas diretrizes externas com alguma ação prática visando estreitar laços com a América Latina. De acordo com o embaixador britânico, *"Washington feels that it has been remiss in its relations with Latin America, due to the preoccupation with the European and Asiatic crises. But once again, sentiment is beginning to reassert itself in favor of the Good Neighbor policy on a greater scale than ever"*. (OA 53.02.03/1)

No meio da crise que começou a se formar internamente, e às já combalidas relações bilaterais, o Secretário de Estado Foster Dulles atendeu ao pedido do governo brasileiro e concedeu mais três meses no adiamento dos trabalhos da CMBEU. Pensando na viagem de Milton Eisenhower ao Brasil em julho, os EUA facilitaram um reduzido empréstimo EXIMBANK/BIRD de US\$ 13 milhões para três projetos pendentes da CMBEU. (Weiss, 1986/2:74)

---

### **O encerramento da Comissão**

Em junho de 1953 Getúlio Vargas reorganizou seu gabinete, substituindo entre outros João Neves da Fontoura e Horácio Lafer, por Vicente Rao (UDN) e Oswaldo Aranha, respectivamente, figuras mais ligadas nas negociações com os EUA. Essa reforma ministerial demonstrava insatisfação com os resultados até então obtidos pela política econômica externa.

Vicente Rao atuava como representante na ONU desde 1950 e sua nomeação atendia aos interesses de Vargas na pasta do Exterior. Já Oswaldo Aranha era uma mudança importante na dinâmica das relações bilaterais, pois possuía uma ampla experiência no intercâmbio com o governo norte-americano. Sua entrada fortalecia a pauta econômica das conversações bilaterais, enquanto a saída de João Neves da Fontoura enfraquecia o lado político das relações. O objetivo de estreitar os laços econômicos com os EUA, todavia não foi alcançado, uma vez que a agenda econômica entre os dois países a partir de meados de 1953 restringiu-se ao debate sobre o preço-teto do café, os financiamentos para os projetos da CMBEU e ao pagamento dos atrasados comerciais. (Hirst, 1990:19)

Ao assumir a pasta em 15 de junho, Aranha de imediato avaliou os atrasados comerciais que chegavam a quase US\$ 500 milhões. A solução através de empréstimo do EXIMBANK de US\$ 300 milhões, amortizáveis trimestralmente a partir de setembro de 1953, não obtivera sucesso.

O critério utilizado pela SUMOC, após o recebimento do primeiro lote de US\$ 60 milhões, de resgate dos títulos para os quais havia sido feita cobertura em cruzeiros, não agradou aos norte-americanos. Para eles, a liquidação dos atrasados comerciais deveria obedecer a uma ordem cronológica, o que permitiria a cada entidade recolher os cruzeiros para a quitação de operações nas datas correspondentes. Como resultado, o EXIMBANK não liberou a segunda remessa de US\$ 60 milhões até que se resolvesse o impasse.

Diante desse quadro, Oswaldo Aranha propôs: 1) Resgatar o empréstimo de US\$ 300 milhões, pelo prazo de 15 anos, com início para o sexto ano, nas mesmas condições oferecidas aos argentinos; 2) desistir de novos financiamentos, com exceção dos quatro em curso (Itutinga, Central do Brasil, Salto Grande e Light), exigindo um aumento de US\$ 150 ou US\$ 200 milhões aos US\$ 300 milhões acordados; 3) encaminhar novos financiamentos à consideração do International Bank; 4) resgatar todos os atrasados comerciais, chamando a depósito em

cruzeiros, de acordo com a liberação dos dólares pelo EXIMBANK; 5) acertado este programa, o BNDE daria a sua cooperação em cruzeiros aos empreendimentos industriais, transporte, eletricidade, que obtivesse no estrangeiro o crédito para a parte de suas aquisições nos vários países interessados e exportadores. (OA 53.06.19/4 e OA 53.08.04)<sup>12</sup>

Enquanto isso, a nova equipe do governo procurava ajustar a política financeira às exigências das agências internacionais, esperando certo abrandamento do rigor contracionista da ajuda econômica republicana aos países do continente, após a visita de Milton Eisenhower.

A intenção da viagem era mostrar aos latino-americanos que o novo governo americano se preocupava com a região e dispunha-se a melhorar as relações bilaterais. Na CMBEU, M. Eisenhower recebeu de Merwin Bohan e Ary Torres um relatório sobre os problemas estruturais e as limitações conjunturais da economia brasileira, embora se ressalvasse o aspecto não-inflacionário do programa e a capacidade da balança de pagamentos. Nesse mesmo documento se reivindicou maior cooperação dos EUA, chamando atenção ainda para o esforço de colaboração político-militar brasileiro. (OA 53.07.18)

Mais tarde, em audiência com Vargas, Rao, Aranha e Sarmanho, Eisenhower declarou implicitamente a incapacidade dos EUA para fornecer grandes empréstimos através do EXIMBANK por causa das pressões que provocariam sobre a dívida pública interna americana. Todavia propôs a Vargas tentar superar o desentendimento com o BIRD, pelo que nenhuma objeção lhe foi feita.

---

<sup>12</sup> De acordo com Aranha, este programa permitiria: a) atender à defesa do cruzeiro; b) a normalização das importações dos artigos e matérias-primas essenciais; c) a concretização de nossa política de produzir petróleo (cinco anos); d) ao fomento da produção, com uma revisão automática de nossa política cambial.

Da visita de Milton Eisenhower ao Brasil pouco se pôde esperar para a melhoria nas relações bilaterais, apesar de se acreditar que o presidente norte-americano se preocupava com a situação econômica da América Latina e quisesse revigorar as relações com o continente. (OA 53.02.03/1 e OA 53.08.04)

A partir de então, a CMBEU deixou de desempenhar qualquer papel no relacionamento entre os dois países. Em setembro, os EUA aceitaram ainda um pedido de prorrogação até 31 de dezembro do término da Comissão. Nos últimos meses do ano, o BIRD finalmente enviou um representante permanente para o Brasil, e concedeu US\$ 41 milhões para mais três projetos.

Nos círculos financeiros dos EUA as mudanças na política econômica efetuadas por Oswaldo Aranha causaram impacto. Em outubro de 1953, o governo anunciou um novo programa de estabilização econômica (Plano Aranha), cuja principal medida foi expressa pela Instrução 70 da SUMOC.

Pretendia-se uma modificação significativa no sistema de câmbio, substituindo o regime de licenciamento pelo da licitação das cambiais em Bolsa. As importações eram feitas pelo câmbio oficial de Cr\$ 18,72, mas para obter licença o importador deveria adquirir as divisas em leilões na Bolsa de Valores, pagando ágios com valores mínimos fixados segundo a essencialidade dos bens importados, agrupados em cinco categorias.

O controle das importações passou a vigorar através dos preços e o ágio mínimo variava de Cr\$ 17,00 para a 1ª até Cr\$ 100,00 para a 5ª categoria, mantendo-se com o novo sistema a proteção da indústria nacional. Embora provisório, este sistema representou uma fonte importante de receitas para o governo, elevando os custos internos de muitos produtos importados e impulsionando a substituição de importações. (OA 53.11.00/2) Significou ademais uma alteração fundamental na correlação de forças internas, uma vez que a medida privilegiou os setores industriais liderados pelos paulistas, em detrimento do setor comercial.

A iniciativa do Ministro da Fazenda teve forte impacto nos meios oficiais norte-americanos, conforme observou o

embaixador brasileiro João Carlos Muniz: “a reação era quase de entusiasmo pelas medidas”. (OA 53.08.04)

Oswaldo Aranha manteve-se crítico ao tratamento dispensado ao Brasil no caso do empréstimo de 300 milhões de dólares para quitação dos atrasados comerciais e das solicitações de financiamento aos projetos da CMBEU, ganhando o apoio dos círculos privados que se opunham ao Departamento de Estado em sua aproximação com o presidente argentino Juan Perón.

Enquanto a Argentina antes mesmo de ter dado provas concretas de mudança de atitude em relação aos EUA, recebeu US\$ 120 milhões, com prazos de resgate ditados segundo sua conveniência, o Brasil que se manteve cooperativo com Washington era tratado com desconfiança e descrédito.

Ao final de 1953, o desgaste nas relações entre os dois países era bastante acentuado, tendo a CMBEU encerrado oficialmente suas atividades em 21 de dezembro desse ano.

Ainda assim, a CMBEU, em acordo com o Plano de Reparelhamento Econômico, elaborou 41 projetos individuais no total aproximado de Cr\$ 24,5 bilhões, dos quais Cr\$ 14 bilhões seriam financiados em cruzeiros pelos governos federal e estadual, e os outros Cr\$ 10,5 bilhões, equivalentes a US\$ 395 milhões (Cr\$ 26,25 x 1 US\$), seriam concedidos pelo BIRD ou pelo EXIMBANK (OA Brasil/USA).

Apesar de elaborados os projetos e estimados seus custos de execução, o BIRD e o EXIMBANK financiaram quinze deles no valor de US\$ 181 milhões entre 1952 e 1953. O restante ficou pendente. Segue abaixo a distribuição dos projetos quanto aos segmentos econômicos:

**Projetos da CMBEU por setor econômico  
(Em milhares de US\$ e Cr\$)  
Custos dos projetos**

Setor	N. de Projeto	US\$	Cr\$
Estradas de Ferro	17	150 544	7 720 229
Energia Elétrica	9	130 176	4 601 011
Estradas de Rodagem	2	6 661	-
Postos	4	37 812	540 117
Navegação	4	29 147	606 325
Agricultura	3	27 125	206 000
Industria	2	13 860	392 000
Total	41	395 325	14 065 682

**Fonte:** CMBEU, Relatório Geral – Tomo II, 1954, quadro I.

---

### **Considerações Finais**

A crise nas relações bilaterais Brasil – Estados Unidos ao final de 1953, fortalecida pelo desgaste nas negociações da CMBEU, esteve além desse episódio específico. A CMBEU foi a expressão mais imediata dessa crise. Muitas foram as insinuações dos coevos opositores de Vargas e descontentes com os resultados das relações americano-brasileiras de que a CMBEU não tinha finalidade econômica nem técnica, mas que fora sobretudo um instrumento para amainar a crise crescente nas relações entre Brasil e EUA, agravada no imediato pós-guerra. Na realidade, os desencontros e as dificuldades encontradas para o ajustamento de propostas feitas pela Comissão tanto por parte do Brasil como

dos EUA resultaram fundamentalmente de uma divergência de perspectivas quanto à cooperação bilateral, vale dizer:

[...] a Comissão Mista trará embutida, desde o início, um ambigüidade. Os norte-americanos tinham em mira um esforço de investimento infra-estrutural, no espírito do que estava propondo a países desenvolvidos o BIRD, ao passo que o governo Vargas pretendia tirar proveito da nova conjuntura para obter dos Estados Unidos uma ajuda mais abrangente e flexível (Furtado, 1997:266).

Em outras palavras, no âmago de negociações truncadas em torno da CMBEU repousava uma contradição central presente nas relações Brasil – EUA na primeira metade dos anos 50: a implantação de um projeto estatizante de Vargas implicava a dependência “da obtenção de recursos contingentes de uma barganha internacional em que os interlocutores controlavam a liberação de recursos exatamente para favorecer um projeto privatista” (Bastos, 2001: 477).

Nesse sentido, a rejeição do governo norte-americano às reivindicações da diplomacia brasileira pelo financiamento externo público foi uma constante nesses anos. Apenas quando a Guerra da Coréia eclodiu em 1950, e os EUA necessitavam de materiais estratégicos e apoio militar do continente, a CMBEU prevista no *Ponto IV* de Truman começaria a tomar forma e as promessas de financiamento passariam ser efetivamente consideradas (Rabe, 1988).

Em 1952, último ano do governo Truman, o conflito coreano começara a arrefecer e o Brasil já havia dado sua contribuição *antecipada* no fornecimento de minerais estratégicos. Soma-se a isso a descoberta de outras reservas minerais pelo mundo. A partir desse momento, o governo americano passou a exigir que o Brasil começasse a honrar sua parcela no financiamento dos projetos elaborados pela CMBEU e que definisse políticas de controle do crescente déficit comercial externo. Além de questões geoestratégicas vinculadas mais

diretamente ao lugar ocupado por cada país na nova ordem política e econômica internacional emergente do pós-guerra, obstáculos e dificuldades institucionais e econômicas também contribuíram decisivamente para o término da CMBEU. Nas palavras de Sérgio Besserman Vianna (1987:87-88):

De fato, as causas decisivas foram (1) a mudança de governo nos Estados Unidos; (2) a tentativa do Banco Mundial de exercer uma função tutorial sobre a política econômica dos países demandantes de crédito, assim como o conflito entre essa instituição e o EXIMBANK, com inevitáveis reflexos sobre os países da América Latina, em particular o Brasil; (3) o colapso cambial do país, que forneceu maturação e pretexto para a mudança de atitude do Banco Mundial.

Vargas e seus ministros estavam cientes da oportunidade transitória que a Guerra da Coreia oferecia para a barganha com os EUA. O Brasil deveria correr contra o tempo. Com o fim do conflito asiático em 1953, o poder de barganha brasileiro se enfraqueceu ao mesmo tempo em que na política doméstica a oposição ganhava força. O fracasso político e econômico que representou a CMBEU, embora não eliminasse as possibilidades de financiamento dos projetos de industrialização do governo Vargas, contribuiu para fragilizar ainda mais sua precária base de sustentação política.

Por outro lado, apesar de frustradas as expectativas do governo brasileiro quanto ao montante de financiamento recebido das instituições multilaterais de crédito<sup>13</sup>, é necessário reconhecer a importância da CMBEU para a economia brasileira.

---

<sup>13</sup> O Banco Mundial forneceu créditos ao Brasil, entre 1951 e 1954, no valor de US\$104 milhões de dólares. No período de 1949-1954, o Brasil teria recebido dessa instituição recursos no valor de US\$ 194 milhões, dos quais, somente a Light couberam US\$ 105 milhões (Leopoldi, 1994: 168). Apesar da crescente frustração brasileira diante das perspectivas de financiamento

Em primeiro lugar, a CMBEU, diferentemente das missões anteriores (Missão Cooke e Missão Abbink), surgiu amparada pela disposição norte-americana de financiar projetos de desenvolvimento econômico no país, ou seja, visava a resultados mais práticos na cooperação bilateral, representando “um marco na história do desenvolvimento econômico brasileiro” (Lopes, 2009: 96). Na avaliação de Pedro S. Malan (1997:62):

Em primeiro lugar, [...], a decisão de criar a comissão, nos termos referidos, constituiu uma drástica – embora temporária – mudança em relação à posição oficial norte-americana desde o pós-guerra. Em segundo, porque apresentou talvez o mais abrangente diagnóstico contemporâneo sobre a economia brasileira em seu conjunto, com análises particularmente interessantes não dogmáticas sobre os problemas recorrentes de inflação e, especialmente, do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Em terceiro lugar, porque de suas análises de projetos – e em parte da necessidade de administrar o financiamento externo esperado através de uma instituição “independente” da burocracia convencional – surgiu a idéia da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que viria a desempenhar um papel fundamental – que se projeta até o presente – na diversificação da estrutura industrial e na expansão da infra-estrutura produtiva da economia brasileira.

À CMBEU se estabeleceu o objetivo de elaborar projetos *específicos* de infra-estrutura, ligados ao setor de transporte e

---

externo norte-americano, os investimentos privados dos EUA no Brasil destacavam-se no mundo: entre 1949 e 1954, os investimentos líquidos daquele país no Brasil representavam 53% do total em manufatura na América Latina e 17% do total mundial (Vianna, 1987: 67).

energia, para os quais se pleiteava financiamentos provenientes do BIRD e do EXIMBANK. Tais características não permitem confundi-la com o projeto de desenvolvimento nacional, voltado para a valorização global do país, integrando a questão social e a industrialização pesada (Draibe, 1985; Oliveira, 1989). Contudo, a CMBEU “[...] operou como catalisador para induzir o governo Vargas a definir, antes mesmo da posse, uma política de industrialização” (Furtado, 1997:267).

Pelo fato mesmo de o governo Vargas defender um projeto de desenvolvimento *associado* ao capital estrangeiro, coordenado e gerido pelo Estado, sua coexistência (representado sobretudo pela Assessoria Econômica) com a CMBEU se dava pela complementaridade de atribuições. Como assinalou Rômulo de Almeida (2004: 131), “mas havia entre os dois segmentos da administração econômica de Vargas um certo entendimento, não havia conflito”. Certamente a CMBEU muito contribuiu para o planejamento econômico brasileiro, deixando um legado técnico e institucional que perdura no tempo. Contudo, seu encerramento além de evidenciar uma situação de crise nas relações entre Brasil e EUA, explicitou o caráter assimétrico das conversações entre ambos, e a postura unilateral do regionalismo norte-americano para a América Latina do pós-guerra.

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Rômulo de. A política econômica do segundo governo Vargas. In: *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2.<sup>a</sup> ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2004
- BASTOS, Pedro P. Z. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas. 2001
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. 1996. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996

- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- COHN, Gabriel. 1968. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel. 1994
- CRUZ, Adelina M. A. Novaes. et. al. (Org.). *Impasse na democracia brasileira, 1951-1955: textos e documentos*. Rio de Janeiro: FGV. 1983
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática. 1992
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada (Obra Autobiográfica)*. São Paulo: Paz e Terra. 1997
- GV. *Arquivo Getúlio Vargas*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV.
- HILTON, Stanley E. "The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship". *The Journal of American History*, v. 68, n.º 3, Dec., p. 599-624. 1981
- HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 1990
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971
- LEOPOLDI, Maria A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In GOMES, Ângela de C. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994
- LOPES, Márcio Augusto F. *O fracasso da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Dissertação de Mestrado em Economia Política, PUC/SP. 2009
- MALAN, Pedro Sampaio. et. al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1997

- OA. *Arquivo Oswaldo Aranha*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graal. 1989
- RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin American: the foreign policy of Anti-communism*. University of North Carolina Press. 1988
- SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERA, Rui G. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2.<sup>a</sup> ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2004
- VARGAS, Getúlio. *O Governo Trabalhista no Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1954
- \_\_\_\_\_. *O Governo Trabalhista do Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1969
- VIANA, Márcia Maria D'Avila. *A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos no contexto do II Vargas*. Dissertação de mestrado em Economia, Unb. 1980
- VIANNA, Sérgio Besserra. *A política econômica do segundo governo Vargas (1951 – 1954)*. Rio de Janeiro: BNDES. 1987
- \_\_\_\_\_. *Duas tentativas de estabilização: 1951-1954*. In ABREU, M. de P. (Org.) *A Ordem do Progresso – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989*. Rio de Janeiro: Campus. 1989
- WEISS, Michael. “A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e o mito da ‘relação especial’”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, IBRI, v. 29, n.º 115-116. 1986

## O ESTADO DAS COISAS NO DEBATE ENTRE REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO

*Luiz Gustavo da Cunha de Souza*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo visa dois objetivos em quatro fases: após uma breve introdução sobre a emergência de conflitos por reconhecimento, serão apresentadas as leituras e reconstruções que Nancy Fraser e Axel Honneth fazem desta situação para que, por fim, sejam apontadas direções no debate entre os modelos teóricos destes dois autores, respectivamente da redistribuição e do reconhecimento. Assim, espera-se contribuir tanto para o movimento de situar o debate entre Fraser e Honneth quanto para apontar direções para onde se dirige a teoria social contemporânea.

**Palavras Chave:** Redistribuição; reconhecimento; teoria social contemporânea; Axel Honneth; Nancy Fraser.

**Abstract:** This article tries to present a brief reconstruction of the debate between Nancy Fraser and her theory of redistribution and Axel Honneth and his theory of recognition. Four steps shall be taken, the first of which is an introduction for the theme of the struggles for recognition. After this, understandings of both Fraser and Honneth about this situation must be separately taken, so that, as a conclusion for the article, the directions for the reconstruction of a Critical Social Theory could emerge from this confrontation of their models. Thus it could be that the work of situating the debate itself runs together with the attempt to set direction for the research on the question of redistribution and recognition.

**Keywords:** Redistribution; recognition; contemporary social theory, Axel Honneth; Nancy Fraser.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNICAMP.

### **Introdução**

O debate entre redistribuição e reconhecimento nas ciências sociais não começa com a publicação do livro conjunto de Nancy Fraser e Axel Honneth (Fraser and Honneth, 2003) e nem com as primeiras publicações destes autores, mas é parte de um giro em direção à análise de mudanças políticas e sociais ocorridas já no final da década de 1960 (Isin and Wood, 1999, Seidman and Alexander, 2001). Como afirmam Engin F. Isin e Patricia K. Wood, neste período surgem lutas sociais que não colocavam a conquista da redistribuição e da igualdade materiais entre seus princípios e, por isso, aparecem como um questionamento diferente aos fundamentos do capitalismo e da democracia, pois afirmavam que sob os discursos da cidadania universal e igualdade perante a lei subsistiam formas sistêmicas de marginalização e desrespeito. Estes movimentos representavam demandas descentralizadas frente ao sindicalismo clássico e abriram espaço para grupos identitários tais quais as feministas, os homossexuais ou os ambientalistas, entre outros, como atores sociais. Isso leva ao que Steven Seidman e Jeffrey C. Alexander chamam de um movimento da teoria social em direção a um pós-fundacionalismo, onde as teorias sociais baseadas em pressupostos centralizados, como é o caso da igualdade econômica, são colocadas em questão. Se, por um lado, o surgimento de movimentos contestatórios de um novo tipo demandava novas explicações, por outro lado, porém, estas explicações deveriam procurar oferecer novos paradigmas normativos baseados nestas formas de contestação.

Neste contexto, então, as teorias sobre as políticas da diferença e o multiculturalismo começam a aparecer, tendo em Charles Taylor, já na década de 1990, seu primeiro grande expoente. Sua preocupação principal é a análise e explicação das mudanças por que passava o quadro institucional das sociedades modernas, as demandas feitas por movimentos contestatórios a este quadro e, conseqüentemente, os novos problemas colocados às ciências sociais<sup>2</sup>. Entre estes, alguns

---

<sup>2</sup> A este respeito os livros editados por Willett, *Theorizing multiculturalism*, e por Seidman e Alexander *The new social theory reader* são instrutivos sobre

pretenderam aproximar-se do modelo crítico de Jürgen Habermas, o que os coloca em diálogo também com a idéia de uma teoria crítica da sociedade capitalista, onde as questões das lutas sociais colocam em pauta não apenas novos modelos institucionais dentro da sociedade capitalista, mas também a possibilidade de sua superação. Esta orientação para a emancipação na análise destas lutas é o que caracteriza, por exemplo, os trabalhos de Fraser e Honneth, que explicitamente disputam esta herança crítica, mas não é exclusividade destes autores.

Esta orientação para a emancipação pode ser observada no trabalho de Iris Marion Young, *Justice and the politics of difference*, de 1990, que defende que, em função das demandas dos novos movimentos, é o próprio paradigma de justiça que deve ser repensado. Assim, como afirma Cynthia Willett, a teorização do capitalismo contemporâneo, uma vez aceita a marca do multiculturalismo, deve tomar a multiplicidade de perspectivas oferecidas por estes movimentos de contestação como um contraponto à narrativa singular clássica que caracterizou a filosofia moderna (Willett, 1998), que é aquela que aponta para a igualdade material como o paradigma de justiça. À crítica de Habermas ao paradigma do trabalho (Habermas, 1968, 1984) é, então, adicionada a proposição de que o paradigma comunicativo seja também o da integração social da diferença ao invés da igualdade homogeneizada. Neste movimento, o modelo de Young para um paradigma renovado de justiça que inclua demandas que ultrapassem as condições materiais de bem estar e adentrem o campo do respeito pela diferença aparece como uma forma de caracterizar as sociedades modernas como uma ordem social em que a injustiça opera tanto ao nível da desigualdade material quanto ao nível da desigualdade simbólica. Em seus escritos,

---

a abrangência do debate levantado por estes novos movimentos reivindicativos, pois se tratam, nos dois casos, de coletâneas que pretendem oferecer visões de diferentes áreas da pesquisa social sobre o problema do multiculturalismo (caso do livro de Willett) ou sobre o problema do

porém, a questão ainda é atrelada à discussão sobre as políticas de resguardo e respeito à diferença, isto é, as lutas sociais daqueles movimentos surgidos na década de 1960 são tratadas por ela como reivindicações por direitos políticos e sociais.

Contudo, com a entrada de Nancy Fraser e Axel Honneth no debate sobre as formas de contestação no capitalismo tardio, a questão originalmente proposta por Young sobre a revisão do paradigma de justiça é aprofundada e colocada ao lado da questão sobre a possível concorrência entre as lutas por reconhecimento e redistribuição. Isto porque Fraser e Honneth compartilham de um diagnóstico de tempo que remete, novamente, ao modelo habermasiano do esgotamento do paradigma do trabalho (Fraser and Honneth, 2003), mas buscam soluções diferentes para a sua atualização, que culminam no debate realizado por eles sobre a melhor alternativa para uma análise da sociedade contemporânea na tradição da Teoria Crítica da sociedade, se através de um paradigma da participação política igualitária ou de um paradigma unificado de reconhecimento.

As questões sobre a revisão do paradigma de justiça e sobre a possível concorrência entre redistribuição e reconhecimento, então, poderiam ser enquadradas como faces do debate sobre o potencial normativo da idéia de reconhecimento e sua relação com as lutas tradicionais por redistribuição<sup>3</sup>. Desta forma, em um primeiro momento, como colocado por Barbara Hobson (Hobson, 2003), não se trata tanto de apontar para a concorrência entre estas duas formas de reivindicações quanto de procurar as

---

multiculturalismo (caso do livro de Willett) ou sobre as mudanças vividas pela teoria social desde o final dos anos 1960 (caso do livro de Seidman e Alexander).

<sup>3</sup> Poderiam também ser caracterizadas como etapas da discussão, por meio de uma hierarquização segundo a qual primeiro – inclusive por sua precedência histórica – seriam situadas as intervenções que dizem respeito à disputa entre políticas de reconhecimento *versus* políticas de redistribuição, seguida pela situação das questões relativas à construção filosóficas do paradigma do reconhecimento e, finalmente, do embate normativo entre os conceitos de redistribuição e reconhecimento. Por mais,

formas como ambas se interrelacionam, dado que a grande novidade representada pelos movimentos sociais que lutam por reconhecimento leva à necessidade de reformular as ferramentas analíticas para entendê-los; assim, a necessidade de esclarecimento sobre os conceitos de redistribuição e reconhecimento, seu potencial normativo e suas limitações fica explícita e apenas como um passo final a comparação entre os dois paradigmas como alternativas para a reconstrução de uma Teoria Crítica da sociedade e para a representação da justiça poderia ser analisada, ou seja, não se trata de tomar as lutas por reconhecimento como antípodas às lutas clássicas por justiça distributiva, mas de analisar a validade dos conceitos normativos de redistribuição e reconhecimento em suas versões apresentadas por Fraser e Honneth. Este trabalho deve levar em conta, pois, que outros autores que contribuem para o tema não necessariamente participam deste debate que foi aqui caracterizado em sua forma ampla. Pelo contrário, esta participação pode ser feita exatamente da forma oposta por meio da intervenção em apenas uma das faces, pela colocação de novas questões ou mesmo pelo debate com apenas um dos participantes e suas idéias. Por isso, esta caracterização do estado do debate entre redistribuição e reconhecimento deve ser entendida como um empreendimento organizativo, já que não visa esgotar as questões levantadas em suas diferentes faces. Além disso, por meio deste mapeamento das questões levantadas nos diálogos e críticas que se seguem pretende-se identificar os temas centrais do debate, e, ao mesmo tempo, ajudar na estruturação e sistematização daquela questão inicial sobre o potencial crítico normativo dos paradigmas de redistribuição e reconhecimento.

---

porém, que esta hierarquização temporal não pareça errada, o fato de que não é possível realizá-la para os dois primeiros tópicos (políticas de reconhecimento *versus* políticas de redistribuição e o que, afinal, é reconhecimento?) parece sugerir que tratá-las como faces do debate talvez seja mais apropriado.

Este texto pretende, então, realizar uma exposição crítica dos conceitos de redistribuição (I) e reconhecimento (II), seguida por um apontamento sobre qual é o estado atual do debate (III) e concluir com um comentário sobre as potencialidades que parecem mais promissoras após este percurso (IV). Como já dito, não se trata de esgotar o tema, mas de situá-lo no âmbito da teoria social contemporânea. Com isso, espera-se também oferecer um esclarecimento sobre a importância do debate entre Fraser e Honneth tanto para a análise do capitalismo tardio quanto para a reconstrução da Teoria Crítica.

---

### **I: O paradigma material da redistribuição**

No que diz respeito àquilo que foi caracterizado como a primeira das faces do debate, a emergência de novos movimentos e demandas como formas de contestação e sua possível tendência à substituição dos movimentos voltados à distribuição material, a participação de Fraser em debates foi claramente maior do que a de Honneth, inclusive por meio de diálogos, por exemplo, com Iris M. Young, Judith Butler e Anne Phillips<sup>4</sup>. Nestes, a questão central pode ser identificada como se referindo a um argumento levantado por Fraser em um texto de 1995, "From redistribution to recognition? Dilemmas of Justice in a "Post-socialist" age" (Fraser, 2001). Ali, a autora expressa seu temor de que as demandas por reconhecimento venham a substituir as demandas por justiça material que, em sua visão, ainda estão no centro do debate sobre a justiça social, lembrando inclusive que a emergência destes movimentos deu-se em uma infeliz coincidência com o recrudescimento dos governos de direita no continente europeu e os ataques que desmantelaram o Estado social naquele continente. Em resposta, Young (Young, 1998) defende a visão de que estes movimentos por reconhecimento também estão preocupados com as demandas materiais passíveis de ser

---

<sup>4</sup> Ver Fraser 2008.

alcançadas, sendo a própria separação entre lutas de cunho material e lutas de cunho cultural uma forma de reducionismo que poderia ser evitada por meio daquilo que ela chama de pluralização das categorias, impedindo assim que as lutas fossem vistas como fins em si mesmos e prisioneiras de categorias estáticas – por mais, vale dizer, que Fraser, a autora da separação entre lutas materiais e lutas culturais, frise que esta é uma distinção puramente analítica. Por isso, diz Young, ao invés de separar rigidamente questões de economia e cultura seria mais apropriado

conceitualizar questões de justiça envolvendo reconhecimento e identidade como possuindo inevitáveis fontes e consequências materiais sem, com isso, serem redutíveis a dinâmicas de mercado ou exploração e privação econômicas<sup>5</sup>

Esta perspectiva é chamada por Young de “materialismo cultural” (Young, 1998) e pretende superar, resguardando o valor das lutas por reconhecimento e suas políticas, a distinção entre políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição. Fraser, no entanto, argumenta que, com sua distinção entre políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento, ela procurara justamente mostrar que é possível haver políticas dos dois tipos e que a separação entre ambas é uma falsa antítese afirmada exatamente na política pós-socialista, em que o valor normativo da idéia de redistribuição – entendida em seu sentido mais amplo, relacionado à justiça – perde sua força. Desta maneira, ela pretende responder a Young afirmando que seu esforço visa, antes,

---

<sup>5</sup>Young, 1998, p. 58, traduzido de: “to conceptualize issues of justice involving recognition and identity as having inevitably material economic sources and consequences, without thereby being reducible to market dynamics or economic exploitation and deprivation”.

rearticular os paradigmas de reconhecimento e redistribuição em uma noção ampla de justiça participativa. No lugar de uma separação entre movimentos culturais e movimentos redistributivos, portanto, ficaria um dualismo perspectivista que iluminaria as dimensões que compõem a luta social (Fraser, 1998) e seria posteriormente desenvolvido sob a forma do princípio unificado de paridade de participação (Fraser, 2003a, 2003b). Ou seja, Fraser deseja tomar a distinção analítica entre redistribuição e reconhecimento como ponto de partida para a formulação de um conceito de justiça em que ambos sejam reintegrados sob a forma de dimensões políticas.

Mesmo que analítica, contudo, sua distinção é motivo de crítica: para Christopher Zurn (Zurn, 2003), sem um modelo que leve em conta o reconhecimento como uma fonte específica de injustiça, perde-se o ponto de originalidade das reivindicações destes movimentos, que é o sentimento de sofrimento moral em oposição ou ao lado do sentimento de desigualdade social, isto é, o sentimento de que a socialização do indivíduo em um determinado grupo não é vista como bem vinda, ainda que ele seja parte deste grupo. Zurn, então, entende que a tentativa de Fraser de preservar a dimensão material das demandas sociais deixa de lado a noção de que sentimentos de sofrimento de injustiça não são separados de sentimentos morais. O modelo dual-perspectivista, então, não seria, seguindo as indicações de Zurn, capaz de incluir em seu núcleo analítico o ponto específico de diferenciação entre os paradigmas de justiça do trabalho e dos movimentos identitários. Apesar de diagnosticar uma era “pós-socialista”, e, por isso, construir um paradigma amplo de justiça que inclui as dimensões da redistribuição e do reconhecimento, Fraser não abandona completamente, em seu dualismo perspectivista, aquele primeiro paradigma. Esta situação fica clara em sua afirmação de que o que deve ser reconhecido não é a diferença dos participantes, mas seu *status* universal de seres humanos (Fraser, 2007). Neste modelo refinado, ela mantém o dualismo perspectivista como o método teórico, mas propõe que a paridade de participação em espaços públicos de tomada de

decisões signifique a garantia de respeito tanto material, com condições dignas de participação, quanto simbólico, com garantias de respeito à pessoa individual. Segundo Lawrence Blum (Blum, 1998), esta manutenção, por parte de Fraser, da preocupação com o aspecto político e econômico das desigualdades, que não poderia ser reduzido a uma teoria da diferença, é positivo, mas ela também corre o risco de deixar de lado a realização de idéia de reconhecimento em favor de um conceito vago de igualdade de participação – que é, enfim, a leitura de Blum sobre a proposta de paridade participativa com reconhecimento do *status*. Ambas as críticas revelam, pois, que o modelo de Fraser revela-se insatisfatório como resposta às questões colocadas pelas lutas por reconhecimento, entendidas como afirmações da necessidade de integrar socialmente diferentes grupos, a despeito desta construção teórica manter como pontos positivos, por um lado, atenção às demandas materiais e, por outro, um sólido ancoramento empírico nas experiências de mobilizações tornadas públicas e na sua forma de superação por meio das garantias de participação igualitária.

Estas limitações, no entanto, ganham especial relevância em vista da afirmação de Engin e Wood de que entender os direitos de cidadania em termos de direito a uma identidade ao invés de direito ao *status* de cidadão altera tanto o conceito de cidadania quanto a concepção corrente sobre os meios de obtê-la e suas formas (Engin e Wood, 1999). Nesta mesma linha, Hobson (Hobson, 2003) entende que as formas de contestação que demandam reconhecimento partem do ponto implícito de que, além de infligir sofrimento, as formas de desrespeito e sub-reconhecimento são também formas de opressão social e demandam tratamento tão sério quanto todas as formas de desvalorização do sujeito. Para isso o foco analítico deve ser alterado dos direitos propriamente ditos para as demandas por direitos, do quadro institucional para a sua crítica (Engin e Wood, 1999).

Hobson, aliás, faz uma importante ressalva na introdução do livro *Recognition struggles and social movements*<sup>6</sup>: enquanto os teóricos dos movimentos sociais têm por preocupação primordial a ação social e suas implicações na política institucional, a teorização das lutas por reconhecimento é, antes de mais nada, uma teorização com aspectos normativos (Hobson, 2003). Isso significa que, em sua visão, enquanto os movimentos sociais teriam por objetivo estabelecer relações com o quadro político de uma sociedade, os movimentos por reconhecimento visariam alterar este quadro. No caso da teoria social de Fraser, então, não seria exagerado falar de um déficit normativo em favor de um maior aprofundamento da análise dos movimentos contestatórios.

---

## II: O paradigma moral do reconhecimento

Quanto às teorias que lidam com o reconhecimento, entretanto, Hobson apresenta outra ressalva: mesmo tendo notado que a formação da identidade é um ponto central para as lutas sociais, estes teóricos não conseguem apontar com a necessária clareza para a importância do contexto institucional na formação dos movimentos contestatórios (Hobson, 2003). Se, então, os teóricos que fundamentam seus modelos em aspectos mais empíricos perdem de vista a importância normativa do processo de formação da personalidade e os teóricos do reconhecimento acabam preocupando-se mais com a alateiração do quadro institucional da sociedade do que com o surgimento dos movimentos, Honneth pretende contribuir para o debate a

---

<sup>6</sup> Este trabalho, a propósito, reúne diferentes artigos sobre pesquisas empíricas que são resultado de um grupo de pesquisas conduzido por Barbara Hobson e que oferece um panorama das políticas, demandas e lutas por reconhecimento em diferentes lugares e com relação a diferentes temas, precedidas por um artigo teórico de Fraser e seguidas por um epílogo de Anne Phillips. Infelizmente, também aqui a questão de um aprofundamento normativo sobre o conceito de reconhecimento não é realizada a contento.

partir de uma proposta em que a análise “gramática moral dos conflitos sociais” forneça elementos de superação tanto do déficit normativo quanto do déficit sociológico destes modelos e, ao mesmo tempo, supere as limitações que ele identifica nos modelos de Teoria Crítica anteriores.

Segundo Hobson, as lutas por reconhecimento não diriam respeito somente a um processo de relação consigo mesmo em que o não atendimento das expectativas normativas do sujeito o levaria ao sofrimento e à luta para alterar esta situação, conforme ela entende a explicação de Honneth. Para ela, o movimento que ele vê como posterior, a articulação do sofrimento ao nível social, já faz parte da luta por reconhecimento de maneira indivisível, sendo o momento de sua articulação contestatória das normas institucionalizadas<sup>7</sup>. Em outras palavras, com esta crítica Hobson afirma que aquilo que Honneth vê como um processo formativo ela entende que seja uma expressão de contestação a padrões de denegação e sub-valorização da identidade de um sujeito. Esta visão, que pretende desenfaturar a idéia de reconhecimento como padrão normativo de justiça, é compartilhada por Anne Phillips (Phillips, 2003), para quem a necessidade do reconhecimento e sua importância como uma esfera na qual o indivíduo deve sentir que recebe tratamento justo e igualitário é um imperativo, ao passo que as lutas por reconhecimento dizem respeito antes à capacidade dos grupos que as realizam de serem ouvidos do que à dignidade e atenção às suas particularidades (Phillips, 2003). Estes comentários de Hobson e Phillips, que procuram valorizar as lutas por reconhecimento frente ao modelo de Fraser, ainda

---

<sup>7</sup> A este respeito vale a nota de que, no entendimento de Honneth, o processo de articulação social da busca do reconhecimento em uma luta coletiva é diferente da idéia pura de reconhecimento mas é também um processo necessariamente presente na formação bem sucedida dos sujeitos que passaram por experiências de desrespeito, isto é, a luta precisa estar junto com o reconhecimento, pois do contrário este poderia ser um modelo ahistórico em que seu conteúdo de reconhecimento é previamente dado. Ver Souza, 2009.

não apontam, porém, com firmeza para parâmetros normativos que vão além de uma democracia participativa que respeite os direitos grupais, algo que a própria Fraser já fizera. Neste sentido não respondem à questão de Young sobre como se constituiria um paradigma de justiça preocupado com a inclusão das lutas por reconhecimento; também não avançam para além da distinção analítica de Fraser e sua preocupação com a forma de resolver e integrar as demandas por redistribuição e reconhecimento; e, por fim, indicam um possível caminho de crítica a Honneth e sua tentativa de construir um novo paradigma de justiça baseado no reconhecimento e não na democracia<sup>8</sup>, mas também não vão além da indicação.

Neste sentido, a construção de um paradigma em que a justiça remeta tanto às esferas de vida social quanto à integridade da personalidade é o que Honneth (Honneth 2003a, 2007) tenta fazer. Esta tentativa, porém, não abre mão de uma herança crítica quanto às questões imanência e transcendência, referente à primeira geração de teóricos críticos, cujo autor central é Max Horkheimer e seus trabalhos da década de 1930; ao mesmo tempo, Honneth não abandona o movimento de refundação da Teoria Crítica realizado por Habermas, em que o espaço moral pré-teórico de ação, que é onde se encontraria o espaço da crítica, deve ser buscado no processo intersubjetivo de socialização. Assim, sua pretensão, segundo Zurn (Zurn, 2005) é

---

<sup>8</sup> Na terceira parte de seu *Luta por reconhecimento* (2003), Honneth propõe a idéia de uma revisão dos parâmetros de avaliação histórica. Em vista dos modelos aqui defendidos por Phillips e também por Maclure (2003) fica mais nítida a importância daquele movimento para sua tese: enquanto no caso destas autoras – e também de Fraser e muitos outros – a questão ainda é encontrar uma forma de melhor e mais justo funcionamento da democracia, no modelo de Honneth o funcionamento democrático não é a finalidade explícita, mas sim uma sociedade baseada na eticidade e no respeito pela diferença – cujo procedimento parece ser, de qualquer forma, um modelo democrático-comunicativo inspirado em Habermas.

renovar a crítica aos padrões distributivos do capitalismo por meio de um ponto de partida normativo implícito em experiências cotidianas: reações a violações de relações apropriadas de reconhecimento intersubjetivo<sup>9</sup>

Em consonância com esta definição de Zurn, Jean-Philippe Deranty (Deranty, 2005) afirma que a idéia mesma de uma “ética do reconhecimento” representa um potencial, frequentemente subvalorizado, de crítica política e social porque está atenta ao fato de que a reprodução da vida social se dá por meio de parâmetros normativos que permitem a realização bem sucedida da vida dos membros de uma sociedade e que estes membros podem relacionar-se com estes parâmetros também de modo negativo, a partir de privações e desrespeito.

O modelo da teoria do reconhecimento de Honneth, então, busca na “gramática social dos conflitos sociais” este potencial observado por Deranty, localizando ali expectativas de reconhecimento e padrões de desrespeito intersubjetivos que remetem a normas de sociabilidade – ou à ignorância destas normas (Honneth, 2003a). A teoria do reconhecimento lida, pois, com dois pontos de apoio para a construção de um modelo ao mesmo tempo imanente e transcendente: por um lado Honneth procura no processo de formação individual a construção de expectativas normativas sobre a personalidade dos sujeitos e por outro ele vê nas práticas de desrespeito a estas expectativas o combustível à crítica das formas de socialização existentes<sup>10</sup>. Ou seja, o momento de imanência de sua teoria se encontra nas

---

<sup>9</sup> Zurn, 2005, traduzido de “[the strategy is thus to] renew the critique of the distributive patterns of capitalism by means of a normative standpoint implicit in everyday experiences: reactions to violations of appropriate relations of intersubjective recognition.” (p. 90)

<sup>10</sup> Isto implica em uma diferença fundamental entre seu modelo teórico e o de Fraser: enquanto a norte-americana vê a sociedade capitalista como uma ordem de *status* com diferentes esferas, Honneth a entende como uma rede de relações intersubjetivas de reconhecimento.

práticas correntes de negação de reconhecimento, enquanto sua realização potencial representa o momento transcendente. Desta maneira, como ele argumenta em seu debate com Fraser (Honneth, 2003b), é possível a construção de uma estrutura analítica unificada, que ele chama de um “monismo normativo” (Honneth, 2003b e 2003c). Este monismo normativo seria uma alternativa à separação entre demandas materiais, culturais e de qualquer outro tipo. Para Honneth, um paradigma crítico baseado no processo de formação bem-sucedida da personalidade leva em conta os momentos de formação da autonomia individual, reconhecimento de valor universal da personalidade e estima pelas suas capacidades particulares, o quê, traduzido em termos de integração social significa que ele acredita que o modelo do reconhecimento não se limita à dimensão moral das lutas sociais, mas pretende oferecer, graças a este seu monismo, uma resposta unificada às dimensões de injustiça (Honneth, 2003a). Isso significa dizer que a separação analítica entre as lutas de acordo com suas demandas primordiais, como feita por Fraser, nem mesmo existe. No modelo do reconhecimento teorizado por Honneth mesmo a dimensão material da injustiça é constituída como uma forma de desrespeito.

Uma vez, portanto, que Honneth pretende teorizar o reconhecimento como um paradigma para o processo de formação bem sucedida da identidade e daí derivar um entendimento mais amplo sobre a idéia de justiça, os debates com sua proposta devem se preocupar com um tipo diferente de questão: a fundamentação de um conceito de reconhecimento que possa ocupar de modo consequente o espaço analítico destinado à crítica em uma teoria social. Se para a face anterior do debate, na qual Fraser se destacou, o tema central era a preocupação com os efeitos e conseqüências das lutas por reconhecimento, neste momento de debate, então, o que está em jogo é a validade ou não do conceito de reconhecimento como um paradigma crítico. Para isso devem ser levadas em conta suas duas dimensões, conforme teorizadas por Honneth: de um lado seu potencial crítico e do outro sua relação com a formação dos sujeitos e das lutas sociais.

Pensando sobre o potencial crítico deste modelo, Dieter Freundlieb (Freundlieb, 2000) observa na teoria do reconhecimento de Honneth não mais que uma extensão e um desenvolvimento daquilo que já está implícito no modelo de Habermas, que é o reconhecimento de parceiros autônomos e de sujeitos moralmente responsáveis como o fundamento da vida social. Para Freundlieb, a necessidade de reconhecimento identificada por Honneth é somente uma nova roupagem à noção habermasiana de transcendência intramundana. Além disso, ele questiona neste modelo a caracterização mesma da subjetividade como intersubjetivamente constituída. Diz ele que a recusa de Habermas e Honneth em adotar uma teoria da subjetividade em lugar da teoria da intersubjetividade atrapalharia o próprio intento de reconstruir a Teoria Crítica, pois uma fundamentação reflexiva da subjetividade poderia oferecer uma base mais sólida para aquela transcendência intramundana (Freundlieb, 2000). Neste caso, é o retorno à filosofia do sujeito no lugar da antropologia intersubjetiva do reconhecimento que é sugerido como uma alternativa para a reformulação normativa pretendida por Honneth: Freundlieb acredita que o reconhecimento não é capaz de fundamentar uma crítica da sociedade presente porque o projeto de transcendência não poderia ser solidamente ancorado em relações interpessoais, mas precisaria ser fundado em um movimento de reflexão, no qual o retorno ao sujeito de um sentimento de integridade, e não o sentimento de integridade no outro, é que funcionaria como parâmetro para a crítica imanente e para a proposição da transcendência. Esta visão, entretanto, vai de encontro à interpretação de Carl-Goran Heidegren (Heidegren, 2002), para quem a teoria do reconhecimento seria construída a partir de uma antropologia derivada da tipologia hegeliana do reconhecimento – constituída por amor, direitos e estima social. Isto significaria que uma teoria do reconhecimento como a de Honneth, menos que preocupar-se com questões multiculturais procuraria, por meio desta construção intersubjetiva, oferecer uma base crítica para a transcendência intramundana, exatamente ao contrário do que sugere

Freundlieb<sup>11</sup>. Segundo Heidegren, ao fundar o momento de transcendência nesta versão intersubjetiva da antropologia, Honneth não se preocupa primordialmente com a integração social da diferença e sim com a formulação de uma norma de sucesso para o desenvolvimento de sujeitos autônomos para a vida social.

Esta última afirmação, contudo, indica que Honneth, mesmo com a construção de um modelo normativo amplo o bastante para enfrentar de forma eficiente o princípio democrático participativo de Fraser, parece caminhar em direção contrária à teoria social: ao contrário do que ele se propusera ao lançar as bases de sua teoria, o momento de imanência de seu modelo aponta antes para a não realização do horizonte normativo de seu modelo do que para a gramática dos conflitos sociais, ou seja, a ênfase no momento da psicologia formativa da teoria do reconhecimento coloca é realizada ao custo da atenção ao nexu sociológico entre o desrespeito a este processo de formação e as lutas sociais. Assim, a gramática moral dos conflitos sociais parece atentar para as relações morais mas não para os conflitos sociais.

---

### III: O estado das coisas

O apontamento de críticas externas às concepções teóricas de Fraser e Honneth ajuda, então, a iluminar pontos importantes para a confrontação crítica destes dois paradigmas de reconstrução da idéia normativa de justiça, ou seja, da confrontação entre o modelo de Fraser e sua tentativa de incluir as demandas por reconhecimento em um paradigma clássico de justiça tornado

---

<sup>11</sup> Ranke (Ranke, 2005), porém, questiona qual o sentido que Honneth dá ao termo integridade pessoal e qual a sua relação com a tipologia do reconhecimento que Heidegren vê como a base antropológica deste modelo, já que a formação íntegra de uma identidade posteriormente precisaria ser tratada como uma demanda válida ou não dos movimentos que lutam por reconhecimento, remetendo novamente o modelo honnethiano ao debate com o multiculturalismo.

mais robusto e o modelo de Honneth que entende que a idéia mesma de justiça deve ser objeto de um esclarecimento conceitual que revele seu caráter moral. Ainda que ambos os autores reivindicuem oferecer soluções para ambos os tipos de desigualdade, também se prontificam a notar ausências no modelo concorrente. Não é novidade, portanto, procurar os pontos de interconexão e diálogo entre eles, trabalho, aliás, já realizado não apenas por Fraser e Honneth, mas também por vários dos autores citados neste texto e por alguns dos responsáveis por sua recepção no Brasil (Silva, 2002, 2005, 2008 e 2009, Neves, 2005, Mattos, 2006, Mendonça, 2007, Pinto, 2008). Porém, como fica claro após esta revisão do estado das coisas no debate entre redistribuição e reconhecimento, poucos trabalhos se preocupam com o esclarecimento sobre cada um dos modelos e sua interrelação. Lembrando que aqui não se buscava o esgotamento do tema, mas um mapeamento das direções do debate fica claro que ao invés do trabalho de buscar pontos que conectem políticas de redistribuição e reconhecimento ou questionem qual o melhor diagnóstico para o entendimento e crítica do capitalismo contemporâneo, faz-se necessário realizar um estudo profundo sobre estes modelos a fim de entender, por meio de suas relações entre si e com a Teoria Crítica, as potencialidades teóricas de cada um deles como formas de teorização da justiça social<sup>12</sup>.

Na medida em que os debates levantados por autores como Young, Hobson, Phillips, Zurn e Freundlieb, entre outros,

---

<sup>12</sup> A respeito da bibliografia usada neste texto, deve ser notado que o debate entre Fraser e Honneth é um sustentáculo para muitas e as mais diversas discussões, como exemplifica o livro organizado por Barbara Hobson sobre as lutas por reconhecimento e os movimentos sociais. Também a participação de cada vez mais autores nos debates sobre este tema, seja em apenas uma de suas faces, seja nele como um todo pode ser exemplificado tanto pela entrada de um autor consagrado como Paul Ricouer ou mesmo a atenção devotada por Habermas ao tema, quanto pela abrangência de publicações dedicadas a Fraser ou Honneth nos últimos.

indicam que este estado de coisas no debate entre redistribuição e reconhecimento ainda é o da busca por um modelo normativo capaz de responder às necessidades desta teorização ampla da justiça social, talvez não seja descabido afirmar que a questão para onde apontam os trabalhos de Fraser e Honneth é a de como integrar processos de formação intersubjetiva de nível psíquico com processos de socialização em uma estrutura democrática. Se a teoria do reconhecimento de Honneth ainda parece mais apta a realizar a primeira tarefa, ela ainda deve muito no que diz respeito à caracterização dos conflitos sociais. Ainda que notável, a importância dada por Honneth aos processos de formação psíquica ainda não é suficiente para a construção de uma teoria social onde as lutas por reconhecimento estabeleçam novos parâmetros normativos de socialização. Neste respeito, a explicitação discursiva das demandas, como proposta por Fraser, parece um momento necessário das lutas.

Assim, por meio de uma leitura que coloque os modelos de Fraser e Honneth à prova não apenas a partir de suas próprias construções<sup>13</sup>, mas também por meio de uma confrontação crítica, seria possível procurar tanto no diagnóstico de tempo destes autores quanto em suas construções normativas os elementos desta Teoria Crítica reconstruída, como parecem ser a necessidade de integração social da diferença observada por Fraser e a formulação de um conceito amplo de justiça que dê conta das dimensões psíquicas e materiais ao mesmo tempo como esferas de desrespeito às expectativas dos sujeitos, como vê Honneth. Lembrando que tanto Young quanto Zurn atentam para a face reconstrutiva da teoria social crítica que é analisar a emergência destes novos conflitos, a importância de um debate como o de Fraser e Honneth pouco pode ser subvalorizada. Como fica claro nos debates decorrentes das obras destes dois autores, esferas como a importância da subjetividade, tratada por Freundlieb e Zurn, o potencial moral das lutas, lembrado por Deranty, a necessidade

---

<sup>13</sup> A respeito do procedimento da crítica imanente, ver Kauppinen, 2002.

de formalização de um conceito rigoroso de inclusão da diferença, porposto por Blum, e também a importância da relação entre os valores expressos por esta integração da diferença e o quadro institucional do capitalismo tardio, da qual falam Phillips e Hobson, todos estes são elementos que adentram a arena da teoria social como desdobramentos ou consequências deste movimento de retorno à teorização ampla pretendido por Fraser e Honneth (Fraser and Honneth, 2003).

Por fim, em função da confrontação crítica entre os modelos de paridade participativa e da teoria do reconhecimento, aparecem ainda contribuições ao debate focadas em problemas mais específicos, seja na esfera política, com o uso destes conceitos como representações formas de sociabilidade contra-hegemônicas, realizada por Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2001), ou na esfera sociológica, onde Josué Pereira da Silva (Silva, 2008 e 2009) pretende buscar na discussão da redistribuição e reconhecimento alternativas para uma fundamentação universalista das políticas públicas.

---

#### **IV – Conclusão**

As críticas de Fraser à adesão da teoria social às lutas por reconhecimento e às tentativas de reduzir redistribuição e reconhecimento a um mesmo conceito indicam que ela não está convencida de que demandas culturais poderiam ser uma boa alternativa para basear a crítica do capitalismo contemporâneo, o que equivale a dizer que ela ainda aposta no paradigma distributivista como um padrão normativo mais apto a enfrentar as demandas de uma era pós-socialista por ser mais atento às questões de igualdade material, ou seja, mesmo frente ao monismo normativo de Honneth, Fraser mantém a necessidade de uma distinção analítica que resulte em um princípio unificado capaz de remediar as diferentes dimensões da injustiça (Fraser, 2003a e 2003b), ainda que isto pareça contradizer seu próprio diagnóstico de uma era pós-socialista. Por outro lado, Zurn (Zurn, 2005) afirma que Honneth apenas recentemente parece ter se

preocupado mais seriamente com a relação entre estas e as demandas não materiais – ou, colocando nos termos honnethianos, com a dimensão das demandas materiais *no* modelo da teoria do reconhecimento, buscando um aprofundamento nas questões relativas à divisão social do trabalho e ao reconhecimento das contribuições à vida coletiva. Daí que, para Zurn, a tentativa de Honneth de incluir na teoria do reconhecimento uma visão renovada da crítica distributiva arrisca-se ou a falsificar a realidade social ou a abdicar de seu ancoramento prático. No entanto, é preciso lembrar que no modelo concebido por Honneth as desigualdades materiais são parte de uma dinâmica mais ampla de desrespeito, estando contidas em processos que tomam a forma mais ampla de agressões morais. As tentativas de Honneth de atualização de um diagnóstico de tempo (Honneth 2007b e 2008) em direção a sentimentos de indeterminação da personalidade e abandono da intersubjetividade em função de uma prática reificada são passos importantes na construção de um paradigma amplo e abstrato o bastante para conter de forma unificada a idéia de justiça, mas são também elementos que permitem a conclusão de que ele parece caminhar em direção a uma grande preocupação com o momento normativo de seu modelo em detrimento de sua gramática social, que é justamente onde o modelo de Fraser parece ser mais positivo. Feita a ressalva de que Fraser não dispensa qualquer tratamento às dimensões psíquicas das lutas sociais, o fato de que sua apreensão dos conflitos empíricos – ou seja, do momento de imanência – é mais atenta do que a de Honneth, uma alternativa promissora para a proposta de reconstrução da Teoria Crítica, parece ser a de que seu modelo seja um momento contido no modelo de Honneth. Portanto, lembrando a lição de Horkheimer de que a Teoria Crítica é aquela em que o momento de imanência e o de transcendência são partes de uma mesma totalidade, a imersão do modelo de Fraser em uma teoria do reconhecimento como a de Honneth parece representar uma trilha promissora.

### Bibliografia<sup>14</sup>

- BLUM, Lawrence "Recognition, value and equality: a critique of Charles Taylor's and Nancy Fraser's accounts of multiculturalism" in Willett, Cynthia (ed.) *Theorizing multiculturalism*, Blackwell, Oxford, 1998.
- DERANTY, Jean-Philippe "Injustice, violence and moral struggle. The critical potencial of Axel Honneth's theory of recognition" in *Contemporary Perspectives in Social and Critical Philosophy*, John Rundell, Danielle Petherbridge et al (eds.), Leiden, Brill, 2005.
- FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*, Verso, London – New York, 2003
- FRASER, Nancy "A rejoinder to Iris Young" in Willett, Cynthia (ed.) *Theorizing multiculturalism*, Blackwell, Oxford, 1998
- \_\_\_\_\_. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista" in Souza, Jessé (org.) *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Editora Unb, Brasília, 2001, p. 245-282
- \_\_\_\_\_. "Rethinking Recognition", *New Left Review* 3, May-June, 2000, p. 107-120.
- \_\_\_\_\_. "Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation", 2003a in Fraser, Nancy and Honneth, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*, Verso, London – New York, 2003
- \_\_\_\_\_. "Distorted beyond all recognition: a rejoinder to Axel Honneth" 2003b in Fraser, Nancy and Honneth, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*, Verso, London – New York, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Reconhecimento sem ética" *Lua Nova*, n° 70, 2007, São Paulo, p. 101-138.

---

<sup>14</sup> Alguns dos textos utilizados para esta redação foram publicados originalmente ou posteriormente em outros lugares, mas a fim de evitar confusões e delongas aqui estão citadas as edições utilizadas.

- \_\_\_\_\_. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*, Polity Press, Cambridge, 2008.
- FREUNDLIEB, Dieter. "Rethinking Critical Theory" in *Constellations*, vol. 7, n°1, 2000, p. 80-99.
- HABERMAS, Jürgen, "Técnica e Ciência enquanto ideologia", 1968 in Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. W., Habermas, J. *Obras escolhidas*, Abril cultural, São Paulo, 1980
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Communicative Action Volume 2 Lifeworld and system: A critique of functionalist reason* Beacon Press, Boston, 1987.
- HEIDEGREN, Carl-Göran. "Anthropology, social theory and recognition: Axel Honneth's theory of recognition" in *Inquiry. An interdisciplinary journal of philosophy*, vol. 45. n° 4, December 2002 "Symposium on Axel Honneth and Recognition".
- HOBSON, Barbara "Introduction" in Hobson, Barbara (ed.) *Recognition struggles and social movements*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*, Editora 34, São Paulo, 2003a.
- \_\_\_\_\_. "Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser", 2003b in Fraser, Nancy and Honneth, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*, Verso, London – New York, 2003.
- \_\_\_\_\_. "The point of recognition: a rejoinder to the rejoinder", 2003c in Fraser, Nancy and Honneth, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*, Verso, London – New York, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Disrespect. The normative basis of Critical Social Theory*, Polity Press, Cambridge, 2007a
- \_\_\_\_\_. *Sofrimento de indeterminação. Uma tentativa de reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*, Esfera Pública, São Paulo, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Reification. A new look at an old idea. The Berkeley Tanner lectures* (edited by Martin Jay), Oxford University Press, New York, 2008.

- HORKEIMER, Max. "Teoria tradicional e Teoria Crítica" in Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. W., Habermas, J. *Obras escolhidas*, Abril cultural, São Paulo, 1980a.
- \_\_\_\_\_. "Filosofia e Teoria Crítica" in Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. W., Habermas, J. *Obras escolhidas*, Abril cultural, São Paulo, 1980b.
- ISIN, Engin F. & WOOD, Patricia K. *Citizenship and identity*, SAGE, London/Thousand Oaks/New Dehli, 1999.
- KAUPPINEN, Antti "Reason, recognition and internal critique" in *Inquiry. An interdisciplinary journal of phylosopy*, vol. 45, n°4, December 2002 "Symposium on Axel Honneth and Recognition", p. 479-498.
- MACLURE, Jocelyn "The politics of recognition at an impasse? Identity politics and democratic citizenship" in *Canadian journal of political science/ Revue canadienne de science politique*, Vol. 32, N° 1, Mar 2003, p. 3-21.
- MATTOS, Patrícia. *A sociologia política do reconhecimento. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*, Annablume, São Paulo, 2006.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. "Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano" in *Revista de Sociologia e Política*, n°29, Curitiba, nov. 2007.
- NEVES, Paulo Sérgio. "Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição" in *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 20, n° 59, outubro de 2005, p. 81-96.
- PHILLIPS, Anne "Recognition and the struggle for political voice" in Hobson, Barbara (ed.) *Recognition struggles and social movements*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- PINTO, Celi Regina Jardim. "Nota sobre a controvérsia Honneth-Fraser informada pelo cenário brasileiro" in *Luz nova. Revista de cultura e política*, n° 74, 2008, p. 35-58.
- RANKE, Wolfgan "Integrität und Anerkennung bei Axel Honneth" in *Monatshefte*, Vol. 97, n°, Summer 2005, p. 168-183.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Nuestra America: reiventing a subaltern paradigm of recognition and redistribution" in *Theory, culture & society*, vol. 18, nº 2/3, 2001, p. 185-218, "Special Issue on: recognition and difference".
- SEIDMAN, Steven and Alexander, Jeffrey C. "Introduction" in Seidman, Steven and Alexander, Jeffrey C. (eds.) *The new social theory reader*, Routledge, London/New York, 2001.
- SILVA, Josué Pereira da. "A quem fala a Teoria Crítica? Reflexões sobre o destinatário de um discurso" in Waizbort, Leopoldo (Org.) *A ousadia crítica. Ensaios para Gabriel Cohn*, Editora UEL, Londrina, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Cidadania e reconhecimento" in Avritzer, Leonardo & Domingues, José Maurício (orgs.) *Teoria social e modernidade no Brasil*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Teoria Crítica na modernidade tardia: sobre a relação entre redistribuição e reconhecimento", in. ANPOCS, Caxambu, 2005, 22p.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*, Annablume, São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família" in *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 45, dez. 2009 (prelo).
- SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. "Reconhecimento como Teoria Crítica? A formulação de Axel Honneth", Dissertação de mestrado, Unicamp, 2009.
- SWANSON, Jucinda "Recognition and redistribution. Rethinking culture and the economic" in *Theory, Culture and Society* vol. 22, nº 4, 2005, p. 87-118.
- WILLETT, Cynthia "Introduction" in Willett, Cynthia *Theorizing multiculturalism*, Blackwell, Oxford, 1998.
- YOUNG, Iris M. "Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory" in Willett, Cynthia (ed.) *Theorizing multiculturalism*, Blackwell, Oxford, 1998.
- ZURN, Christopher F. "Indentity or Status? Struggles over 'recognition' in Fraser, Honneth and Taylor" in *Constellations*, vol. 10, nº 4, 2003, p. 519-537.

\_\_\_\_\_. "Recognition, redistribution and democracy: dilemmas of Honneth's critical social theory" in *European journal of philosophy*, Volume 13, Issue 1, April 2005, p. 89-126.

RESENHA DE ESTLUND, DAVID. DEMOCRATIC  
AUTHORITY. A PHILOSOPHICAL FRAMEWORK.  
PRINCETON UNIVERSITY PRESS, NEW JERSEY, 2008.

### UMA ABORDAGEM EPISTÊMICA DA DEMOCRACIA

Camila Gonçalves De Mario<sup>1</sup>

O livro de David Estlund é resultado de uma reunião de artigos escritos ao longo de vinte anos, trata-se de uma abordagem normativa, cujo objetivo é desenvolver uma teoria epistêmica da democracia, denominada *epistemic proceduralism* – procedimentalismo epistêmico.

O procedimentalismo epistêmico é proposto como alternativa às teorias democráticas que o autor considera como puramente procedimentais, a exemplo das abordagens da teoria da escolha social e da democracia deliberativa; bem como, se opõe às abordagens *epistocráticas*.

A teoria proposta não se apóia nem na ideia de que a minoria votante deve considerar uma decisão legítima simplesmente porque o procedimento de tomada da decisão foi justo, e nem de que deve ser legítima porque a decisão tomada foi considerada a mais correta dentre outras alternativas.

Um dos argumentos de Estlund é o de que a autoridade democrática e sua legitimidade se assentam em algo que vai além da justiça de seus procedimentos, seu objetivo é mostrar que a democracia mobiliza razões morais para justificar a obediência às

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.

leis e sua imposição. O autor coloca que, se o valor da democracia fosse puramente procedimental, poderíamos, ao invés de promovermos eleições, simplesmente escolhermos entre duas diferentes propostas de governo, por exemplo, jogando uma moeda, e decidirmos no “cara ou coroa”. Seria um procedimento justo, pois, ao menos, daria à ambas as partes as mesmas chances de ganhar ou perder.

Mas não é o que queremos quando propomos um procedimento democrático, pois, está implícita à noção de democracia a atribuição de – algum – valor à opinião das pessoas, nas palavras do autor: *“a razão pela qual queremos que as opiniões das pessoas sejam consideradas é que acreditamos que suas opiniões sejam qualificadas, inteligentes, mesmo que não tenhamos um alto grau de expectativa, ao menos acreditamos serem melhores do que jogar uma moeda.”* (Estlund, 2008:06). Ou seja, há uma dimensão epistêmica que justifica a autoridade democrática.

Estlund ressalta que, apesar das objeções que uma abordagem epistêmica pode suscitar – já que uma teoria epistêmica tenderia a valorizar o conhecimento técnico para a tomada de decisões – para o procedimentalismo epistêmico o status conferido ao expert, por ter um conhecimento qualificado, não atende às exigências impostas pela justificação política.

Isto por que, o que define uma decisão democrática não é sua qualidade, não é o fato de a decisão tomada ser a mais correta. Para o autor, a preocupação com a qualidade das decisões pode nos levar por caminhos antidemocráticos, a expertise não resulta, necessariamente, na capacidade de tomar melhores decisões políticas, o que, portanto, não garante ao expert autoridade política; da mesma maneira que a falta de conhecimento dos votantes e seu propalado egoísmo, questões que há muito tempo são debatidas pela ciência política, não acarretam, obrigatoriamente, na falta de, ou em baixa qualidade das decisões democráticas.

Trata-se aqui de negar o valor da epistocracia, e não a formulação de argumentos epistêmicos para a democracia.

O autor argumenta que a noção de justificação política é ambígua, porque ela significa, por um lado, que os cidadãos têm a obrigação de obedecer ao Estado – temos aqui uma demanda por autoridade; e por outro, pode significar que o Estado está autorizado a impor determinadas decisões atuando de forma

coercitiva – eis aqui uma demanda pelo uso coercitivo do poder. Quanto a isso, Estlund afirma: “*meu argumento é o de que o uso do poder pelo Estado é legítimo se, e somente se, ele é moralmente permitido pelo processo político que o produziu.*” (Estlund, 2008:41)

Dessa forma, o valor epistêmico dos arranjos políticos precisa ser considerado com base em sua aceitabilidade perante uma variedade de pontos de vista considerados qualificados<sup>2</sup>, se a legitimidade da autoridade depender de sua justificativa ser aceita por todos, então, coloca Estlund, será muito difícil encontrar uma autoridade legítima.

O cerne do argumento do autor é o de que a legitimidade requer uma justificativa em termos considerados aceitáveis, o que não significa que esses termos sejam aceitos por todos os pontos de vista. Estlund faz então uso de um artifício que ele denomina RAQ – Requerimento de Aceitabilidade Qualificada (Qualified Acceptability Requirement) através do qual postula que só há legitimidade onde não houver uma objeção qualificada.

Neste ponto é preciso ressaltar que o RAQ aplica-se somente às exigências de legitimidade e não de autoridade. A legitimidade para Estlund aplica-se a atos e tratamentos de poder coercitivo, enquanto a autoridade surge quando há o comando de um agente sobre o outro, comando cujo resultado cria um requerimento moral de concordância, levando o agente a agir de acordo com o que lhe foi requerido.

Entretanto, a definição de *o quê é qualificado* é um ponto controverso da teoria de Estlund, para afirmar que um ponto de vista é mais qualificado que o outro precisamos de alguma maneira recorrer à expertise, que o autor refuta; uma crítica recorrente, sobre este ponto, é a de que a doutrina do RAQ recairia na mesma falácia produzida pela epistocracia.

Estlund<sup>3</sup> responde a essa crítica afirmando que sua teoria e a epistocracia repousam sobre terrenos morais diferentes.

---

<sup>2</sup> O termo qualificados é em alguns momentos do texto intercambiado pelo termo razoáveis: “I defend in certain sort of necessary condition on the legitimate exercise of political power: that it be justifiable in terms acceptable to all qualified points of view (where “qualified” will be filled in by “reasonable” or some such things.)

<sup>3</sup> David Estlund em um debate promovido sobre o conteúdo do livro, por um grupo de leitura organizado no site Publicreason.net, afirma que o termo

Sua argumentação busca mostrar que o RAQ é uma doutrina usada na justificação do poder e está submetida à ela mesma, diferentemente das abordagens epistocráticas que vão da expertise à autoridade, ela vai da expertise à qualificação, o que não a leva pelo mesmo caminho que a primeira.

Sobre a autoridade, diferentemente da legitimidade que requer ser aceita por pontos de vista qualificados, Estlund afirma que esta requer um *consentimento normativo*, o argumento central aqui é o de não podemos concordar sobre alguma coisa, ou com algo, sem refletirmos sobre seus significados. Afirmar que não há autoridade sem consentimento não é suficiente para entendermos a autoridade democrática, pois, na realidade, muitos dos cidadãos submetidos à autoridade estatal podem não concordar com ela.

Estlund inicia esclarecendo que justificar o consentimento pelo fato de que todos os cidadãos se beneficiam da autoridade estatal não é suficiente para explicar a autoridade, pois neste caso o argumento admite um consentimento sem entendimento, sem reflexão por parte de quem concorda. O exemplo proposto pelo autor é o seguinte: imagine que eu te proponho que me ajude a limpar minha garagem sob minha autoridade, e suponha que você que estaria errado em não concordar considerando que eu te ajudei várias outras vezes antes e, que, realmente, estou precisando de sua ajuda agora. Neste caso, diríamos que você está obrigado a aceitar a minha autoridade porque estaria *moralmente errado não concordar* com ela. (Estlund, 2008:10)

Eis, para Estlund, a base da autoridade: o consentimento normativo, que nos diz que você consentiria se fosse agir, moralmente, de forma correta quando lhe fosse oferecida a chance de optar por consentir (ou não).

De acordo com o procedimentalismo epistêmico, as estruturas políticas só têm autoridade se atendem aos critérios do consentimento normativo e, são legítimas se encontrarmos nelas condições gerais que atendam ao requerimento de aceitabilidade qualificada, não importando se outras condições de legitimidade possam ser apropriadas.

---

qualificado em sua teoria deve ser entendido pelo leitor estritamente como aquilo que o termo significa no uso comum da linguagem.

O exemplo que, segundo o autor, melhor ilustra a estrutura de autoridade do procedimentalismo epistêmico é o Juri, sistema cuja autoridade, para seu consentimento, requer praticamente as mesmas razões pelas quais consentir em um processo democrático, são elas: primeiro, que nenhum ponto de vista qualificado poderia negar o valor de ter leis e políticas justas; segundo, trata-se de um procedimento neutro, garantia de que não será feita nenhuma comparação injusta entre aqueles que são mais ou menos capacitados para formular bons julgamentos; terceiro, o potencial que um processo democrático tem, já que envolve muitas pessoas pensando juntas, de produzir decisões mais justas e melhores do que uma escolha aleatória; e quarto, que muito provavelmente não existam arranjos não-democráticos com os quais pontos de vista qualificados poderiam acordar sobre a sua capacidade de produzir bons resultados.

Busquei trazer aqui os pontos centrais que servem de base para a teoria apresentada. Gostaria de fazer alguns breves comentários acerca dos requisitos apresentados por Estlund para que a legitimidade e a autoridade de um processo democrático possam ser justificados.

O procedimentalismo epistêmico, e, mais especificamente, o argumento de Aceitabilidade Qualificada, tem referências na teoria rawlsiana. Em “Liberalismo Político”, John Rawls – perante o pluralismo doutrinário, característico das sociedades democráticas – volta-se para o problema da manutenção da unidade e da estabilidade de uma sociedade democrática bem ordenada.<sup>4</sup>

O Liberalismo Político é uma *concepção política de justiça* que para ser legítima deve de alguma maneira acomodar as diferentes doutrinas abrangentes do bem – pluralismo doutrinário – presentes na sociedade, o que significa que estas diferentes

---

<sup>4</sup> Uma sociedade bem ordenada para Rawls é aquela que não só é planejada para promover o bem de seus membros como também é regulada por uma concepção pública da justiça, o que significa que todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, princípios cujas instituições sociais fundamentais geralmente atendem. Para uma definição mais aprofundada ver: John Rawls. Uma Teoria da Justiça, 2008.

doutrinas devem se reconhecer na concepção política de justiça proposta pela sociedade. Entretanto, esta concepção não acomoda qualquer doutrina do bem, mas apenas aquelas consideradas *razoáveis*; ou seja, as que oferecem justificativas que ninguém poderia razoavelmente rejeitar.

Rawls, então, indica quais seriam as doutrinas do bem razoáveis<sup>5</sup>, que se conformariam à sua concepção política de justiça. Tal requisito acaba se configurando em um alto grau de exigência por parte do liberalismo político e, na realidade, torna difícil a tarefa de pensar como os cidadãos compatibilizariam seus diferentes pressupostos normativos com os da justiça como equidade, base do liberalismo político.

Estlund ao deixar em aberto quais pontos de vista seriam qualificados apresenta um grau de exigência menor à prática democrática do que o colocado por Rawls, o que nos leva a crer que os pontos de vista qualificados surgiriam durante o processo político e, aí se conformariam, perante as exigências impostas pelos valores epistêmicos da democracia, ao mesmo tempo considero difícil pensarmos que Estlund consideraria pontos de vista preconceituosos e desarrazoados (como justificar a exclusão de atores da participação política com argumentos baseados em questões de raça ou gênero) qualificados.

A respeito do consentimento normativo, cabe observarmos que para sua realização, é preciso que os cidadãos sejam capazes de formular suas próprias concepções normativas e de refletir, em termos epistêmicos, sobre o seu dever de obedecer ou não à autoridade democrática. Para tal, novamente recorrendo a Rawls, precisamos de uma estrutura social que lhes dê condições de desenvolver tais capacidades.

Para finalizar, resalto a afirmação de Estlund, na qual coloca que o procedimentalismo epistêmico gera mais legitimidade e autoridade com uma demanda epistêmica menos exigente, pois tudo o que ele demanda é que o processo democrático tenha um “modesto valor epistêmico” e, alcance resultados mais justos do que os alcançados por uma escolha aleatória.

---

<sup>5</sup> Ver: John Rawls. Liberalismo Político, 2000.

**Bibliografia:**

Rawls, John. Liberalismo Político. Ed. Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RESENHA: SAKURAI, CÉLIA; SALLES, MARIA DO  
ROSÁRIO; PAIVA, ODAIR DA CRUZ (ORG.). MIGRAÇÕES  
PÓS – SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. SÉRIE REFLEXÕES,  
VOL. 2. EDITORES: FAPESP, D' LIVROS EDITORA,  
MUSEU DO IMIGRANTE-SP. 2009. 128P.

*Lidiane M. Maciel<sup>1</sup>*

As migrações constituem, contemporaneamente e historicamente, um importante processo social. O livro “Migrações pós-segunda guerra mundial” organizado por Célia Sakurai, Maria do Rosário Salles e Odair Paiva, traz ao debate acadêmico novos elementos para pensar os processos desencadeados pelas migrações.

Os textos que compõem o livro apresentam e problematizam os aspectos que determinaram as migrações internacionais pós-Segunda Guerra; entre 1940 e 1970 surgiram novas dimensões institucionais e econômicas que afetaram diretamente as migrações. Assim, a criação da Organização das Nações Unidas e suas agências, tiveram grande importância na reorganização da política migratória nesse período e situa no âmbito das mudanças globais do pós-guerra.

Nesse sentido, o texto de Eugenio Ambrosi – “Geopolítica e economia no pós-Segunda Guerra Mundial” –, organizasse em torno da questão da formação das Nações Unidas e outras organizações internacionais, como a OIM (Organização Internacional para as Migrações) surgidas no bojo das discussões

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

sobre as novas diretrizes das políticas internacionais. As instituições surgidas neste momento definiam e atendiam interesses pré-estabelecidos do jogo da política internacional.

A delimitação de fronteiras faz parte desse jogo, em que segundo o autor, o Muro de Berlim, foi a expressão máxima de uma nova situação nas quais “as fronteiras deixam de ser, mais ainda do que antes, um ponto de encontro e constituem um ponto de divisão, um local físico no qual se marca a diferença entre o bom e o mau, os amigos e os inimigos; um conceito de fronteira como ponto de divisão e, talvez também de combate” (2009 p. 19).

E, portanto em relação ao direito de ir e vir, as diferenças entre os blocos eram claras, do lado ocidental era permitido circular livremente e do outro – oriental – tão pouco. Entretanto, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e desarticulação do mundo socialista, o desenvolvimento do processo de globalização trouxeram à baila novas questões, e por isso, neste sentido “antes a movimentação eram da Europa para o Novo Mundo; na atualidade ocorre o contrário: os países europeus são foco de imigração. Se antes, porém havia um muro, o Muro de Berlim, agora há vinte e três muros que, apesar de não serem físicos, de fato existem. Podemos somar mais ainda, trinta e cinco, além dos muros físicos que constituem as fronteiras” (2009, p. 25), na visão do autor estes muros são mais ofensivos que o que fora o de Berlim.

Na nova ordem, multipolar, as migrações se caracterizam, segundo o autor, por uma pauta política, e são numerosos os casos que as mesmas ocupam posições privilegiadas no debate eleitoral dos países europeus, pois o sistema mundial agrava as diferenças socioeconômicas e, ao passo que é elaborado outros muros, cria uma massa de expropriados.

Com o objetivo de discutir também política externa, o texto de Túlio Vigevani – “Política imigratória e diplomacia” – discorre sobre a política internacional brasileira frente ao campo que se formava pós-Segunda Guerra Mundial. O não cumprimento das premissas forjadas pelo Tratado de Versalhes resultou, no cenário global, impactos significativos do ponto de vista econômico e

político. E, portanto, pós-Segunda Guerra Mundial a criação de organismos internacionais fora uma tentativa de construir instituições que garantissem a multilateralidade das relações internacionais.

No caso Brasileiro, Vigevani afirma que entre 1945-1970 política internacional seguiram condicionadas ao sistema internacional e “pelos relações de classe existentes no País, não deixando de haver no Estado brasileiro a busca pela preservação de interesses” (p. 98). Quando conveniente, o Estado brasileiro privilegiou políticas internacionais, principalmente, americanas.

Em relação às migrações a grande contribuição do artigo é demonstrar que no pós-Segunda Guerra não houve uma alteração profunda nas orientações anteriores, a política migratória, continuou a “ser seletiva, buscando bloquear migrações que os governos consideravam poder desestabilizar os equilíbrios étnicos e de grupos nacionais existentes. (p. 101), mas aproveitaram-se as “condições excepcionais para trazer ao país migrantes com boa qualificação profissional e intelectual, cujas consequência da guerra levava a afastarem-se da Europa.” (p. 101)

Voltando-se, para o caso Brasileiro, tanto Odair da Cruz Paiva, em “Imigração em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950”, quanto Murílio Leal Pereira Neto, em “Migrações, identidade de classe e ciência social em São Paulo” (1945-1964) analisam o cenário nacional em relação às transformações provocadas pela Segunda Guerra Mundial.

Para Paiva (2009) entre 1930-50 a migração fora impulsionada pela massa de expropriados nordestinos em direção a São Paulo, e de maneira menos significativa por refugiados do pós-guerra, este quando vinham eram previamente selecionados e de perfil especializado, compromissados com os interesses da industrialização; nas palavras do autor neste “momento, despontava uma política imigratória moderna, seletiva e compassada com os novos desafios do crescimento econômico no país” (2009, p. 36). Durante este período e após o termino da Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se os investimentos

estrangeiros no parque industrial brasileiro, gerando consequentemente novos postos de trabalho. Ao mesmo tempo que o cenário, apontado pelo autor, propiciava o retorno de muitos refugiados, colocava a população interna em movimento.

Se tratando da migração internacional, houve, para Paiva, certo destaque para a imigração japonesa subsidiada por empresas como a JAMIC – Imigração e Ltda, a qual o objetivo era adquirir terras e fundar colônias. Somados a estes agricultores entraram também imigrantes especializados, geralmente técnicos industriais que atuavam diretamente nas indústrias.

Porém, indiferente em relação ao mercado de trabalho, Paiva demonstra que a imigração foi ocasionada mais por acordos entre o governo brasileiro e organismos internacionais, do que pela real situação econômica do país, reestruturada a partir de políticas governamentais. Neste sentido “a chegada de novos imigrantes foi resultado de um complexo jogo de interesses, que empreendeu um esforço policoordenado que auxiliou a expansão da base industrial capitalista nas áreas sob a hegemonia do bloco ocidental” (2009, p. 52).

O período, que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, internamente foi marcado por tensões políticas e sociais geradas pelo trabalho na indústria. O Brasil, em vias de modernização, apostava nos planos econômicos conservadores, como fonte de desenvolvimento. Como Paiva, Neto (2009) direciona sua análise as tensões e relações entre mercado de trabalho e migrações.

Assim, o artigo de Neto (2009) contribui para o debate na medida desmistifica o papel negativo ocupado pelos migrantes nacionais na formação da classe operária paulistana, partindo do conceito de representação<sup>2</sup> de Henri Léfèbvre (1983), considera que a imagem mitificada do “outro”, do “migrante” era criada em um ambiente a qual as contraposições entre rural e urbano

---

<sup>2</sup> O conceito de representação diz respeito a “uma hierarquia de juízos de realidade e moralidade, em uma arquitetura de representações e de valores que se realizam na prática” (p. 65).

traduziam o arcaico, representado na figura do homem do campo, rude em sua existência, e o moderno, e na imagem do operário da indústria.

A representação negativa que pairava sobre os migrantes alterou-se a partir das interpretações que desconsideravam a perspectiva eurocêntrica, dos primeiros estudos que analisavam o operariado nacional pela luz do operariado europeu, considerado consciente de sua situação de classe.

A virada interpretativa foi derivada, segundo Neto, da ampliação da camada de intelectuais universitários de origem migrante, geralmente de segunda geração, que a partir de seus trabalhos passaram a valorizar positivamente a atuação de seus ascendentes no movimento trabalhista. E mais especificamente a partir dos anos de 1970, em que o movimento sindical passou a ser liderado no grande ABC por dirigente de origem migrante.

Portanto: “a hegemonia do PCB nos sindicatos foi se enfraquecendo no decorrer dos anos 1970 e 1980 e sua versão da história de lutas operárias no pós-guerra, como movimento controlado pelo Estado e formatado pela *Carta Del Lavoreo* fascista, perdeu credibilidade, cedendo espaço a outras representações” (p. 70). A desconstrução da antiga representação da classe operária brasileira pós-segunda guerra, atentou aos dados empíricos antes negligenciados, como a participação em greve e as outras formas de resistência cotidiana.

O artigo por fim, é uma releitura da produção bibliografia sobre as migrações decorrentes do final da Segunda Guerra Mundial e da própria análise social, atentando para a situação trabalhista em um país em vias de modernização e, por fim, considera que as identidades dos migrantes, nesse caso, as que trazem dos locais de origem aos locais de destino, não se destroem mais se somam as vidas sociais desses. Assim, para muitos migrantes a identidade operária se constrói paralelamente ao processo de recriação do sertão em terras longínquas.

Por último, como já apontado por Paiva, o Artigo de Masato Ninomiya – “O reinício da imigração japonesa para o Brasil após

o tratado de paz de São Francisco: A chegada das empresas japonesas e o recente fenômeno decasségui” – destaca a imigração japonesa, pós Segunda Guerra.

No Brasil, entre os anos de 1908-1941 havia entrado no país cerca de 190 mil japoneses e “até então os verdadeiros decasségui almejavam voltar para Pátria-Mãe, levando consigo o fruto de seu trabalho. A eclosão da guerra e a derrota do Japão alavancaram as mudanças no seu pensamento, agora pretendiam fixa-se ao país para onde imigraram” (p. 111). O Japão destruído pelos embates da guerra investiu, mais uma vez, na emigração de sua população.

Ninomiya reforça a noção de imigração causada por fatores econômicos, e assim com o processo de recuperação econômica alavancado por fatores externos e internos com a eclosão da guerra da Coréia (1950); da guerra Vietnã (1970), e da realização da Olimpíada de Tóquio (1964), os japoneses deixaram de migrar. E a, partir da recuperação econômica, autor enfatiza outro fenômeno, o dos Decasséguis – a ida de brasileiros para o Japão a partir de meados dos anos 1980. Segundo Ninomiya, em 2007 somava-se um contingente de 330 mil brasileiros no Japão, que são contratados por empresas de locação de serviço e encontram-se em situação precária de trabalho, submetidos a todos os problemas que essa situação produz.

Assim, o conjunto de artigos apresentam e problematizam de maneira ampla, os acontecimentos internos e, sobretudo externos que influenciaram as migrações nos anos que sucederam Segunda Guerra Mundial, esse período desencadeou novos jogos políticos, no cenário mundial caracterizados pelos regimes ora democráticos, ora autoritários.

A análise, priorizada nos artigos, focaliza processos migratórios, nos quais questões políticas e econômicas redefiniram e direcionaram fluxos migratórios em âmbito internacional. Os anos seguintes da Segunda Guerra Mundial, trouxeram novos elementos, quando não iluminaram a problemática, que se traçou, colocando as migrações sobretudo com pauta política. Assim, o

crescimento populacional de muitas cidades, e o surgimento de outras, bem como o incremento na força de trabalho de muitos países, caracteriza-se nesse processo social global das migrações.

## A POLÍTICA NA SOCIEDADE DE RISCO<sup>1</sup>

Por Ulrich Beck

### I

A sociedade de risco designa uma época em que os aspectos negativos do progresso determinam cada vez mais a natureza das controvérsias que animam a sociedade. O que inicialmente ninguém via e, sobretudo, desejava, a saber, colocar a si mesmo em perigo e a destruição da natureza, está cada vez mais se tornando o motor da história. Não se trata, pois, de analisar os perigos enquanto tais, mas de demonstrar que, diante da pressão do perigo industrial que nos ameaça e o conseqüente desaparecimento das questões tradicionais no conflito de classe e de interesses, *aparecem chances de novas configurações*.

Para a análise política, o mais importante é primeiro *distinguir entre riscos e perigos*. É o confronto da sociedade com o próprio potencial de autodestruição, criado artificialmente, que, de meu ponto de vista, marca a ruptura. Os perigos do átomo, os perigos químicos e ecológicos e os da manipulação genética

---

<sup>1</sup> Este texto constitui a introdução do *Politik in der Risikogesellschaft. Essays und Analysen*, publicado em 1991 (Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, p. 9 à 29). A presente tradução foi feita a partir da edição francesa – ver: Beck, Ulrich. “La politique dans la société du risque”, in *Revue du MAUSS* 1/2001 (n° 17), p. 376-392. Fizemos uma revisão detalhada da presente versão, confrontando-a com o original em alemão.

constituem riscos que, em oposição ao primeiro período industrial, 1) não são limitáveis nem no espaço nem no tempo e tampouco no plano social, 2) não podem ser atribuídos a pessoas com base nas regras da causalidade, da culpabilidade e da responsabilidade em vigor, e 3) não podem ser objeto de compensação ou de alguma fiança. Onde as seguradoras privadas se recusam a cobrir riscos – tal é o caso para o desenvolvimento tecnológico que evocamos –, transpassamos o limiar entre riscos calculáveis e perigos incalculáveis. Dito de outra forma: à luz dos riscos incorridos, o sistema regulador que controla “racionalmente” as destruições industriais, se assemelha aos freios de uma bicicleta montados em um avião supersônico.

Se os efeitos secundários não-pensados da produção industrial se tornaram o berço de uma crise ecológica global, não se deve ainda assim concluir que teríamos diante de nós simples problemas ambientais. Trata-se, antes, de uma *crise profunda das instituições da sociedade industrial*, cujas questões políticas em jogo são consideráveis. Perigos são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas, e minimizados no plano político.<sup>2</sup>

A questão decisiva que resta então saber é a seguinte: como uma política ecológica da auto-limitação ganha poder e poderia impor-se?

## II

Antes de tudo, deve-se alertar para três atitudes ingênuas. Primeiro, uma política como esta não pode apoiar-se mecanicamente nem sobre a amplitude do perigo, nem sobre a idéia implícita de que todo mundo se sente necessariamente envolvido. Pois muitos perigos – por exemplo, o das radiações

---

<sup>2</sup> Cf. p. 117 seg. e Klaus Dörre neste volume p. 232 seg.

atômicas – são invisíveis e imperceptíveis para o homem comum. O que significa: destruição e denúncia são realidades mediatizadas por símbolos – tal como a “morte das florestas” (*Waldsterben*). É somente através de imagens e símbolos culturalmente significantes e publicamente encenados, que o nosso cotidiano pode tornar-se “atento” aos perigos imperceptíveis.

Em seguida, quanto maior e próximo o perigo é, mais, paradoxalmente, resistimos a reconhecer-lhe a evidência. Aqueles, que são mais duramente atingidos, são na maioria das vezes também aqueles que negam mais obstinadamente o perigo – e que tem de negá-lo para poder continuar a viver. Multiplicar as visões apocalípticas pode facilmente engendrar efeitos contrários àqueles que procurávamos e reforçar a impotência e o fatalismo.

Enfim, a busca por um *sujeito revolucionário*, que nos legou a sociedade de classes, não vingará se os anúncios dos desaparecidos forem agora colocados em fanzines da contracultura.

Isto é, não existe um “proletariado ecológico”. Mas, deve-se parar por aí? Em minha opinião, não. Porque este jeito de ver as coisas permanece cego à nova e precária forma de mobilização, àquele alarmar do sistema que significa uma conscientização das ameaças gerais, que pesam sobre a vida de todos em meio à segurança prometida pela burocracia. A questão central, então, é a *reflexividade política do perigo*. Se admitirmos e comprovarmos que os guardiões da racionalidade e da ordem legalizam perigos de sobrevivência, vai realmente se criar desordem no nível político. Podemos dizer que a questão pelo sujeito político na sociedade industrial e de classes corresponde à questão pela reflexividade política na sociedade de risco. É necessário, todavia, frisar que tal preocupação coletiva pelos problemas de segurança, por parte ao mesmo tempo das instituições controladoras e da mídia, repousa sobre condições excepcionais, que são o quinhão das democracias mais desenvolvidas e ricas. Reflexividade política serve de igual maneira a ambos. Ela serve ao mesmo tempo aos movimentos ecologistas de contestação e à expansiva política industrial, como bem pudemos nos dar conta logo após Chernobyl. O fato de que

a ecologia apareça nas pesquisas públicas como urgência, é vinculado às inúmeras atividades cidadãos neste campo e é indissociável do fato de que os perigos de destruição são hoje, de uma só vez, normalizados e em constante progressão. Como, então, devemos compreender isso?

### III

O conflito que opunha o capital ao trabalho tinha uma disputa *positiva*: lucros, prosperidade, bens. O novo conflito ecológico tem uma disputa *negativa*: perdas, destruições, ameaças. Depois de Claus Offe, nós diremos que ele corresponde a um jogo negativo com soma nula de prejuízos coletivos – *um jogo de auto-destruição coletiva que se volta contra os jogadores*. Isto é, há um jogo entre perdedores. Ou mais precisamente, entre perdedores que não querem tomar consciência de suas perdas reprimindo-as. Trata-se, se preferir, de um fim de partida (no sentido de Beckett) no qual as vantagens pelas quais lutamos são sempre relativas, sempre ameaçadas, consistindo principalmente 1) em negar os perigos (mascará-los ou eufemizá-los), ou ainda, 2) na medida em que a negação não funciona, o fim de partida consiste em dissimular ou impedir o estabelecimento das relações de causa e efeito, ou, de maneira mais geral, de responsabilidades.

O princípio de sobrevivência exige legitimamente que se salve a vida e que se afaste todo perigo que a ameace. O que é novo e decisivo na matéria é este conflito negativo, cujo único embate é a distribuição de perdas. É um combate contra sombras. No imediato, trata-se antes de tudo de desvantagens – e apenas indiretamente de vantagens (evitar alguns custos, a imagem da empresa, posição no mercado, favorecer valores como a saúde, o descanso e os lazeres na natureza) – e, sobretudo, de reprimir os efeitos, suas definições e atribuições. Quanto mais os aspectos negativos do progresso aumentam, mais os agentes industriais se tornam transparentes. No final, eles se tornarão personagens luminosos, irradiando, todavia, como um material radioativo.

Na roleta ecológica, portanto, não há vencedores, mas somente vantagens relativas, efêmeras e sempre ameaçadas. De um lado, em virtude de destruições que se estendem sem parar e apagam toda fronteira entre os agentes e as vítimas; de outro lado, por conta das vitórias sempre provisórias nas lutas que se opõem às repressões e negações, resultem elas do conhecimento científico ou do ativismo de certos grupos especializados. As posições ameaçadas parecem um barril de pólvora suscetível, que em algumas circunstâncias podem explodir no contato com uma única faísca de informação. Elas significam uma ameaça universal, para todos, logo também uma ameaça para os centros do poder industrial, até a esfera política. Constatei em conversas o quão os olhos dos dirigentes de consórcios mundiais podiam estar fixados em ações aparentemente derrisórias de alguns pequenos grupos, como, por exemplo, nas ilhas do Mar do Norte, onde querem criar uma “zona sem produtos químicos”. Esses dirigentes sabem, ou suspeitam, que atividades como esta podem desencadear um incêndio em larga escala, no qual tudo que elaboraram para assegurar a própria posição no mercado ou construíram em termos de segurança, pode ser varrido, sem dispor de meios reais de controle para enfrentar a situação. Mesmo o grande interesse pela “sindicalização” do movimento ecologista aponta o desamparo e a experiência de impotência do poder industrial diante daquilo que o movimento de contestação ecologista tem de difuso, de incalculável e de *fundamentalmente legítimo*.

#### IV

No conflito opondo o capital ao trabalho, correspondia à baixa de salário, do ponto de vista contábil, um aumento dos lucros. Por outro lado, no conflito ecológico (considerado como tipo ideal), essa interdependência dos interesses opostos não existe. Reprimir ou negar os perigos não significa forçosamente colher lucros. O que importa antes de tudo é a *marginalização das vítimas*. Se o dano for inegável, ele deve manter-se o mais difuso

possível, imprevisível e concentrar-se em um número limitável de vítimas. É bem provável que isso não funcione, ou, se funcionar, é apenas temporariamente, devido ao universalismo das destruições e da crescente sensibilização ecológica da população. Respectivamente, as influentes camadas médias são cada vez mais atingidas e os seus bens economicamente adquiridos (seu jardim, sua casinha, suas férias) são cada vez mais ameaçados. Quando a camada média da sociedade é atingida – sendo essa uma regra básica na Sociologia –, então o sistema político entra em estado de alerta. Mais grave ainda: os filhos dos responsáveis econômicos, técnicos e políticos também fazem perguntas embaraçosas. Mas tudo isso, é claro, não tem nada de automático.

## V

Convém distinguir duas etapas no conflito ecológico. Na primeira, trata-se do *conflito desmascarador de um contra todos*, pois as chances da expansão industrial são visíveis para todos. Nessa etapa, deve-se criar uma consciência sobre o tema e a dimensão da ameaça contra a crença cega no progresso. Deste conflito, que começou aqui no início dos anos setenta, o movimento ecologista saiu vencedor de uma maneira totalmente inesperada – também em comparação com outros países. É exatamente o que mostra o “pico” da sensibilização pela ecologia, que, para a grande maioria dos cidadãos da Alemanha federal, vem antes do desemprego. Estes sucessos se devem a uma *política de cenários de horror realistas*, que revelou, por meio do diagnóstico científico, o caráter latente do escândalo (em relação às próprias pretensões do sistema) e que, com isso, conduziu a uma maior reflexividade política, tanto no âmbito da mídia como em todos os recantos e todas as camadas da sociedade.

A segunda etapa começa quando o conhecimento ecológico em relação às dimensões das destruições for, em princípio, *adquirido*, enquanto, ao mesmo tempo, nada acontece e nos contentamos com intervenções de fachada. Quer os representantes da indústria tenham tirado lições dos movimentos

de cidadãos (assim o drama do buraco na camada de ozônio poderá dar nova legitimidade à energia nuclear), quer entraves se operem no âmbito das instituições, ou ainda que as prioridades mudem com a atualidade: o crescimento relâmpago da RFA seguido ao desmoronamento da RDA. Tudo que era duvidoso do lado ocidental agora brilha em todo seu esplendor. O conflito que agora eclode, é um *conflito de responsabilidade*. As estratégias de contenção e de normalização das instituições passam então a ocupar a frente da cena. Acredito que desde o meio dos anos oitenta, chegamos progressivamente a este estado, mas sem compreendê-lo realmente. É uma das razões da estagnação do movimento ecologista. Essas questões e esses temas se impuseram. Todas as formações políticas fizeram delas o seu cartaz. Mas não poderemos fazer novas conquistas com a desenvoltura que tinha permitido quebrar o couraçamento da negação no transcorrer da primeira fase.

De todo modo, não podemos abordar ao avesso o problema principal, aquele do *envenenamento normal e legal*, fixando notadamente patamares muito elevados ou simplesmente não fixando patamar algum, ou sugerindo vínculos indemonstráveis de causa e efeito no lado das vítimas. O movimento de contestação acaba por se embaraçar justamente naquilo que até agora fizera o seu sucesso: cenários de horror científicos, que permanecem cegos e paralisados em relação às normas que deveriam ser elaboradas no plano institucional e político.

O obscurecimento geral dos indícios deve ser dissociado de casos individuais e colocado em relação com o déficit histórico dos sistemas reguladores. É somente assim que outras regras possibilitam e efetivam outras formas de imputação de responsabilidades e, por aí, outros dispositivos de repartição dos custos, outros modos de tratamento, outras obrigações de justificar suas escolhas e outros processos públicos de aprendizagem. Mesmo pequenos avanços, pouco espetaculares (por exemplo, no direito penal), poderiam ter grandes efeitos, porque dizem respeito a numerosos casos, têm efeitos a longo

prazo e possibilitam um processo de aprendizagem exemplar pelo sucesso político.

Digamo-lo de outra maneira: torna-se necessário *implementar dispositivos de imputabilidade da culpa* em todos os níveis e por todos os meios. Isso significa:

- modificar, em pequenas e grandes proporções, o ônus da prova, tendo como consequência que as empresas e os cientistas tenham obrigação de se justificar diante da opinião pública (primeiro passo: as leis sobre o meio ambiente na Califórnia);
- abrir os círculos de discussão e de peritos políticos, científicos e industriais ao pluralismo disciplinar, favorecendo as contra-perícias e a intervenção de advogados do outro lado;
- levantar novas questões em matéria de responsabilidade civil, reformar o direito penal;
- trazer à luz do dia as lacunas do sistema de seguros e a impossibilidade de se cobrir pelo seguro numerosos desenvolvimentos de alta tecnologia;
- reformular o princípio de imputabilidade da culpa: estabelecer responsabilidades regionais de vencedores e perdedores, por exemplo, nas regiões litorâneas onde as estruturas hoteleiras vêem fugir seus clientes porque as regiões industriais colocam veneno nos seus pratos;
- propor e negociar convenções regionais entre as empresas industriais e a população, em matéria de reconhecimento dos danos infligidos e de concessão de indenizações (como no Japão, em parte).

Os pontos de partida são muitos: podemos primeiro fixar patamares elevados, suscetíveis de serem revistos para baixo, se as acusações forem difíceis de provar ou, se não sabemos muito bem no que apoiar-nos, determinar de tal maneira que a segurança da população prevaleça sobre os interesses da indústria. Como é possível experimentarmos ao ar livre que várias produções químicas normais e outras de maior porte, possam ser implementadas sem serem cobertas por nenhum tipo de seguro?

Como é possível que, na legislação sobre manipulações genéticas, se trate de “uma culpabilidade independente de responsabilidades quanto aos perigos”, onde, no final das contas, o ônus da prova incumbe mais uma vez às vítimas? (O que significa que, *a priori*, nos desobriguemos dos danos e perdas causados aos perdedores). No conflito ecológico, as oposições simples podem ser difusas.

Contudo, com o aumento dos perigos e a sua evidência (*cf.* a peste das algas), cresce a eventualidade de eles se cristalizarem num dado espaço. Não seria possível, por exemplo, identificar os perdedores e os culpados, no plano regional e nacional, e de pedir a estes últimos que passem no caixa? Identificar os países que jogam seu lixo e aqueles que têm de limpar o dos outros? Desta maneira, o anonimato seria rompido e conflitos instrutivos poderiam se desenvolver, revelando a não-adaptação das normas estabelecidas em matéria de imputação de responsabilidades. (É evidente que isso não diz respeito somente aos centros industriais da planície do Pó no norte da Itália e às estâncias de passeio da costa do Adriático, mas também à oposição entre as regiões industriais à beira do Reno e países ribeirinhos do mar do Norte).

Da mesma maneira que no século XIX se colocou a “questão social”, a “questão ecológica” deve ser hoje relacionada, no plano teórico e político, a possibilidades de ação institucionais e de sociedade que correspondem ao contexto de seu surgimento. A questão da responsabilidade não era clara nos acidentes de trabalho no século XIX. Era o trabalhador quem causava o acidente porque tinha mal introduzido seu braço, agora seccionado, na máquina? Era da responsabilidade do engenheiro que tinha concebido o parque das máquinas? Do empresário que tinha aumentado a cadência delas? O problema da causalidade permanece *sempre* ambíguo, nem que seja somente por razões científicas. O problema da responsabilidade devia e deve ser regulado – como para a questão social – por acordos adquiridos por lutas, por *contratos sociais*, normas jurídicas. Essas experiências históricas devem ser aplicadas à ecologia. Elas direcionam-se tanto contra um falso naturalismo quanto contra um moralismo otimista presente no movimento ecologista, porque ambos são

cegos, cegos a tomar a frente do processo complexo que, no direito, na ciência ou na política, permite abafar as questões ecológicas<sup>3</sup>.

## VI

A indústria aprendeu com o movimento ecologista: não é colocar em evidência o perigo e a perspectiva de sua supressão o que domina a cena política (como subentendíamos no primeiro estágio), mas o *processo de contenção dos riscos maiores*. Não se trata mais somente de negar os perigos, mas sobretudo de *desacreditar as alternativas*. Podemos também “afastar” um risco colocando deliberadamente o acento sobre outro, que passa então a ocupar o primeiro lugar a título de risco maior. Isso acontece principalmente quando muitos riscos de alta importância

---

<sup>3</sup> A Sociologia é a ciência (talvez a única, se colaborar com as ciências históricas e políticas da “questão social”) que pode, ou com mais prudência: poderia, romper com a incapacidade de agir, produzida por outras ciências, resultante de seu olhar esfatiado sobre a natureza; com pesquisas e argumentações de curta visão, impotentes para responder aos desafios atuais, reganhando a sua perspectiva histórico-social e sua força de diagnóstico. Pertence a ela elaborar a doutrina que permitirá, contra a sociedade industrial e suas instituições, mudar aqueles que bloqueiam a necessária reforma ecológica tanto no âmbito do pensamento como da ação. A “modernização das sociedades modernas” – tema do Congresso de Sociologia de 1990 – visa no fundo uma modernização das sociedades *industriais*. Modernidade e sociedade industrial designam os dois pólos de uma oposição e um conflito dos quais pouco a pouco tomamos consciência. É na norma do período do Esclarecimento – isto é, a liberação de incompreendidas obrigações, da democracia e da humanidade, onde falha o industrialismo desenfreado. A Sociologia, que é entrelaçada com a sociedade industrial, até nos quadros conceituais e paradigmáticos de suas próprias controversas, é levada a revisar suas premissas e suas teorias à luz do desafio ecológico. É o que ela deve fazer se quiser subsistir. Senão, ela desaparecerá com os erros da sociedade industrial; cf. p. 180 seg.

concorrem pela atenção política, sob o pano de fundo de uma política esclarecedora de êxito. A energia nuclear não precisa de propaganda direta, ela pode conquistar novos mercados descrevendo, de modo defensivo, ameaças que pesam sobre a camada de ozônio. Quando as possibilidades de obscurecer são abundantes, a encenação política dos riscos permite falsear o jogo, fazer papel de inocente, acusando o outro dos piores tormentos.

Essa política de contenção, que funciona tão perfeitamente, não exerce uma força real de intimidação? Talvez – mas desconhecemos então o que é brincar com o fogo no plano político.

De fato, no fundo, e de um ponto de vista político e sociológico, a questão ecológica é uma *violação dos direitos fundamentais condicionados e legitimados pelos sistemas* – notadamente, o direito à vida e à integridade dos cidadãos. E isso não acontece de forma secundária, aleatória, individual, mas pelo desenvolvimento da indústria, da prosperidade, da racionalidade técnica, hoje em plena luz do dia, sob os holofotes da mídia e sob o olhar lúcido de iniciativas cidadãs democráticas. Poderíamos dizer sem muito exagero que, diante da autodestruição programada pela indústria, as formas e instâncias tradicionais de proteção dos direitos fundamentais não têm muito peso. Um decreto ecológico, análogo àquele de que nos servimos contra os extremistas nos anos setenta, teria por efeito proibir o próprio Estado de integrar a função pública e de colocar a indústria numa situação em que ela não poderia mais contornar os obstáculos colocados no seu caminho pela Constituição, que lhe imporiam o mais estrito respeito.

Podemos explicar isso seguindo a teoria política e social de Thomas Hobbes – teoria que não podemos associar a uma teoria crítica por diversas razões. Este pleiteava por um Estado forte, autoritário, mas menciona um único “direito de resistência” para os cidadãos, e em razão de suas conotações atuais surpreendentes, vale à pena ler o texto no original: se o Estado criar condições de alto risco de vida, a ponto do cidadão “ter de dispensar-se de alimentos, de remédios, de ar e de tudo que é

necessário para conservar a vida”, diz Hobbes, “então o cidadão está livre para se opor a ele” (*Leviathan*, 1980, p. 194).

Violação dos direitos fundamentais do homem por um sistema: o stalinismo acaba de desmoronar como um castelo de cartas de baralho. É certamente incomparável, mas, no caso da ecologia, trata-se também de uma crise dos direitos fundamentais, uma crise reprimida e atenuada pela prosperidade, cujos efeitos a longo prazo, que fragilizam a sociedade, não podem ser subestimados.

## VII

No conflito industrial tradicional, tratava-se e ainda trata-se de questões de redistribuição, de propriedade, de participação na vida da empresa, logo de um leque de opções políticas relativamente limitadas. Através do novo conflito ecológico, um universalismo estranho surge à luz do dia. Tudo pode ser arrastado no conflito: o ar, a água, a energia, os produtos industriais, os modos de produção, as normas, as instituições, as empresas, os partidos. À luz do perigo geral, as contingências objetivas perdem seu caráter contingente e objetivo. Elas se tornam menos rígidas e podem até mesmo ser contornadas quando emergem novas alternativas, outras possibilidades que tinham sido excluídas em virtude de decisões implícitas.

É interessante observar aqui, que a rede das instituições do poder igualmente se modifica. Através dos conflitos ligados aos problemas de pobreza se desenvolveram partidos e instituições – sem esquecer os sindicatos e diversas formas de participação coletiva. Nos conflitos ecológicos, os atores mais ativos da modernização, a saber, o *management*, os governos nacionais ou locais, os sindicatos, os partidos políticos, cozidos em fogo baixo e suscetíveis de estourar a qualquer momento, se encontram repentinamente confrontados com novas dependências, com outros atores ou adversários que nunca antes tinham sido vistos nas arenas tradicionais da negociação coletiva e que, aliás, nem estão ali representados. Assim, os compromissos e as garantias

ali encontrados e fixados tornam-se suscetíveis de ser contornados e arruinados. Em outros termos: as garantias *jurídicas* (contratuais) e as garantias *sociais*, efetivas, *não vão mais de par*: a opinião pública e os seus fatores que fornecem informações, possuem um papel decisivo; o conhecimento modificado e as questões levantadas pelos cientistas podem reverter tudo de um dia para o outro, o que tinha sido decretado não-perigoso por pura repressão. As associações de cidadãos e de consumidores podem evidentemente cumprir papel semelhante. Sem esquecer o acidente improvável que, por certo, ocorre do outro lado do mundo ou com a concorrência, mas em conseqüência do qual todos os baluartes da segurança desmoronam sob os holofotes de uma opinião pública alarmada.

A partir do momento em que a sobrevivência de todos está em causa, os conflitos ecológicos estão suficientemente fundados, moralmente e socialmente. Eles fazem estourar aquelas “falsas-aparências” de segurança, cavam em profundidade seus sulcos com as interrogações e a desconfiança que se introduz até mesmo dentro das famílias, tornando-se conflitos entre pai e filho, pai e filha, mãe e criança. São percebidos e tratados diferentemente por mulheres e por homens, dificultam talvez o jogo da sedução, podem estigmatizar pessoas, grupos profissionais, empresas e provocar neuroses tanto individuais como coletivas. Tudo isso sem que, visto de fora, o verniz das ações, das decisões tomadas e das afirmações reconfortantes pareça sequer arranhado.

Uma política ecológica, nem que seja somente da boca para fora, torna-se algo imprescindível para todos. As atividades industriais que nos trazem prejuízos hoje, só podem ser percorridas a condição de avançarem mascaradas, imprevisíveis, de se eximirem de toda responsabilidade e de endossarem o *credo* da proteção da natureza. Mas isso significa que a linha de demarcação dos conflitos não divide mais somente entre aqueles que são “a favor” e “contra” uma produção e uma política ecologicamente conscientes. O “a favor” se divide em dois pólos: o pólo da “maquilagem” e da intervenção simbólica que não remonta até as causas e que, na verdade, se prepara para bloquear

e reprimir o verdadeiro reconhecimento do problema, e o pólo daqueles que desejam evitar as conseqüências *antes e desde* sua gênese.

## VIII

As riquezas são bens visíveis e tangíveis, que mesmo quando sob sua forma abstrata, isto é, monetária, estão presentes na compreensão do cotidiano. Em contraposição, as destruições ecológicas e os efeitos do crescimento industrial dependem do julgamento de especialistas, de um conhecimento metódico, de procedimentos de cálculo, de regras de responsabilidade e de reconhecimento científico e jurídico, tanto quanto da política de informação, na maioria das vezes defensiva, das empresas das quais se têm suspeitas e das instituições que colaboram com elas. As pessoas têm que atravessar muralhas imaginárias. Independente de como isso é possível, elas só conseguem muito raramente atingir esse objetivo, notadamente em virtude do fato de que precisam se apoiar em verdadeiros contra-especialistas. Isto quer dizer: *trata-se de conflitos que polarizam a racionalidade profissional*. Esses conflitos e a própria consciência ecológica pressupõem esse antagonismo de julgamentos de especialistas.

Ao mesmo tempo, a natureza e o alcance desses conflitos de racionalidade constituem bons indicadores da força e da ancoragem de um movimento ecologista consciente: as opiniões de especialistas “desviantes” se expressam de modo individual ou começam a se organizar, dispendo de mídias próprias? Esses especialistas podem conduzir suas pesquisas no seio de instituições reconhecidas? Ocupam eles um lugar nos espaços de decisão? É determinante para a carreira deles? Na maioria dos casos, trata-se menos de integrar concepções ecológicas do que de elaborar e de aplicar soluções alternativas ao problema de responsabilidade e de reconhecimento dos perigos. Os médicos têm de levar ao conhecimento público o problema social e político que constituem as doenças provocadas pela dioxina. Os cientistas devem se voltar contra o problema da repressão das causas,

propor e testar modelos de responsabilidade adaptados à dimensão internacional dos danos causados, e assim por diante.

Ora, a “arquitetura causal” do perigo, revelada no momento de sua negociação pública e política, é decisiva. A causalidade parece ser obscura, ambígua, irresolúvel. E no final das contas, designaremos na maioria das vezes *uma* substância, *um* produto, *um* ramo profissional, ao qual atribuiremos o laurel do pior no grande concurso da auto-repressão ecológica. As causas, que são globais, serão reduzidas a causas particulares. Tal é o ritual sacrificial moderno próprio à política ecológica simbólica. Como a “morte das florestas”: não colocamos em questão a ausência da limitação de velocidade, a circulação de pesos pesados ou a indústria do óleo, mas os carros, e até mesmo – segundo a velha receita industrial que fez sucesso – a falta de equipamento em potes catalíticos.

É assim que se estabelece, com grande reforço de análises científicas, aquele processo de auto-repressão e de esquiva no tratamento dos problemas coletivos.

Essa luta pela determinação da causa principal da destruição ecológica faz furor. Hoje acusamos o *crescimento demográfico*. Se nos entendemos bem a respeito disso, então os países mais industrializados se sairão bem e teremos passado o problema aos países do terceiro mundo, aos quais poderemos atribuir o laurel do pior em matéria de destruição do planeta.

## IX

Uma diferença fundamental em relação ao velho conflito da época industrial é que o cenário ecológico prevê a atuação muito eficaz de *indivíduos ou pequenos grupos*. Isso é bastante curioso, até mesmo paradoxal. De um lado, quando são ameaçados por uma catástrofe industrial, as regiões, os Estados, se tornam recantos de aflição. De outro, no seio das zonas perigosas, joga-se um interessante “judô político”. Trata-se, na realidade, de virar as consequências da potência industrial dominante contra ela mesma, por exemplo, fazendo valer que as matérias perigosas se

tornaram onipresentes. Tomemos o exemplo de um conflito atual. Na Alemanha, os solos estão contaminados pela dioxina, freqüentemente muito além dos patamares autorizados, em particular nas regiões industriais, o que aumenta os riscos de câncer, em particular para as lactantes e as crianças que brincam no chão. Dar conhecimento ao público sobre o nível de toxicidade dos solos e a importância do perigo em algumas regiões e propor patamares aceitáveis que dêem conta da incerteza geral, é suscetível de desencadear uma tempestade política, graças a qual, talvez, se poderá impor uma política de prevenção. O que, aliás, poderia ter repercussões sobre outros assuntos e outros países.

Redesenhar assim as fronteiras políticas na sociedade de risco, não conduz necessariamente à afirmação de que a ação coletiva encampada pelas instancias políticas tradicionais tenha tornado-se supérflua. Pelo contrário, modificar os dispositivos de imputação de responsabilidades requer necessariamente rogar pela capacidade da “grande política” em pronunciar sanções. Entretanto, hoje as oportunidades de ação política estão se multiplicando. Os lugares e as instâncias onde, aparentemente, são executadas apenas as contingências objetivas, se tornam espaços políticos secundários, que na interdependência geral reinante, não são controlados nem atuam de maneira autônoma, mas que conseguem levantar alternativas ao tornar público o fracasso das instituições em relação às políticas preventivas.

Repitamo-lo mais uma vez, de outra maneira: a política ecológica tem um escopo universal por *seus temas*. O conflito atravessa até mesmo as pessoas. Onde o coração bate pela natureza, a razão e as ações atuam dentro da mecânica dos velhos costumes. Mas tudo isso também constitui o pano de fundo para uma reviravolta, realizável apenas pela contribuição de muitas pessoas. As revoluções ecológicas passam apenas por uma estreita fechadura, por mudanças ínfimas nos modos de pensar e de agir dos indivíduos. Obviamente, há objetivos gerais, prioridades e perigos de derrapagem. Conseguir alcançar ou contornar esses obstáculos dependerá, sobretudo, *de revoluções de formiguinhas, daqueles milhões de pequenos passos tanto na base como no topo*, pelos

quais as possibilidades de uma ampliação ecológica da democracia podem ser experimentadas e conquistadas.

## X

Mais uma vez a questão pelo sujeito político é levantada. O indivíduo deve então, com sua contra-química de fundo de quintal, empurrar sua pedra montanha acima? Não. O cenário ecológico, como já dissemos, libera uma *reflexividade de ordem política*. Esta não favorece apenas uma reação ecológica, mas irrita de forma muito eficaz as instituições, consegue inverter as bases do cálculo e autoridades industriais, desestabiliza as certezas mais sedimentadas, dá um curto-circuito na separação instituída dos espaços de intervenção e reanima em filigranas as velhas oposições sob formas renovadas. Enfim, cria-se movimento – mesmo involuntário – contra a ordem dominante, neste sistema estereotipado pelos discursos peremptórios e os falsos-engajamentos do mundo industrial. E é graças a esse vento que os veleiros do esclarecimento ecológico ganham velocidade, tanto na direção do vento como na contra-direção.

É nessa reflexividade política, cuja aplicação quase ingênua e estratégica é responsável pelos grandes sucessos do movimento ecologista, que se concentram todos os elementos do conflito ecológico: o poder objetivado de acidentes e de perigos dissimulados; o erro secular da gestão tradicional dos perigos; o duplo jogo das instituições encarregadas da segurança coletiva e daqueles que colocam em perigo os mais altos bens públicos; o apelo às *necessidades objetivas* como vetor de vitórias duráveis na distribuição dos recursos; a fragilidade que acaba afetando toda forma de garantia, ora suspensa a conhecimentos suscetíveis de ser, a todo momento, recolocados em questão.

## XI

Mais uma vez: Porque então não fazemos nada – ou porque não acontece mais nada? Desta vez, responderei com outra

pergunta: o que significa perceber e levar a sério o perigo *no cotidiano e para o cotidiano*? A questão social, diante desse problema, fez uma experiência singular. Podemos circunscrever a pobreza com definições, e fazê-la desaparecer nas estatísticas, mas ela não deixa de ser uma prova sensível e dolorosa para o homem. Em contrapartida, a ecologia não é somente abstrata: ela supõe, pelo contrário, uma desconsideração dos sentidos. O perigo é muitas vezes percebido apenas contra as aparências de normalidade.

É apenas por meio de instrumentos de medida complicados, freqüentemente custosos, e de procedimentos metódicos, que podemos decidir sobre a natureza e o grau do perigo. De certa forma, os perigos em questão substituem os órgãos de percepção individuais por *órgãos* estatais, burocráticos, científicos. Nossos olhos tornam-se instituições de pesquisas, nossos ouvidos viram instituições de saúde pública e nossas mãos são os ministérios do meio ambiente – ministérios que lavam as mãos em inocência! Para retomar essa imagem: que a mão direita ignora o que faz a esquerda, tal é aqui a regra. Com o reconhecimento do *veneno da semana*, de maneira traidora descarregamos em instituições nossa própria faculdade de julgar. Para dizê-lo de outra forma, isolar-se diante do perigo constitui uma forma de *defesa civil*; entretanto, é a mais velha virtude da democracia, a defesa da soberania dos sentidos e da auto-estima que se levanta contra as definições, vindas de fora, e um tanto quanto infantilizadoras e intimidadoras, das indomáveis ondas de perigo. No final, cada um precisa fazer a coisa mais óbvia do mundo: continuar a confiar nos seus olhos, para que o medo desapareça e volte para de onde (aparentemente) veio: do nada.

*Desapropriação dos sentidos ou aceitação dos perigos impercebíveis e aparentemente inevitáveis*, eis o dilema central no qual a pluralidade movediça de perigos envolve o cotidiano. Se não desembaralharmos essa situação, todas as iniciativas voltadas às instituições de nada servirão, por não atuarem contra a infantilização dos cidadãos, mas antes consagrá-la.

O que alguém vê ou não vê, não é determinado pela acuidade de sua visão e não depende somente dele e de sua atenção,

mas essencialmente do que ele sabe ou não sabe. É o conhecimento que liberta o olhar. Quem sabe mais e conhece outras coisas, enxerga mais, de outra maneira e outras coisas. Onde é culturalmente importante e possível saber quais são os seres vivos que sofrem com a poluição do ar e de que maneira sofrem, o fenômeno se torna visível e perceptível. Perceberemos, conseqüentemente, os sintomas de árvores morrendo até mesmo ali onde as instituições permanecem no silêncio a respeito do desaparecimento de espécies ou o desdramatizam.

A cegueira do cotidiano frente à onipresença de perigos universais formalizados cientificamente é, então, um *processo relativo, reversível*, que depende do conhecimento disponível para a sociedade, de sua capacidade de dar forma concreta à própria experiência e da atenção culturalmente avaliada que é atribuída aos processos que, num primeiro olhar, atuam discretamente. Visto de uma perspectiva extrema, uma sociedade que dedica toda a sua atenção à destruição industrial da vida e de suas normas, permitirá a aquisição e difusão de possibilidades de conhecimento e valorizará modos de atuação que mostrem o até então invisível a ser julgado por todos, em relação às suas características fundamentais e básicas. É somente assim que, diante do desenvolvimento selvagem de uma “*expertocracia ès danger*”, a idéia de democracia poderá ser preservada. Aquele que deseja abrir os olhos para questões ecológicas e mantê-los abertos, deve produzir e compartilhar conhecimento e maneiras diferentes de ver, logo, deve desenvolver uma cultura.

Podemos legitimamente supor que existe uma relação entre o macrocosmo, que produz os perigos, e o microcosmo, que age no cotidiano, tanto em relação aos outros como a ele mesmo. Tais aproximações ainda permanecem largamente não-pensadas e inexploradas. Mas é permitido pensar, por exemplo, que uma população que se dá ao trabalho de triar seus detritos, terá dificuldade de compreender porque continuamos a produzir montanhas deles. Então, os aterros se tornarão os pára-raios da fúria democrática. *Ao contrário*, aceitar e assumir sem distanciamento crítico a brutalidade da circulação automobilística,

constitui a melhor preparação mental para o próximo maior acidente nuclear. A política de circulação é indissociável de uma cultura política mais ampla: ela consiste em estabelecer acordos em todos os lugares onde for possível, em ganhar um pouco de tranqüilidade, mesmo que isso venha a impor algumas restrições dolorosas.

Não é somente a perda, mas a falta de lembrança da perda que a consagra uma segunda vez. A lembrança que preserva a perda de um desaparecimento no esquecimento é indissociável da busca cultural e da conscientização do presente. Quem, enclausurado no efêmero do presente, despreza o passado porque já aconteceu, e não abre seu horizonte para outras possibilidades – na sua própria vida, na relação com a natureza, a política –, perderá até a lembrança do que perdeu, inclusive a dor da perda, que está na origem de toda contestação.

A natureza é muda, de fato. Contudo, até mesmo as plantas podem começar a falar quando a atenção do observador e a preocupação por ela são solicitadas – sem palavras, somente através da atividade e da observação humanas. O meio ambiente natural se torna assim um mundo de sinais e de indícios, um espelho, o símbolo de entidades sensíveis e de processos que não se vêem a olho nu, mas que aparecem àquele que, como diz o velho Goethe, aprendeu a ler “no livro da natureza”.

## XII

Não é a extinção das espécies que atenta para a extinção das espécies. A contestação é um eco do espetáculo em grandes jornais e nos programas de televisão. É somente quando a natureza se insere nas imagens cotidianas dos homens, nas histórias que eles contam, que suas belezas e sofrimentos são expostos ao olhar.

Ver é ver através da cultura. A atenção nasce pelo relato. A cultura, quer dizer, nós vemos e escutamos através de símbolos nos quais o invisível ou esquecido aparece e vive de uma maneira figurada. Isso não vai de si mesmo, mas é produzido; corresponde

a trabalho, à arte, mais freqüentemente a um trabalho redacional, freqüentemente diante de resistências. Por essa razão, conhecer o aspecto sensível da cultura é tão importante quanto a coragem e o conhecimento objetivo. *A reflexividade política precisa de imagens para acender e desenvolver* uma concepção “jornalística” do próprio programa e de questões a serem exploradas e construídas na mídia, onde se fabrica a opinião pública.

Tudo isso pressupõe que essa *experiência*, em oposição à ciência e, não obstante, com a ajuda dela, seja possível e justificada na sociedade. Pois, já há muito tempo que a ciência não é mais uma ciência da experiência; é muito mais uma ciência que produz dados, métodos, produtos e cujo êxito – mensurado a luz da sua auto-compreensão – repousa justamente sobre a *limitação* e *desvalorização* da experiência enquanto fonte subjetiva de incerteza sensível. Tal como ela se mostra e reina hoje, a ciência se impôs, por assim dizer, contra a experiência e sua onipresença, de modo a alcançar a potência e a apreensão técnica. A experiência – entendida no sentido da apreensão sensível do indivíduo – é a órfã deste mundo transformado pela ciência. A experiência, testemunha número 1, juíza da verdade, se torna o conceito essencial do subjetivo, uma relíquia – o atelier de falsificações que se apoderam da razão e a enganam. Não é a ciência, mas o sujeito, a subjetividade que se enganam. Desprovida de sujeito, a ciência seria, conforme seu ideal, tão perfeita quanto a técnica que precisa excluir o homem quando se trata de controlar os perigos produzidos por ela.

Porém, são experiências da sociedade onde o protesto contra a cegueira devastadora da máquina industrial ganha ouvidos. A Ciência aprende com a “ciência” da experiência pública, não apenas uma vez, *en passant*, mas de maneira contínua, com ajuda e, ao mesmo tempo, uma resistência feroz acerca dos seus próprios efeitos e fontes reprimidas de erros.

De fato, duas linhas e dois tipos de ciência começam a se dissociar na civilização do perigo: a ciência dos dados e a ciência da experiência. Por um lado, a velha *ciência dos laboratórios*, hoje no seu auge, que matematiza, que penetra e deduz, de modo

técnico, porém sem experiência, o mundo de maneira transformadora – até à manipulação do código genético. Por outro lado, a ciência que revela os objetivos e os meios, as consequências e os perigos de forma controversa. Ambas possuem perspectivas próprias, defeitos, restrições e métodos particulares. A ciência dos dados e dos laboratórios jamais será capaz de suprimir a incerteza de probabilidades, que por definição nada exclui, e ela é cega às consequências que acompanham e ameaçam os seus sucessos. Ao contrário, a negociação pública dos perigos possui um vínculo com o cotidiano; ela é saturada de experiências, mas também dependente da mídia, manipulável, histórica e em todos os casos desprovida de laboratórios, ou seja, ela depende da pesquisa e argumentação científicas, e precisa da ciência (eis a tarefa clássica das universidades) para levantar e manter questões, não formuladas há muito tempo, contra todas as formas de resistência. Não se trata, pois, de uma ciência de respostas, mas de uma *ciência de perguntas*. Mas ela também pode expor objetivos e normas a um teste de opinião pública, no contexto de opiniões controversas, e assim levantar dúvidas e torná-las tenaz, dúvidas que sempre ficarão afastadas, de modo crônico, do campo da ciência, tradicionalmente cego às consequências e perigos. Em ambos os casos, trata-se também de um tipo de conhecimento completamente diferente. Ali, ele é especializado, complexo, dependente de métodos. Aqui, versa sobre características concretas e erros fundamentais (por exemplo, aquela questão decisiva sobre patamares intangíveis, que em casos únicos não pode ser corrigida: conhecimento central). O objetivo seria – no sentido de Popper – romper com o *diktat* da ciência de laboratório, através de um tipo de participação científica transparente e de interpelação pública, orientadas por regras e ao mesmo tempo contra as insuficiências da consciência cotidiana e da mídia de massas. Esta ciência da experiência pública poderia cumprir o papel de uma “câmara superior”, uma vez que ela já produz alguns efeitos, precisa ser organizada e dotada de símbolos de conhecimento e competência decisional e precisa ser justificada na sua racionalidade própria. Ela deveria tomar como critério de

avaliação a pergunta: como queremos viver? e aplicá-la aos projetos e às conseqüências da pesquisa científica. É somente a partir do desdobramento controlado desta ciência da experiência, apesar das controvérsias necessárias que ela suscita no encontro com círculos fechados da ciência dos laboratórios, que o vigor do direito, da política e do cotidiano poderia fazer-se ouvir contra a dominação dos especialistas (e dos contra-especialistas). É assim que hoje, tal como no passado nos opúnhamos às preterições do monarca, poderíamos restabelecer e fundar sob novos encargos a separação dos poderes, o controle democrático e o direito de expressão contra a tecnocracia de todos os perigos.

### XIII

Tudo isso pode parecer idealista, bastante abstrato, muito improvável, tecnocrático e, o que é mais provável, apenas passar por uma bela idéia. Contra todas essas queixas, eu não posso e nem desejo me defender. Parece-me que a passagem de uma política de revelação dos cenários de horror, inspirada na ciência, para uma nova orientação guiada pelas ciências sociais, e que levanta antes de qualquer coisa o problema das responsabilidades (qualquer que seja o alcance das questões em jogo), permite, ao lado de muita resistência, retomar a iniciativa política e fornecer uma resposta importante e urgente no grande concurso mundial dos riscos maiores, pelo título da melhor perspectiva de declínio.

Até o movimento ecologista e os próprios Verdes estão divididos sobre a questão se a amplitude e a urgência dos perigos não levariam coercitivamente a considerar medidas tecnocráticas. Alguns receiam que quando já é cinco para a meia-noite e que restam apenas alguns curtos instantes para viver, não estejamos mais em condição de levar em consideração os direitos de liberdade ou os ideais ultrapassados do Iluminismo. Em minha opinião, há aqui um erro de raciocínio. Desconhecemos a afinidade eletiva secreta entre o movimento ecologista e a democratização da sociedade. Uma política de longo prazo contra os perigos exige frear o desenvolvimento das tecno-ciências, abrir possibilidades

|252|  
Tradução

de curvá-lo, de revisá-lo e de estabelecer responsabilidades; em resumo, supõe uma capacidade de buscar acordos, logo de estender a democracia para domínios até então resguardados da ciência, da técnica e da indústria. Não reconhecemos nem exploramos “*as oportunidades da sociedade de risco*” (Thomas Schmid). Trata-se, antes, muito mais de jogar plenamente a carta da dúvida contra as certezas dogmáticas da indústria. O objetivo não é o de voltar para trás, mas propor *outra modernidade*, uma modernidade que exige e cumpre a exigência de autodeterminação e lute contra sua negação na sociedade industrial.

*Traduzido por Estevão Bosco<sup>4</sup>*  
*Revisado por Anisha Vetter.*

---

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Unicamp.

12531  
Estevão Bosco